

MARCIO ANTÔNIO BOTH DA SILVA  
PAULO JOSÉ KOLING  
(ORGANIZADORES)



# TERRA E PODER

ABORDAGENS EM HISTÓRIA AGRÁRIA

# **Conselho Editorial**

*Coleção Brasil República*

*In Memoriam:*

*Ciro Flamarion Cardoso*  
Edmundo Fernando Dias  
Octávio Ianni  
René Armand Dreifuss

*Coordenadores:*

*Secretário: Dr. Mário Maestri, PPGH da UPF*  
*Dr. David Maciel, UFG, Goiânia*  
*Dr. Gilberto Grassi Calil, UNIOESTE*

Dr. Antonio de Pádua Bosi, UNIOESTE/PR  
Dr<sup>a</sup>. Ana Luíza Reckziegel, UPF/RS  
Dr<sup>a</sup>. Carla Luciana Silva, UNIOESTE/PR  
Dr. Carlos Zacarias de Sena Júnior, UFBA/BA  
Dr. Claudio Lopes Maia, UFG/GO  
Dr. David Maciel, UFG/GO  
Dr. Diorge Konrad, UFSM/RS  
Dr. Enrique Padrós UFRGS/RS  
Dr. Eurelino Coelho, UEFS/BA  
Dr. Gelsom Rozentino de Almeida, UERJ/RJ  
Dr. João Alberto da Costa Pinto, UFG/GO  
Dr. Manuel Loff, Universidade do Porto, Portugal  
Dr. Marcio Antônio Both da Silva, UNIOESTE/PR  
Dr<sup>a</sup>. Mônica Piccolo, UEMA/MA  
Dr. Paulo Pinheiro Machado, UFSC/SC  
Dr. Paulo Afonso Zarth, UNIJUÍ/RS  
Dr. Renato Lemos, UFRJ/RJ  
Dr. Romulo Mattos, PUC-RJ  
Dr. Sonia Regina de Mendonça, UFF/RJ  
Dr. Tiago Bernardom, UFPB/PB  
Dr<sup>a</sup>. Vera Barroso, FAPA/RS  
Dr<sup>a</sup>. Virgínia Fontes, UFF/FIOCRUZ/RJ  
Dr. Walmir Barbosa, IFG/GO

MARCIO ANTÔNIO BOTH DA SILVA  
PAULO JOSÉ KOLING  
(ORGANIZADORES)

# TERRA E PODER:

Abordagens em História Agrária



**Coleção Tempos Históricos**

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
EM HISTÓRIA DA UNIOESTE

# TERRA E PODER:

Abordagens em História Agrária

Organizadores

Marcio Antônio Both da Silva

Paulo José Koling

Capa - projeto gráfico:

Vitor Hugo Junior

Capa, imagem:

**Contestado (15), Hassis, acervo Fundação Hassis**

**(<http://www.fundacaohassis.org.br>)**

Diagramação e Projeto Gráfico:

Antonio da Silva Junior

## FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

(Biblioteca da UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR., Brasil)

Terra e poder: abordagens em história agrária / organizado por Marcio

T323t Antônio Both da Silva e Paulo José Koling – Porto Alegre: FCM Editora, 2015.

222 p. (Coleção Tempos Históricos)

ISBN 978-85-67542-11-9

1. Reforma agrária. 2. Agricultura e Estado. 3. Posse da terra - Brasil.  
I. Silva, Marcio Antônio Both da, org. II. Koling, Paulo José, org. III. Título

CDD 21.ed. 333.3181

981

CIP-NBR 12899



2015



**Coleção Tempos Históricos**

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
EM HISTÓRIA DA UNIOESTE

CAIXA POSTAL 1525 – CAMPUS UNIVERSITÁRIO – 91.501-970 –

PORTO ALEGRE/RS – TEL. (51) 3336-3475

# Sumário

Apresentação .....	7
<i>Marcio Antônio Both da Silva e Paulo José Koling</i>	
CAPITALISMO, TECNOLOGIA E REFORMA AGRÁRIA .....	11
CAPÍTULO 1: Ruralistas, técnicos e tecnologia agropecuária: a antirreforma agrária no Brasil contemporâneo .....	13
<i>Sônia Regina de Mendonça</i>	
CAPÍTULO 2: O Banco Mundial e a reforma agrária assistida pelo mercado: agenda política, instrumentos e resultados (1990-2013) .....	33
<i>João Márcio Mendes Pereira</i>	
TERRA, TERRITORIALIDADE E COSTUMES .....	55
CAPÍTULO 3: Terras de uso comum nos ervais do Rio Grande do Sul .	57
<i>Paulo Afonso Zarth</i>	
CAPÍTULO 4: Notas metodológicas para uma escrita da história que considere os usos sociais do espaço. A Buenos Aires negra de 1776-1810 .....	73
<i>Maria Verónica Secreto</i>	
TERRA E PODER: ABORDAGENS SOBRE A REGIÃO OESTE E NORTE DO PARANÁ .....	93
CAPÍTULO 5: Igreja e reforma agrária no período da ditadura civil-militar (1964-1985): a Comissão Pastoral da Terra e sua atuação junto aos movimentos dos trabalhadores rurais .....	95
<i>Maria José Castelano</i>	
CAPÍTULO 6: POEIRA: a expressão dos atingidos de Itaipu .....	121
<i>Milena Costa Mascarenhas</i>	
CAPÍTULO 7: Terra e poder no Oeste do Paraná .....	141
<i>Irene Spies Adamy</i>	

CAPÍTULO 8: Associação Rural de Londrina: embates e conflitos no Norte do Paraná ..... 163  
*Juliana Valentini*

CAPÍTULO 9: A (re)ocupação recente do município de Marechal Cândido Rondon: uma análise do processo de especulação da terra ..... 183  
*Cristiane Bade Favreto*

# Apresentação

Os processos sociais que são objeto das análises dos capítulos que compõem este livro, embora carregados de particularidades próprias, uma vez que tratam de diferentes contextos sócio espaciais e temporais, são atravessados por algumas similitudes e pontos em comum. Nestes termos, o livro busca ser uma contribuição na perspectiva da constituição de saberes e reflexões sobre o universo rural em suas diferentes facetas. Contudo, não descarta o fato de que as particularidades próprias das situações específicas analisadas são expressões de processos altamente complexos e, assim, só é possível compreendê-los e explica-los fazendo-os dialogarem entre si. Em outros termos, não há um universo micro isolado e muito menos um macro que a tudo e a todos domina. Pelo contrário, a relação entre estes âmbitos é dialética em sua concretude real e não é autoexplicativa, portanto, precisa ser explicada.

Como indica o título do livro, apresentamos diferentes estudos sobre o rural, mas que têm como ponto comum a reflexão e o debate sobre a terra e o poder. Relação profundamente dinâmica e de difícil explicação, pois, como nos lembra Éric Wolf, “há diferentes modos de poder, cada um deles concernente a um nível distinto de relações sociais”.<sup>1</sup> Outrossim, também é importante se ter em conta que “o poder não serve somente para reprimir, mas também para organizar a trama social mediante o uso de saberes, o que é de grande relevância, já que o poder não é atributo de alguém que o exerce, mas sim uma relação”<sup>2</sup> e, como os leitores perceberão, os capítulos deste livro mantêm um diálogo proficiente e profundo com a ideia/noção de que o poder é uma relação social.

O livro está dividido em três partes que se complementam e que foram construídas na perspectiva de orientar certa trajetória de leitura. Assim, a primeira delas – *Capitalismo, tecnologia e reforma agrária* – aborda situações mais amplas que têm como foco a discussão de aspectos relacionados ao capitalismo, suas agências e os processos de organização das classes dominantes rurais. O primeiro capítulo é de autoria de Sônia Regina Mendonça e trata de analisar “a relação entre as Classes Dominantes Agrárias, a Tecnologia e a ‘Burocracia’ no Brasil, tomando como referência o caso das políticas de pesquisa agropecuária”. Além de cumprir este objetivo a autora constrói uma importante reflexão teórica sobre o Estado,

---

<sup>1</sup> WOLF, Éric. Encarando o poder: velhos *insights*, novas questões, p. 325. In: BIANCO-FELDMAN, Bela; RIBIEIRO, Gustavo Lins. *Antropologia e Poder: contribuições de Eric R. Wolf*. Brasília: UNB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; São Paulo: UNICAMP, 2003, p. 325-344.

<sup>2</sup> CARDOSO, Ciro Flamarion. História e Poder: uma nova história política, p. 41. In: \_\_\_\_; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 37-54.

a tecnologia e a “burocracia”, bem como uma relevante discussão sobre a expansão do capitalismo mundial no imediato pós II Guerra Mundial.

João Márcio Mendes Pereira é autor do capítulo seguinte. Pereira analisa a “reforma agrária assistida pelo mercado” (RAAM), projeto que foi concebido e impulsionado pelo Banco Mundial (BM) em diversos países do mundo nos anos 1990 e 2000. No capítulo o autor aborda a agenda política na qual a RAAM se inseriu, seus instrumentos de ação e os resultados de sua implantação em três países latino-americanos: Colômbia, Brasil e Guatemala. Para dar conta disso, desenvolve análises sobre o programa político neoliberal operado pelo BM, do qual a RAAM fez parte, os motivos que levaram o Banco a reconstruir sua agenda agrária a partir do fim da guerra fria, os pressupostos teóricos, a racionalidade política da RAAM e a sua implementação nos três países mencionados.

Na segunda parte do livro – *Terra, territorialidade e costumes* – diferentemente da primeira, cujo objetivo é discutir questões mais centrais vinculadas ao capitalismo, seu desenvolvimento, práticas e táticas, a reflexão gira em torno da questão das formas como os grupos sociais subalternos e subalternizados lidam com os processos que são mais amplos e que afetam direta e indiretamente sua vida e seus modos de vida. Dessa maneira, a atenção dos autores está direcionada a tratar dos poderes mobilizados por esses grupos, dando conta de realizar na análise dos processos sociais a noção de que o poder é uma relação e que a dominação não é absoluta, mas alvo de resistências, baseadas em diferentes saberes e critérios. Nesta perspectiva, Paulo Zarth desenvolve um estudo sobre as terras de uso comum do Sul do Brasil, mais precisamente sobre os espaços de extrativismo de erva-mate existentes e muito importantes economicamente nas províncias do Sul ao longo do século XIX e início do XX. Neste capítulo, aspectos relativos aos processos de privatização das terras de uso coletivo, as resistências impressas e o protagonismo exercido pelos grupos ervateiros que viviam em tais espaços é o objeto central da análise de Zarth.

O quarto capítulo é de autoria de Maria Verónica Secreto. A autora discute a constituição de territorialidades negras na Buenos Aires do final do século XVIII e início do XIX. O seu objetivo é reconstruir uma territorialidade vivenciada pelas populações negras que, na época, compunham cerca de 30% dos habitantes de Buenos Aires. Ao realizar esta tarefa a autora destaca o quanto os espaços são construídos socialmente e que esta construção envolve práticas e disputas cotidianas que alcançam os mais diferentes aspectos da vida social. Da mesma forma, demonstra que participar subalternamente de determinadas relações de poder não significa que os participantes sejam totalmente desprovidos de força ou que aceitem pacificamente sua situação.

A terceira parte do livro – *Terra e poder: abordagens sobre a região Oeste e Norte do Paraná* – tem como foco apresentar algumas das pesquisas que vem sendo realizadas por alunos e professores membros do Grupo de Pesquisa História e Poder e da Linha de Pesquisa Estado e Poder, do



Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Campus Marechal Cândido Rondon. Trata-se de textos que são resultado de dissertações de mestrado defendidas no âmbito do PPGH ou de pesquisas que vem sendo desenvolvidas por alguns dos integrantes do grupo e da linha de pesquisa.

A característica principal desta parte do livro é trazer para discussão temas locais referentes aos processos que marcaram o estado do Paraná nas últimas décadas do século XX e início do XXI. Nestes termos, embora centrados na análise de questões regionais, os capítulos não deixam de manter um diálogo produtivo e importante com os aspectos mais gerais presentes na primeira, bem como com os temas da resistência, do território e do costume, presentes na segunda parte do livro. Isto é, o capitalismo, a dominação, a organização da classe e das frações de classe, os projetos de modernização da agricultura, as propostas de reforma agrária, as políticas neoliberais referentes a agricultura e os processos de resistência efetivados pelos grupos subalternos não saem do foco, antes são analisados mais particularmente a partir de situações específicas.

Neste sentido, no quinto capítulo Maria José Castelano busca discutir a relação entre a Igreja e a questão agrária entre as décadas de 1960 e 1980. O eixo da análise é produzir uma “reflexão sobre o contexto em que se inicia a organização da Comissão Pastoral da Tetra (CPT) e a crítica realizada por seus integrantes aos problemas agrários”. No capítulo seguinte, Milena Mascarenhas aborda os processos relacionados à construção da Usina Hidroelétrica Binacional de Itaipu e as mobilizações que foram realizadas pelos camponeses que foram expulsos das suas terras a partir da constituição do lago que deu vida hidráulica à usina. Para tanto, toma como ponto de partida o *Boletim Poeira*, informativo organizado pela CPT e que tinha como objetivo informar os camponeses sobre os processos nos quais estavam envolvidos, conscientizá-los e mobilizá-los nas ações de resistência e enfrentamento contra a Itaipu.

O sétimo e oitavo capítulos têm como objeto de análise as classes dominantes rurais e suas organizações/associações no Paraná. Irene Spies Adamy analisa a formação da fração agrário-pecuarista da classe dominante na região Oeste do Paraná, mais especificamente no município de Cascavel. Demonstra a existência de momentos distintos que estão vinculados à organização desse grupo, os quais envolvem a “privatização legal e ilegal das terras devolutas e a colonização ocorrida a partir do início da segunda metade do século XX, cujo modelo contribuiu para a formação de uma estrutura fundiária marcada por grandes propriedades rurais”. Além disso, demonstra o quanto o modelo de modernização conservadora da agricultura, desencadeado a partir do final da década de 1960, dispensou meeiros, arrendatários e assalariados, acelerou o processo de expropriação de pequenos proprietários de terras, contribuindo para o aumento da concentração fundiária na região.

Em perspectiva não muito diversa, mas tratando de outra região – o

Norte do Paraná – Juliana Valentini, no oitavo capítulo, busca compreender a organização da fração agrária da classe dominante na região de Londrina, sua capacidade mobilizadora na defesa dos seus projetos de classe e suas estratégias para preservar/afirmar sua hegemonia no campo. Além de discutir a organização do patronato rural do Norte do Paraná, Valentini mostra a sua estreita vinculação com a ocorrência do conflito de Porecatu nas décadas de 1940 e 1950. Revolta que envolveu camponeses posseiros, grileiros e teve a participação de militantes e dirigentes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), os quais mobilizaram apoio aos posseiros e colaboraram na organização e resistência armada. A revolta foi violentamente reprimida em 1951, pelas forças policiais do estado do Paraná e de São Paulo.

O nono e último capítulo é de autoria de Cristiane Bade, seu objetivo é discutir questões referentes à (re)ocupação recente do município de Marechal Cândido Rondon/PR, destacando a comercialização da terra e o envolvimento dos sujeitos sociais (colonizadora, colonos, trabalhadores, etc.) nesse processo. Bade, se preocupa em investigar, a partir da década de 1940, a formação do espaço urbano do município, tendo como enfoque a prática da especulação imobiliária, o envolvimento e as inter-relações entre agentes imobiliários, empresários e governantes.

Feita esta apresentação geral do livro, seus objetivos e caminhos trilhados, cabe-nos, por fim, agradecer aos pesquisadores que se envolveram na sua produção contribuindo com seus capítulos. Da mesma forma, agradecemos ao Programa de Pós-Graduação em História da Unioeste por possibilitar a sua publicação.

Uma profícua leitura a todos.

Marcio Antônio Both da Silva<sup>3</sup>  
Paulo José Koling<sup>4</sup>  
Organizadores

---

<sup>3</sup> Professor do PPGH e do Curso de Graduação em História da Unioeste. Bolsista Produtividade Fundação Araucária. E-mail: marcioboth@gmail.com

<sup>4</sup> Professor do PPGH e do Curso de Graduação em História da Unioeste. E-mail: pkoling@gmail.com



**Homem no Arado**, Hassis,  
acervo Fundação Hassis

# PARTE I

## Capitalismo, Tecnologia e Reforma Agrária

1. **RURALISTAS, TÉCNICOS E TECNOLOGIA AGROPECUÁRIA:** a antirreforma agrária no Brasil contemporâneo  
*Sônia Regina de Mendonça*
2. **O BANCO MUNDIAL E A REFORMA AGRÁRIA ASSISTIDA PELO MERCADO:** agenda política e resultados (1990-2013)  
*João Márcio Mendes Pereira*



# RURALISTAS, TÉCNICOS E TECNOLOGIA AGROPECUÁRIA: A ANTIRREFORMA AGRÁRIA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO<sup>1</sup>

Sonia Regina de Mendonça<sup>2</sup>

## Capitalismo, tecnologia e “burocracia”: considerações teóricas

Partindo do suposto de que o Estado capitalista foi aquele que melhor encarnou a reorganização da divisão social do trabalho, aprofundando, com isso, a segmentação existente entre Trabalho Manual e Trabalho Intelectual, creio pertinente tecer algumas considerações de cunho teórico sobre essa separação vigente no capitalismo contemporâneo. Dentre elas destaco a sólida distinção estabelecida entre Ciência e Trabalho Manual, tendo-se transformado a primeira em força produtiva direta. Isso se verifica porque, na medida em que o Estado moderno, marcado por uma autonomia relativa entre o Político e o Econômico, reorganiza todos os seus espaços e campos, ampliando consideravelmente a espoliação do trabalhador direto nas relações de produção.<sup>3</sup> E na medida em que são justamente essas relações que dão o suporte fundamental à prodigiosa reorganização da divisão social do trabalho da qual elas são instituintes, é possível distingui-se, mais do que nunca, a mais-valia relativa e a reprodução ampliada do capital, diferentemente do que ocorria nos estágios do “maquinismo” e da “grande indústria”.

Essa ruptura operada com relação aos tipos pré-capitalistas de Estado é responsável pela especificidade do Estado Capitalista moderno, que pode ser ilustrada pelo aprofundamento da segmentação entre Trabalho Manual e Trabalho Intelectual. Por certo tal cisão não deve – nem pode – ser concebida de forma “naturalizada”, separando-se os que “trabalham com as mãos” e os que “trabalham com a mente”. Na verdade, ela remete às relações políticas e ideológicas tal como ocorrem junto a relações de produção específicas. Daí a peculiaridade desta divisão sob o capitalismo contemporâneo, onde a Ciência – apartada do Trabalho Manual – é colocada

---

<sup>1</sup> Este texto é a versão ampliada do trabalho apresentado junto ao *I Encontro Sul-americano de Estudos Agrários*, realizado na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro em setembro de 2012, intitulado “Ruralistas e Burocratas: Modernização e Antirreforma Agrária na América Latina”.

<sup>2</sup> Professora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. E-mail: [srmendonca@uol.com.br](mailto:srmendonca@uol.com.br).

<sup>3</sup> A este respeito, ver: POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o Poder e o Socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1985, p. 61.

“a serviço do capital”. Nesse sentido, igualmente se estabelecem relações peculiares entre Ciência, Saber e Ideologia, tanto no sentido de passar a existir um Saber “mais ideologizado”, quanto no sentido de tornar-se a Ciência elemento de legitimação do Poder instituído, amparando-se este último em “práticas científicas” tidas como “racionais”. Assim, sob o Capitalismo moderno, as relações entre Trabalho Intelectual e Política imbricaram, mais do que nunca, o Saber e o Poder.

Todavia, se a separação capitalista entre Trabalho Manual e Trabalho Intelectual é apenas um aspecto da divisão social do trabalho, ela se torna decisiva no âmbito específico do Estado, aqui concebido gramscianamente como Sociedade Política,<sup>4</sup> uma vez que este encarna, no conjunto de seus organismos, o Trabalho Intelectual como apartado do Manual, além do fato de ser nele que a relação orgânica entre Trabalho Intelectual e Dominação Política, se efetiva de forma mais acabada, em face de seu próprio distanciamento relativo das relações de produção.

Os órgãos de Estado, através de seus funcionários, efetivam um Saber e um discurso do qual as massas populares acham-se excluídas, apesar de encontrarem-se, indiretamente, a ele subjugadas. Logo, no Capitalismo, as funções de organização e direção exercidas pelo Estado restrito são asseguradas pelo permanente monopólio de um Saber detido por um grupo especializado de “funcionários-intelectuais” – ou, segundo alguns, “Burocratas” – como já o havia pressentido Antonio Gramsci quando incluiu os agentes dos órgãos estatais na categoria de intelectuais orgânicos, em seu sentido amplo.<sup>5</sup>

Dessa forma, a relação entre Saber e Poder no âmbito do Estado traduz-se em técnicas peculiares de intervenção junto à realidade social, as quais são divulgadas e percebidas por seus “receptores” como dotadas de um Conhecimento e uma Racionalidade imanentes, uma vez respaldadas pela Ciência. Esta, por sua vez, tornada “estatal”, vê-se atravessada pelas mesmas contradições e redes de poder instituintes do próprio Estado restrito, em seus mais distintos níveis. Como o aponta Poulantzas “o Estado capitalista arregimenta a produção da ciência que se torna, assim, uma ciência de Estado imbricada, em sua textura intrínseca, aos mecanismos de Poder”.<sup>6</sup>

Logo, se a relação Saber - Poder não responde somente pela legitimação, é porque o discurso do Estado cristaliza, nele mesmo, essa relação, distinguindo-se do discurso formulado a partir dos Estados pré-capitalistas, que se baseava na “revelação” da palavra do Soberano. O discurso estatal, agora, é um discurso “da ação”, que assegura tanto seu vínculo aos projetos dos grupos dominantes, quanto seu papel organizativo desses mesmos grupos, além de seu sentido regulatório da formação social como um todo. Em suma, a relação Saber - Poder fundada sobre o

<sup>5</sup> A este respeito, ver: POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o Poder e o Socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1985, p. 61.

<sup>6</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, vol. 3.

Trabalho Intelectual é cristalizada pelo próprio Estado, que o segmenta do Trabalho Manual, inscrevendo-o em sua ossatura material.

Tudo isso adquire maior visibilidade quando nos referimos ao que alguns autores denominam de “pessoal de Estado”, para evitar o termo marcadamente weberiano de “Burocracia”.<sup>7</sup> A análise de Poulantzas desnuda o Estado como uma condensação de forças atravessada pelas lutas de classe que o instituem, inscrevendo-se em sua própria materialidade, como no caso das divisões e/ou tensões internas vigentes no seio de seu próprio “pessoal”, configurando hierarquias de funcionários, embora muitos autores a eles se refiram a partir de uma suposta “homogeneidade” ou ainda à “autonomia” de seus interesses próprios.

O que pretendo frisar é que a “burocracia” – ou pessoal de Estado – conta também com um lugar de classe, não se encontrando nem acima, nem à parte delas. E esse lugar não deriva tão somente da origem social desses funcionários-intelectuais, referindo-se igualmente a sua situação na divisão social do trabalho, materializada na ossatura do Estado restrito. Esses lugares assumem formas específicas de reprodução da divisão existente entre “Trabalho Intelectual” e “Trabalho Manual” no próprio âmbito do trabalho Intelectual concentrado no Estado: o lugar das classes burguesas para o alto funcionalismo; o da pequena burguesia para os escalões intermediários e o dos subalternos nos órgãos estatais menos expressivos.

E, na medida em que boa parte do recrutamento do “pessoal de Estado” se dá junto à pequena burguesia, as lutas populares necessariamente o afetam, desdobrando-se em fissuras internas ao funcionalismo e às agências estatais. Isso significa que as contradições entre classes dominantes e dominadas refletem-se junto aos agentes do Estado de forma complexa, porém real, implicando em afirmar que a luta de classes também se verifica no próprio seio dos órgãos estatais, conquanto expressadas à distância, como no caso dos embates das classes populares que atravessam o Estado, por seu vínculo com as posições de funcionários oriundos da pequena burguesia em relação às classes dominantes, resultando quer em conflitos, quer em alianças.

Dessa forma, o projeto hegemônico reproduzido e disseminado pelo Estado restrito, não visa apenas controlar as classes subalternas, mas também cimentar, internamente, a unidade de seu “pessoal” e de suas agências. O cerne desse projeto no plano ideológico é a representação do Estado “neutro” e “acima das classes”, respaldada pela Ciência e pela Racionalidade. Nesse sentido, muito embora certos setores do funcionalismo estatal se inclinem para as classes populares – colocando-se contra as classes dominantes presentes nas instâncias superiores do Estado restrito – eles não questionam a divisão social do trabalho vigente, nem tampouco destacam a cisão política existente entre funcionários dirigentes e dirigidos, dentro da própria ossatura material do Estado.

<sup>7</sup> GRAMSCI, Antonio *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, vol. 2.

## Contextualização

Retomando a contextualização histórica, importa destacar que a conjuntura específica de expansão do capitalismo mundial no imediato pós II Guerra Mundial implicou numa reformulação das políticas internacionais de cooperação norte-americanas, baseadas na criação de agências incumbidas de gerir projetos “caso a caso”, sobretudo a partir da década de 1950. Neste momento, segundo alguns autores,<sup>8</sup> teria sido “inventado” o conceito de *desenvolvimento* e, em função dele, toda uma nova visão acerca das atividades até então definidas como de Ensino e Pesquisa Agrícolas passou a girar em torno de práticas eminentemente produtivistas – quando não, assistenciais – destinadas a “qualificar” a mão-de-obra do campo e organizá-la em *comunidades rurais*, aptas a consumirem a tecnologia inicialmente estadunidense.

Semelhante mudança multiplicou os tipos de organismos e iniciativas conjuntas latinas e norte-americanas voltadas à Agricultura, marcando a vitória de certos grupos agroindustriais defensores da adoção de Tecnologia Agropecuária mediante a atuação, bem menos dispendiosa, de “funcionários-técnicos” de novo tipo – os Extensionistas Rurais. Estes atuavam quer como pontas de lança da penetração do capitalismo no campo, quer como instrumentos de disciplinamento dos trabalhadores rurais, dificultando sua organização política autônoma.

Para compreender essa nova configuração do trinômio Tecnologia – “Burocracia” – Agricultura na América Latina e no Brasil desse período é preciso remeter à discussão sobre a origem e consolidação do conceito que se tornou axial a qualquer iniciativa na área: o *desenvolvimento*. Vale lembrar que a doutrina Truman, emergente em plena Guerra Fria, deu início a uma “nova era” no gerenciamento dos assuntos mundiais, sobretudo aqueles ligados aos países economicamente “menos contemplados”. Seu ambicioso objetivo era propiciar condições para reproduzir, em todo o mundo capitalista, as características das sociedades “avançadas” de então, tais como os altos níveis de industrialização e urbanização, a intensa tecnologização da agricultura, o rápido crescimento da produção, bem como a adoção de valores ditos “modernos”. Na visão dos setores representados por Truman, Capital, Ciência e Tecnologia seriam os agentes dessa transformação, capazes de fazer com que o sonho americano de paz e abundância abarcasse o planeta. Por certo este sonho não foi criação exclusiva dos dirigentes norte-americanos, mas sim fruto de um contexto histórico que, em poucos anos, seria abraçado por todos aqueles no poder em seus respectivos países. Os obstáculos à realização de tal “sonho” eram percebidos pelos atores envolvidos como uma “missão”.<sup>9</sup>

---

<sup>8</sup> POULANTZAS. *Idem, op. cit.*, p. 64.

<sup>9</sup> *Idem*, p. 177.



Das teorias de desenvolvimento econômico dos anos 50, àquelas centradas nas *necessidades humanas* da década de 1970 – que enfatizavam não só o crescimento econômico, mas a distribuição de seus benefícios – a principal preocupação de pensadores, políticos e técnicos residiu nos *tipos de desenvolvimento* a serem implementados como solução para os problemas dos países então chamados de “subdesenvolvidos”. Assim, a realidade histórica do pós-guerra foi “colonizada” pelo *discurso do desenvolvimento* como uma representação que, não só moldou os caminhos pelos quais a realidade era imaginada, como também atuou fortemente junto a ela.

Investigar o *desenvolvimento* como um discurso historicamente produzido implica em examinar o porquê de tantos países terem começado a se auto representarem como *subdesenvolvidos* justamente neste momento, quando o “como desenvolver-se” tornou-se questão vital, a ponto de grupos dirigentes latinos em geral abraçarem a tarefa de “*não subdesenvolverem-se a si mesmos*”, mesmo que às custas de crescentes intervenções externas em seus países. Por tais razões o discurso do desenvolvimento originou um eficiente *aparato institucional voltado para a produção de conhecimento e o exercício do poder* junto ao Terceiro Mundo, aparato este integrado por uma rede de agências e agentes implantada entre 1945-1955 e que não cessaria de ampliar-se e de produzir novos arranjos entre Saber e Poder disponibilizando, com sucesso, uma forma de gerir o Terceiro Mundo, assegurando o controle sobre seus “povos submetidos”.<sup>10</sup>

O *desenvolvimento* como experiência histórica singular remete a todo um domínio de pensamento e de ação analisável a partir de três eixos: a) as formas de conhecimento que a ele deram materialidade através de projetos, conceitos e teorias; b) o sistema de poder que passou a regular suas práticas e c) as formas de subjetividade coletivas por ele forjadas, que fizeram com que as pessoas passassem a se reconhecer como desenvolvidas ou não. Logo, o desenvolvimento foi tanto uma formação discursiva, quanto um conjunto de instituições incumbido de gerar conhecimentos e técnicas materializadas em ações que produziram o Terceiro Mundo. E rapidamente a hegemonia norte-americana sobre o Ocidente faria com que a “*guerra contra a pobreza*” terceiro-mundista ocupasse lugar proeminente, incentivada, de um lado, pelo reconhecimento de suas condições crônicas de miséria e, por outro, pelo papel imputado aos dirigentes dos países desenvolvidos no sentido de tomarem alguma iniciativa, sob pena dos níveis de instabilidade sócio-política mundiais se tornarem intoleráveis.

E para tratar da pobreza, os líderes das sociedades desenvolvidas construíram novos domínios de Saber-Poder. Além da indústria e da tecnologia, a reordenação do capitalismo referenciou-se, discursivamente,

---

<sup>10</sup> ESCOBAR, A. *Encountering Development – the Making and Unmaking of the Third World*. New Jersey: Princeton University Press, 1995. Ver também, LEAVITT, H U. S. Technical Assistance to Latin American Education. *Phi Delta Kappa*. Gilman: vol. 45, pp. 220-25, 1964.

a políticas de combate à pobreza cujo objetivo era criar novos consumidores e transformar as sociedades, transformando os próprios pobres em objetos de conhecimento e intervenção, originando um sem-número de ações em áreas como Educação, Saúde, Higiene, Moralidade e Emprego, responsáveis pela emergência de um novo campo, denominado pelos pesquisadores de “o social”. Com base nesses pressupostos, Missão Econômica organizada pelo *International Bank for Reconstruction and Development* visitou a Colômbia, em 1949, para formular um programa de desenvolvimento transformado na primeira experiência do tipo patrocinada pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) em um país *subdesenvolvido*. O sentimento messiânico explicitamente expresso na noção de “salvação” resumia a convicção de que existia somente uma forma “correta” para sanar tais problemas: o *desenvolvimento*.<sup>11</sup> Foi aí também que a Fundação Rockefeller tornou-se ativa no continente latino.

Para os Estados Unidos, em princípio, a questão prioritária era a reconstrução da Europa, configurando um padrão de acumulação que Oliveira chama de policêntrico.<sup>12</sup> Enquanto a Europa beneficiou-se do Plano Marshall, o Terceiro Mundo não mereceu igual tratamento: considerando os US\$ 19 bilhões investidos na primeira, menos de 2% desse total reverteram em ajuda norte-americana para a América Latina.<sup>13</sup> Mesmo assim, os rearranjos políticos do pós-guerra, fizeram com que a luta entre Leste e Oeste se deslocasse para o Terceiro Mundo.

Neste quadro a Ciência e a Tecnologia se recolocaram com mais força. O *Programa Ponto IV* do Presidente Truman envolvia a aplicação, nas áreas pobres do mundo, das forças vitais da civilização ocidental: Tecnologia e Capital, apesar do Programa ter repousado muito mais em *assistência técnica*, do que em investimentos. Em outubro de 1945 foi criada, dentro do Departamento de Estado estadunidense, a *Technical Cooperation Administration* (TCA) encarregada de implementar as políticas do Ponto IV. Em 1952 a agência conduzia operações em quase todos os países latinos, pois a Tecnologia, acreditava-se, além de ampliar o progresso material, a ele conferia um sentido de direção em escala planetária, disseminando os ideais “modernos”. O interesse pela América Latina – e pelo Brasil em particular – impulsionou a busca de conhecimentos detalhados sobre sua economia, sociedade, geografia e política, integrando um sistema transnacional de pesquisas que gerou inúmeras capacitações de conhecimento, lado a lado à perda da autonomia de modos de conhecimento nacionalmente construídos, sobretudo no tocante à Pesquisa Agropecuária – que mais de perto me interessa.

<sup>11</sup>A este respeito ver PLANK, D N. *The Means of Our Salvation*. Colorado: Westview Press, 1996; ESCOBAR. *Idem, op. cit.*, p. 26 e PLANK. *Idem, op. cit.*, capítulo V.

<sup>12</sup> OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à Razão Dualista e o Ornitórrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

<sup>13</sup> Cf. M. LATTA. *Idem, op. cit.*, p. 278

As chamadas “velhas maneiras” de pensar sucumbiram ao desejo de crescimento econômico ligado à Fé, revitalizada pela Ciência e a Tecnologia, redentoras da pobreza. À sombra deste viés humanitário, novas formas de poder e controle, sutis e refinadas, seriam praticadas e, em contrapartida, a habilidade dos “povos pobres” de definirem sua própria história seria bastante erodida, sendo seus saberes próprios totalmente desqualificados, transformando-os, eles próprios, em públicos-alvo de programas sofisticados.

## Tecnologia, funcionários e pesquisa agropecuária no Brasil

Partindo das considerações teóricas até aqui tecidas, passo a discutir a relação entre Classes Dominantes Agrárias, Tecnologia e “Burocracia” no Brasil, tomando como referência o caso das políticas de *Pesquisa Agropecuária*. A historiografia sobre o tema costuma focalizá-lo a partir de três vertentes: 1) estudos que o tomam como prática lastreada na suposta imparcialidade da Ciência, dela eliminando a “politicalha”;<sup>14</sup> 2) estudos que tomam a produção de Tecnologia Agropecuária como fruto de projetos vinculados a grupos dominantes – sobretudo multinacionais – em afirmação hegemônica nos países latinos, visando integrá-los aos novos ditames da acumulação capitalista<sup>15</sup> e 3) estudos que o consideram de uma perspectiva eminentemente *produtivista*,<sup>16</sup> centrada na análise da Tecnologia. As três vertentes, por caminhos distintos, compartilham de um reducionismo analítico empobrecedor do estudo da problemática, consagrando clichês sobre a Pesquisa Agropecuária decorrentes tanto de estudos de cunho “oficialista” – produzidos por funcionários (burocratas) dos órgãos encarregados dessa atividade<sup>17</sup> –, quanto daqueles baseados em referenciais teóricos marxistas.<sup>18</sup>

No primeiro grupo, destacam-se trabalhos produzidos por técnicos ou diretores dos organismos estatais incumbidos da Pesquisa Agropecuária que, ao sabor de datas comemorativas, resgataram a “*memória de uma saga*” ou “*o lado de sonhos*” que impregnou os técnicos envolvidos. No

<sup>14</sup> CABRAL, José Irineu. *Sol da manhã*: memória da EMBRAPA. Brasília: Unesco, 2005, p. 57.

<sup>15</sup> AGUIAR, Ronaldo Conde. *Abrindo o Pacote Tecnológico*: Estado e pesquisa agropecuária. São Paulo: Polis; Brasília: CNPq, 1986; FONSECA, Maria Tereza da. *A Extensão Rural, um Projeto Educativo para o Capital*. São Paulo: Loyola, 1985; PINSKY, Jaime (org.) *Capital e Trabalho no Campo*. São Paulo: Hucitec, 1977; dentre outros.

<sup>16</sup> PICCIOTTO, Robert. Pesquisa agrícola: um exame da viabilidade dos programas de pesquisa agrícola dos países em desenvolvimento. *Finanças e Desenvolvimento*. Washington, D.C: 5(2): 45-8, jun. 1985; SOUZA, I. S de & STAGNO, H. *Organismos de investigação agropecuária nos países do cone sul*. Montevideu: IICA, 1991; SCHNEIDER, J. E & TOURINHO, M. M. *Pesquisa para o desenvolvimento*. Brasília: EMBRAPA, 1992; PASTORE, J (org.) *Agricultura e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: APEC, 1973, dentre outros.

<sup>17</sup> CABRAL, op. cit.; FURTADO FILHO et al. *Gotas de suor*: uma trajetória de 40 anos. Florianópolis: EPAGRI, 1996; SILVA FILHO, Manoel M. da. *A Extensão Rural em Meio Século*. Natal: EMATER-RN, 2005.

<sup>18</sup> SILVA, José Graziano da. *A modernização dolorosa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976; FONSECA, M. S. da. *Produtividade agrícola, pesquisa e extensão rural*. São Paulo: IE-USP, 1984; RODRIGUES, Cyro M. A pesquisa agropecuária no período do pós-guerra. *Caderno de Difusão Tecnológica*. Brasília: 4 (3), 205-254, set/dez, 1987, dentre outros.

caso brasileiro é paradigmático o livro de José Irineu Cabral – primeiro diretor-presidente da *Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária* (Embrapa) – prefaciado pelo então Ministro da Agricultura e financiado pela UNESCO, pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)<sup>19</sup> e pela Confederação Nacional da Agricultura (CNA), órgão máximo de representação do agroempresariado. Não é demais pontuar que *a nata do grande capital agropecuário e financeiro* encontrou-se umbilicalmente ligada à fundação da Empresa, em 1973. Estes estudos, importantes pontos de partida para a reflexão sobre a história das relações entre Estado/Classes Dominantes/“Burocracia”/Pesquisa Agropecuária no Brasil, partem do suposto de que Ciência e Tecnologia são o passaporte para a “imparcialidade” das instituições e das políticas de pesquisa, bem como das análises a seu respeito, gozando seus autores da imunidade contra “as interferências nocivas da política”. Os autores “oficialistas”, todavia, não puderam deixar de sinalizar a “maior influência dos políticos na escolha dos dirigentes, superando os critérios técnicos”<sup>20</sup> na própria Embrapa, fazendo com que qualquer *negatividade* na atuação das agências de Pesquisa Agropecuária fosse sempre atribuída a fatores externos a ela e não a *conflitos endógenos*, inerentes à origem de classe/trajetória de seus dirigentes e funcionários. A negação dos conflitos próprios ao permanente processo de redefinição do Estado restrito e seus órgãos implica num sério desdobramento: a recusa da história-processo e a afirmação de uma perspectiva naturalizada sobre a origem da Pesquisa Agropecuária no país, como se as políticas a ela antes destinadas simplesmente não tivessem existido.

Já os autores da segunda vertente que analisam as relações entre Estado e Pesquisa Agropecuária como produto das redefinições verificadas na acumulação capitalista mundial – em boa parte filiados ao marxismo – promovem uma leitura crítica e processual da temática. Entretanto, incorrem num vício contumaz, pois, mesmo entendendo a “modernização da agricultura” sob dupla ótica – como processo de inserção da agricultura no capitalismo mundial e como ideologia que reflete objetivos políticos da intervenção estatal no setor – partem de uma hipótese equivocada, segundo a qual “o impulso da modernização teve origem, de fato, **num exterior, o Estado**”.<sup>21</sup> Ora, definir o Estado como “exterior” à atividade é bastante questionável, sobretudo quando se opera com o conceito de Estado Ampliado elaborado por Gramsci, que implica na permanente interrelação entre Sociedade Civil e Sociedade Política (ou Estado restrito). A primeira é portadora dos aparelhos de hegemonia que organizam as “vontades

<sup>19</sup> A OCB, criada em 1969, foi responsável, em 1993, pela criação da todo poderosa ABAG, representante dos interesses do agronegócio no Brasil e concebida por Roberto Rodrigues, ex-ministro da Agricultura do governo Lula e à época, presidente da OCB. Cf. MENDONÇA, Sonia Regina de. *O Patronato Rural no Brasil Recente*. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2010.

<sup>20</sup> J. I. CABRAL. *Idem, op. cit.*, p. 57.

<sup>21</sup> R. C. AGUIAR. *Idem, op. cit.*, p.1. Grifos meus

coletivas”, gerando o consenso em torno a um projeto hegemônico, enquanto a segunda é integrada por um conjunto de organismos que asseguram, quer pela coerção, quer pela difusão do consenso, a hegemonia de um projeto. Reduzir o papel do Estado nas sociedades capitalistas ao estatuto de *exterior* à sociedade recoloca a velha diátribe teórica calcada no embate entre as matrizes Liberal e Marxista de Estado, onde “duelavam” o Estado Sujeito (entidade “acima” da sociedade) e o Estado Objeto dos marxistas ortodoxos (entendido como “marionete” da burguesia).<sup>22</sup> Ambas as perspectivas recusam a visão do Estado como condensação de relações sociais, o que permite ver que nem o Estado é “exterior”/“superior” à Sociedade, nem esta é “inferior”/“mais frágil” que o Estado. Outro reducionismo comum nessas análises é a associação mecânica estabelecida entre a criação de agências estatais de Pesquisa Agropecuária e o processo de subordinação da agricultura à lógica do capital internacional. Sem discordar do óbvio considero que analisar tais políticas *sem enunciar os grupos de interesse patronais* junto a elas imbricados, sobretudo os chamados ruralistas, resulta numa história *com classes, porém sem atores sociais* concretos.

A terceira vertente mencionada, integrada por análises destinadas a avaliar basicamente a *eficácia* das inovações tecnológicas geradas pelos órgãos estatais de Pesquisa Agropecuária é composta, em grande parte, por autores *com inserção acadêmica*. O perfil de seus estudos baseia-se na quantificação das taxas de retorno dos investimentos realizados na produção de Tecnologia Agropecuária, verificando sua relação com o aumento da produtividade agrícola<sup>23</sup> e com o grau de inserção do país à ordem internacional, privilegiando a investigação sobre *commodities*, em detrimento da Tecnologia voltada para a produção destinada ao abastecimento interno. Esse conjunto de trabalhos, a despeito de sua contribuição, compartilha de uma visão sobre as relações entre Estado e Tecnologia Agropecuária de *cunho produtivista e instrumental*, elegendo como eixo da reflexão o impacto da Tecnologia na maximização da produtividade dos fatores terra e trabalho. Por certo não se trata de uma abordagem equivocada, porém restrita, sem enfatizar os desdobramentos *políticos* de tais processos. Afinal, muitas pesquisas estatais derivaram do maior ou menor *poder de pressão de entidades patronais agropecuárias e industriais* ou ainda da *diferenciação sócio-política dos interesses atendidos pela geração de técnicas agrícolas*, priorizando ora ao grande, ora ao pequeno produtor, em função de conjunturas históricas específicas. Assim, uma lacuna permanece em aberto: aquela relativa à *pluralidade de grupos de interesse organizados na sociedade civil* que, direta

<sup>22</sup> Para a discussão sobre Estado Sujeito e Estado Objeto, remeto a BOBBIO, N. & BOVERO, M. *Sociedade e Estado na Filosofia Política Moderna*. São Paulo: Brasiliense, 1997.

<sup>23</sup> DELGADO, G. C. Mudança técnica na agricultura, constituição do complexo agroindustrial e política tecnológica recente. *Caderno de Difusão Tecnológica*. Brasília: 2 (1): 79-97, jan./abr. 1985; PAIVA, R. M.; *Modernização e dualismo tecnológico na agricultura*. Rio de Janeiro: ABCAR, s/d; ICHIKAWA, E. Y. O Estado no apoio à pesquisa agrícola: uma visão histórica. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro: 34 (3): 89-101, maio/jun. 2000.

ou indiretamente inseridos nas agências do Estado, interferiram nos rumos das políticas de Pesquisa Agropecuária realizadas pela Embrapa no Brasil.

Penso que a abordagem aqui sugerida pode dar conta do grande número de ações conjuntas realizadas pelo Estado e agências estrangeiras, mormente estadunidenses, presentes no país desde a década de 1940 quando da fundação do Escritório para a Coordenação das Relações Comerciais e Culturais entre as Repúblicas Americanas, dirigido por Rockefeller. Transformado em 1945 no *Institute of Inter-American Affairs* (IIAA), ele visava “promover o desenvolvimento das relações comerciais e culturais entre as repúblicas americanas de modo a incentivar a solidariedade e aprofundar o espírito de cooperação entre as Américas no interesse da defesa do hemisfério”. Neste sentido, a relação entre Tecnologia, Ruralistas, “Burocracia” e Agricultura no Brasil foi fortemente marcada pela participação estadunidense, fomentada por inúmeros Acordos Bilaterais firmados entre ambos os países e que subordinaram a Pesquisa Agropecuária ao paradigma norte-americano, através de três mecanismos: 1) a preparação, nos EUA, do “pessoal de Estado” especializado em Pesquisa e Extensão Rural; 2) o fomento à fundação/remodelação de órgãos estatais de Pesquisa Agropecuária e 3) a íntima imbricação entre Tecnologia, “Burocracia” e Grupos Agroempresariais inseridos nos organismos de Pesquisa em particular.

Em nome da superação do *subdesenvolvimento*, equipes de técnicos norte-americanos atuaram no Brasil através de dois procedimentos centrais: 1) treinando “funcionários-técnicos” do Estado (muitos deles enviados a universidades nos Estados Unidos), donde resultaram “burocracias nacionais” imbuídas do paradigma tecnológico agropecuário estadunidense; 2) difundindo junto aos funcionários-intelectuais brasileiros a crença na necessidade imperiosa de consumirem-se novas tecnologias agrícolas e de aprimorarem a Pesquisa Agropecuária estatal. Este processo assegurou a expansão do capitalismo estadunidense não só pela ampliação das exportações de suas máquinas e insumos agropecuários, como também pela intensificação de investimentos no fomento a órgãos públicos incumbidos da geração de Tecnologia para o agro brasileiro, cristalizando a Ciência como instrumento de Estado e as Técnicas como elementos de exclusão/subordinação social.

Neste sentido, durante a segunda metade do século XX, o imperialismo norte-americano fomentou o capitalismo no campo brasileiro incentivando tanto sua industrialização – mas uma industrialização voltada para a agropecuária – quanto estimulando a *financeirização da agricultura*. Nesse processo o grande capital ganhou duplamente nas décadas de 1960 e 1970. De um lado, ele teve como parceiros *agroempresários nacionais inseridos diretamente na direção das instituições públicas de Pesquisa Agropecuária* que passaram a subcontratar serviços das próprias empresas privadas que deles se beneficiariam, acabando por privatizar a Embrapa e o próprio Estado (Cf. Quadros I e II adiante). De outro, o grande capital

fortaleceu sua hegemonia através da crescente especialização da “burocracia” encarregada da Pesquisa e da Extensão rural, cuja hierarquização gerou uma tensão “intraestatal” que polarizou “pesquisadores” versus “extensionistas”. Os desdobramentos de ambos os processos beneficiaram os grandes empresários agroindustriais ao ampliar seu poder produzindo, simultaneamente, uma relativa *desmobilização política de trabalhadores rurais e camponeses* que, em contato com o Saber portado pelos técnicos, acabavam muitas vezes por introjetar um Conhecimento que os induzia a consumir os frutos da Ciência estatal. Por tal via acabavam perdendo suas pequenas propriedades, face às dívidas contraídas para a aquisição das novas tecnologias propagandeadas.

Os organismos de Crédito Supervisionado então criados, igualmente eram geridos a partir dos parâmetros ditados pela AIA de Rockefeller, que estabelecia rígidos critérios para a concessão de empréstimos a pequenos agricultores, via bancos estatais. Lembrando que na Extensão Rural os técnicos são elos de uma cadeia que conecta Escritórios de Pesquisa/Laboratórios e “população rural-alvo”<sup>24</sup> é simples perceber o *modus operandi* desse “sistema”: através dos extensionistas, técnica e crédito chegavam ao pequeno produtor que, em contrapartida, via-se obrigado a consumir tecnologias agrícolas compatíveis ao estatuto da *modernidade*. Assim, se a AIA encorajava o uso de sementes mais produtivas, a *International Basic Economics Corporation* (IBEC), outra empresa de Rockefeller, vendia sementes híbridas. Se a AIA pregasse o uso de pesticidas e herbicidas, a IBEC montava uma empresa de fumigação.<sup>25</sup> Logo, a partir dos anos 1960/70, configurou-se um novo padrão de desenvolvimento rural marcado pela precoce constituição daquilo que mais tarde seria chamado de Complexos Agroindustriais (CAIs).<sup>26</sup>

Vale ainda lembrar que o regime militar no Brasil propiciou solo fértil para o florescimento da atividade/ideologia do planejamento que norteou os sistemas de Pesquisa Agropecuária. A criação de *Centros Nacionais por Produtos*, altamente centralizados na década de 1970, por exemplo, seria uma tentativa de reproduzir internamente as funções desempenhadas pelos grandes centros internacionais de pesquisa como o CIMMYT (sigla espanhola do Centro Internacional de Melhoramento de Milho e Trigo, do México) e o IRI, ambos mantidos pela Fundação Rockefeller.

O caso da Embrapa, por exemplo, é emblemático de todas as considerações até aqui tecidas. Sua fundação deveu-se a uma disputa acirrada entre funcionários de carreira do alto escalão do Ministério da Agricultura – todos eles dirigentes da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) – e os “novos ruralistas”, oriundos da entidade patronal agroempresarial hegemônica no país desde os anos 1980, a Organização

<sup>24</sup> BRUNNER, Edmund; SANDERS, Irwin & ENSMINGER, Douglas. *Farmers of the world – the development of Agricultural Extension*. New York: Columbia University Press, 1961, p. 3.

<sup>25</sup> COLBY & DENNET. *Idem, op. cit.*, p. 252.

<sup>26</sup> MENDONÇA, S. R. de. *A Classe Dominante Agrária: Natureza e comportamento (1964 – 1990)*. São Paulo: Expressão Popular, 2006 e também \_\_\_\_\_. *Estado, Educação Rural e Influência Norte-Americana no Brasil (1930-1961)*. Niterói: EdUFF, 2010.

das Cooperativas Brasileiras (OCB). Esta, por sua vez, foi responsável pela fundação, em 1993, da *Associação Brasileira de Agribusiness* (ABAG), o coroamento deste projeto hegemônico “transnacionalizado”.<sup>27</sup> A guisa de ilustração, apreciemos os quadros dirigentes da Embrapa no período compreendido entre 1993 e 2007, que corroboram e dão suporte a esta análise, sobretudo se levarmos em conta que o ano inicial da série foi justamente aquele em que se fundou a entidade patronal agroindustrial e financeira hegemônica até os dias de hoje, no país: a ABAG. Vale lembrar que dentre as iniciativas destinadas a produzir o consenso em torno da imprescindibilidade do agronegócio para o país, esteve a fundação, pela própria ABAG, do PENZA (Programa de Estudos dos Negócios do Sistema Agroindustrial), sediado na Faculdade de Economia e Administração da USP e até hoje atuante.

QUADRO I – Diretores-Presidentes da Embrapa (1993 – 2007)

DIRETOR PRESIDENTE	PERÍODO	DADOS DE TRAJETÓRIA
Murilo Xavier Flores	1991-1994	Agrônomo e Mestre em Economia Rural (1984). Secretário-executivo do Conselho do Pronaf (1996 a 1999); Diretor da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A.
Alberto Duque Portugal	1995-2001	Agrônomo e Dr. em Sistemas Agrícolas pela <i>University of Reading</i> (1982); diretor da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (1978-1987); chefe-geral da Embrapa-Gado de Leite. Foi <b>Diretor da Associação Brasileira de Sementes e Mudanças, sócia da Associação Brasileira de Agribusiness (ABAG)</b> .
Clayton Campanhola	2003-2005	Agrônomo; Mestre em Energia Nuclear na Agricultura e Dr em Entomologia pela Texas University. Diretor da <b>Associação Brasileira de Desenvolvimento Industrial</b> e da <b>Fundação Centro de Estudos de Comercio Exterior (FUNCEX)</b> , ambas <b>associadas à ABAG</b> .
Sílvio Crestana	2005-2009	Físico, mestre em Física Básica (1983), Dr. em Ciências e Pós-doutor em Ciências do Solo e Ambientais pela Universidade da Califórnia (1989). Professor da Pós-graduação em Engenharia Ambiental e Agronegócio na USP. <b>Foi professor do PENZA</b> . É <b>Conselheiro de Agronegócio da FIESP, sócia da ABAG</b> .

FONTES: *Memória Embrapa* (www.embrapa.com.br); sites da Internet; Mendonça, op. cit., 2010.

QUADRO II – Diretores Executivos da Embrapa (1993 – 2007)

DIRETOR EXECUTIVO	PERÍODO	DADOS DE TRAJETÓRIA
Eduardo Paulo de Moraes Sarmiento	1991-1994	Economista e Mestre em Administração de Empresas; Diretor Superintendente da CERES (Fundação de Seguridade Social dos Sistemas Embrapa e Embrater) entre 1995-1999.
Fuad Gattaz Sobrinho	1991-1994	Paulista, Mestre em Ciência da Computação pela PUC-RJ e PhD em Ciência da Computação (University of Maryland - 1984). Inventor de nove tecnologias de software patenteadas e adotadas por mais de 300 multinacionais no Brasil; <b>Assessor da ABAG</b> .

<sup>27</sup> Sobre o tema consultar PINTO, Raphaela Giffoni. *O novo empresariado rural no Brasil: uma análise das origens, projetos e atuação da Associação Brasileira de Agribusiness (1990-2002)*. Niterói: Programa de Pós-Graduação em História da UFF, 2010. (Dissertação de Mestrado).



Manoel Malheiros Tourinho	1991-1994	Mestre em Recursos Naturais pelo Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas (1970) e PhD. em Sociologia Rural (University of Wisconsin, 1982); vice-presidente da Associação das Universidades da Amazônia);
Ivan Sérgio Freire de Souza	1991-1994	Mestre em Sociologia, Dr pelo Ohio State University (1980) e Pós-doutor pela Michigan State University (1996); membro da Secretaria de Administração Estratégica da Embrapa.
Elza Battaglia Brito da Cunha	1991-1994	Bacharel em Direito, Chefe da Secretaria de Propriedade Intelectual da Embrapa (2001 – 2003) e <b>responsável pelas negociações da Embrapa com parceiros privados; Ex-aluna do PENSA.</b>
Alberto Duque Portugal	1991-1994	Agrônomo e Doutor em Sistemas Agrícolas pela <i>University of Reading</i> (1982); diretor da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (1978–1987). Foi <b>Diretor da Associação Brasileira de Sementes e Mudanças (ABRASEM), empresa membro da ABAG.</b>
Márcio de Miranda Santos	1991-1994	Mestre em Genética de Plantas; Dr. em Genética Bioquímica pela USP (1991) e pós-doutor pela Harvard University (1997) e <b>Consultor da FUNCEX, associada à ABAG.</b>
José Roberto Rodrigues Peres	1991-1994	Agrônomo e Mestre em Ciência do Solo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1979).
Elza Battaglia Brito da Cunha	1995-2002	Bacharel em Direito, Chefe da Secretaria de Propriedade Intelectual da Embrapa (2001 – 2003) e <b>responsável pelas negociações da Embrapa com parceiros privados; Ex-aluna do PENSA.</b>
José Roberto Rodrigues Peres	1995-2002	Agrônomo e Mestre em Ciência do Solo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1979).
Dante Giacomelli Scola	1995-2002	Agrônomo, PhD em Economia do Agronegócio pela Universidade de Wisconsin; Assessor Técnico da Presidência da <b>Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados; Vice-presidente da Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica (1998-2003), vinculada à ABAG.</b>
Bonifácio Hideyuki Nakasu	1995-2002	Mestre em Horticultura Fruticultura (Rutgers State University) e Dr em Melhoramento Genético de Plantas pela mesma universidade (1977); <b>diretor técnico da Fundação de Apoio à Pesquisa Agropecuária “Edmundo Gastal” (RS), vinculada à ABAG</b>
Mariza Marilena T. Luz Barbosa	2003-2005	Economista Doméstica, Mestre e Dra. pela Universidade Federal de Viçosa, Coordenadora técnica da <b>Secretaria de Cooperação Internacional da Embrapa</b> (1991-1993); <b>Assessora para assuntos internacionais do Ministério da Agricultura</b> (1993-1995); <b>ex-aluna do PENSA</b>
Gustavo Kauark Chianca	2003-2005	Dr. em Economia e Sociologia pela <i>Université Sorbonne Nouvelle</i> ; Presidente da <b>Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro (2002-2003), associada à ABAG.</b>
Herbert Cavalcante de Lima	2003-2005	Agrônomo (1987), Mestre em Ciência de Alimentos pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (1992), Dr. em Ciência de Alimentos pela Universidade Federal de Lavras (2002).
Tatiana Deane de Abreu Sá	2005-2009	Agrônoma (1971), Especialista em Agrometeorologia pelo <i>International Institute of Tropical Agriculture</i> (1981), especialista em Agrometeorologia pelo Instituto de Pesquisa e Experimentação Agropecuária do Norte; <b>Ex-aluna do PENSA.</b>

**FONTES:** *Memória Embrapa* (www.embrapa.com.br); sites da Internet; Mendonça, op. cit., 2010.

Como se depreende dos Quadros, boa parte dos dirigentes da Embrapa no período recortado originou-se, direta ou indiretamente da Abag ou suas “subsidiárias”, sobretudo o já citado Pensa. No Quadro I, por exemplo, dos quatro presidentes elencados, três pertenciam à Abag (75%), enquanto no Quadro II vemos que, de um total de treze nomes, 10 mantinham vínculos com o binômio Abag-Pensa, representando 77% dos diretores executivos da Embrapa. Todavia, a maior evidência da hegemonia

dos dirigentes da Abag junto à Empresa, reside no fato de ser a própria Embrapa associada da ABAG, o que nos permite concluir que, direta ou indiretamente, os interesses da Abag são os interesses da Embrapa e vice-versa.<sup>28</sup> Outro indício da subalternização da Embrapa à Abag depreende-se do III Plano Diretor da Embrapa (1998), onde se nomeia como “ONGs” os parceiros contratados pela Empresa para desenvolver projetos, tais como a AGCo, a Bunge, a Monsanto, a Empresa Brasileira de Sementes Ltda (EBSL), a MITLA Pesquisa Agrícola Ltda (Agrevo) – todas elas, obviamente, empresas transnacionais e sócias da agremiação.

Logo, o III Plano Diretor da Embrapa, a despeito de veicular discurso favorável aos pequenos produtores, na realidade aprofundou, mais que nunca, seus vínculos com o agronegócio, terceirizando projetos com as próprias empresas a serem por eles beneficiadas. Como exemplos podemos citar alguns convênios terceirizados: 1) aquele entre a Embrapa e Monsanto para o desenvolvimento de soja tolerante a herbicida (25/11/1997) – visando reduzir custos de produção;<sup>29</sup> 2) aquele entre a Embrapa e a Bunge visando estreitar relacionamento nas áreas estratégicas e definir oportunidades de colaboração em projetos de pesquisa (29/09/2005);<sup>30</sup> 3) outro entre a Embrapa e a Monsanto assinando termo de cooperação técnica em prol da agricultura nacional, destinando R\$ 800 mil ao Fundo de Pesquisa da Embrapa (09/11/2006),<sup>31</sup> 4) aquele entre o Grupo Parmalat e a Embrapa -

<sup>28</sup> Em 2008, segundo publicação comemorativa dos 15 anos de existência da ABAG, a entidade contava com 62 sócios, na saber: ADM do Brasil Ltda; AGCO do Brasil; Agência Estado; Agroceres Nutrição Animal Ltda; Agropalma S.A.; Algar S.A. Empreendimentos e Participações; Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação (ABIA); Associação Brasileira dos Criadores de Zebu – ABCZ; Associação da Indústria de Açúcar e Alcool – AIAA; Associação Nacional de Defesa Vegetal – ANDEF; Banco Cooperativo Sicredi S.A. – BANSICREDI; Banco do Brasil S.A.; Banco do Estado de São Paulo S.A. – BANESPA; Banco Itaú BBA S/A; Basf S.A.; Bayer S.A.; Bolsa de Mercadorias e Futuros – BM&F; Bunge Alimentos S.A.; Bunge Fertilizantes S.A.; Caramuru Alimentos S.A.; Cargill Agrícola S.A.; Ceres Consultoria S/C Ltda; CNH Latin América Ltda; Cocamar Cooperativa Agroindustrial; Companhia de Tecidos Norte de Minas – COTEMINAS; Companhia Vale do Rio Doce; Coopavel Cooperativa Agroindustrial; Cooperativa Agroindustrial dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano Ltda. – COMIGO; Cooperativa Agropecuária de Araxá – CAPAL; Cooperativa Regional dos Cafeicultores de Guaxupé; Ltda. – COOXUPÉ; Du Pont do Brasil S.A.; Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA; Evonik Degussa Brasil Ltda; Federação das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul – Fecoagro/Fecotrígo; FMC Química do Brasil Ltda; Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiroz – FEALQ; Globo Comunicação e Participações S.A.; Goodyear do Brasil Produtos de Borracha Ltda; IP Desenvolvimento Empresarial e Institucional; John Deere Brasil S.A.; Maeda S. A. – Agroindustrial; Malteria do Vale S.A.; Máquinas Agrícolas Jacto S.A.; Marchesan Implementos e Máquinas Agrícolas Tatu S.A.; Monsanto do Brasil Ltda.; MRS Logística S.A.; Petrobras; Pirelli Pneus Ltda; PricewaterhouseCoopers; Sadia S.A.; Safras & Mercado; Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Agrícola (SINDAG); Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Saúde Animal (SINDAN); Syngenta Seeds Ltda; Syngenta Produção de Cultivos Ltda; Trademaq – Eventos e Publicações Ltda; União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA); União dos Produtores de Bioenergia; Usina Alto Alegre S/A. [www.abag.org.br](http://www.abag.org.br) (acessado em outubro de 2008).

<sup>29</sup> <http://www.embrapa.br/imprensa/noticias/1997/abril/bn.2004-11-25.8434017366/>, capturado em 10/06/2012.

<sup>30</sup> “A Bunge, por ser uma rede mundial de negócios e transferência de tecnologia, ter a expertise em gestão da inovação e facilidade em mobilizar e gerir recursos; e a Embrapa, por reunir grande parte da massa crítica em P&D do Brasil, uma rede de laboratórios e ter capilaridade nacional e tecnologia tropical”. <http://www.embrapa.br/imprensa/noticias/2005/setembro/foldernoticia.2005-09-26.8798480371/noticia.2005-09-29.2173002635>, capturado em 01/05/2012.

<sup>31</sup> Tal verba seria oriunda do compartilhamento dos direitos de propriedade intelectual, a título de *royalties*, sobre a comercialização de variedades de soja da Embrapa com a tecnologia *Roundup Ready*, na safra 2005/06. <http://>

interessado nas pesquisas por esta desenvolvidas com pecuária de corte e etanol (05/09/2007),<sup>32</sup> dentre centenas de outras, divulgadas quer no *site* da Abag, quer no da Embrapa.

Diante do exposto fica patente o compromisso da Embrapa em promover a *competitividade externa dos produtos brasileiros*, sem considerar aspectos como a geração de empregos produtivos no meio rural ou mesmo a diminuição das disparidades regionais. Nessas circunstâncias, a Empresa passou a sofrer uma série de pressões *endógenas e exógenas*, no sentido de promover mudanças em suas políticas, das quais se destacou a criação da *Secretaria de Administração Estratégica*, iniciativa do presidente do órgão, Clayton Campanhola, nomeado pelo Ministro de Segurança Alimentar, José Graziano da Silva. Em seu discurso de posse Campanhola desagradou a muitos “usuários” da Empresa, ao afirmar que passaria a dar ênfase à produção familiar em detrimento do agronegócio. Assim se esboçou o Macro Programa Nº 6, a ser instituído em fins de 2004.

A reação da Abag e associadas não se fez esperar. Através do Ministro da Agricultura Roberto Rodrigues, fundador e ex-presidente da própria Abag, o presidente da Empresa e toda a sua equipe foram sumariamente demitidos em janeiro de 2005. O jornal *Folha de São Paulo* afirmaria que, depois de dois anos de divergências nos bastidores:

A intenção agora é **priorizar projetos ligados ao agronegócio, em detrimento da agricultura familiar**, segundo a *Folha* apurou. Cada vez mais fortalecido no governo, Rodrigues avaliava que a **diretoria da Embrapa era muito petista e convenceu o presidente Luiz Inácio Lula da Silva a deixá-lo indicar nomes de sua confiança**. Foi demitido o presidente da instituição, Clayton Campanhola - um quadro petista. No seu lugar, assume Silvio Crestana, físico e funcionário da Embrapa desde 1984.<sup>33</sup>

A politização interna da Embrapa ocupou espaço na mídia que denunciava tanto que a “*política contamina pesquisas na Embrapa*”,<sup>34</sup> quanto as constantes interferências diretas do Ministro da Agricultura ao nomear e alterar diretrizes da Pesquisa Agropecuária desenvolvida pelo órgão. Visando superar o mal-estar político gerado por tal conjuntura, novo Diretor-presidente seria nomeado para a Empresa: o físico Silvio Crestana que, numa demonstração de “boa vontade”, passou a reunir-se, desde 2007, com os Secretários do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

---

[www.embrapa.br/imprensa/noticias/2006/novembro/foldernoticia.2006-11-03.7341198208/noticia.2006-11-09.2979729959](http://www.embrapa.br/imprensa/noticias/2006/novembro/foldernoticia.2006-11-03.7341198208/noticia.2006-11-09.2979729959), acessado em 01/05/2012.

<sup>32</sup> <http://www.embrapa.br/imprensa/noticias/2007/setembro-1/1a-semana/grupos-damha-e-parmalat-estabelecem-parceria-com-a-embrapa>, acesso em 01/05/2012.

<sup>33</sup> *Folha de São Paulo*, 21/01/2005: p. 7, grifos no original.

<sup>34</sup> *O Globo*, 17/03/2005: p. 9.

## Comentários finais

Por certo, toda modernização traz consigo a marca da desigualdade técnica e regional. Como exemplo, cito o crescimento da tratorização rural no Brasil na década de 1970, que foi da ordem de 6.500%, apesar de 52% dos tratores concentrarem-se em apenas 2,6% dos estabelecimentos rurais, todos com mais de 100 hectares.<sup>35</sup> A intervenção do Estado junto a certos setores produtivos foi o canal pelo qual fluíram as condições da internacionalização da agricultura brasileira, orientada para atender aos interesses do grande capital. A própria oferta de crédito, altamente seletiva, era concentradora e especializadora, não produzindo respostas adequadas à pequena produção, conquanto se ampliasse para culturas exportáveis como as da soja, café, cana, algodão e trigo, marginalizando os pequenos produtores voltados para o mercado interno. A partir dos anos 1980 a Pesquisa Agropecuária ajustaria sucessivamente seu “modelo” face às repercussões da crise econômica de inícios da década, somente recuperando-se a partir do apoio de agências internacionais e da privatização de alguns de seus órgãos – públicos – aprofundando ainda mais a participação do capital privado nas várias etapas da geração e transferência de Tecnologia. Daí decorreu que a validação da Tecnologia deixou de ser feita com a participação dos produtores em seus estabelecimentos, *eximindo pesquisadores e extensionistas de conhecer seu público-alvo*, afastando-os do trabalho de campo. As prioridades da Pesquisa passaram a ser definidas em encontros de especialistas, segmentando brutalmente Trabalho Intelectual e Trabalho Manual e condenando este último a condições de mobilização política bastante complicadas.

A relação entre “Burocracia”, Tecnologia e Agricultura no Brasil não apenas facilitou a penetração do capitalismo no campo, como o fez sem a necessidade de reformas agrárias de fato redistributivistas. Daí podermos falar das políticas de pesquisa agropecuária como instrumentos de uma “*antirreforma agrária*”. Ao assim proceder ratificava-se a subalternidade do trabalhador rural, “boquiaberto” diante de um Saber sofisticado, cujos instrumentos de viabilidade acentuavam seu suposto atraso e consagravam as hierarquias sociais vigentes no campo, em nome de uma agricultura dita moderna.

Por fim cabe ressaltar que a modernização tecnológica foi, em si mesma, um poderoso instrumento de concentração fundiária, pois a propriedade da terra era a virtual condição para se obter créditos subsidiados. Durante as décadas de 1970-80 as expulsões violentas e a minifundização sob intervenção estatal priorizaram a *modernização* das grandes propriedades/agroempresas, reforçando a monetarização da força de trabalho e o encolhimento da pequena produção, reproduzindo as desigualdades que julgavam combater, sobretudo aquelas entre produtores e regiões de perfis distintos.

<sup>35</sup> R. C. AGUIAR. *Idem, op. cit.*, p. 52.

## Fontes e Referências Bibliográficas

- AGUIAR, Ronaldo Conde. *Abrindo o Pacote Tecnológico: Estado e pesquisa agropecuária*. São Paulo: Polis; Brasília: CNPq, 1986.
- BOBBIO, Norberto & BOVERO, Michelangelo. *Sociedade e Estado na Filosofia Política Moderna*. São Paulo: Brasiliense, 1997.
- BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Lingüísticas – O que Falar quer Dizer*. São Paulo: Edusp, 1996.
- BRUNNER, Edmund; SANDERS, Irwin & ENSMINGER, Douglas. *FARMERS OF THE WORLD – the development of Agricultural Extension*. New York: Columbia University Press, 1961.
- CABRAL, José Irineu. *Sol da manhã: memória da EMBRAPA*. Brasília: Unesco, 2005.
- COLBY, Gerard & DENNET, Charlotte. *Seja Feita a Vossa Vontade: Nelson Rockefeller e o Evangelismo na Idade do Petróleo*. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- DELGADO, G C. Mudança técnica na agricultura, constituição do complexo agroindustrial e política tecnológica recente. *Caderno de Difusão Tecnológica*. Brasília: 2 (1): 79-97, jan./abr, 1985.
- DRAKE, P. From Good Men to Good Neighbors (1912-1932). In: *Exporting Democracy: The United States and Latin America*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1991.
- EMBRAPA. *III Plano Diretor: Realinhamento Estratégico – 1998-2003*. Brasília: Serviço de Publicações da Informação, 1998.
- ESCOBAR, A. *Encountering Development – the Making and Unmaking of the Third World*. New Jersey: Princeton University Press, 1995.
- FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo: 21/01/2005.
- FONSECA, Maria Teresa da. *A Extensão Rural, um Projeto Educativo para o Capital*. São Paulo: Loyola, 1985.
- FONSECA, M. S. da. *Produtividade agrícola, pesquisa e extensão rural*. São Paulo: IE-USP, 1984.
- FURTADO FILHO *et all*. *GOTAS DE SUOR: uma trajetória de 40 anos*. Florianópolis: EPAGRI, 1996.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, vols. 2 e 3.
- ICHIKAWA, E Y. O Estado no apoio à pesquisa agrícola: uma visão histórica. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro: 34 (3): 89-101, maio/jun. 2000.
- LATTA, M. Point Four: a Modest Program. *Education*. Gilman, vol. 71: pp. 123-130, 1951.
- LEAVITT, H U. S. Technical Assistance to Latin American Education. *Phi Delta Kappa*. Gilman: vol. 45, pp. 220-25, 1964.

- MENDONÇA, Sonia Regina de. *A Classe Dominante Agrária: Natureza e comportamento (1964 – 1990)*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- \_\_\_\_\_. *Estado, Educação Rural e Influência Norte-Americana no Brasil (1930-1961)*. Niterói: EdUFF, 2010.
- \_\_\_\_\_. *O Patronato Rural no Brasil Recente*. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2010.
- MOURA, Gerson. *Autonomia na Dependência*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.
- O GLOBO. Rio de Janeiro: 17/03/2005.
- OLIVEIRA, F de. *Crítica à Razão Dualista e o Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- PAIVA, Ruy M. *Modernização e dualismo tecnológico na agricultura*. Rio de Janeiro: ABCAR, s/d.
- PASTORE, J (org.) *Agricultura e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: APEC, 1973.
- PICCIOTTO, Robert. Pesquisa agrícola: um exame da viabilidade dos programas de pesquisa agrícola dos países em desenvolvimento. *Finanças e Desenvolvimento*. Washington, D.C: 5(2): 45-8, jun. 1985.
- PINSKY, Jaime (org.) *Capital e Trabalho no Campo*. São Paulo: Hucitec, 1977.
- PLANK, D N. *The Means of Our Salvation*. Colorado: Westview Press, 1996.
- PINTO, Raphaela Giffoni. *O novo empresariado rural no Brasil: uma análise das origens, projetos e atuação da Associação Brasileira de Agribusiness (1990-2002)*. Niterói: Programa de Pós-Graduação em História da UFF, 2010, Dissertação de Mestrado.
- POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o Poder, o Socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- RODRIGUES, Cyro M. A pesquisa agropecuária no período do pós-guerra. *Caderno de Difusão Tecnológica*. Brasília: 4 (3), 205-254, set/dez, 1987.
- SCHNEIDER, J. E & TOURINHO, M. M. *Pesquisa para o desenvolvimento*. Brasília: EMBRAPA, 1992.
- SILVA FILHO, Manoel M. da. *A Extensão Rural em Meio Século*. Natal: EMATER-RN, 2005.
- SILVA, José Graziano da. *A modernização dolorosa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- SOUZA, I. S de & STAGNO, H. *Organismos de investigação agropecuária nos países do cone sul*. Montevideú: IICA, 1991.
- WARE, George. *Preliminary Report. Agricultural Technical Assistance Program to Brazil*. Washington D.C.: IIAA, 1946.
- [www.abag.org.br](http://www.abag.org.br) (acessado em outubro de 2008).
- [www.embrapa.br/imprensa/noticias/1997/abril/bn.2004-11-25.8434017366/](http://www.embrapa.br/imprensa/noticias/1997/abril/bn.2004-11-25.8434017366/) (acesso em 10/06/2012).
- [www.embrapa.br/imprensa/noticias/2005/setembro/foldernoticia.2005-09-](http://www.embrapa.br/imprensa/noticias/2005/setembro/foldernoticia.2005-09-)

26.8798480371/ notícia.2005-09-29.2173002635 (capturado em 01/05/2012).

[www.embrapa.br/imprensa/noticias/2006/novembro/foldernoticia.2006-11-03.7341198208/noticia.2006-11-09.2979729959](http://www.embrapa.br/imprensa/noticias/2006/novembro/foldernoticia.2006-11-03.7341198208/noticia.2006-11-09.2979729959) (acessado em 01/05/2012).





# **O BANCO MUNDIAL E A REFORMA AGRÁRIA ASSISTIDA PELO MERCADO: AGENDA POLÍTICA, INSTRUMENTOS E RESULTADOS (1990-2013)**

*João Márcio Mendes Pereira*<sup>1</sup>

Este artigo analisa a “reforma agrária assistida pelo mercado” (RAAM), concebida e impulsionada pelo Banco Mundial (BM) em diversos países do mundo nos anos 1990 e 2000. O trabalho aborda a agenda política na qual a RAAM se inseriu, os instrumentos de ação dessa agenda e da própria RAAM e os resultados a que sua implementação chegou nos três países latino-americanos que mais se destacaram nessa matéria – Colômbia, Brasil e Guatemala. O tema foi objeto de debates e embates políticos intensos travados a nível internacional em torno da sua experimentação. Tomá-lo como objeto de investigação põe em evidência muitos dos argumentos e tomadas de posição que nos últimos anos cercaram o tema da reforma agrária, dentro e fora do Brasil.

De início, o artigo esboça os contornos gerais do processo de ampliação e reciclagem do programa político neoliberal operado pelo BM em meados da década de 1990, do qual a RAAM fez parte. A seguir, discute as razões que levaram a instituição a reconstruir sua política agrária após o fim da guerra fria. Na seqüência, resume em que consiste a agenda agrária vigente do BM. Depois, analisa os pressupostos teóricos e a racionalidade política de um componente específico dessa agenda: a RAAM. A seguir, avalia o desempenho desse modelo nos três países latino-americanos que mais se destacaram na sua implementação. Por fim, uma breve conclusão.

## **Reciclagem e extensão do neoliberalismo como programa político**

No início dos anos 1980, com os governos Thatcher e Reagan, o ambiente político mundial sofreu uma guinada liberal-neoconservadora aguda, expressa, entre outras dimensões, na pressão que seria exercida pelo eixo anglo-americano pela liberalização das economias nacionais. No caso da América Latina, essa pressão seria reforçada após a eclosão da crise da dívida externa em 1982. Era o ponto culminante de um processo de endividamento, sobretudo com bancos privados americanos, praticado com a conivência do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do BM. A

---

<sup>1</sup> Doutor em História pela UFE, professor adjunto de História da América Contemporânea da UFRRJ, professor do Programa de Pós-Graduação em História da UFRRJ e professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe da UNESP. E-mail: joao\_marcio1917@yahoo.com.br.

dívida rapidamente se converteu em instrumento para disciplinar *em série* as políticas econômicas dos países devedores, conforme o credo neoliberal emergente.

A expressão “ajustamento estrutural” se tornou lugar comum nos anos seguintes na maioria dos países da América Latina, da África e em parte da Ásia. O escopo e a abrangência das condicionalidades exigidas pelo BM se ampliaram gradativamente. Entre 1982 e 1985, o objetivo dos programas de ajuste consistia na estabilização macroeconômica de curto prazo, a partir da contenção do consumo interno, do arrocho salarial, do corte de gastos sociais e da redução do investimento público. Depois de 1985, a privatização do setor produtivo estatal entrou na agenda, e logo na seqüência foi a vez da liberalização financeira.

Em 1989, as principais forças que impulsionavam a liberalização realizaram em Washington uma reunião de avaliação de resultados. Registrou-se entre eles o acordo amplo sobre as reformas de política econômica em curso na América Latina, assim como a necessidade de acelerar a sua execução dentro e fora da região. O decálogo de prescrições ficou conhecido como “Consenso de Washington”.<sup>2</sup> Erguido sobre os escombros do muro de Berlim, tal decálogo expressava a convergência entre o *mainstream* do pensamento econômico, o governo republicano dos EUA e os interesses financeiros simbolizados por Wall Street.<sup>3</sup>

Na América Latina, mais do que em qualquer outra região, rapidamente a nova plataforma política se internalizou, na medida em que grande parte das principais forças políticas latino-americanas, de praticamente todos os matizes ideológicos e partidos, alinhou-se à idéia de que só havia então um único objetivo a perseguir: a construção de uma “economia de mercado globalizada”. E tal objetivo, por sua vez, só poderia ser alcançado por um único caminho: a destruição da soberania nacional em matéria de política econômica e o aniquilamento de todo e qualquer “custo” social e trabalhista que onerasse a rentabilidade do capital. Nos principais países da região, novas coalizões de poder comprometidas com o programa político neoliberal passaram a ganhar, em série, eleições presidenciais. No mesmo período, a negociação com os credores internacionais chegou ao fim e as portas do sistema financeiro internacional, fechadas desde 1982, abriram-se novamente, mas agora pela via da globalização financeira. Por outro lado, os planos de integração econômica subordinada da região à economia americana caminhavam a passos acelerados, a começar pelo Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA), iniciado em janeiro de 1994. Tudo parecia corroborar o discurso da estandartização do mundo e do “fim da história”.

<sup>2</sup> Cf. WILLIAMSON, John. “What Washington means by policy reform”, in. \_\_\_\_ (ed.) *Latin American Adjustment: How Much Has Happened*. Washington, DC: IIE, pp. 5-20, 1990.

<sup>3</sup> GUILHOT, Nicolas. *The Democracy Makers: Human Rights and the Politics of Global Order*. New York: Columbia University Press, 2005, p. 197.

Contudo, o impacto político provocado pela insurreição neozapatista em janeiro de 1994 e, sobretudo, a crise financeira no final do mesmo ano arranharam a confiança do *establishment* capitalista. Até aquele momento, o México havia sido a economia estrela das instituições gêmeas de Bretton Woods (FMI e BM) e da banca privada internacional. Ao mesmo tempo, em vários países, os efeitos socialmente regressivos das políticas em curso começaram a se avolumar e tensões políticas e sociais ganharam visibilidade. Alguns governos da região passaram a sofrer uma queda rápida e acentuada de popularidade e as críticas ao neoliberalismo ganharam mais projeção. Por outro lado, os países que haviam adotado as receitas dominantes padeciam de baixo crescimento, quando não de estagnação ou recessão, enquanto os que trilhavam rotas capitalistas alternativas, como os países do sudeste da Ásia, ostentavam taxas elevadas de crescimento industrial e estabilidade dos indicadores macroeconômicos % até a crise financeira no final de 1997 e 1998 varrer também o “milagre asiático”.<sup>4</sup> De todo modo, entre 1995 e 1997, alguns atores de ponta da ordem internacional passaram seriamente a reavaliar não o mérito, mas o escopo e a forma de implementação da agenda neoliberal.

Parte da rede de poder global dos Estados Unidos,<sup>5</sup> o BM, em consonância com outros organismos multilaterais e *think tanks* internacionais, passou a advogar a realização de um “segundo estágio” de reformas estruturais, a fim de consolidar os cânones macroeconômicos impostos no estágio anterior, manter a orientação econômica ao exterior, corrigir eventuais desvios de rota e aprofundar os processos de liberalização e privatização em curso, estendendo-o, inclusive, para novas áreas estratégicas.

Para legitimar essa reciclagem e extensão do programa neoliberal, o BM adotou o discurso da mudança, passando a defender uma agenda de reformas que fosse “além” do Consenso de Washington.<sup>6</sup> Quatro consignas foram estabelecidas e repetidas como a ponta da nova agenda: a “complementariedade entre Estado e mercado”, o abandono da idéia de Estado “mínimo” em favor de um Estado “eficaz”, a centralidade das “instituições” e o “combate à pobreza”.<sup>7</sup> Elaborada entre os anos de 1995 a 1998, tal reciclagem estabeleceu como prioridade a implementação de três ações estratégicas para a América Latina e o Caribe.<sup>8</sup>

<sup>1</sup> Cf. WADE, Robert e VENEROSO, Frank. “The Asian crisis: the high debt model versus the Wall Street-Treasury-IMF complex”, *New Left Review*, 228, March-April, pp. 3-23, 1998.

<sup>2</sup> Cf. PEREIRA, João Márcio Mendes. *O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

<sup>3</sup> Cf. BURKI, Shahid J. e PERRY, Guillermo. *Más allá del Consenso de Washington: la hora de la reforma institucional*. Washington, DC: World Bank, 1998.

<sup>4</sup> BANCO MUNDIAL. *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial*. Washington, DC: 1997a.

<sup>5</sup> Cf. BANCO MUNDIAL. *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial*. Washington, DC: 1997a; \_\_\_. *¿Qué significa para el Banco Mundial la reforma del Estado?* Washington, DC: 1996a; BURKI, Shahid J. e PERRY, Guillermo. *Más allá del Consenso de Washington: la hora de la reforma institucional*. Washington, DC: World Bank, 1998; \_\_\_. *The Long March: a Reform Agenda for Latin America and the Caribbean in the Next Decade*. Washington, DC: World Bank, 1997.

A primeira era a “reforma do Estado”, entendida, em linhas gerais, como a combinação de onze medidas: a) blindagem (*insulation*) das agências estatais responsáveis pela condução da política econômica contra “pressões particularistas” decorrentes da atuação parlamentar, da luta popular ou mesmo de demandas de frações dominadas das classes dominantes (p.ex., setores industriais ligados ao mercado interno); b) ofensiva contra direitos dos trabalhadores do setor público; c) redução e reforma gerencial de todo funcionalismo público, por meio da adoção de novas tecnologias e formas de controle e concorrência do processo de trabalho já utilizadas no setor privado; d) implementação acelerada da descentralização administrativa (na prática, muito mais uma desconcentração seletiva de funções do Executivo federal); e) expansão arranjos “público-privados” na definição e na gestão de políticas públicas, outorgando maior poder a grupos empresariais e fundações privadas no manejo direto da administração pública; f) extensão da aplicação do princípio da “recuperação de custos”, isto é, da cobrança de taxas aos “consumidores” pela prestação de serviços públicos essenciais; g) reorganização do sistema escolar e do poder judiciário, mediante descentralização administrativa, adoção de padrões de remuneração por produtividade e de formas de concorrência para captação de recursos públicos e privados; h) conclusão do ciclo de privatizações de empresas e bancos públicos; i) reestruturação da seguridade social, aumentando o tempo de contribuição para a aposentadoria e achatando o valor recebido; j) aperfeiçoamento do instrumental jurídico voltado à segurança dos direitos de propriedade; l) criação de marcos institucionais que garantissem a segurança e a alta rentabilidade dos fluxos de capital financeiro.

A segunda ação estratégica era o “combate à pobreza”. Contra a noção de direitos universais de cidadania, a agenda prescrita pelo BM consistia na criação de programas e projetos de alívio paliativo e focalizado da pobreza, preferencialmente onde as tensões sociais pudessem alimentar a oposição política ou de algum modo fugir do controle político e repressivo do Estado. Para tal, o BM passou a estimular o redesenho da política social na direção de um novo tipo de filantropia, baseada na mobilização e articulação de empresas, organizações não-governamentais (ONGs), esferas subnacionais de governo e associações locais ou comunitárias. Termos como sociedade civil, participação, voluntariado, capital social, descentralização e empoderamento foram criados ou reformulados e difundidos para legitimar a neoliberalização das políticas sociais. O imediatismo e a urgência do “combate à pobreza” deram o tom da nova questão social, entendida como administração eficiente de recursos escassos. Recomendou-se explicitamente a realização de um trabalho ideológico intenso no âmbito da sociedade civil para “dar aos pobres condições para que se tornem advogados mais efetivos dos seus próprios interesses”.<sup>9</sup> ONGs e associações voluntárias

---

<sup>1</sup> BANCO MUNDIAL. *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial*. Washington, DC: 1997a, p. 63.

cumpririam um papel fundamental nessa direção, com o propósito de legitimar a redução da democracia na política econômica pelo aumento da participação em esferas institucionais seguramente limitadas.

A terceira ação estratégica consistia em fazer avançar a liberalização dos mercados de trabalho, terra e crédito – até então considerados pouco ou nada atingidos pela “primeira geração” de reformas –, por meio de mudanças na legislação vigente e no aparelho de Estado.

Para esse segundo estágio, não apenas o conteúdo, mas a forma de execução das reformas assumiu importância central, uma vez que, na avaliação do BM, salvo no caso das ações para o “alívio da pobreza”, a natureza da matéria em disputa tornava o processo necessariamente mais lento e complexo, com resultados perceptíveis apenas a médio e longo prazos e sujeito a retrocessos. Prevendo resistência de segmentos organizados (sobretudo da administração pública e do magistério) com relativo poder de vocalização, o BM sugeria diversas medidas específicas para dividi-los e cooptá-los.<sup>10</sup> Porém, a principal diretriz consistia na construção prévia de um apoio político interno mais amplo às reformas. Para isso, além de criarem espaços para o “diálogo” e a “concertação” de interesses, os operadores locais deveriam dosar de maneira adequada a velocidade e o seqüenciamento tático de execução das reformas, a fim de ajustá-las às “especificidades nacionais”.

Para amarrar ainda mais os governos da região à execução desse receituário, o BM, além de cancelar as políticas do FMI e as decisões da Organização Mundial do Comércio (OMC), propôs a realização de acordos internacionais pró-liberalização. Num período de ascensão da crítica ao neoliberalismo, esse tipo de instrumento serviria para elevar os custos políticos a serem enfrentados por governos que decidissem – ou fossem levados a – trilhar rotas soberanas e alternativas de desenvolvimento.

## A retomada da política agrária pelo Banco Mundial

Um dos itens das reformas de “segunda geração” era a liberalização dos mercados de terra. Com efeito, ao longo dos anos 1990, o BM retomou e atualizou a sua agenda agrária, posta de lado durante a década anterior em função da prioridade dada aos programas de ajustamento macroeconômico e à renegociação da dívida externa dos países latino-americanos. Com esse novo movimento, o BM pretendia adequá-la à neoliberalização em curso.

Nesse âmbito, a ação do BM se concentrou em dois eixos complementares.<sup>11</sup> Por um lado, viabilizar a mercantilização total do acesso

<sup>10</sup> Cf. BURKI, Shahid J. e PERRY, Guillermo. *Más allá del Consenso de Washington: la hora de la reforma institucional*. Washington, DC: World Bank, 1998.

<sup>11</sup> Cf. BANCO MUNDIAL. *Llegando a los pobres de las zonas rurales*. Estrategia de desarrollo rural para América Latina y el Caribe. Washington, DC: julho, 2002; \_\_\_\_\_. *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial*. Washington, DC: 2002a; \_\_\_\_\_. *Rural Development: From Vision to Action – A Sector Strategy*. Washington, DC: 1997.

à terra rural por meio de mudanças institucionais e legais, a fim de elevar a produtividade da terra, favorecer o livre fluxo de força de trabalho no campo, atrair capital privado para a economia rural e potencializar a integração subordinada de parcelas do campesinato pobre aos processos produtivos comandados por empresas agroindustriais. Por outro lado, promover a implantação de um conjunto de programas focalizados voltados ao alívio da pobreza rural, especialmente em países ou regiões onde as tensões no campo pudessem alimentar a oposição política à agenda dominante.

A partir da segunda metade dos anos noventa, os empréstimos do BM em matéria agrária aumentaram sensivelmente.<sup>12</sup> Além do crédito, o BM publicou diversos relatórios que almejam estabelecer uma base teórica supostamente universal para a formulação de políticas agrárias,<sup>13</sup> articulou o apoio político e financeiro de agências bilaterais e outros organismos internacionais à sua agenda rural<sup>14</sup> e também promoveu em diversos países (no Brasil, na Guatemala e na Colômbia, p.ex.) seminários e oficinas para grupos selecionados de pesquisadores, lideranças sindicais, quadros de governo e diretores de ONGs, com o objetivo de pautar a definição e a gestão da política agrária dos Estados nacionais.

O que levou o BM a assumir uma posição de liderança, frente às demais organizações internacionais, na elaboração e difusão de uma agenda de políticas agrárias ao longo da década de 1990? E por que o Banco passou a enfatizar a necessidade de desconcentração da propriedade da terra, num contexto em que o tema “reforma agrária” parecia coisa do passado? Como mostram diversos documentos, o BM procurou responder a um cenário específico de oportunidades e necessidades.

Em primeiro lugar, a oportunidade aberta pelo fim da guerra fria de tratar de maneira supostamente “desideologizada” os problemas associados à concentração fundiária.<sup>15</sup> Segundo essa formulação, diferentemente dos anos 1960 ou 1970, quando a disputa pela realização de reformas agrárias estava associado a algum ideal “revolucionário”, a derrocada do bloco soviético teria inaugurado uma nova fase, na qual essas questões poderiam ser tratadas de modo “pragmático” e “inovador” tanto por agências multilaterais como por governos nacionais. Ou seja, o impacto ideológico da derrocada dos regimes socialistas teria desarticulado a ligação entre a bandeira da reforma agrária e referências abrangentes e incômodas, de tal maneira que uma “nova era de políticas de reforma agrária” estaria se

<sup>12</sup> Cf. SUÁREZ, Sofia M. *Política de tierras y desarrollo rural del BIRD*. Heidelberg: FIAN Internacional, 2005.

<sup>13</sup> Cf. BANCO MUNDIAL. *Colombia: Land Policy in Transition*. Washington, DC: Report n° 27942-CO, 2004; \_\_\_\_\_. *Land Policies for Growth and Poverty Reduction*. Washington, DC: 2003; DE FERRANTI, David et al. *Beyond the City: the Rural Contribution to Development*. Washington, DC: World Bank, 2005.

<sup>14</sup> Cf. BANCO MUNDIAL. *Implementing Reaching the Rural Poor*. A Progress Report on Rural Strategy Implementation for the World Bank Board of Executive Directors. Washington, DC: May 6, 2004a.

<sup>15</sup> DEININGER, Klaus e BINSWANGER, Hans. “The evolution of the World Bank’s land policy: principles, experience and future challenges”, *The World Bank Research Observer*, vol. 14 (2), 1999, p. 248.

iniciando.<sup>16</sup> Caberia ao BM, então, aproveitar essa oportunidade, tratando de maneira “técnica” as tensões sociais no meio rural provocadas ou agravadas pela liberalização econômica.

O próprio processo de liberalização parecia criar novas oportunidades para uma ação mais proeminente do BM no meio rural. De acordo com os seus economistas, a combinação de estabilidade macroeconômica, abertura comercial, desregulamentação das economias domésticas e, de maneira geral, o desmonte de políticas nacional-desenvolvimentistas (protecionismo, crédito subsidiado, isenções fiscais, etc.) estariam eliminando o uso da propriedade da terra como reserva de valor. Nesse novo ambiente econômico – “aberto” e “orientado para fora” –, seria possível romper com a experiência passada e implementar uma reforma agrária que não distorcesse preços, nem criasse regulações que impedissem a livre transação mercantil de terras. Enfim, uma reforma agrária “menos prejudicial ao funcionamento dos mercados”.<sup>17</sup>

Em segundo lugar, havia a necessidade de estimular a criação de mecanismos capazes de prevenir ou dirimir rapidamente conflitos agrários, cuja escalada carrega um potencial disruptivo que, na avaliação do BM, precisa ser neutralizado.<sup>18</sup> Em um importante relatório setorial sobre o tema, o BM deu atenção especial à construção de mecanismos voltados para evitar ou reduzir o impacto das disputas sobre a posse e a propriedade da terra rural, mostrando não apenas que muitos dos embates políticos mais importantes vividos por diversas sociedades tiveram raízes em lutas por terra (p.ex., Guatemala, Colômbia, El Salvador), como também que a resolução de conflitos agrários foi fundamental para viabilizar os acordos de paz que puseram fim a longas guerras civis (p.ex., Moçambique, Etiópia, Camboja, Nicarágua). O relatório recomendou que os governos dos Estados clientes evitassem o acúmulo de conflitos de “baixa intensidade”, pois isso não apenas poderia comprometer a acumulação de capital pelo sucessivo desinvestimento provocado pela “sensação de insegurança”, como também a escalada potencial de tensões poderia levar à quebra de legitimidade da ordem política vigente.<sup>19</sup>

Em terceiro lugar, o BM, por sua própria inserção política, intelectual e financeira, foi compelido a estabelecer os termos legítimos de como lidar com a pobreza rural nos países periféricos, agravada pela implementação dos programas de ajustamento estrutural postos em prática desde o início dos anos 1980.<sup>20</sup> Nos anos 1990, um conjunto de organismos internacionais

<sup>16</sup> DE JANVRY, Alain e SADOULET, Elisabeth. *Access to Land and Land Policy Reforms*. Texto preparado para o projeto de pesquisa Distribuição de Terra, Reforma Agrária e Crescimento Econômico do Institute for Development Economics Research (WIDER/ONU), p. 21-22.

<sup>17</sup> DEININGER, Klaus e BINSWANGER, Hans. *Op., cit.*, p. 267.

<sup>18</sup> BINSWANGER, Hans e DEININGER, Klaus. “South African land policy: the legacy of history and current options”. In: VAN ZYL, Johan, KIRSTEN, Johann e BINSWANGER, Hans (eds) *Policies, Markets and Mechanisms for Agricultural Land Reform in South Africa*. Washington, DC: Draft Manuscript, 1995, p. 48.

<sup>19</sup> BANCO MUNDIAL. *Land Policies for Growth and Poverty Reduction*. Washington, DC: 2003, p. 157-164.

<sup>20</sup> Cf. SAPRIN. *Las políticas de ajuste estructural en las raíces de la crisis económica y la pobreza: una evaluación participativa multinacional del ajuste estructural*. Washington, DC: abril, 2002.

passou a enfatizar o “combate à pobreza” como questão social central, inclusive mudando do enfoque centrado da transferência de renda para outro, centrado na geração de renda e na mudança de posição na esfera produtiva. O BM acompanhou e influenciou decisivamente nesse movimento,<sup>21</sup> passando a reconhecer a necessidade de criação de mecanismos de acesso à terra como forma de reduzir a “vulnerabilidade” dos “pobres rurais” e aumentar suas “oportunidades”. Assim, a distribuição de “ativos” (terra, por exemplo) – e a conseqüente inserção mercantil dos indivíduos – passou a ser defendida como um instrumento de “alívio da pobreza” mais barato, eficiente e adequado a políticas pró-mercado.

Em quarto lugar, o BM também foi compelido pelos seus membros mais poderosos a atuar na linha de frente da transição das sociedades do antigo bloco soviético ao capitalismo neoliberal. Como revelam diversos documentos,<sup>22</sup> a descoletivização e a desestatização da matriz de propriedade da terra ocuparam lugar central na estratégia empregada pelo BM para aqueles países ao longo dos anos 1990, inclusive figurando como condicionalidades em empréstimos de “ajustamento estrutural” concedidos em conjunto com o FMI.

Por fim, o BM foi compelido a melhorar a “performance” dos projetos ligados ao desenvolvimento rural, depois do fracasso – reconhecido pelo próprio BM<sup>23</sup> – da grande maioria das iniciativas feitas nessa área entre os anos 1970 e 1980, normalmente em oposição a propostas de reforma agrária. De certo modo, tal fracasso desorientou o cerne da formulação do BM para o setor rural, razão pela qual ele vinha executando desde meados dos anos 1980 apenas ações pontuais, desarticuladas de qualquer enfoque mais abrangente, como havia nos anos 1970.<sup>24</sup> A construção de um enfoque mais abrangente seria efetuada com base no neoinstitucionalismo neoclássico, configurando uma abordagem centrada na promoção de mercados de terras.

## Objetivos, diretrizes e linhas de ação da política agrária do Banco Mundial

Subordinada à promoção da agenda mais ampla de reformas de “segunda geração”, a política agrária do BM teve como objetivos estimular

<sup>21</sup> Cf. BANCO MUNDIAL. *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2000-2001*. Washington, DC: 2001; \_\_\_\_\_. *World Development Report*. Washington, DC: 1990.

<sup>22</sup> Cf. BANCO MUNDIAL. *Rural Development: From Vision to Action – A Sector Strategy*. Washington, DC: 1997; \_\_\_\_\_. *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial*. Washington, DC: 1996.

<sup>23</sup> Cf. BANCO MUNDIAL. *Rural Development: From Vision to Action – A Sector Strategy*. Washington, DC: 1997; \_\_\_\_\_. *Effective Implementation: Key to Development Impact – Report of the World Bank’s Portfolio Management Task Force*. Washington, DC: 1992.

<sup>24</sup> Cf. BINSWANGER, Hans. “Rural development and poverty reduction”. In: VAN ZYL, Johan, KIRSTEN, Johann e BINSWANGER, Hans (eds) *Políticas, Markets and Mechanisms for Agricultural Land Reform in South Africa*. Washington, DC: Draft Manuscript, 1995, pp. 88-94.



relações de arrendamento e de compra e venda de terras, incidindo particularmente na privatização de terras coletivas, públicas e comunais. Segundo o BM,<sup>25</sup> tudo isso dinamizaria de tal maneira os mercados fundiários que o livre fluxo de transações comerciais permitiria a substituição rápida de produtores “menos eficientes” por “mais eficientes”, favorecendo uma distribuição mais equilibrada da propriedade da terra. Por sua vez, isso contribuiria para atrair capital privado para a economia rural, possibilitando a emergência ou o fortalecimento de mercados financeiros rurais, dada a maior formalização da propriedade.

Para viabilizar tais objetivos, o BM deslançou duas iniciativas: por um lado, a promoção de novos arranjos institucionais de gestão fundiária ou administração de terras; por outro, a implementação de um modelo de acesso à terra alternativo à reforma agrária.

A primeira iniciativa buscou traduzir a agenda mais ampla de “reforma do Estado” para o âmbito da gestão fundiária. Aclamada como “novo paradigma”, a administração de terras consiste na municipalização dos instrumentos de política agrária e na criação de toda sorte de mecanismos de gestão “público-privados” locais. Na prática, isto exige mudanças simultâneas nos âmbitos político-administrativo, jurídico e tributário.<sup>26</sup>

No plano político-administrativo, o BM advoga a montagem de uma “estrutura institucional” capaz de: a) garantir a segurança dos direitos de propriedade e uso da terra, a fim de preservar e estimular o fluxo de capital privado – doméstico e estrangeiro – para a economia rural; b) formalizar os mercados fundiários, por meio, sobretudo, de programas de titulação privada; c) unificar informações relativas à distribuição e à situação legal dos estabelecimentos rurais; d) prover, de maneira rápida, informações necessárias às transações no mercado fundiário (preços, qualidade da terra, oferta e demanda, etc.); e) baixar “custos de transação”, a partir da informatização e da simplificação burocrática do registro e do cadastro de terras; f) dirimir ou controlar rapidamente tensões no campo, por meio de instâncias e órgãos locais, impedindo que o acúmulo de conflitos de “baixa intensidade” se amplie e possa provocar efeitos politicamente disruptivos. Em tal estrutura, as funções de formulação, decisão e coordenação ficariam sob estrito controle federal, mas sua execução seria descentralizada e articulada em arranjos “público-privados” entre agências estatais, associações voluntárias, ONGs e “setor privado” em geral.

No âmbito jurídico, o BM preconiza a revisão imediata da legislação agrária vigente, especialmente naqueles países que experimentaram processos de reforma agrária, uma vez que tal quadro legal, ao impedir ou dificultar o arrendamento e a compra/venda de terras, obstaculizaria o

<sup>25</sup> Cf. BANCO MUNDIAL. *Colombia: Land Policy in Transition*. Washington, DC: Report n° 27942-CO, 2004; \_\_\_\_\_. *Land policies for growth and poverty reduction*. Washington, DC: 2003; \_\_\_\_\_. *Llegando a los pobres de las zonas rurales* – Estrategia de desarrollo rural para América Latina y el Caribe. Washington, DC: julio, 2002; \_\_\_\_\_. *Rural Development: From Vision to Action* – A Sector Strategy. Washington, DC: 1997.

<sup>26</sup> Cf. BANCO MUNDIAL. *Land Policies for Growth and Poverty Reduction*. Washington, DC: 2003.

funcionamento “eficiente” do mercado fundiário. O chamado “setor reformado” (por reformas agrárias do passado) seria o primeiro território cujas terras deveriam ser transacionadas em mercados formais de arrendamento e compra/venda.

No âmbito tributário, o BM defende a municipalização da tributação sobre a terra rural, com o objetivo de financiar a montagem de um aparato local de administração de terras, aumentar as finanças locais – e, com isso, contribuir para o movimento mais amplo de descentralização do Estado – e aumentar a produtividade agrícola. Por outro lado, embora insista que propostas de tributação progressiva têm pouca ou nenhuma viabilidade política,<sup>27</sup> faz questão de ressaltar que elas podem configurar uma espécie de “expropriação indireta”, o que, na sua visão, não seria recomendável.<sup>28</sup>

As mudanças nos três âmbitos acima mencionados conformariam um novo aparato institucional capaz, segundo os documentos do BM, de expandir e acelerar as relações de arrendamento e compra/venda de terras rurais.

A segunda grande iniciativa posta em prática pelo BM foi a reforma agrária assistida pelo mercado, objeto da discussão daqui em diante.

## **A “reforma agrária assistida pelo mercado”: pressupostos teóricos e racionalidade política**

A proposta de “reforma agrária assistida pelo mercado” (*market-assisted land reform*) foi elaborada com o objetivo de substituir a reforma agrária redistributiva, baseada no instrumento da desapropriação de propriedades rurais que não cumprem a sua função social (definida em lei), por relações de compra e venda de terras. Posto em prática sob diferentes formatos, teve início em 1994 na Colômbia e, em três anos, já operava na África do Sul, no Brasil e na Guatemala. Uma década depois da sua estréia, países tão distintos como Honduras, México, Maláui, El Salvador e Filipinas já punham em prática experiências de algum modo a ela associadas. Em poucos anos, uma onda de políticas de acesso à terra de novo tipo havia se estabelecido internacionalmente.

Para legitimá-la, o BM realizou uma dupla operação. De um lado, criticou radicalmente o que ele mesmo denominou de reforma agrária “conduzida pelo Estado” (*state-led land reform*), baseada no instrumento da desapropriação. De outro, trabalhou para que a RAAM fosse aceita política e conceitualmente como uma nova modalidade de reforma agrária redistributiva, depurada de todos os supostos “defeitos” das experiências

<sup>27</sup> Cf. DEININGER, Klaus e FEDER, Gershon. *Instituciones y política de tierras: mensajes fundamentales del Informe de la Investigación sobre política*. Pachuca: texto apresentado no Taller regional sobre asuntos de tierras en Latinoamérica y el Caribe, 2002, p. 34.

<sup>28</sup> BANCO MUNDIAL. *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial*. Washington, DC: 2005, p. 104.

do passado e coerente com os imperativos do livre mercado. Com esse duplo movimento, o BM ao mesmo tempo continuou a reconhecer a necessidade da reforma agrária para desconcentrar a propriedade da terra em sociedades altamente desiguais, mas passou a negar a atualidade da ação desapropriacionista e redistributiva do Estado. Dessa maneira, a RAAM foi entronizada como o modelo de ação fundiária mais adequado aos países periféricos marcados por altos índices de concentração da propriedade da terra, pobreza rural e tensões sociais no campo, em parte agudizados pelas próprias políticas neoliberais patrocinadas pelo BM.

O pressuposto da RAAM é a falência histórica do que os economistas do BM denominaram de reforma agrária “conduzida pelo Estado”, modelo “desapropriacionista” ou “tradicional” de reforma agrária. Ou seja, a RAAM foi criada para substituir algo que teria deixado de ser viável na atual fase do capitalismo, porque: a) é politicamente conflituoso e as condições para a sua execução não são replicáveis em condições democráticas “normais”, uma vez que ela contém uma dimensão confiscatória (quando a indenização aos proprietários inexistente ou é fixada abaixo dos preços de mercado) contra a qual, inevitavelmente, insurgem-se os grandes proprietários de terra; b) é insustentável financeiramente, quando compensa os antigos proprietários a preços de mercado, que são distorcidos por políticas econômicas e setoriais que elevam o preço da terra acima da rentabilidade gerada pela atividade agrícola; c) é orientado para “substituir os mercados”, e não para dinamizá-los, resultando num complexo de restrições legais que teriam solapado o funcionamento dos mercados de arrendamento e de compra e venda de terras, dificultado o acesso à terra por potenciais demandantes mais eficientes e alimentado burocracias centrais encapsuladas em busca de sua auto-reprodução e, frequentemente, corruptas; d) por ser baseado na desapropriação, carrega um componente coercitivo que enseja contestações judiciais que não apenas elevam a indenização dos antigos proprietários acima dos preços praticados no mercado, mas também retardam o processo de assentamento e reforma, prejudicando os potenciais beneficiários; e) em muitos casos constitui uma doação do Estado, quando os beneficiários não pagam pela terra recebida; f) é pautado pela lógica do conflito, uma vez que só são desapropriadas propriedades rurais objeto de ocupações de terra ou tensões sociais; g) quando isto não ocorre, funciona como um modelo dirigido pela oferta, cabendo ao Estado selecionar a terra ou os beneficiários independentemente da demanda real; historicamente, esse processo de seleção não foi comandado por critérios técnicos ou de necessidade, mas sim por ingerências políticas, o que gerou ineficiência econômica, baixa competitividade e não necessariamente focalizou a parcela mais pobre do campesinato; h) não resolveu o problema da falta de acesso à terra para um amplo contingente de trabalhadores rurais, situação que estaria na origem de ocupações de terra, dos conflitos agrários e da violência rural; i) estabelece a aquisição da terra sem um planejamento prévio das atividades

produtivas a serem realizadas posteriormente; j) é um modelo centralizado, estatista e burocrático, que desestimula a participação social, a transparência e o “empoderamento” dos beneficiários, e não cria as condições adequadas para as necessárias sinergias entre os setores público e privado; também não permite a fluidez dos mercados e das informações necessária à orientação dos agentes econômicos, nem contempla a heterogeneidade sócio-econômica e cultural do universo rural; l) de modo geral, restringiu-se tão-somente à distribuição de terra, dando pouca ênfase ao desenvolvimento produtivo dos assentados ou do setor reformado; m) não oferece “opções de saída” para os produtores agrícolas ineficientes, seja porque sua implementação foi acompanhada por medidas restritivas ao funcionamento dos mercados de arrendamento e compra e venda, seja porque não incorporou a questão do trabalho não-agrícola; n) é indissociável do modelo nacional-desenvolvimentista, que penaliza os pequenos agricultores e o setor agrícola, protege segmentos economicamente ineficientes e não responde aos imperativos da liberalização comercial; o) não reduziu ou eliminou a pobreza rural, nem promoveu o desenvolvimento rural.

A RAAM é, portanto, uma construção inteiramente baseada na crítica e na desqualificação de outro tipo de ação fundiária, considerada inviável e anacrônica no capitalismo contemporâneo. Segundo os economistas do BM, a principal diferença entre ambos reside na sua natureza: enquanto o modelo “tradicional” é visto como “coercitivo” e “discricionário”, posto que baseado na desapropriação, o modelo de mercado é exaltado como “voluntário” e “negociado”.<sup>29</sup>

Na prática, a RAAM nada mais é do que uma mera relação de compra e venda de terras entre agentes privados financiada pelo Estado, que fornece um subsídio variável para investimentos em infraestrutura socioprodutiva e contratação de serviços privados de assistência técnica. Quanto menor for o preço pago pela terra (empréstimo), maior será a quantia a fundo perdido disponível para investimento, e vice-versa. Os vendedores são pagos previamente em dinheiro a preço de mercado, enquanto os compradores assumem integralmente (ou na sua maior parte) os custos da aquisição da terra e os custos de transação. Os compradores podem pleitear o acesso ao financiamento individualmente e/ou via associações comunitárias, dependendo do formato dos programas.

De acordo com os economistas do BM, a RAAM seria superior à chamada reforma agrária “conduzida pelo Estado” porque: a) custa menos, uma vez que a terra é adquirida por barganha mercantil entre compradores e vendedores voluntários, sobre a qual não cabem disputas judiciais; b) viabiliza o acesso à terra por meio de uma operação de mercado entre agentes privados, pela qual o agente financeiro é ressarcido pelo empréstimo concedido; c) tem caráter voluntário, descentralizado e “dirigido

<sup>1</sup> BURKI, Shahid J. e PERRY, Guillermo. *The Long March: A Reform Agenda for Latin America and the Caribbean in the Next Decade*. Washington, DC: World Bank, 1997, p. 95.

pela demanda”, o que favorece a participação e a autonomia dos beneficiários, estimula ações criativas para a superação de dificuldades e responde melhor às necessidades locais; d) é viável politicamente, pois transações mercantis voluntárias não penalizam os proprietários de terra; e) estimula a cooperação, na medida em que a aquisição de terras ocorre através de associações comunitárias; f) incentiva o desenvolvimento produtivo dos camponeses, porque pressupõe o planejamento das atividades antes da aquisição da terra, fornece recursos a fundo perdido para tal fim e estimula o associativismo; g) estimula a criação e/ou dinamização dos mercados de terra, requisito básico para a melhoria da eficiência econômica; h) contribui para a formalização dos direitos de propriedade, na medida em que, por um lado, só transaciona imóveis legalmente titulados e, por outro, dá origem a novos segmentos de proprietários; i) estimula o desenvolvimento dos mercados financeiros rurais, na medida em que os novos proprietários, com títulos seguros, passam a transacionar nos mercados de terra e a demandar crédito; j) oferece opções de saída para os agricultores menos eficientes, permitindo que outros (mais eficientes) possam ter acesso à terra; l) permite a realização simultânea de atividades agrícolas e não-agrícolas, uma vez que são os próprios agricultores que decidem que tipo de investimento e atividade querem desenvolver; m) é descentralizado e pouco burocrático, o que lhe acelera o trâmite administrativo e reduz as condições para a corrupção praticada pela burocracia pública; o) é coerente com a liberalização das economias nacionais, que pressupõe a “fluidez” das relações mercantis em todos os setores; p) vincula-se às reformas de “segunda geração”, direcionadas a consolidar as políticas de ajustamento por meio de mudanças institucionais.

Para os economistas do BM, a implementação da RAAM pressupõe o aumento da oferta mercantil de terras, o que, por sua vez, dependeria de uma série de precondições e ações complementares. Seis delas são consideradas indispensáveis: a) a constituição de um “campo de jogo nivelado” (*level playing field*), i.e., a eliminação de subsídios, isenções fiscais e tarifas de proteção que privilegiam o segmento de grandes proprietários, os quais, junto com a inflação, contribuem para elevar o preço da terra acima da sua rentabilidade agrícola; b) o fim das restrições legais que impedem o “livre funcionamento” dos mercados de compra/venda e arrendamento; c) algum tipo de tributação (não necessariamente progressiva) sobre a terra, a fim de desestimular a sua subutilização e a especulação fundiária; d) a clareza legal dos direitos de propriedade e uso da terra, sobretudo por meio de sua formalização e individualização (titulação privada); e) a criação ou a melhoria dos sistemas de informação de mercado, a fim de orientar os agentes econômicos sobre preços e características dos imóveis; f) a redução dos custos de transação, por meio de medidas de simplificação administrativa e jurídica. Seguindo-se todos esses passos, estaria aberta a oportunidade histórica para implementar uma reforma agrária “amistosa com o mercado”.

Articulado à realização das reformas de “segunda geração”, esse conjunto de ações criaria um novo ambiente econômico – “aberto” e

“orientado para fora” –, no qual diminuiriam as “distorções” que elevam o preço da terra acima da rentabilidade agrícola e restringem a sua oferta mercantil.

Tal como exposta, esta versão da RAAM jamais se materializou. Sem dúvida, há uma distância entre as propostas do BM e o que os governos podem executar, condicionada pela estrutura econômica, pela correlação de forças políticas interna e externa e por contingências históricas. Mas, neste caso específico, deve-se notar o caráter altamente idealizado da proposta do BM, baseada em pelo menos dois pressupostos equivocados: a crença de que os agentes sociais orientam suas ações por razões “puramente econômicas” e a crença de que, nos países de capitalismo dependente, a especulação fundiária é conjuntural, produto de “distorções políticas” e “falhas de mercado”, e não estrutural. Assim, acreditou-se que haveria um aumento substancial da oferta mercantil de terras como resposta imediata à convergência entre queda relativa da inflação, abertura comercial e redução de subsídios e isenções fiscais a grandes proprietários “ineficientes”. Não se levou devidamente em conta o que a propriedade da terra rural significa em termos de ganhos financeiros e vantagens econômicas de todo tipo, nem o seu peso na configuração das relações de poder entre classes e grupos sociais, sobretudo em sociedades altamente desiguais.

Ao longo da segunda metade dos anos 1990, a versão original foi dando lugar a outra, restrita ao tema do alívio da pobreza e das políticas agrárias, no bojo das quais a RAAM seria apenas mais uma opção, e não a ação principal.<sup>30</sup> Mesmo com esse “rebaixamento”, a ação política e intelectual do BM não cessou de insistir em cinco aspectos cruciais: a) a centralidade da liberalização dos mercados de compra/venda e arrendamento como forma de distribuição de terras dos produtores menos eficientes para os mais eficientes; b) a crítica sistemática à reforma agrária “desapropriacionista”, considerada inviável, indesejável e anacrônica; c) a equivalência da RAAM à reforma agrária redistributiva, como se fossem sinônimas; d) a ênfase na necessidade de avanço e aprofundamento das reformas estruturais de “segunda geração”; e) a centralidade absoluta do conceito de compradores e vendedores voluntários/interessados (*willing sellers/willing buyers*), que dá à RAAM a característica ineludível de mera transação patrimonial.

A forma de implementação dos programas orientados pelo modelo do Banco variou segundo as especificidades nacionais (base institucional-legal, correlação de forças, momento político, etc.), discutidas amplamente em outro espaço.<sup>31</sup> Contudo, vale destacar que em nenhum caso se adotou a tributação progressiva nem a titulação sistemática; tampouco foi criado um aparato descentralizado de informações de mercado e registro de terras.

<sup>1</sup> Cf. BURKI, Shahid J. e PERRY, Guillermo. *The Long March: A Reform Agenda for Latin America and the Caribbean in the Next Decade*. Washington, DC: World Bank, 1997.

<sup>2</sup> Cf. PEREIRA, João Márcio Mendes. *A política de reforma agrária de mercado do Banco Mundial: fundamentos, objetivos, contradições e perspectivas*. São Paulo: Hucitec, 2010a.

Ou seja, a implementação dos mecanismos de apoio considerados necessários para o aumento da oferta de terras, a segurança institucional dos direitos de propriedade e, conseqüentemente, a clareza legal dos bens a serem transacionados no mercado, ficaram, basicamente, no nível das “recomendações”. Por fim, também em nenhum país a RAAM foi inserida numa estratégia “ampla e efetiva” de redução da pobreza rural.

## Resultados da RAAM

Com base em diversas pesquisas realizadas sobre os casos do Brasil, da Colômbia e da Guatemala,<sup>69</sup> pode-se afirmar que o desempenho dos programas associados à RAAM contradiz suas supostas vantagens e as expectativas inicialmente atribuídas a ela pelos seus proponentes e operadores locais, uma vez que: a) os preços pagos pela terra não foram tão baratos como havia se pensado, apesar do pagamento à vista, e a má qualidade das terras adquiridas em parcela significativa dos casos só vem a ressaltar esse fato, de modo que é correto afirmar que os programas premiaram proprietários que, por meio deles, venderam imóveis abandonados, falidos e mal localizados; b) em nenhum dos três países foi ofertada no mercado uma quantidade substancial de terras por parte de grandes proprietários endividados, apesar de períodos de queda relativa do preço da terra, de maneira que o perfil predominante dos vendedores parece ser de médios e até pequenos produtores arruinados pela abertura comercial e pelas políticas neoliberais; c) há evidências de que a execução dos programas provocou o aumento do preço da terra em muitas localidades, ainda que tal efeito não tenha sido homogêneo nem constante no tempo; d) majoritariamente, os projetos produtivos são dominados pela agricultura de subsistência, e não por uma agricultura comercial de alta rentabilidade; e) nos casos considerados positivos pelo Banco, houve a reprodução da dependência à monocultura e ao modelo tecnológico tradicional, inviável economicamente para os agricultores pobres e ecologicamente insustentável; f) a quantia concedida a fundo perdido se revelou insuficiente para alavancar a produção agrícola, razão pela qual os agricultores permanecem dependentes de uma política pública substantiva de crédito rural; g) os mercados formais de crédito privado permaneceram inacessíveis aos que ingressaram nos programas orientados para RAAM; h) ocorreu

---

<sup>69</sup> Cf. GAROZ, Byron et al. Balance de la aplicación de la política agraria del Banco Mundial en Guatemala (1996-2005). Guatemala: CONGCOOP, octubre, 2005; MONDRAGÓN, Hector. “Colombia: o mercado de tierras o reforma agraria”. In: BARROS, Flávia et al. (orgs.) *Os impactos negativos da política de reforma agrária de mercado do Banco Mundial*. Brasília: Rede Brasil/MST/Via Campesina/FIAN/Environmental Defense/CPTI, pp. 137-68, 2003; SUHNER, Stephan. “Colombian countryside between privileges of Latifundistas, modernizing authoritarianism and peasant repression”. In: GUIMIRE, K. (ed.) *Civil Society and the Market Question: Dynamics of Rural Development and Popular Mobilization*. New York: Palgrave Macmillan/UNRISD, pp. 68-99, 2005; PEREIRA, João Márcio Mendes. *A política de reforma agrária de mercado do Banco Mundial: fundamentos, objetivos, contradições e perspectivas*. São Paulo: Hucitec, 2010.

enorme déficit de participação social em diversos – em alguns casos, em todos – componentes e fases dos programas implementados; i) os mutuários tiveram poder desigual na negociação com os proprietários de terra, fato que, por si só, demonstra que a formulação da RAAM não leva em conta as relações realmente existentes de exploração econômica, dominação política e prestígio social inscritas no monopólio da propriedade da terra em países altamente desiguais; j) ficou evidenciado que são os agentes do Estado que efetivamente protagonizam todo o processo de compra e venda de terras, e não “compradores e vendedores voluntários e racionais”, como pressupõe a RAAM; l) não ocorreu nas associações comunitárias processo algum de “auto-seleção” dos mutuários, pois, de diferentes maneiras, houve influência ou tutela de forças externas, como agentes governamentais, proprietários, políticos locais, ONGs, etc.) na prática, a elaboração de projetos produtivos viáveis não se deu antes da aquisição da terra, como estabelece a RAAM, de modo que não serviu como pré-condição para as transações imobiliárias; n) quando existiu, a assistência técnica foi precária e irregular, dificultando sobremaneira o desempenho produtivo das famílias financiadas; o) não houve transparência na execução dos programas nem prestação de contas dos seus resultados à sociedade, o que realça ainda mais a total falta de controle social e participação efetiva dos trabalhadores sem terra; p) houve inúmeras denúncias de corrupção e favorecimento ilegal a grandes e médios proprietários; q) em nenhum caso foram oferecidas condições para os camponeses construírem e gerirem suas próprias agroindústrias; r) tais programas operaram de maneira seletiva e pontual, frequentemente para aliviar tensões sociais no campo ou atender aos interesses dos proprietários ou de políticos locais, sem qualquer articulação com estratégias de desenvolvimento rural e de redução da pobreza; s) em nenhum país o “setor privado” se dispôs a financiar a compra de terras, ou qualquer outro componente dos programas, de tal maneira que todo o ônus recaiu sobre o Estado; t) em maior ou menor grau, era significativo contingente de trabalhadores endividados.

Além disso, como já foi mencionado, não foram implementadas as ações de apoio à RAAM necessárias, segundo os economistas do BM, ao incremento da oferta mercantil de terras e à diminuição dos “custos de transação”, como a tributação sobre a propriedade rural, a titulação privada e a modernização dos sistemas de registro e cadastro de terras.

Igualmente, em lugar algum ocorreu o tão reclamado “campo de jogo nivelado”, como crêem os economistas neoclássicos. Em vez da eliminação dos “privilégios” concedidos pelo Estado a grandes proprietários de terra e produtores rurais que “distorceriam” os mercados, houve mudanças mais ou menos significativas na articulação entre Estado, frações do empresariado rural e capital financeiro, impulsionadas em parte pelas oportunidades abertas pelas políticas de liberalização econômica, em parte pelas estratégias de negócio das grandes corporações agroindustriais. Nessas novas condições, o monopólio de classe sobre a terra rural nem de longe



foi questionado – ao contrário.

Por fim, em nenhum país os programas foram inseridos numa estratégia ampla de redução da pobreza rural e das desigualdades sociais. Na prática, foram programas mais ou menos pontuais, com orçamentos minguados, executados sem qualquer conexão com políticas públicas de caráter estrutural.

Tais resultados demonstram que a teoria da RAAM não se sustenta. Os seus pressupostos básicos não se materializaram nos programas implementados e suas supostas vantagens não se concretizaram.

É possível concluir, então, que os programas orientados pela RAAM não contribuíram para democratizar a estrutura agrária, nem era esse o seu objetivo, pois foram criados para tão-somente aliviar de maneira paliativa e focalizada os efeitos sociais negativos provocados ou agravados pelas políticas neoliberais. Além disso, não tiveram condições de minimamente atender à “demanda” por terra existente, porque eram desprovidos da capacidade de ganhar escala social devido ao pagamento em dinheiro a preços de mercado. Aliás, pela mesma razão, eram caros, o que os condenou a serem programas completamente incapazes de fazer frente à magnitude do problema agrário “realmente existente”. Seguiram o objetivo de esvaziar a pressão social pró-reforma agrária, oferecendo uma forma de acesso à terra que concorria com as ocupações organizadas por movimentos sociais. Por fim, em todos os três casos, a implementação de tais programas requereu a introdução de mudanças no aparato estatal, sempre com o mesmo sentido: deslegitimar o exercício do poder redistributivo do Estado.

Por outro lado, no plano político, a implementação da RAAM de fato competiu diretamente com os programas oficiais de “reforma agrária” em curso no Brasil e na Colômbia, já precariamente executados, sobretudo nesta. No caso guatemalteco, a RAAM se converteu na única política pública de acesso à terra, associada, posteriormente, a um programa de fomento a relações de arrendamento. Ademais, nos três países, em maior ou menor grau, houve uma relação direta entre a adesão a tais programas e a repressão às ocupações de terra organizadas por movimentos sociais rurais.

Entretanto, embora tenham cumprido bem a sua função principal – sintonizar a política agrária à agenda neoliberal e desviar a luta popular pela democratização do acesso à terra em sociedades altamente desiguais –, os programas de RAAM perderam força a nível internacional. Diversos fatores contribuíram para isso, em especial as suas próprias contradições e inconsistências internas, as margens de ação permitidas pelo quadro legal existente, a debilidade do arranjo institucional montado para geri-los, as mudanças de prioridade dos governos nacionais, a sua incapacidade de resolver os problemas reais dos trabalhadores sem terra e a oposição que sofreram de certos movimentos sociais – neste aspecto, a oposição brasileira e a campanha internacional em torno dela foram decisivas. Economistas do BM chegaram a criticar o fato de os programas implementados na Colômbia, no Brasil e na Guatemala terem ficado presos à dinâmica dos

conflitos sociais e operado sem o propósito de reduzir de fato a pobreza rural.<sup>33</sup> Ou seja, o que antes era alardeado como panacéia em meados dos anos 1990, uma década depois começou a ser criticado abertamente por expoentes notórios do próprio BM.

Dos casos aqui examinados, a experiência brasileira foi a mais abrangente, não apenas porque atravessou praticamente todo o governo Cardoso (1997-2002), mas também porque foi continuada, adaptada e ampliada pelos governos Lula (2003-2010) e Dilma (2010-2014), sob o nome de Programa Nacional de Crédito Fundiário.<sup>34</sup>

## Conclusão

Posta em prática, a RAAM ficou muito aquém das expectativas dos seus principais proponentes, tanto assim que os pronunciamentos mais recentes do próprio BM deixaram-na de lado.<sup>35</sup> Não há mais a euforia dos anos noventa, nem a RAAM é alardeada como o modelo de ação fundiária mais eficaz e barato para reduzir a pobreza rural e aumentar a eficiência produtiva. Para isso, a capacidade de ação política de movimentos sociais a nível nacional e a campanha internacional em torno dessa questão liderada pela Via Campesina foram fundamentais para contestar o modelo de “reforma agrária” do BM.

Apesar de enfraquecida, a RAAM continua disponível no rol de programas de alívio da pobreza rural do BM a serem “ofertados” a Estados “clientes”, e nada impede que esse modelo possa ganhar novo alento a partir de eventuais mudanças de governo. Por outro lado, mesmo que os programas inspirados na RAAM sejam aperfeiçoados tecnicamente % e sempre há alguma margem para isso %, os fins a que servem permanecem os mesmos. Esse modelo é indissociável da agenda macropolítica do BM, razão pela qual segue a mesma lógica neoliberal que a orienta.

Para concluir, a política agrária do BM para a América Latina e o Caribe iniciada nos anos 1990 não pretendeu nem pretende enfrentar as causas dos processos de pauperização, dominação e exploração que afligem a maior parte dos trabalhadores rurais e do campesinato, pois essa mesma política é subordinada a uma estratégia de reestruturação e reorientação

<sup>33</sup> DE FERRANTI, David et al. *Beyond the City: the Rural Contribution to Development*. Washington, DC: World Bank, 2005, p. 183.

<sup>34</sup> Cf. PEREIRA, João Márcio Mendes. “Avaliação do projeto Cédula da Terra (1997-2002)”, *Estudos Avançados (USP)*, v. 26, pp. 111-136, 2012; \_\_\_. *A política de reforma agrária de mercado do Banco Mundial: fundamentos, objetivos, contradições e perspectivas*. São Paulo: Hucitec, 2010a; \_\_\_. “The World Bank’s ‘market-assisted land reform’ as political issue: evidence from Brazil (1997-2006)”, *European Review of Latin American and Caribbean Studies*, vol. 82, April, pp. 21-49, 2007; \_\_\_ e SAUER, Sérgio. “A reforma agrária assistida pelo mercado do Banco Mundial no Brasil: dimensões políticas, implantação e resultados”, *Sociedade e Estado*, v. 26, pp. 587-612, 2011; MEDEIROS, Leonilde Sérvo de. “Social movements and the experience of market-led agrarian reform in Brazil”, *Third World Quarterly*, vol. 28, n. 8 (Special Issue), pp. 1501-1518, 2007.

<sup>35</sup> Cf. BANCO MUNDIAL. *Informe sobre el Desarrollo Mundial*. Washington, DC: 2008, p. 123.

do setor agropecuário que reforça o modelo agrário e agrícola dominante, baseado na concentração e cada vez mais na estrangeirização da propriedade da terra e comandado por grandes empresas multinacionais agroindustriais. Além de ser prejudicial à saúde humana e ecologicamente insustentável, esse modelo desemprega trabalhadores, precariza as relações de trabalho, reforça a monopolização privada da terra e tem custos econômicos diretos e indiretos elevados para os cofres públicos.<sup>36</sup>

Em resposta à deterioração das condições de vida e de trabalho no meio rural impulsionada pelas políticas neoliberais e à crescente concentração de poder no sistema agroalimentar mundial, a ação persistente de diversas organizações sociais, em particular daquelas organizadas na Via Campesina, tem alimentado o debate internacional sobre a necessidade da reforma agrária em países do Sul como condição para a obtenção de um padrão de vida digno e sustentável para o campesinato e o conjunto dos trabalhadores rurais, os instrumentos para realizá-la e os múltiplos desafios que ela precisa enfrentar na fase atual do capitalismo. Nessa ponta, a reforma agrária aparece estreitamente vinculada a um debate mais amplo, ainda que incipiente, sobre os contornos de um modelo de desenvolvimento social e ambientalmente mais justo e equilibrado. Do outro lado, na ponta da reação liberal-conservadora, está o BM, buscando definir os termos legítimos do debate teórico e influenciar a formulação de políticas para o campo no Sul global.

## Fontes e Referências Bibliográficas

BANCO Mundial. *Informe sobre el Desarrollo Mundial*. Washington, DC: 2008.

\_\_\_ *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial*. Washington, DC: 2005.

\_\_\_ *Colombia: Land Policy in Transition*. Washington, DC: Report nº 27942-CO, 2004.

\_\_\_ *Implementing Reaching the Rural Poor. A Progress Report on Rural Strategy Implementation for the World Bank Board of Executive Directors*. Washington, DC: May 6, 2004a.

\_\_\_ *Land Policies for Growth and Poverty Reduction*. Washington, DC: 2003.

\_\_\_ *Llegando a los pobres de las zonas rurales – Estrategia de desarrollo rural para América Latina y el Caribe*. Washington, DC: julio, 2002.

\_\_\_ *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial*. Washington, DC: 2002a.

<sup>36</sup> Cf. WEIS, Tony. *The Global Food Economy: the Battle for the Future of Farming*. New York: Zed Books, 2007; FRIEDMANN, Harriet. "Feeding the Empire: the pathologies of globalized agriculture?". In: PANITCH, Leo e LEYS, Colin (eds.) *The Empire Reload. Socialist Register*. New York: Monthly Review Press, pp. 124-143, 2004; DELGADO, Guilherme. *Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio*. Porto Alegre: EDUFRGS, 2012.

\_\_\_ *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2000-2001*. Washington, DC: 2001.

\_\_\_ *Rural Development: From Vision to Action – A Sector Strategy*. Washington, DC: 1997.

\_\_\_ *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial*. Washington, DC: 1997a.

\_\_\_ *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial*. Washington, DC: 1996.

\_\_\_ *¿Qué significa para el Banco Mundial la reforma del Estado?* Washington, DC: 1996a.

\_\_\_ *Effective Implementation: Key to Development Impact – Report of the World Bank’s Portfolio Management Task Force*. Washington, DC: 1992.

\_\_\_ *World Development Report*. Washington, DC: 1990.

BINSWANGER, Hans. “Rural development and poverty reduction”. In: VAN ZYL, Johan, KIRSTEN, Johann e BINSWANGER, Hans (eds) *Policies, Markets and Mechanisms for Agricultural Land Reform in South Africa*. Washington, DC: Draft Manuscript, 1995, pp. 88-94, 1995 (publicado em 1996 por Oxford University Press).

BINSWANGER, Hans e DEININGER, Klaus. “South African land policy: the legacy of history and current options”. In: VAN ZYL, Johan, KIRSTEN, Johann e BINSWANGER, Hans (eds) *Op. Cit.*, 1995.

BURKI, Shahid J. e PERRY, Guillermo. *Más allá del Consenso de Washington: la hora de la reforma institucional*. Washington, DC: World Bank, 1998.

\_\_\_ *The Long March: a Reform Agenda for Latin America and the Caribbean in the Next Decade*. Washington, DC: World Bank, 1997.

DE FERRANTI, David et al. *Beyond the city: the rural contribution to development*. Washington, DC: World Bank, 2005.

DEININGER, Klaus e BINSWANGER, Hans. “The evolution of the World Bank’s land policy: principles, experience and future challenges”, *The World Bank Research Observer*, vol. 14 (2), agosto, pp. 247-275, 1999.

DEININGER, Klaus e FEDER, Gershon. *Instituciones y política de tierras: mensajes fundamentales del Informe de la Investigación sobre política*. Pachuca: texto apresentado no Taller regional sobre asuntos de tierras en Latinoamérica y el Caribe, 2002.

DELGADO, Guilherme. *Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio*. Porto Alegre: EDUFRGS, 2012.

DE JANVRY, Alain e SADOULET. *Access to Land and Land Policy Reforms*. Texto preparado para o projeto de pesquisa Distribuição de Terra, Reforma Agrária e Crescimento Econômico do Institute for Development Economics Research (WIDER/ONU), 2001 [[http://www.wider.unu.edu/publications/policy-briefs/en\\_GB/pb3/](http://www.wider.unu.edu/publications/policy-briefs/en_GB/pb3/)]. Acesso em 20.11.2013.

FRIEDMANN, Harriet. “Feeding the Empire: the pathologies of globalized

agriculture". In: PANITCH, Leo e LEYS, Colin (eds.) *The Empire Reload. Socialist Register*. New York: Monthly Review Press, pp. 124-143, 2004.

GAROZ, Byron et al. *Balance de la aplicación de la política agraria del Banco Mundial en Guatemala (1996-2005)*. Guatemala: CONGCOOP, octubre, 2005.

GUILHOT, Nicolas. *The Democracy Makers: Human Rights and the Politics of Global Order*. New York: Columbia University Press, 2005.

MEDEIROS, Leonilde Sérvo de. "Social movements and the experience of market-led agrarian reform in Brazil", *Third World Quarterly*, vol. 28, n. 8 (Special Issue), pp. 1501-1518, 2007.

MONDRAGÓN, Hector. "Colombia: o mercado de terras o reforma agraria". In: BARROS, Flávia et al. (orgs.) *Os impactos negativos da política de reforma agrária de mercado do Banco Mundial*. Brasília: Rede Brasil/MST/Via Campesina/FIAN/Environmental Defense/CPT, pp. 137-68, 2003.

PEREIRA, João Márcio Mendes. "Avaliação do projeto Cédula da Terra (1997-2002)", *Estudos Avançados (USP)*, v. 26, pp. 111-136, 2012.

\_\_\_\_\_. *O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

\_\_\_\_\_. *A política de reforma agrária de mercado do Banco Mundial: fundamentos, objetivos, contradições e perspectivas*. São Paulo: Hucitec, 2010a.

\_\_\_\_\_. "The World Bank's 'market-assisted land reform' as political issue: evidence from Brazil (1997-2006)", *European Review of Latin American and Caribbean Studies*, vol. 82, April, pp. 21-49, 2007.

\_\_\_\_\_. e SAUER, Sérgio. "A reforma agrária assistida pelo mercado do Banco Mundial no Brasil: dimensões políticas, implantação e resultados", *Sociedade e Estado*, v. 26, pp. 587-612, 2011.

SAPRIN. *Las políticas de ajuste estructural en las raices de la crisis económica y la pobreza: una evaluación participativa multinacional del ajuste estructural*. Washington, DC: abril, 2002 [[http://www.saprin.org/SAPRIN\\_Exec\\_Summ\\_Esp.pdf](http://www.saprin.org/SAPRIN_Exec_Summ_Esp.pdf)]. Acesso em 13.12.2013.

SUÁREZ, Sofia M.. *Política de tierras y desarrollo rural del BIRD*. Heidelberg: FIAN Internacional, 2005.

SUHNER, Stephan. "Colombian countryside between privileges of *Latifundistas*, modernizing authoritarianism and peasant repression". In: GUIMIRE, K.B. (ed.) *Civil Society and the Market Question: Dynamics of Rural Development and Popular Mobilization*. New York: Palgrave Macmillan/UNRISD, pp. 68-99, 2005.

WADE, Robert e VENEROSO, Frank. "The Asian crisis: the high debt model versus the Wall Street-Treasury-IMF complex", *New Left Review*, 228, March-April, pp. 3-23, 1998.

WEIS, Tony. *The Global Food Economy: the Battle for the Future of Farming*. New York: Zed Books, 2007.





Contestado 1, Hassis, acervo  
Fundação Hassis

## PARTE II

# Terra, Territorialidade e Costumes

### 3. TERRAS DE USO COMUM NOS ERVAIS DO RIO GRANDE DO SUL

*Paulo Afonso Zarth*

### 2. NOTAS METODOLÓGICAS PARA UMA ESCRITA DA HISTÓRIA QUE SE CONSIDERE OS USOS SOCIAIS DO ESPAÇO: A Buenos

Aires negra de 1776-1810

*Maria Verónica Secreto*





# TERRAS DE USO COMUM NOS ERVAIS DO RIO GRANDE DO SUL

Paulo A. Zarth<sup>1</sup>

## Introdução

Este texto é uma contribuição para o estudo da história das terras de uso comum no Sul do Brasil e está baseado em pesquisas anteriores publicadas,<sup>2</sup> nas quais tratei do tema como parte de estudos mais amplos relativos à história agrária do Rio Grande do Sul. Estudos recentes<sup>3</sup> reafirmam que práticas de uso coletivo da terra e recursos naturais foram importantes naquela região de extrativismo de erva-mate nos anos mil e oitocentos com repercussões sociais até as primeiras décadas do século XX. Por conseguinte, acredito ser oportuno revisitar o tema de forma específica neste livro coletivo, ainda que seja inevitável recorrer à documentos e textos já utilizados anteriormente.

A erva-mate foi um dos mais importantes produtos da economia rio-grandense no século XIX, atrás apenas da tradicional pecuária, e durante algumas décadas ocupou o segundo lugar na pauta de exportações da província. É relevante acrescentar que os tributos relativos a sua produção eram arrecadados pelos municípios e, por isso, adquiria uma grande importância nas receitas locais da região produtora. Embora seja de amplo conhecimento, não custa informar que o consumo da erva-mate tem uma longa tradição com origem nos povos indígenas, principalmente os Guaraní, e foi incorporado na dieta alimentar pelos colonizadores europeus como bebida estimulante. Os sacerdotes jesuítas no comando dos povoados missionários também se dedicaram ao extrativismo, desenvolveram técnicas de cultivo e comercializaram o produto nos mercados da bacia do rio da Prata.<sup>4</sup> Após a guerra guaraníca e a desarticulação das Missões no território

---

<sup>1</sup> Doutor em História pelo PPG da Universidade Federal Fluminense. Foi professor visitante CAPES na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). E-mail: p.zarth@uol.com.br.

<sup>2</sup> ZARTH, Paulo Afonso. *História Agrária do Planalto Gaúcho 1850 - 1920*. Ijuí: Unijui editora, 1997; \_\_\_\_\_. *Do arcaico ao moderno*. Ijuí: Unijui editora, 2002. Citei diretamente as fontes usadas nestas obras.

<sup>3</sup> CHRISTILINO, Cristiano Luís. *Litígios ao Sul do império*. A lei de terras e a consolidação da Coroa. Niterói: Universidade Federal fluminense, 2010. (Tese de doutorado); GERHARDT, Marcos. *História ambiental da erva-mate*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2013. (Tese de doutorado); ECKERT, José Paulo. *O povo dos herneias: entre o extrativismo e a colonização* (Santa Cruz, 1850-1900). São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2011. (Dissertação de Mestrado em História); NASCIMENTO, José Antônio Moraes do. *Terra de servidão coletiva no Alto Uruguai, da Província do Rio Grande do Sul*. In: *História: debates e tendências*. Revista do PPGH da UPE. Vol.9, N. 1 Passo Fundo, editora da UPE, jan. /jun. 2009.

<sup>4</sup> GARAVAGLIA, Juan Carlos. *Mercado interno y economía colonial: tres siglos de historia de la yerba mate*. 2. ed. Rosario: Prohistoria Ediciones, 2008. A erva-mate consumida foi classificada como *Ilex-paraguariensis* pelo naturalista francês SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Aperçu d'un voyage dans l'intérieur du Brésil*. La province cisplatine et les missions dites du Paraguay. Paris: imprimerie de A. Belin, 1823.

rio-grandense, o extrativismo foi tocado por pequenos agricultores que penetravam nas florestas, localizavam os ervais e recolhiam o mate. Garavaglia, no clássico *Mercado Interno y Economía colonial: três siglos de historia de La yerba mate*, diria que “la yerba es una planta silvestre y pocas veces em la historia moderna del hombre, una planta salvaje – y que mantuvo esta condicion durante varios siglos – pudo tejer a su redor una historia tan rica y compleja.”<sup>5</sup>

Ao longo do período tratado aqui a produção esteve basicamente a cargo de camponeses descendentes de indígenas, europeus e africanos, os quais se instalaram gradativamente nas áreas anteriormente controladas pelos povos indígenas. Ao longo do século XIX uma série de acordos de paz, nitidamente desfavoráveis aos povos indígenas, limitou drasticamente seus espaços e possibilitou o avanço dos colonizadores. Os camponeses ervateiros que se dedicavam ao extrativismo e ao mesmo tempo ao cultivo de roças de subsistência nos arredores, ou no interior dos ervais, utilizaram os conhecimentos indígenas para colher e preparar a erva-mate. Mas uma das mais importantes características da produção de erva-mate é o caráter público das áreas produtoras, reconhecidas como espaços sociais de uso comum. Existiram paralelamente ervais privados, palco frequente de conflitos entre camponeses baseados na tradição de livre acesso e proprietários que advogavam a propriedade privada da terra.

Os documentos analisados revelam que um dos principais temas debatidos ao longo do século XIX se refere justamente ao confronto entre concepção pública e privada dos ervais. Tal debate está também inserido na política de colonização e privatização das terras públicas da região através da imigração de camponeses europeus. Entre os textos favoráveis à privatização, encontramos ideias precursoras do clássico argumento que o uso comum dos recursos naturais seria incompatível com a conservação ambiental<sup>6</sup>. No caso dos ervais, a conservação seria supostamente incompatível com o uso comum. Dessa forma, questões ambientais somam-se ao debate sobre a propriedade privada da terra.

## Terra de uso comum

Existe uma grande variedade de formas de uso coletivo da terra, em diferentes espaços e tempos da história brasileira e portuguesa, as quais constam nas legislação agrárias de ambos os países.<sup>7</sup> Em linhas gerais

<sup>5</sup> Juan Carlos Caravaglia. *Idem*, op. cit., p. 244.

<sup>6</sup> HARDIN, Garrett. *The Tragedy of the Commons*. *Science*, Vol. 162 13 december 1968 p. 1243-1248. Disponível em <http://www.sciencemag.org/content/162/3859/1243.full.pdf>. acesso em 28set2011. Para uma crítica a essa visão, ver: FEENY, David et alii. A tragédia dos comuns: vinte e dois anos depois. In: DIEGUES, Antonio Carlos & MOREIRA, André de Castro C. (Orgs.) *Espaços e recursos naturais de uso comum*. São Paulo: NUPAUB – USP. 2001.

<sup>7</sup> Ver o detalhado estudo de CAMPOS, Nazareno José de. *Terras de uso comum no Brasil*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2011.

podemos adotar a ideia de Almeida, para quem *terra de uso comum* significa “liberdade ou espaços sociais livres das restrições e exigências impostas pelos atos de compra e venda, que concretizam a transformação da terra em mercadoria”.<sup>8</sup> Os ervais nativos do Rio Grande do Sul podem ser enquadrados como uma forma específica de uso comum da terra e particularmente dos recursos naturais. É uma forma singular de terras de uso comum, pois não se trata de terra comunal e também não podem ser enquadradas plenamente como de livre acesso, considerando que os usuários estavam sujeitos às regras dos regulamentos municipais. Os termos correntes na documentação são: “servidão pública”, “ervais públicos”, “colher mate em comum”, “concedidas em comum”, “comunismo”, “propriedade comum”, “colher livremente”. Por outro lado, embora o foco das atenções fosse um recurso silvestre, os camponeses também faziam uso das terras contíguas aos ervais para roças de subsistência.

A lei nº 601 de 18 de Setembro de 1850 reconhece terras de uso comum de acordo com “a pratica atual”, ou seja, de acordo com o costume: “Os campos de **uso commum** dos moradores de huma ou mais Freguesias, Municípios ou Comarcas serão conservados em toda a extensão de suas divisas, e continuarão a prestar o mesmo uso, conforme a pratica actual, em quanto por Lei não se dispuser o contrario.” Os ervais não são mencionados especificamente na Lei de Terras como áreas de uso comum e a partir da regulamentação da Lei, em 1854, foram alvo de processos de privatização, gerando longas disputas jurídicas e conflitos sociais. Pressões para privatizar terras de uso coletivo foram constantes em todos os lugares do país e o caso das áreas de erva-mate é particularmente singular, pois estavam em jogo a lei imperial, a legislação municipal – através do código de posturas – e os costumes dos camponeses extrativistas.

O expressivo valor econômico da erva-mate e o elevado número de camponeses dedicado ao extrativismo levaram as câmaras municipais a regulamentar a atividade, tomando por base o costume dos extrativistas em relação ao acesso aos ervais. As regras foram impostas através do código de posturas municipal, sendo, portanto, um instrumento regulatório de caráter local. Provavelmente o mais antigo regulamento sobre o extrativismo da erva-mate foi instituído pela câmara municipal de Cruz Alta em 1835: “todos os ervais encravados nas serras a câmara os tem considerados públicos desde sua instalação em 1835, por meio de suas posturas”. Este regulamento, que serviu de base para outros municípios, de certa forma institucionalizava as práticas costumeiras dos ervateiros baseada no livre acesso “não consentindo que os particulares se aposses deles como propriedade permitindo, porém a todos o fabrico da erva”. Os objetivos visavam disciplinar a coleta, no sentido da conservação dos ervais; zelar pela qualidade do produto e controlar a arrecadação dos impostos – “a

<sup>81</sup> ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Prefácio. In: José Nazareno de Campos. *Idem*, p. 16.

principal parte de suas rendas e impostos de 40 reis em arroba que pagam os exportadores”.<sup>9</sup>

Estabelecido em 1834, o município ocupava grande parte do planalto rio-grandense em cujo território os ervais nativos eram abundantes. O tributo sobre a produção e comercialização da erva-mate representou a principal renda da câmara municipal por longo tempo e por isso as autoridades municipais davam especial atenção ao controle e manejo dos ervais.

Ao que tudo indica, quando os municípios da antiga região missioneira foram criados as autoridades encontraram o extrativismo de erva-mate já estabelecido com base em costumes tradicionais, seguindo em boa medida a tradição indígena. Demersay observou nos anos 1860, em seu estudo sobre o mate do Paraguai, que os jesuítas desenvolveram técnicas de cultivo da planta, mas utilizaram o método dos Guarani para colheita e preparação das folhas. No Brasil, segundo o autor, os métodos de preparação seriam quase idênticos.<sup>10</sup> Deixando de lado o preconceito é útil a informação do cronista Evaristo Affonso de Castro sobre os ervateiros do planalto rio-grandense: “o ervateiro, que vive unicamente do fabrico de erva mate pelo sistema primitivo transmitido pelos guaranis, é um homem sem nenhuma instrução; na generalidade indolente, cultivando algum milho e feijão”.<sup>11</sup>

O uso dos ervais de forma coletiva, ainda que regulamentada pelas câmaras municipais tem relação com o direito consuetudinário, com os costumes da população. Qualquer ervateiro, muitos deles descendentes de indígenas, deveria ter na memória que o extrativismo sempre fora realizado na forma de acesso livre. O direito baseado no costume aparece em diversos momentos como argumento dos ervateiros contra os processos de privatização. O regulamento municipal disciplinou a colheita e comercialização transformando o costume em norma escrita, mas acrescentou alguns elementos novos: tributos, autorizações e fiscalização. As novas regras introduzidas pelos governos municipais nem sempre eram acatadas, gerando inúmeros conflitos. Os relatos dos governantes locais queixam-se o tempo todo que ervateiros criaram diversas estratégias para burlar a fiscalização. O engenheiro Francisco Miranda produziu um raro e detalhado relatório sobre os ervais do Noroeste do Rio Grande na década de 1850 e nele queixa-se que sistema de fiscalização seria ineficaz, pois “para que o emprego de fiscais pudesse ser profícuo seria preciso que o seu número fosse muito grande”,<sup>12</sup> uma opção inviável economicamente.

<sup>9</sup> *Correspondência da Câmara Municipal de Cruz Alta ao governo da província*. 10 de agosto de 1852. AHRS.

<sup>10</sup> DEMERSAY, Alfred. *Étude économique sur le Mate ou Thé du Paraguay*. Paris: Imprimerie et librairie d'agriculture et d'horticulture de Mme. Ve. Bouchard-Huzard. 1867. P. 15

<sup>11</sup> CASTRO, Evaristo Afonso de. *Notícia Descritiva da Região Missioneira*. Ijuí: Unijuí, 2009. (reedição da publicação da Typographia do Commercial. Cruz Alta.1887), p. 228.

<sup>12</sup> Relatório do Engenheiro Francisco Nunes de Miranda. Cruz Alta, 4 de Outubro de 1859. *Acervo do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul* – AHRS. (Manuscrito).

O artigo 41 do código de posturas de Santo Antonio da Palmeira, copiado do original de Cruz Alta, era claro em relação ao caráter público dos ervais: “São considerados como públicos todos os ervais deste município que estiverem descobertos ou possam a se descobrir em terrenos devolutos, onde se poderá colher erva-mate **em comum**”.<sup>13</sup> Fica evidente que o caráter público dos ervais estava sob controle da municipalidade e essa é uma característica particular deste caso de uso comum dos recursos naturais. O controle implicava ao ervateiro solicitar licença para extração além de pagar os devidos tributos e submeter-se a fiscalização em relação as regras do extrativismo.

ART.42 Ninguém poderá colher nem fabricar erva-mate sem ter obtido licença da câmara que lhe será concedida por intermédio do procurador e seus fiscais nos distritos onde estiver o erval, a qual terá vigor durante o ano que foi concedida. Esta licença será fornecida em talões assinados pelo procurador da câmara. O contraventor incorrerá em multa de 10\$000 e pena de oito dias de cadeia.<sup>14</sup>

O controle do extrativismo por parte das autoridades municipais sugere um questionamento sobre a condição de terras de uso comum. No entanto não há dúvida de que tais áreas não eram, ainda, terras privatizadas, transformadas em objeto de compra e venda como se fosse uma mercadoria que caracteriza a propriedade do mundo capitalista. De qualquer forma o custo da licença em meados do século XIX era baixo (2\$000 rs), equivalente a uma arroba do produto, em média, e não era um problema significativo, mas servia como uma forma de cadastro e de controle dos ervateiros em atividade. Um documento da câmara municipal de Cruz Alta informa que muitos engenhos de erva-mate também operavam sob licença municipal. O cidadão Carlos Christiano Rile requereu licença para construir um engenho num erval de “serventia pública”, a qual foi concedida pela câmara como “tem feito a muitos outros cidadãos nos demais herveas”.<sup>15</sup>

Por outro lado, os camponeses extrativistas estavam submetidos ao controle econômico dos proprietários de engenho de mate, que finalizavam o processo de elaboração do produto e o enviavam para o mercado. Era comum os donos de engenho de mate terem casa comercial através das quais exploravam os camponeses através de mecanismos de troca. O engenheiro Miranda observou em 1859 que “a erva figura muitas vezes nas permutas dos erveiros como meio circulante e eles compram os outros gêneros de que necessitam a troca de erva que hão de fabricar”.<sup>16</sup> Um cronista descreve o árduo trabalho dos ervateiros e comenta indignado

<sup>13</sup> Código de Posturas de Santo Antônio da Palmeira – 1875. (Este código é cópia do Código de Cruz Alta, que regulamentava estes ervais antes da criação do município da Palmeira) *Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*.

<sup>14</sup> Código de Posturas de Santo Antônio da Palmeira 11.875. AHRS.

<sup>15</sup> Correspondência da Câmara de Cruz Alta. 16 de março de 1865. AHRS.

<sup>16</sup> Francisco Nunes de Miranda. *Idem, op. cit.*

que “tudo vai ser miseravelmente sacrificado nas mãos do proprietário do engenho ou de algum negociante (onde os há bem usuários)”.<sup>17</sup>

## Ervais e roças

Um ponto importante na perspectiva do uso comum dos ervais se refere a possibilidade dos camponeses utilizarem terras para roças de subsistência. A formação de pequenas lavouras era estimulada pelas autoridades nas proximidades dos ervais com a condição que o camponês observasse as regras de conservação do erval, sujeito a incêndios e destruição por manejo inadequado. Como forma de estímulo aos ervateiros, o artigo 50 dava preferência de utilização do erval para quem observasse plenamente o regulamento: “Toda pessoa que tiver e possa conservar limpo ervais nos matos devolutos tem especial preferência no fabrico da erva-mate, de conformidade com o disposto nos artigos 42, 43, 44, 45 e seus parágrafos do presente código.” Considerando que a tradicional agricultura de coivara era corrente na região, os riscos de incêndios eram frequentes. Para evitar esse problema, os lavradores deveriam isolar a roça do erval através de uma área limpa (aceiro), impedindo a propagação do fogo: “É proibido fazer roças contíguas a ervais, ou em matos onde tenha erva e queimá-las sem ter feito um aceiro pelo menos de sete metros bem limpos para impedir incendiar-se o erval. Entende-se por lugar contíguo ao erval, distante da roça ao menos quinhentos metros”.<sup>18</sup>

É importante perceber no regulamento que ele revela que o ervateiro é, sobretudo, um camponês, considerando sua vida estreitamente ligada a produção de subsistência da família. Castro, mencionado anteriormente, observou que “depois que os ervateiros concluem a safra de erva, que comumente é pela entrada do verão, vão então preparar terras para a cultura de cereais”.<sup>19</sup>

Existem indícios de assalariamento no extrativismo nos ervais públicos. Proprietários de engenho de erva-mate contratavam trabalhadores para a colheita do produto tanto em ervais privados como em públicos. Eventualmente escravos também foram utilizados. Apesar dessas ressalvas, o extrativismo foi uma atividade tipicamente camponesa ao longo dos anos oitocentos.

As experiências de coletividade na formação das roças familiares podem ser destacadas como um traço importante da cultura camponesa local. Era comum entre esses camponeses a prática do tradicional mutirão para o preparo das roças. Um cronista local, escrevendo em 1887 sobre o

<sup>17</sup> SILVEIRA, Hemetério José Velloso da. *As Missões Orientais e seus Antigos Domínios*. Porto Alegre: Typographia da Livraria Universal, 1909, p. 399.

<sup>18</sup> Código de Posturas de Santo Antonio da Palmeira, 1875. AHRS.

<sup>19</sup> Evaristo de Afonso Castro. *Idem, op. cit.*, p. 229.

assunto, afirma que após concluir um puxirão que sempre termina com uma festa “outro agricultor das circunvizinhanças, logo que pode, também trata de organizar o seu e assim se vão sucedendo até que finde o tempo de plantações”.<sup>20</sup> Esta forma de trabalho coletivo segundo o autor é de origem guarani.

## Os conflitos pelo controle dos ervais

O regulamento das câmaras municipais não foi suficiente para assegurar o uso comum dos ervais. Entre os documentos do judiciário da região produtora de erva-mate é fácil encontrar processos relativos aos conflitos entre ervateiros defensores do uso comum e os privatistas. De um lado a legislação municipal e, de outro, a imperial. Em 1862, como um exemplo entre tantos outros, um grupo de ervateiros faz queixa a câmara municipal de Cruz Alta denunciando o juiz comissário de estar medindo irregularmente as terras do erval do Faxinal.

Foi apresentada nesta câmara a petição que a V. Exa. designarão os moradores do erval do Faxinal representando contra o juiz-comissário desse município, o capitão Francisco José Alves Monteiro por ter procedido irregularmente na medição dos campos de Monte Alvão, incluindo nessa medição esse erval sem respeito as pessoas nela estabelecidas, e tendo esta câmara em data de 4 do corrente oficiado ao mesmo juiz pedindo-lhe esclarecimentos, esse nem uma atenção prestou ao pedido (...) não sendo a primeira irregularidade cometida por esse juiz...<sup>21</sup>

A autoridade estava se amparando na Lei de Terras enquanto os ervateiros defendiam o uso comum dos ervais, seguindo o costume estabelecido, regulamentado pela câmara municipal. O conflito entre a tradição de uso comum e a lei de terras de 1850, pautaram os conflitos daí em diante. O juiz se negou a responder à câmara pois se julgava num plano legal superior, a lei do Império. A lei Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850 era maior, portanto, que o código de posturas locais, que regulamentava o extrativismo do mate. O juiz, nesse caso, estava se utilizando do 1º parágrafo do artigo 5.º da Lei que garantia “cada terra em posse de cultura ou em campos de criação compreenderá: além do terreno aproveitado ou do necessário para pastagens dos animais que tiver o posseiro, *outro tanto mais de terreno devoluto que houver contínuo.*”<sup>22</sup>

<sup>17</sup> SILVEIRA, Hemetério José Velloso da. *As Missões Orientais e seus Antigos Domínios*. Porto Alegre: Typographia da Livraria Universal, 1909, p. 399.

<sup>18</sup> Código de Posturas de Santo Antonio da Palmeira, 1875. AHRS.

<sup>19</sup> Evaristo de Afonso Castro. *Idem, op. cit.*, p. 229.

<sup>20</sup> *Idem*, p. 230.

<sup>21</sup> Correspondência da Câmara Municipal de Cruz Alta ao governo da província. 11 agosto de 1862. AHRS. Cx. 159

<sup>22</sup> Lei 601 de 18 de Setembro de 1850..

Em outra contestação de privatização, o mesmo juiz comissário expressa claramente o conflito entre a legislação imperial e a municipal. Segundo a autoridade a câmara municipal estava equivocada ao querer considerar todos os ervais “como servidão pública de seus munícipes” e por ter criado uma comissão para combater a legitimação de terras com erva-mate. No seu entendimento, as áreas contíguas aos campos eram circundadas por erva-mate, mas seriam legítimas e se enquadravam na Lei de Terras:

é mister que essa porção que se tem de dar seja contígua aos mesmos terrenos, e nem mesmo pode ser de outra forma, porque então os terrenos medidos ficaram sem a menor garantia a seus proprietários, visto que serão invadidos por todos que quiserem, e seus terrenos desrespeitados dos direitos de proprietários.<sup>23</sup>

Os reclamantes poderiam ter se apresentado como posseiros na disputa das terras em questão e reivindicar a legitimação em seus nomes. No entanto, diante das práticas de uso comum dos ervais, não tomaram a iniciativa de reivindicá-los como propriedade privada. Por outro lado, a reclamação dos ervateiros revela a reação contra a autoridade constituída e contra o poder dos grandes proprietários de terra da região.

Outro conflito pela posse das terras onde se localizava o grande erval do Campo Novo revela que o problema foi parar na capital do Império. De acordo com um abaixo-assinado enviado ao Imperador em 1879, os ervateiros locais se defenderam de um processo de privatização argumentando o governo imperial teria lhes concedido o erval para uso comum:

Nas terras por V.M.I. **concedida em comum** aos fabricantes de erva-mate, então se verá os pobres súbditos da suma necessidade de mendigar o pão para suas famílias no país estrangeiro a pátria que os viu nascer por que único terreno que na valorosa província de São Pedro do Rio Grande do Sul foi concedido para habitação do pobre povo empregados no fabrico da erva-mate, esses **mesmos são tomados**.<sup>24</sup>

Além dos ervais claramente regulamentados pelas câmaras municipais como áreas de uso comum, uma área de campo nativo próximo aos ervais também foi alvo de conflito. Em 1877 a câmara de Santo Antônio da Palmeira entrou em conflito com o juiz comissário Acauã pela posse do referido

<sup>23</sup> Ofício do Juiz Comissário de Cruz Alta, Francisco José Alves Monteiro, ao Presidente da Província. 10/05/1865. AHRGS. *Imigração, Terras e Colonização - Correspondências - Terras Públicas*. 1865. Maço 43 Caixa 23. Citado por NASCIMENTO, José A. *Derrubando florestas, plantando povoados: A intervenção do poder público no processo de apropriação da terra no norte do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. 2007, p. 55

<sup>24</sup> Abaixo-assinado ao imperador D. Pedro II. Câmara Municipal de Santo Antônio da Palmeira, 24 de maio de 1879. AHRG.



campestre no distrito de Campo Novo, utilizado pelos ervateiros, com base no argumento que era “considerado como servidão pública e que fazia parte do patrimônio desta municipalidade”.<sup>25</sup>

Christilino analisa várias situações de usurpação de terras ricas em erva-mate e conclui que apesar dos esforços, a municipalidade de Cruz Alta “não conseguiu controlar a apropriação e, principalmente, a grilagem dos ervais.”<sup>26</sup> Uma das estratégias apontadas pelo autor era considerar tais terras como ocupadas com agricultura e não como áreas de extrativismo de erva-mate, condição que poderia ser questionada na justiça. Nascimento chega a conclusão semelhante em suas pesquisas: “a terra de servidão coletiva perdeu espaço para a terra propriedade particular e individualizada. A possibilidade de uma terra de uso coletivo não teve êxito.”<sup>27</sup>

Os camponeses ervateiros contavam eventualmente com apoio de forças poderosas locais. Muitos proprietários de engenhos e comerciantes de mate preferiam o sistema tradicional, de uso comum dos ervais, pois o que interessava era o produto e não a propriedade da terra. É o que se percebe na lista de assinaturas do mencionado abaixo-assinado enviado ao Imperador pelos ervateiros de Campo Novo, na qual se encontram nomes importantes de lideranças locais políticas e econômicas. Por outro lado, as câmaras municipais defendiam o caráter público, pois arrecadavam tributos e taxas. Os camponeses ervateiros poderiam receber ainda o apoio de facções das lideranças locais, em atenção aos laços estabelecidos em diversos momentos de conflitos armados entre os grupos dominantes.

Definir exatamente um erval público não era uma tarefa simples. Como se sabe, a erva-mate estava espalhada na maior parte do território do Sul do Brasil, Noroeste da Argentina e boa parte do Paraguai. As câmaras municipais os consideraram de servidão pública, mas os documentos oficiais indicam ao mesmo tempo ervais em propriedades privadas. Uma definição mais clara sobre o que as autoridades entendiam por um erval consta no relatório do Engenheiro Miranda, de 1859: “A erva se apresenta em ceboleiras ou manchas (como vulgarmente se diz) em toda essa extensão, e onde essas ceboleiras são maiores e mais puras, isto é, onde predomina quase exclusivamente a árvore do mate torna-se um erval”.<sup>28</sup>

Além dos ervais propriamente ditos, definidos por Miranda pela densidade significativa da planta, ela cresce de forma esparsa em diversos pontos da região. Esta situação dava margem para discussão, pois não estava claramente descrito qual o grau de densidade ou área que determinaria se a terra era ou não um erval. Havia, certamente, um consenso sobre os grandes ervais, mas áreas menores poderiam ser entendidas como terras de mato com a presença esparsa de erveiras e, dessa forma, apossadas e

<sup>25</sup> Correspondências da Câmara Municipal de Santo Antônio da Palmeira – 1877. AHRS.

<sup>26</sup> Cristiano Christilino. *Idem, op. cit.*, p. 85.

<sup>27</sup> José Nascimento. *Idem, op. cit.*, p. 67.

<sup>28</sup> Francisco Nunes de Miranda. *Idem, op. cit.*

legitimadas como terras para agricultura. Como se percebe nos documentos do judiciário e pelas análises dos autores das pesquisas recentes mencionadas neste texto, o poder dos grupos dominantes é que definia, em última instância, a apropriação de inúmeros ervais, salvo aqueles já consolidados como públicos. Christilino cita, entre outros, o caso de um grande pecuarista proprietário de mais de 60.000 hectares de terras: “os extensos ervais públicos localizados nos fundos dos campos do ten-cel Silva Prado e cuja conservação preocupava a Câmara de Cruz Alta, foram apropriados pelo estancieiro sem nenhuma manifestação do órgão municipal”.<sup>29</sup>

### Conservação dos ervais: o público e o privado

Um dos principais argumentos utilizados contra os ervais públicos se refere à sua conservação. O extrativismo da erva-mate exige uma série de cuidados sem os quais o erval pode ser arruinado, deixando de produzir. Basicamente, a planta exige um descanso de 3 ou 4 anos entre uma poda e outra. O artigo 44 do código de posturas estabelece que “é proibido colher erva-mate de brote sem ter decorrido de uma a outra poda quatro anos.” É fundamental também que a colheita seja na época correta, os regulamentos, de um modo geral, proíbem a coleta de erva-mate entre setembro e fevereiro.<sup>30</sup> Outras regras condenam misturas com outros tipos de plantas e regulamentam os cuidados com conservação e qualidade do produto. Regras, proibições, prisões e multas indicam que as fraudes na produção de erva-mate deveriam ser frequentes.

Os problemas relativos a qualidade da erva-mate riograndense aparece nas Memórias Econômico Políticas de Antônio José Gonçalves Chaves, de 1823, nas quais orientava sobre os procedimentos punitivos dos contraventores. A erva-mate adulterada deveria ser “declarada sem valor e lançada ao mar”.<sup>31</sup> Quarenta anos mais tarde o presidente da província escreveria em seu relatório sobre a importância da erva-mate para a economia regional, mas alertava que “o modo, porém, por que se faz a colheita deste precioso vegetal tende a acabar com os herveaes, ou pelo menos tornar muito escasso este ramo de produção natural”.<sup>32</sup>

Os indícios apontam que regulamento deveria controlar apenas os ervais públicos, pois as autoridades receavam ferir os direitos de propriedade dos ervais particulares. Um ofício dos vereadores cruzaltenses ao governo da província de 1850 informa que “nos grandes capões imediatos a serras

<sup>29</sup> Cristiano Christilino. *Idem, op. cit.*, p. 219.

<sup>30</sup> Código de Posturas de Santo Antonio da Palmeira, 1875. AHRS.

<sup>31</sup> CHAVES, Antônio José Gonçalves. *Memórias economico-políticas sobre a administração pública do Brasil*. Porto Alegre: Cia União de Seguros Gerais, 1978. (Edição fac-simile da publicação da Tipografia Nacional, Rio de Janeiro, 1823), p. 199.

<sup>32</sup> *Relatório apresentado pelo presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, Dr. Espiridião Eloy de Barros Pimentel, na 1.ª sessão da 11.ª legislatura da Assembléia Provincial*. Porto Alegre, Typ. do Correio do Sul, 1864, p. 54.

há abundância de erva, porém como esta câmara não tenha querido invadir o direito que nela possam ter os proprietários ou posseiros dos campos, se tem abtido de tomar medidas a respeito.”<sup>33</sup>

Os cronistas e viajantes que circularam no século XIX pela região ervateira do Norte do Rio Grande do Sul são unânimes em criticar os ervateiros em relação à conservação dos ervais e qualidade da erva-mate produzida. Hemetério José Velloso da Silveira, que viveu longos anos em Cruz Alta onde ocupou o cargo de vereador e presidente da Câmara em meados do século XIX, escreveu de forma desanimadora sobre a possibilidade de controlar o extrativismo sob o sistema de “comunismo”:

Tendo de organizar o código de posturas estabelecemos penas muito severas para a colheita e preparação espontânea e até sobre a falsificação da erva mate. Pouco adiantamos com isso, pois mudando de domicílio, continuou o comunismo e então já não se guardava o interstício de quatro anos de uma colheita à outra o que fez definhar e morrer muitas árvores, tendo sido preciso as câmaras dos novos municípios de Palmeira e Santo Ângelo, declarar interditos por três ou quatro anos os importantes ervais de Campo Novo, Nuncorá, Galpões, Santa Rosa e outros, embora com uma tal medida vissem diminuir o mais importante ramo de sua receita.<sup>34</sup>

O autor do livro, vereador em 1868, certamente ajudou na redação da ata da câmara municipal na qual os edis apontaram a “propriedade comum” dos ervais como o princípio do problema:

É ao princípio da propriedade comum que nos devemos a destruição de todos os magníficos herveas deste município, e por consequencia a expantosa diminuição deste produto que tende a desaparecer d’ entre nós, se medidas muito enérgicas não forem tomadas por esta Camara para abster a sua total destruição, passando os herveas ao domínio privado.<sup>35</sup>

Henrique Schuttel viajando pela região em 1867 observa que a produção do importante erval do Campo Novo “carece de severas medidas fiscaes, tanto para conservação de tão produtivo commercio, quanto para a bondade de sua qualidade”. Observou falhas em diversas etapas da produção, depreciando o valor do produto diante dos concorrentes paraguaios<sup>36</sup>. O agrimensor alemão Maximiliano Beschoren trabalhou na região nos anos 1870 e escreveu que “os erveiros não observam os períodos

<sup>33</sup> Correspondência da Câmara Municipal de Cruz Alta ao governo da província. 1850. AHRS. Cx. 116.

<sup>34</sup> José Hemetério Velloso da Silveira. *Idem, op. cit.*, p. 141.

<sup>35</sup> Ata da Câmara Municipal de Cruz Alta. 28 de abril de 1868. Citado por Cristiano Christilino. *Idem, op. cit.*, p. 190.

<sup>36</sup> SCHUTTEL, Henrique Anbauer. Itinerário da Cruz Alta ao Campo Novo na província do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico, Geographico e Etnographico do Brasil*. Tomo XXX, parte2. Rio de Janeiro, B. L. Garnier editor. 1868, p. 391.

de colheita durante o ano. Isso não acontece só aqui, mas em toda a região montanhosa onde os ervateiros trabalham em terras devolutas<sup>37</sup> Evaristo Affonso de Castro, cronista já comentado anteriormente, informa que os ervais de Santo Ângelo estavam estragados por um “sistema bárbaro e devastador.”<sup>38</sup> Nos arquivos do judiciário os processos contra infratores são comuns. Em 1859 o fiscal da vila de Cruz Alta apreende “2 carijos com herva-matte feita de ronovas de dois anos”, gerando processo-crime da câmara municipal de Cruz Alta contra Pedro Ribas e outros no rincão do Umbú.<sup>39</sup>

O relatório sobre os ervais do engenheiro Miranda também denuncia as práticas extrativistas dos ervateiros que levariam a destruição dos ervais: “tendem a extinguir completamente este gênero de comércio que nesta Província é quase gênero de primeira necessidade, julgando-o segundo parece, uma mina inesgotável”. Com base em opinião de “pessoas práticas do lugar”, o autor aponta que os problemas não seriam resolvidos enquanto os ervais “forem considerados como terrenos devolutos e assim livremente deixados à vontade de quantos os procurarem.” A solução com “maior probabilidade de êxito é o de sua alienação a particulares contanto que eles sejam distribuídos em pequenos lotes para que seu número roube a ocasião de monopólio que encareceria esse gênero”.<sup>40</sup> Apesar da privatização, no entendimento de Miranda, o proprietário deveria submeter-se as normas estabelecidas pela municipalidade. Por conseguinte, o autor desconfiava que proprietários privados também não cuidariam dos ervais.

Evaristo Affonso de Castro em favor da privatização escreveu que os ervais nacionais de Santo Ângelo, outrora devastados estavam se recuperando: “estão de novo se criando com considerável vantagem, visto que, presentemente, os ervais são, de modo geral, de propriedade particular, alguns por direito de posse outros por compra feita ao estado”. O cronista afirma que os proprietários, “além de zelarem a preciosa árvore ainda cultivam em grande escala”, citando o exemplo do cidadão Carlos Jung que teria plantado cerca de 3 mil árvores.<sup>41</sup> São raras as referências como esta sobre plantio de erva-mate nos anos 1800, ao longo do tempo predominaram largamente os ervais nativos. Se desconsiderarmos as antigas plantações organizadas pelos padres jesuítas nas Missões, iniciativas importantes de cultivo aparecem a partir do começo do século XX.

No período republicano, o governo estadual optou por arrendar os ervais para empresas ervateiras, rompendo com a tradição camponesa de uso comum. Ainda que o arrendamento não fosse uma privatização das

<sup>37</sup> BESCHOREN, Maximiliano. *Impressões de Viagem na Província do Rio Grande do Sul (1875-1887)*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1989, p. 24.

<sup>38</sup> Evaristo de Afonso Castro. *Idem, op. cit.*, p. 189.

<sup>39</sup> Processo-crime nº1739, maço 44. Cartório do cível e crime. Cruz Alta 1859. Arquivo Público do Rio Grande do Sul - APRGS

<sup>40</sup> Francisco Nunes de Miranda. *Idem, op. cit.*

<sup>41</sup> Evaristo de Afonso Castro. *Idem, op. cit.*, p. 189.

terras, as quais continuariam sob domínio estatal, a exploração dos ervais pelas companhias privatizou ao extrativismo do produto, obrigando os camponeses a submeterem-se como empregados temporários. O artigo 5º do novo regulamento é claro: “à exceção do arrendatário é proibido a qualquer outro fabricar herva-matte nos hervaes do domínio público, incorrendo o infractor nas penas do artigo 55 do regulamento de 4 de julho de 1900”.<sup>42</sup> Além de impedidos de acessar livremente os ervais, os camponeses sob regime dos governos republicanos foram tratados como ‘intrusos’ de terras públicas, produzindo o chamado “problema da intrusão”. Tal problema tornou-se um assunto recorrente nos relatórios estaduais, os quais foram analisados exaustivamente em suas consequências para os camponeses na tese de Marcio Both da Silva.<sup>43</sup>

No entanto, a privatização do extrativismo nos ervais públicos na forma de arrendamento não foi a solução para os problemas apontados por vários cronistas e autoridades. Gerhardt cita várias fontes nas quais fica evidente que o arrendamento não garantiu a conservação esperada: “O fiscal do contrato de concessão em Soledade RS informou, em 1909, que “os hervaes que percorreu, estão estragados pela poda e pelo fogo, e que tendem a desaparecer os do domínio do Estado”.<sup>44</sup> Um exemplo mais contundente recolhido pelo autor evidencia os estragos produzidos pela nova forma de exploração:

O fiscal de Passo Fundo/RS, engenheiro Serafim Terra, foi dramático em sua avaliação: Os hervaes do domínio do Estado, explorados pela empresa arrendatária Marquez, Vega & Compa., estão estragadíssimos, o seu estado é precário e contrastador. Em período relativamente muito curto – 1903 a 1908 – ficaram reduzidos a muito menos da metade. Por toda parte arvores secas ou cortadas pelo grosso atestam o trabalho vandálico de destruir sem outra preocupação que o interesse do máximo lucro, aliado ao mínimo tempo.<sup>45</sup>

Gerhardt, em estudo exemplar sobre a erva-mate nas colônias de imigrantes, afirma que “os ervais nativos foram conservados e explorados regularmente em alguns lotes coloniais e foram, em outros, derrubados com a floresta para abrir espaço para a agricultura”. Na avaliação do autor “as variações de preço possivelmente influenciaram a opção individual de cada colono entre manter a erva-mate em seu lote ou aproveitar todo solo para a agricultura”.<sup>46</sup> Portanto, conservar ou não os pequenos ervais privados

<sup>42</sup> *Relatório das obras públicas apresentado ao Excmo. Sr. Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros pelo secretário de estado João José Pereira Parobé*. Porto Alegre. Oficinas typographicas d A Federação, p. 23.

<sup>43</sup> SILVA, Márcio Both da. *Babel do Novo Mundo*: Povoamento e vida rural na região de matas do Rio Grande do Sul. 1889-1925. Niterói: UFF; Guarapuava: Unicentro, 2011. Outra pesquisa recente e relevante nesse contexto foi publicada por MACHADO, Ironita Policarpo. *Entre justiça e lucro*: Rio Grande do Sul -1890-1930. Passo Fundo: UPF, 2012.

<sup>44</sup> GERHARDT, Marcos. *Idem, op. cit.*, p. 121.

<sup>45</sup> *Idem*, p. 122.

<sup>46</sup> *Idem*, p. 169.

seria uma questão de mercado, transcendendo os limites do debate entre o público e o privado. A motivação do mercado parece ter influenciado também as práticas dos tradicionais camponeses nos ervais públicos, levando alguns grupos a explorá-los predatoriamente para atender a demanda, burlando a fiscalização. Porém, o maior golpe contra os ervais nativos e os camponeses ligados ao extrativismo, foi a colonização do território com milhares de imigrantes que derrubaram a floresta para fazer suas lavouras. Gerhardt conclui que “com a derrubada da floresta foram prejudicadas as formas de vida silvestre que dela dependiam, mas também sofreram prejuízo os próprios caboclos e suas as práticas socioculturais, que há muito tempo viviam do extrativismo do mate”.<sup>47</sup>

## Conclusão

A singular experiência de extrativismo de erva-mate em terras de servidão coletiva, de uso comum, associado ao cultivo de roças de subsistência, foi gradativamente derrotada a partir da Lei de Terras de 1850 e pelas leis estaduais subseqüentes que anularam a força dos regulamentos municipais, baseados nos costumes. As pressões para privatizar terras utilizadas na forma de uso comum pelos ervateiros prevaleceram pela força dos grupos mais poderosos da região através da grilagem ou mesmo de mecanismo legais, aproveitando a fragilidade dos camponeses diante da justiça. A nova situação do controle das terras do país a partir do governo republicano transformou os antigos ervais de “servidão coletiva” em arrendamentos para empresas ervateiras. Os camponeses ervateiros, por sua vez, só poderiam entrar nos ervais como assalariados sazonais a serviço dos empresários.

No final do século XIX a colonização do território com imigrantes de origem europeia, na forma de pequenas propriedades privadas, impôs definitivamente o modelo domínio individual e privado da terra. Tal processo veio acompanhado de um forte discurso ideológico contra as formas tradicionais de uso da terra praticadas pelos campesinato tradicional. O extrativismo nos ervais nativos em sua forma tradicional durou em torno de três séculos. A acusação de depredadores dos recursos naturais – no caso, a erva-mate silvestre – pode ser entendida como uma forma de expulsar os camponeses e eliminar antigas práticas coletivas, herdadas dos povos indígenas, e adequar à produção de acordo com as novas regras. Ou seja, propriedade privada da terra, livre para compra e venda, inserção num mercado mais amplo e concorrencial, trabalhadores disponíveis para vender mão de obra barata. A longa experiência de uso comum dos ervais ficou no passado.

<sup>47</sup> *Idem*, p. 257.

## Fontes e Referências Bibliográficas

BESCHOREN, Maximiliano. Impressões de Viagem na Província do Rio Grande do Sul (1875-1887). Porto Alegre: Martins Livreiro, 1989, p.24. Tradução de Ernestine M. Bergmann e Wiro Rauber, do original de 1889, publicado em Gotha por Justus Perthes

CASTRO, Evaristo Afonso de. Notícia Descritiva da Região Missioneira. Ijuí: Unijuí, 2009. (reedição da publicação da Typographia do Commercial. Cruz Alta.1887)

CHAVES, Antônio José Gonçalves. Memórias económico-políticas sobre a administração pública do Brasil. Porto Alegre: Cia União de Seguros Gerais, 1978. (Edição fac-simile da publicação da Tipografia Nacional, Rio de Janeiro, 1823).

CHRISTILINO, Cristiano Luís. litígios ao Sul do império. A lei de terras e a consolidação da Coroa. Tese de doutorado apresentada no PPGH da Universidade Federal fluminense. 2010.

DEMERSAY, Alfred. Étude économique sur le Mate ou Thé du Paraguay. Paris: Imprimerie et librairie d' agriculture et d'horticulture de Mme. Ve. Bouchard-Huzard. 1867

ECKERT, José Paulo. O povo dos herveas: entre o extrativismo e a colonização (Santa Cruz, 1850-1900). São Leopoldo. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2011. (Dissertação de Mestrado em História)

GERHARDT, Marcos. História ambiental da erva-mate. Florianópolis. Universidade Federal de SantaCatarina. 2013. (Tese de doutorado em História).

MACHADO, Ironita Policarpo. Entre Justiça e Lucro. Rio Grande do Sul: 1890-1930. Passo Fundo: UPF. 2012

MIRANDA, Francisco Nunes de. Sobre os diferentes ervais, sua extensão, uberidade e cultura. Cruz Alta, 4 de Outubro de 1859. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. (Relatório manuscrito)

NASCIMENTO, José Antônio Moraes do. Terra de servidão coletiva no Alto Uruguai, da Província do Rio Grande do Sul. In: História: debates e tendencias. Revista do PPGH da UPF. Vol.9, N. 1 Passo Fundo, editora da UPF, jan. /jun. 2009

NASCIMENTO, José Antônio Moraes do. Derrubando florestas, plantando povoados: A intervenção do poder público no processo de apropriação da terra no norte do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. Tese de doutorado apresentada no PPGH da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. 2007

SAINT-HILAIRE, Auguste de. Aperçu d'un voyage dans l'intérieur du Brésil. La province cisplatine et les missions dites du Paraguay Paris, imprimerie de A. Belin, 1823.

SCHUTTEL, Henrique Anbauer. Itinerário da Cruz Alta ao Campo Novo na província do Rio Grande do Sul. Revista do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil. Tomo XXX, parte2. Rio de Janeiro, B. L. Garnier editor. 1868

SILVA, Márcio Antônio Both da. *Babel do Novo Mundo: Povoamento e vida rural na região de matas do Rio Grande do Sul. 1889-1925.* Niterói: UFF; Guarapuava: Unicentro. 2011

SILVEIRA, Hemetério José Velloso da. *As Missões Orientais e seus Antigos Domínios.* Porto Alegre: Typographia da Livraria Universal, 1909. P. 399.

ZARTH, Paulo Afonso. *História Agrária do Planalto Gaúcho 1850 - 1920.* Ijuí: Editora da UNIJUI, 1997

ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno.* Ijuí: Unijui editora, 2002.



# NOTAS METODOLÓGICAS PARA UMA ESCRITA DA HISTÓRIA QUE CONSIDERE OS USOS SOCIAIS DO ESPAÇO. A BUENOS AIRES NEGRA DE 1776-1810<sup>1</sup>

Maria Verónica Secreto<sup>2</sup>

*“Todos os mapas são uma abstração do mundo, elaborada sempre a partir de algum ponto de vista.”*  
Henri Acsehrad e Luis Régis Coli (2008).

## Introdução

O presente artigo busca investigar territorialidades negras como experiências sociais e como possíveis representações cartográficas. Partimos da ideia de que os mapas produzem a realidade tanto quanto a representam e, portanto, que são possíveis outras representações que deem conta de realidades “invisibilizadas” ou escorregadias como a Buenos Aires negra de final do século XVIII e início do XIX. A ênfase na função dos mapas e não nas formas abre a possibilidade de outros mapeamentos.

Procuramos reconstruir uma territorialidade negra de Buenos Aires no período vice-real e nas primeiras décadas da vida independente. Começamos pela evidência da existência de uma grande percentagem de negros escravos e livres vivendo em Buenos Aires no período em estudo (aproximadamente 30% da população era negra) e de sua concentração em alguns bairros, sobretudo, a partir da independência.<sup>3</sup> O objetivo é reconstruir uma territorialidade vivenciada, para isto tomamos algumas práticas da cartografia crítica, como o de cartografia social ou participativa, adaptando-os a uma realidade pretérita e a uma prática historiográfica. Em que sentido a “cartografia participativa” pode ajudar a entender os modos em que as populações negras viviam e significavam o espaço? Numa cartografia participativa os sujeitos definem usos e significados para seus territórios e essas informações são inscritas em mapas, não necessariamente desenhados por eles, embora sim o sejam seus conteúdos. Na elaboração de uma cartografia social pretérita podemos inscrever as referências especializadas das “falas negras” nos recenseamentos, processos

<sup>1</sup> Esta pesquisa contou com o apoio do CNPq, modalidade bolsa Pós-doutorado Sênior.

<sup>2</sup> Professora do departamento de História da Universidade Federal Fluminense e do PPGH-UFF. E-mail: veronica.secreto@ig.com.br.

<sup>3</sup> GOLBERG, Marta. La población negra y mulata en la ciudad de Buenos Aires. *Desarrollo Económico*, nº 61, Vol. 16, abril-junio de 1976.

administrativos, judiciais, na documentação policial, nas solicitações de permissões para construir, nos despejos, etc. para ir desenhando um território negro, plausível de ser cartografado. A cartografia proposta é um “pretexto” para abordar uma história social do espaço e da constituição de um território negro. O cartografado será um instrumento de visibilização dos usos sociais negros do espaço urbano.

Os sujeitos de nossa pesquisa não poderão participar da mesma forma que o fazem as comunidades tradicionais incluídas no projeto “Nova Cartografia Social da Amazônia” coordenado pelo antropólogo Alfredo Wagner de Almeida,<sup>4</sup> mas participarão na mesma forma que o fazem em qualquer historiografia social através dos vestígios e indícios deixados em falas muitas vezes indiretas<sup>5</sup>. Propomos uma aproximação entre história social e cartografia social. Em primeiro lugar, para nós historiadores a construção histórica de nossa disciplina é evidente. A historiografia tem como pressuposto a reflexão sobre a prática da escrita histórica, na qual a dimensão temporal é essencial a qualquer análise. Para a cartografia esta foi uma perspectiva mais ou menos recente vinculada às abordagens de John Brian Harley e Woodward por um lado e de David de Harvey por outro.

A geografia crítica trabalha faz algumas décadas com o conceito de cartografia social definida como uma ferramenta metodológica e conceitual que permite construir um conhecimento integral de um território utilizando instrumentos técnicos e vivenciais. Trata-se de uma ferramenta de participação e planificação.<sup>6</sup> A Cartografia crítica define que os mapas produzem a realidade tanto quanto a representam: “Pickles repensa o mapeamento como a produção de espaço, geografia, lugar e território assim como das identidades políticas mantidas por pessoas que habitam e constituem esses espaços. Mapas são ativos; eles constroem ativamente o conhecimento, exercem poder e podem ser poderosos meios para promover a transformação social.”<sup>7</sup>

As políticas de mapeamento evidenciam as disputas que os diferentes agentes sociais têm a respeito do espaço. A disputa cartográfica reflete o conflito por território. Durante a década de 1990 várias iniciativas buscaram

<sup>4</sup> ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; SANTOS Glademir Sales dos (org). *Estigmatização e território: mapeamento situacional dos indígenas em Manaus*. Manaus: PGSCA-UFAM, 2008.

<sup>5</sup> As falas negras em primeira pessoa presente em diferentes demandas muitas vezes estão mediatizadas pelo defensor de pobres. A este respeito ver: REBAGLIATI, Lucas. *Caridad y control social en el Buenos Aires virreinal: El caso de los Defensores de pobres (1776-1809)*. In: *Segundas Jornadas Nacionales de Historia Social*. Actas de las Jornadas (CD). La Falda-Córdoba: Mayo de 2009. Também disponível em: [http://www.cchsegreti.com.ar/Actas\\_II\\_JNHS.html](http://www.cchsegreti.com.ar/Actas_II_JNHS.html) e do mesmo autor “La administración de justicia en Buenos Aires: del período virreinal a la sanción de la constitución nacional (1776-1853)”. In: BAUCHÉ Eduardo Germán; PRADA, Mariela I. X. *Teoría general del Derecho Procesal*, Tomo 2, Buenos Aires: Ediciones Jurídicas, 2011.

<sup>6</sup> CRAMPTON Jeremy W.; KRYGIER John. Uma introdução à cartografia crítica. In: ACSELRAD, Henri (Org.). *Cartografias sociais e território*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRRJ, 2008.

<sup>7</sup> *Ibidem*, p. 89

incluir as populações locais nos processos de produção de mapas,<sup>8</sup> e o resultado foram grafias espaciais em que as comunidades significaram seus territórios: povos indígenas, quilombolas, extrativistas participaram desses projetos que buscaram identificar territórios e práticas.

Para Henri Acselrad o que se inaugura a partir da cartografia participativa é o conceito de mapa como fruto do fluxo intercultural. “Os novos processos de territorialização são, assim, acompanhados de novas modalidades de mapeamento que procuram incorporar os “ruídos” da presença territorial dos povos e comunidades tradicionais”.<sup>9</sup>

Os mapas estiveram, desde sua origem, vinculados ao Estado e as questões estratégicas. Na história da cartografia pode ser realizada a seguinte tipologia de mapas a partir das funções específicas de cada um deles. Os primeiros mapas encarregados pelos Estados tiveram a ver com penetração e orientação, identificação das rotas, sinalização de pontos críticos e o estabelecimento de símbolos que indicassem a existência de riquezas. Uma segunda vertente da produção de mapas delimitou a territorialidade do Estado e as propriedades dentro dele. Um terceiro tipo de mapa define as jurisdições administrativas para organizar e hierarquizar o território nacional. Um quarto tipo, o mapa de zoneamento, prescreve utilizações para o território.<sup>10</sup>

A cartografia histórica, vinculada ao Estado, estabelecia grande distância entre seus produtores/usuários e o homem comum. O mapa como representação simbólica do real trabalha com um conjunto de “convenções” que não são de fácil apreensão. Combina a escrita com o desenho e neste mecanismo exclui duplamente ao leigo.

Mary Louise Pratt analisou a regra geral dos descobrimentos no período vitoriano de locais como o lago Tanganika que “requeria que o interessado se trasladasse à região e perguntasse aos nativos se na região havia grandes lagos ou outros acidentes geográficos similares, depois do qual os contratava para que o levassem. Então com o guia e o apoio dos habitantes do lugar o explorador procedia a descobrir o que aqueles já conheciam.”<sup>11</sup> Nesta operação descobrimos o mecanismo pelo qual as “partes em branco do globo” – utilizando uma expressão de Hobsbawm – foram preenchidas: a seleção dos saberes locais em combinação com a negação de seus “direitos autorais”.

Na década de 1980, Brian Harley começou a publicar artigos sobre o que foi denominado de “sua filosofia cartográfica”.<sup>12</sup> Os artigos de Harley

<sup>8</sup> ACSELRAD, Henri; COLI, Luis Régis. Disputas territoriais e disputas cartográficas. In: ACSELRAD Henri, (Org). *Cartografias sociais e território*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRRJ, 2008, p.14.

<sup>9</sup> ACSELRAD, Henri. Cartografias sociais: acercamientos emergentes y nuevos horizontes. [http://www.rightsandresources.org/publication\\_details.php?publicationID=4773](http://www.rightsandresources.org/publication_details.php?publicationID=4773).

<sup>10</sup> ACSELRAD, Henri (Org). Introdução. In: \_\_\_\_\_. *Cartografias sociais e território*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRRJ, 2008, p. 9

<sup>11</sup> PRATT, Mary Louise. *Ojos imperiales*. Literatura de viaje y transculturación. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 1997, p. 347.

<sup>12</sup> HARLEY, Brian. *La naturaliza de los mapas*. Ensayos sobre historia de la cartografía. México: FCE, 2005, p 21.

trouxeram a ideia de que os mapas são construtos ideológicos, de conhecimento e poder. Para Crampton e Krygier estas ideias eram novas na disciplina, colocando os mapas como documentos sociológicos que deviam ser analisados e entendidos em seus contextos históricos. David Harvey explicou que a suposta “neutralidade” escondia os interesses do Estado.<sup>13</sup> As críticas teóricas tornaram-se possíveis num clima de ideias em que Harley dialogava com as propostas de Jaques Derrida e de Michel Foucault. A visão de Harley ganhou força pelo fato de que, ao longo de sua história, a elaboração de mapas entrou em conflito com conhecimentos locais marginalizados que não eram científicos, mas que na década de 1990 eram valorizados tanto por algumas abordagens acadêmicas como pelos movimentos sociais e mediadores.<sup>14</sup> A ênfase na função dos mapas e não nas formas abriu a porta para outras tradições de mapeamento. O projeto História da Cartografia iniciado por Harley e Woodward em 1987 definiu mapa como a representação gráfica que facilita o entendimento espacial de objetos, conceitos, condições, processos e eventos próprios do mundo humano.<sup>15</sup> Este alargamento do conceito de mapa se transformou num marco das novas abordagens cartográficas que incluem as representações de grupos subalternos sobre o espaço e os territórios.

Em suma fica claro que há várias formas de representação do espaço que buscam reconhecimento. Nos mapeamentos participativos ou as cartografias sociais há lugar para técnicas e formas diversas de representação dos territórios. Nestes casos as comunidades aportam seus saberes e informações sobre o território a ser representado, sobre suas práticas e usos dos territórios, os conflitos, os atores, etc.

Atualmente um dos projetos mais ativos e significativos tanto no sentido quantitativo, pela magnitude do território e comunidades envolvidas, como qualitativo pela reflexão gerada e os mapeamentos realizados, é o projeto “Nova cartografia social da Amazônia”. Diz Alfredo Wagner de Almeida, seu coordenador, sobre os mapas gerados pelas comunidades: “No mapa que criaram para sua comunidade, as legendas identificam os locais onde há conflitos – como “ameaça de morte”, “pressão de grileiros”, venda ilegal de terra, “fechamento arbitrário de estrada”, entre outros. Mas registram também manifestações culturais, como o bumba-meu-boi, as festas de santo e os terreiros afro-brasileiros”.<sup>16</sup> Para Almeida,

<sup>13</sup> Os serviços cartográficos em vários países da América Latina estão subordinados a um organismo de origem e perfil militar como o Instituto Geográfico Militar na Argentina, Chile, Bolívia; o Instituto Geográfico Nacional no Peru e o Serviço Geográfico Militar no Uruguai. Ver: QUINTERO, Silvina. El legado de las geografías críticas: la cartografía como objeto. In: HIERNAUX Daniel; LINDÓN, Alicia. *Anthropos*. México: Universidad Autónoma Metropolitana, 2006.

<sup>14</sup> CRAMPTON Jeremy W.; KRYGIER, John. Uma introdução à geografia crítica. In: ACSELRAD, Henri, (Org). *Cartografias sociais e território*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRRJ, 2008, p. 91.

<sup>15</sup> QUINTERO, Silvina. El legado de las geografías críticas: la cartografía como objeto. In: HIERNAUX, Daniel; LINDÓN, Alicia. *Anthropos*. México: Universidad Autónoma Metropolitana, 2006, p. 565.

<sup>16</sup> ALMEIDA, Alfredo Wagner Breno de. Mapas com vida própria. <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/>

a cartografia social é um recurso que deve auxiliar e dar maior precisão ao discurso da etnografia e da antropologia, contribuindo para a compreensão do patrimônio cultural. Os pesquisadores do projeto ensinam como utilizar o GPS e outros materiais, as comunidades decidem o que será mapeado.<sup>17</sup>

Do ponto de vista da historiografia vivemos uma aproximação com as experiências especializadas. Curiosamente esta aproximação não aconteceu no Brasil via história ambiental que desde a década de 1990 vem ganhando relevância, mas que no país permanece isolada e estabelecendo pouco diálogo com as outras “historiografias”. Isto se deve provavelmente a que o *boom* da história ambiental coincidiu com o “descrédito” da materialidade nos estudos da cultura das décadas de 1980 e 1990.

Como mencionado a história social em suas várias vertentes vem se desenvolvendo e incorporando novas perspectivas desde a década de 1960, embora possamos encontrar algumas contribuições isoladas antes dessa data. A história que também foi denominada “de baixo para cima”, ou “história vista de baixo” trabalha com algumas limitações técnicas específicas. Como diz Hobsbawm, todo tipo de História tem problemas “técnicos” já que não existe um conjunto de fontes perfeitas a respeito de qualquer recorte que façamos do passado; mas no caso da história das pessoas comuns o problema técnico recrudesce na medida em que durante a maior parte do tempo as pessoas comuns foram iletradas e deixaram poucos vestígios escritos e só alguns indiretos. Quando um historiador faz história social não a pode fazer no mesmo sentido que o geógrafo faz cartografia social. A distância temporal que nos separa do passado constitui a principal diferença. Num dos trechos de maior efeito da introdução de *A formação de classe operário inglesa*, Thompson salienta esta distância entre o historiador e seu objeto de estudo, assim como a importância de estar atentos aos becos sem saída, aos “perdedores”, às bifurcações. “Estou tentando resgatar o pobre tecelão de malhas, o meeiro luddista, o tecelão do ‘obsoleto’ tear manual, o artesão ‘utópico’ e mesmo o iludido seguidor de Joanna Southcott, dos imensos ares superiores de condescendência da posteridade. Seus ofícios e tradições podiam estar desaparecendo. Sua hostilidade frente ao novo industrialismo podia ser retrógrada. Seus ideais comunitários podiam ser fantasiosos. Suas conspirações insurrecionais podiam ser temerárias. Mas eles viveram nesses tempos de aguda perturbação social, e nós, não”.<sup>18</sup>

Propomos neste trabalho, a fim de referenciar empiricamente estas “notas metodológicas” reconstituir o que teria sido uma territorialidade

---

mapas-com-vida-propria; ver também: Alfredo Wagner Berno de Almeida e Glademir Sales dos Santos (orgs.). *Estigmatização e território*: mapeamento situacional dos indígenas em Manaus. Manaus: PGSCA-UFAM, 2008 e ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Terras de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castançais do povo”, faxinais e fundos de pasto*: terras tradicionalmente ocupadas. Manaus: PGSCA-UFAM, 2008.

<sup>17</sup> <http://www.palmares.gov.br/2012/07/projeto-faz-cartografia-de-comunidades-tradicionais-brasileiras/>

<sup>18</sup> THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária Inglesa*: a árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 13.

negra na Buenos Aires vice-real. Sabemos que os negros escravos estavam em toda parte, nas ruas vendendo *empanadas*, vassouras, peixes, *pastelitos*, velas. Algumas escravas acompanhavam a suas amas à igreja carregando o tapete no qual as senhoras se ajoelhavam, direito reservado às mulheres brancas. Também se encontravam nos interiores das casas em todo tipo de serviço e alguns andavam pelas ruas, sozinhos ou acompanhados, buscando contratações para poder entregar as “diárias” a seus senhores. Também havia escravos em várias tendas de artesãos desenvolvendo ofício de sapateiros, alfaiates, chapeleiros etc. Nas padarias muitas vezes eram colocados por seus senhores para serem disciplinados, já que este era um ofício e um ambiente extremadamente exigente. Podiam ser encontrados nas irmandades de várias das paróquias da cidade: na de Santo Domingo, na de Nossa Senhora de Monserrat e na de São Francisco. Na beira do rio, era habitual ver as escravas lavando roupa ou carregando os fardos na cabeça. O *cabildo* também tinha escravos que realizavam variadas tarefas.<sup>19</sup>

Com territorialidade não nos referimos a essa ocorrência de negros e escravos na cidade. Entendida assim a territorialidade negra na cidade de Buenos Aires coincidiria com o próprio território da capital do vice-reino, já que como mencionamos os escravos estavam em toda parte realizando todo tipo de serviço. O que entendemos com territorialidade negra é a ideia de um espaço vivenciado pelos negros livres e escravos, com as diferenças suscetíveis que pode haver entre ambas as condições e significados por estas vivências.

Paul Little define territorialidade como “o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu ‘território’ ou homeland [...] O fato de que um território surge diretamente das condutas de territorialidade de um grupo social implica que qualquer território é um produto histórico de processos sociais e políticos”.<sup>20</sup> É neste sentido que vamos entender e utilizar o conceito de território.

Definir uma territorialidade negra também não é a de estabelecer lugares da memória, *locus* de negritude. Como observou Pierre Nora, “El sentimiento de continuidad se vuelve residual respecto a lugares. Hay lugares de memoria porque ya no hay ámbitos de memoria [...] Los lugares de la memoria son antes de todo restos. La forma extrema bajo la cual subsiste una consciencia conmemorativa en una historia que la solicita porque la ignora.”<sup>21</sup> Se operássemos com a ideia de lugar de memória bastaria elencar lugares significativos para a história da escravidão no Rio

<sup>19</sup> O *cabildo* era proprietário de vários escravos, alguns vizinhos chegaram a pagar suas dívidas cedendo seus escravos. A função de *pregoeiro* era exercida por um escravo. AGN, Cabildo de Buenos Aires. Actas. Tomo 23 Sala 9 27-8-6 fojas: 224vta-225.

<sup>20</sup> LITTLE Paul. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. *Serie Antropología* 322, Brasília, 2002.

<sup>21</sup> NORA, Pierre. *Les lieux de mémoire*. Montevideo: Trilce, 2008.

da Prata. Talvez pelo empenho que gerou em termos de políticas de “ressignificação” histórica e memória escolheríamos a Torre Monumental, antes chamada de Torres dos Ingleses<sup>22</sup> construída no bairro do Retiro onde no século XVIII funcionou o *Asiento dos Ingleses* (mercado de escravos). Em 1909, quando Argentina estava prestes a cumprir cem anos da Revolução de Maio a coletividade inglesa obsequiou Buenos Aires com esse monumento no lugar em que entre 1713 e 1750 à *South Sea Company* tinha explorado o exclusivismo comercial do tráfico de escravos. Mas esta escolha nos coloca novamente o problema dos “lugares da memória”, problema que se relaciona com a forma que temos de lidar com o passado. Definir lugares da memória implica cristalizar e hierarquizar determinados eventos por sobre outros.

Evidentemente pretender fazer uma cartografia social da Buenos Aires do final do século XVIII e início do XIX reconstruindo os usos negros do espaço dentro dos limites da cidade não incluirá a participação no sentido literal, mas sim, como tem feito a história social almejará representar esse espaço a partir de uma “visão de baixo”. Ao abordar a história da gente comum, diz Hobsbawm, estamos tentando explorar uma dimensão desconhecida do passado, mas isto leva a um problema técnico, como já mencionado. Mas as falas negras não serão as únicas a oferecerem-nos informação sobre o território afro-descendente, também os pintores viajantes e cronistas oferecerão pontos de vista para esta reconstrução.

## A modo de exercício

Este trabalho pretende apresentar algumas reflexões teóricas e metodológicas sobre as espacialidades históricas. Gostaríamos de dedicar esta última parte a um pequeno exercício em torno da Buenos Aires colonial e sua população negra. Não pretende ser exaustivo, porque trata-se de uma pesquisa em andamento, mas de traçar algumas pinceladas de “color” sobre a Buenos Aires colonial.

A cidade de Buenos Aires tem sido abordada de diferentes pontos de vista. Predominam as abordagens demográficas para o período colonial e as socioeconômicas para o século XIX. Estes antecedentes serão fundamentais para compreender uma espacialidade complexa como a que queremos reconstruir.<sup>23</sup>

Segundo Johnson, Socolow e Seibert, em 1744 se diferenciam claramente 4 zonas em Buenos Aires: o centro, a área que rodeava a praça central na qual estavam os edifícios do governo, as igrejas e o comércio; os subúrbios, duas zonas ao norte e sul do centro do qual estavam separados

<sup>22</sup> Passou a ter o nome de Torre Monumental depois do conflito bélico entre Argentina e Inglaterra pelo território insular das Malvinas.

<sup>23</sup> JOHNSON, Lyman L.; SOCOLOW, Susan; SEIBERT, Sibila. Población y espacio en el Buenos Aires del siglo XVIII. *Desarrollo Económico*, Vol. 20, No. 79 (Oct. - Dec., 1980), p. 329-349. JOHNSON, Lyman L.; FRANK, Zephyr.

por duas valas: a das Catalinas ao norte e a do Alto ao sul. Eram bairros semiurbanos, ocupados fundamentalmente por artesãos. Por último estava o setor de quintas, um anel de chácaras e casas de veraneio que rodeavam a cidade. Esta diferenciação espacial se manteria segundo os autores até o fim do período colonial.<sup>24</sup>

La variedad de viviendas también tiende a seguir la misma dicotomía entre el triángulo central y los barrios más alejados de la ciudad. Hasta cinco o seis cuadras desde la plaza principal, las casas, exceptuando aquellas que se encontraban en el bajo del río, estaban hechas de adobe y ladrillo. Sobre las márgenes del río y en las áreas suburbanas aparecía un tipo de construcción más pobre: casitas con techo de paja. También se encuentran ranchos y ranchitos, que van prevaleciendo a medida que uno se va alejando del centro de la ciudad.<sup>25</sup>

É volumosa a documentação do período colonial existente no Archivo General de la Nación Argentina em que aparecem a população negra e escrava de Buenos Aires. As falas dos escravos e dos negros livres aparecem em processos civis, administrativos, criminais, solicitações, demandas, testamentos, ações de liberdade, permissões de construção, etc. Estas falas – muitas vezes mediatizadas – dizem muitas coisas, embora nosso interesse seja registrar quando elas se referem ao uso do espaço. Diferentes informações podem ser especializadas, mas devemos lembrar que ademais da espacialização de relações sociais, usos e costumes estamos interessados em frisar como os espaços eram representados pelos negros livres e escravos da Buenos Aires de final do século XVIII e início do XIX.

Utilizaremos como base gráfica - sobre a qual projetar as vivências territorializadas dos negros no período do vice-reino e da primeira metade do XIX – os mapas realizados pela coroa espanhola com fins administrativos e pelos governos do período independente. No século XVIII a Espanha realizou vários mapas de diferentes regiões de seu imenso território através da criação do Real Corpo de Engenheiros Militares criado em 1711. Embora quase a totalidade dos empreendimentos cartográficos tivessem fins estratégicos militares, os engenheiros militares que fizeram os mapas do Império também contribuíram com o poder civil em levantamentos cartográficos com fins diversos. Todos os mapas eram acompanhados por informação de caráter histórica, demográfica e de história natural.<sup>26</sup>

É comum escutar que os bairros de Monserrat e Concepción eram

Cities and Wealth in the South Atlantic: Buenos Aires and Rio de Janeiro before 1860. *Comparative Studies in Society and History*, Vol. 48, No. 3 (Jul., 2006), p. 634-668; GOLBERG, Marta. La población negra y mulata en la ciudad de Buenos Aires. *Desarrollo Económico*, n° 61, Vol. 16, abril-junio de 1976; GUZMAN, Tomás. El plano de una ciudad desigual. La distribución especial de la riqueza en la ciudad de Buenos Aires en 1839. *Quinto Sol*, vol. 16, No 1, enero-junio de 2012, p. 1-27.

<sup>24</sup> JOHNSON, Lyman L.; SOCOLOW, Susan, SEIBERT. Sibila Población y espacio en el Buenos Aires del siglo XVIII. *Desarrollo Económico*, Vol. 20, No. 79 (Oct. - Dec., 1980), p. 329-349.

<sup>25</sup> JOHNSON, Lyman L.; SOCOLOW, Susan Migden; SEIBERT, Sibila, *Op. cit.*, p. 344.

<sup>26</sup> MONCADA MAYA, José Omar. La Cartografía Española en América durante el siglo XVIII: La actuación de los



bairros negros. Miguel Angel Rosal realizou um levantamento de compravendas de propriedades por parte das Sociedades Africanas para suas sedes no século XIX e arrolou que das 62 operações somente duas acontecem em outros bairros que não os dois mencionados. Este é uma primeira evidência importante, embora a realidade do século XIX não seja idêntica à do XVIII. Esta tendência à “afroportenhização” de Monserrat foi registrada também em outro trabalho do autor em que analisa a compra venda de propriedades e bens de raiz por parte dos negros, pardos, livres e escravos de Buenos Aires:

O setor sudeste (em especial Montserrat) vai-se definindo como o que durante as primeiras décadas de vida independente se chamou o bairro do tambor, evidentemente preferido pelos afro-portenhos, se bem são consideráveis os assentamentos no norte e no sul da cidade [...] Na maioria dos casos analisados, os afro-portenhos envolvidos direta ou indiretamente nas distintas operações imobiliárias são pessoas de condição livre, as quais por razões sociais e econômicas tendiam e localizar-se para a periferia da cidade, em efeito, os imóveis sítos no centro portenho eram mais caros e estavam habitados pelo patriciado, e só os afro-portenhos de condição escrava que viviam junto a seus senhores ocupavam esse setor da urbe.<sup>27</sup>

Quando em 1836 César Hipólito Bacle realizou um mapa dedicado ao governador Juan Manuel de Rosas, o centro densamente povoado era constituído por uns cinco quarteirões para cada lado da Praça da Vitória. Para além dessa mancha continua, as casas começam a ser menos frequentes e a cidade abre espaços mais ou menos vazios. Surgem também os chamados *huecos*, áreas desocupadas que passam a ter funções sociais parecidas às praças. A cidade de Buenos Aires no século XVIII e início do XIX não formava um *continuum*, apresentava descontinuidades de todo tipo. Valas aqui e ali que dividiam a cidade e desvalorizavam os terrenos próximos delas.

Os *huecos*, terrenos baldios, foram se transformando ou formalizando em praças. A cidade tinha vários baldios, nos quais se reuniam leiteiros, paravam carretas antes de chegar aos mercados ou na Praça Maior. Entre os *huecos* estava o da negra livre “Doña” Engracia (hoje Praça Liberdade) que entre o mato e os tunais construiu seu mocambo, talvez um boliche.<sup>28</sup> Os *huecos* e praças foram os lugares por excelência de sociabilização negra. Os *tambos*, seus bailes eram realizados ali.

Tentar reconstruir uma territorialidade negra não é fácil, em primeiro lugar porque toda a cartografia dos séculos XVIII e XIX a ignora. Nesta aparecerá como único espaço que remete à presença negra em Buenos

Ingenieros Militares. *Anais do I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica*. Paraty, 10 a 13 de maio de 2011.

<sup>27</sup> ROSAL, Miguel Ángel. Negros y pardos propietarios de bienes raíces y de esclavos en el Buenos Aires de fines del período hispánico. *Anuario de Estudios Americanos*, Vol 58, No 2, p. 505.

<sup>28</sup> Boliche: estabelecimento em que se vendem bebidas, e também se joga baralho. Semelhante a uma taverna ou *pulperia* mas de qualidade inferior.

Aires os lugares do desembarque de escravos, primeiro ao sudoeste do forte e da Praça Maior onde estava a Companhia Real e posteriormente ao nordeste dessa praça, no Retiro.

Em 1794 foi realizado um recenseamento por bairros com a finalidade de fazer a escolha de *alcaldes*. Um bairro é um distrito administrativo que está sob a jurisdição de um *alcaide* de bairro. Por exemplo, o bairro 13 que foi recenseado em 1794 compreendia 12 quarteirões, 48 ruas e 154 casas. O recenseamento foi realizado com a seguinte indicação:

Matrícula de los vecinos y abitantes del barrio nº 13 ditada a consecuencia del establecimiento de alcalde del barrio ordenada por el excelentísimo señor Virrey Don Nicolau de Arredondo Theniente General de los Reales Exercitos en el presente año de 1794 con arreglo a la instrucción de 2 de enero del mismo por el alcalde de este barrio sr. Thomas Ysua Fecino y del comercio de esta capital de Buenos Aires.<sup>29</sup>

Neste bairro, formado por 12 quarteirões, havia 1.983 habitantes dos quais 411 eram escravos e 95 negros e pardos livres. Também havia 21 índios.<sup>30</sup> Nele se encontrava a Praça Nova, uma das praças muito movimentada da capital vice-real.

A venda ambulante, como em todas as cidades hispânicas, era muito frequente e nesta atividade se empregavam grande quantidade de negros escravos e livres.<sup>31</sup> A venda de alimentos: empanadas, *pasteles* e tortas era quase um monopólio feminino. No cenário da Praça Nova uma negra livre, cujo nome não foi registrado, mas que sabemos que era a mulher do Sargento Maior do Regimento de Negros e Morenos, Manuel Farias, vendia empanadas num dia de 1787. Na oportunidade em que ela estava com sua cesta foi insultada por um homem que trabalhava para Pablo Agüero. Trata-se de um conflito entre negros livres que está inscrito em outro maior: o conflito entre Pablo Agüero – comissionado pelas autoridades coloniais para governar os *tambos* e capturar escravos fugidos – e o Sargento, ambos negros livres. O inquérito foi apurado para desvelar este conflito e não aquele, o dos insultos à vendedora. O cenário da disputa, a praça e suas adjacências trazia as tensões ao interior da comunidade negra. O conflito entre os dois homens envolvia uma serie de espaços de reconhecimento que iam além da praça.<sup>32</sup> O processo aberto pelas autoridades militares para apurar o caso evidencia um universo de referências maioritariamente negro. O rol das perguntas serve para entender o que é considerado dentro da ordem e o que está fora desta. As perguntas realizadas às testemunhas foram mais o menos as seguintes: se a testemunha conhecia a Farias e Agüero e se sabia que comissões tinham; se Agüero obedecia Farias; se

<sup>29</sup> AGN, Censo, 1794, Sala IX 9-7-4.

<sup>30</sup> AGN, Censo, 1794, Sala IX, 9-7-4.

<sup>31</sup> ALBA, Martha de; EXBOLIN Arnaud e Georgina Rodriguez, El ambulante em imágenes: una historia de a venta callejera en la ciudad de México. Siglos XVIII- XX. <http://cybergeo.revues.org/5591?lang=en>

<sup>32</sup> Manuel Frías, Sargento de la Cía. de negros libres informa que el comisionado para recoger negros fugitivos y

tinha ouvido os dois agredir-se de palavras e quais as palavras utilizadas; se Agüero tinha requerido o auxílio do Sargento Maior e sua tropa para as missões de captura dos escravos fugidos; se Agüero tinha querido coroar no *tambo* dos negros ao Negro Pedro Duarte como rei dos congos ou a algum outro de outra nação e se Agüero tinha insultado a mulher de Farias.

Os depoimentos vão mostrando a concorrência e capacidade de influência dos dois homens negros livres sobre a população negra em geral composta pelos soldados do batalhão de negros, os que frequentam a Praça Nova e os Tambos, e os que participam das confrarias religiosas vinculadas às igrejas de *La Piedad*, *San Francisco* e *Santo Domingo*, os negros que moravam ou circulavam pelo do bairro de Monserrat. A concorrência se evidencia em depoimentos como o de Pedro Duarte, para o qual era tão sargento quanto o outro.

Perguntado o Negro Pedro Duarte sobre ambos respondeu: “que a Manuel Farias conhece por Sargento Maior das milícias negras e a Pablo Agüero conhece por Sargento Maior de todos os negros e comissionado pelo governo para prender os fugitivos de sua cor.

A inimizade era antiga. Quase todas as testemunhas sabem que os dois brigavam de palavra, sem ter escutado quais as palavras que intercambiavam. Somente Francisco Tadeo Silva, secretário do Alcaide de segundo voto escudou uma vez que Agüero lhe dizia a Farias que os negros andavam insolentes à justiça e a ele porque o próprio Faria assim o recomendava.

Mas porque depois de tantos enfrentamentos de palavra o Sargento Maior da Companhia de negros livres Manuel Farias decidiu apresentar formalmente a queixa? O processo nos oferece mais de um indício. Juan Ximenez, natural de Buenos Aires, apoderado dos fazendeiros da campanha e morador de Monserrat disse que mais ou menos dois meses atrás encontrou os dois discutindo, sendo que era Agüero que maltratava de palavra a Farias. Ximenez se aproximou e disse para Farias que se retirasse que o assunto que tratavam podia ser resolvido na justiça. Mas, provavelmente, não foram somente as palavras de Ximenez, tentando evitar uma desgraça maior, as que levaram o Sargento à instância superior. Farias se persuadiu que a “desobediência” havia chegado a um nível insuportável quando sua mulher foi insultada por um dos homens que trabalhavam para Agüero na Plaza Nova: “Chegando a tal extremo a inimizade que cientes disso os soldados que trazia na sua companhia, um deles chamado Manuel Jesus, valido de dita proteção teve o valor de, na praça Nova, tratar de puta à mulher do expoente.”

---

governar los tambos, Pablo Agüero, le ha negado toda autoridad, manejándose a su libre albedrío y dirigiéndose a él con palabras injuriosas. AGN, Tribunales, leg. 74 expte. 10 Sala IX 36-4-3. Este caso já foi abordado por mim em SECRETO, Maria Verónica. Negros em Buenos Aires, Rio de Janeiro: Editora Mauad, 2013.

Como se isto não fosse suficiente para questionar a autoridade do Sargento, ademais de disputar obediência com Aguero tinha que fazê-lo com aquele que os próprios negros reconheciam como autoridade da nação: Pedro Duarte, que tinha sido coroado como rei dos congos num dos *tambos*, e segundo diz ou acredita Farias, com a proteção de Aguero. Monserrat e seu hinterlandia constituía um único território com três autoridades negras.

O negro livre José Garcia afirmou que na véspera de Nossa Senhora do Transito estando ele em casa durante a noite ouviu um grupo de negras, às que disse não conhecia, falando que no dia do Transito, que era o seguinte, o negro Pablo Aguero tinha disposto que se coroasse como rei dos Congos a Pedro Duarte. Também o negro escravo Jose Gonzalez disse que em um dos dias de festa que se juntam para dançar os negros viu que levavam embaixo de um guarda-sol grande a um negro chamado Pedro Duarte e que na cabeça levava uma espécie de coroa, ao ver isto Aguero teria mandado tirar a coroa o que foi obedecido, “advertindo o declarante que todos os outros negros da nação Conga veneravam e obedeciam todas as ordens que como rei dava Pedro Duarte”. Agregou que no dia da festa de San Baltazar na Igreja da *Piedad* o respeitam e obedecem como o rei de uma nação e não como a um *mordomo*.

Imediatamente o Ajudante da Praza fez comparecer a Pedro Duarte. Duarte disse que fazia muitos anos que Aguero e Farias estavam “discordes” e que teria sido o próprio Farias quem denunciou ante o Tenente do Rei e Sargento Maior que havia reis em várias nações. Evidenciando nesta declaração que Aguero e a coroação dos reis da nações estavam relacionados. Agregou que lhe constava que tinha sido Farias quem delatou as coroações porque estando na capela da *Piedad* com outros confrades da irmandade de São Baltasar para enterrar um irmão defunto, chegou Farias com tropa aprendendo-o, indo pegar a Pablo Aguero na *rancharia* e dali os levou para o Cárcere Real. O Ajudante ainda perguntou se ele tinha ido ao *tambo* para ser reconhecido como rei ao que respondeu que não foi com insígnias de rei, que foi somente com os de sua nação com capa, chapéu e um guarda-sol improvisado para ser reconhecido como maior, mas não como rei.

Também declarou Pablo Aguero, natural da Guiné que disse ter obedecido a Manoel Farias até que se lhe deram a comissão que agora exercia. Que uma vez que necessitou tropa, um dia de San Baltasar em que estavam “vindo” os negros de Cambunda, na capela da *Piedad*, o Sargento não autorizou levar os soldados da companhia, utilizando a partir de então os veteranos como mandado pelo Governador Intendente e autorizado pelo Senhor Vice-rei.

Parece evidente que, a pesar de que a função desempenhada por Aguero estava subordinada por regimento à autoridade do Sargento Maior da Companhia de Negros Livres, Aguero se movimentava com quase total independência dele. Até contava com recursos próprios, como declarou um de seus homens, Manuel de Jesus, negro livre, natural da Guiné, morador em casa de Aguero, que tinha um salário mensal de seis pesos pagos pelo

próprio Pablo. Segundo Manuel de Jesus o dinheiro de seu salário provinha da própria oficina de badanas que Agüero tinha em casa e na qual empregava alguns peões e das recompensas que lhe davam os senhores dos escravos fugidos.

No depoimento, Manuel de Jesus assumiu ter insultado à mulher do Sargento Maior. A descrição do momento em que se produz o insulto e que aparece uma e outra vez nos depoimentos de forma fragmentada a partir de pontos de vista diversos é apresentada aqui pelo negro livre Manuel a partir de uma perspectiva que, provavelmente, acreditou justificável ante os olhos e ouvidos do relator da memória, o Ajudante Maior da Praza Francisco Rodrigues: Estando na praça Nova um índio ébrio fazendo grande barulho e incomodando um espanhol que ali passava, pretendeu Manuel Jesus leva-lo preso; ao que se opôs a mulher do sargento que vendia *empanadas* no mesmo local e que pretendia que o índio lhe pagasse quatro reais que lhe devia. A negra começou a gritar com o ajudante de Agüero para evitar a prisão e este a insultar a negra ameaçando-a de leva-la presa também e proferindo o insulto que ninguém tem pudor em repetir no processo: puta. Não foram utilizados eufemismos, como nos caso das pessoas de honor.

O insulto de sua mulher na Praza Nova, lugar público por excelência levou o Sargento a registrar a queixa; mas provavelmente já viesse pensando nisto fazia algum tempo, tendo conhecimento de que ele não era o único descontente com a atitude de Agüero.

Os irmãos de São Baltasar apresentaram queixa contra ele um ano antes do que fizera o Sargento. Em 1786, o mordomo da Confraria das Animas e São Baltasar apresentaram uma solicitude às autoridades sobre o direito a pedir esmolos nos bailes e diversões dos negros nos dias domingos e de festa. O reclamo era causado por ter surgido uma diferença entre os “morenos” da parte norte e os da parte sul. Os do sul pretendiam que os do norte fossem aos bailes no campo da Residência, enquanto os do norte, que apresentavam a queixa preferiam fazê-lo no Retiro. Argumentavam os irmãos do Norte que era gravoso ir ao Sul, porque era um lugar distante de suas habitações e que uma vez concluído o baile não poderiam restituir-se a casa de seus senhores com a prontidão necessária a seus serviços. Solicitavam então que se habilitassem dois bailes, um na Residência para os do sul e outro no Retiro para os do norte.

É plausível que ademais da comodidade os irmãos estivessem procurando definir territórios de influência e de arrecadação, já que as festas e *tambos* eram lugares privilegiados para pedir as esmolos correspondentes às confrarias. Manuel Ledesma moreno livre e mordomo da Irmandade de San Baltasar:

Recorre o suplicante a este tribunal a fim de que não se permita mais pedir essas esmolos particulares, pois se deve duvidar de sua exata distribuição, e para o efeito exponho que o maioral de ditos congressos de danças é o moreno chamado Pablo Agüero, as nações estão sob seu

mando, pois ele obteve dita permissão do governo desta capital [...] parece verossímil que ele tenha mandado pedir as esmolos, mas não é irmão desta irmandade, nem tem nenhuma intervenção neste devoto congresso das animas.<sup>33</sup>

Parece que Pablo Agüero, a partir da comissão que tinha sido encomendada pelo governador, estava exercendo o poder dentro da comunidade negra para além do próprio mandato oficial e do mandato negro.

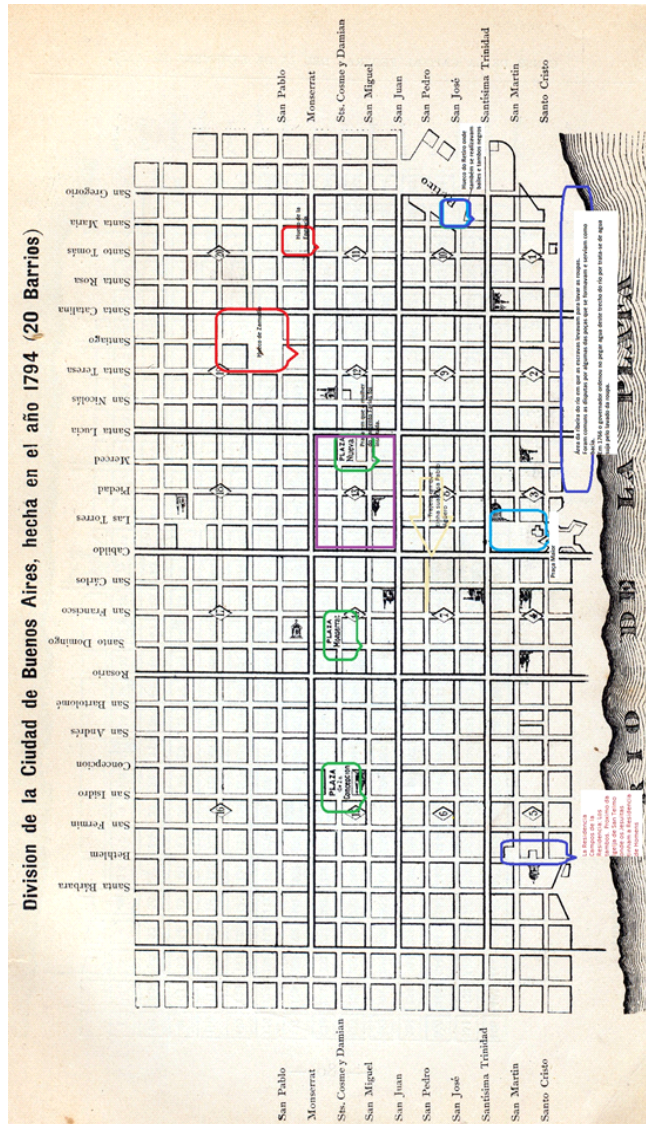
Agüero foi muito ativo no bairro de Monserrat e entre os negros, escravos e livres. Em 1787 ainda o encontramos intervindo numa briga entre escravos perto de um dos *tambos*. Num dos dias de festa em 1791 acompanhou ao sargento Elias, oficial branco do corpo de Dragões, e fez repressão e prisão de um grupo de irmãos da confraria de São Baltasar. Os irmãos tinham solicitado permissão para sair pelas ruas da cidade em homenagem de seu padroeiro, San Baltasar, mas na saída da casa em que se reuniram foram interceptados pelo Sargento de Dragões e pelo moreno Agüero e mandados irem cada um para sua casa. Os negros arguíram que tinham licença para andar pela cidade, mas o Sargento e seus acompanhantes romperam os instrumentos dos irmãos e tiraram a licença.<sup>34</sup>

Buenos Aires aparece como um espaço exíguo para estes homens que disputam sua autoridade sobre uma população negra, independentemente da autoridade patriarcal senhorial. Um único território composto pelos espaços religiosos de procissões e confrarias, e espaços públicos maiores, o dos bailes, *tambos*, praças, ruas e huecos se vai desenhando como um espaço de convivência e de conflito. A cidade vice-real é apropriada pela população negra que “desenha” um território rizomórfico, não contínuo, manchas aqui e acolá vão definindo outros usos da cidade que não os senhorias. Também os espaços de trabalho, não só de lazer e religiosos, se constituem como parte dessa espacialidade negra. A ribeira do Rio da Prata, com suas lavadeiras negras tantas vezes desenhadas pelos viajantes se constituirá em outro dos espaços nitidamente definido pela presença negra, pelo menos durante o tempo que elas, primeiro escravas e depois livres, mantiveram o “monopólio” dessa profissão.

Pretendimos com este exercício e com as páginas iniciais chamar a atenção para a construção social do espaço, sem monumentalizações. É um convite para pensar a territorialidade negra construída densamente a partir de uma série de práticas e disputas cotidianas.

<sup>33</sup> “El moyordomo de la Cofradía de Animas y San Baltasar sobre la limosna que se pide en los bailes y diversiones que tienen los negros en los días domingo y demás de fiesta”. Tribunales, Leg. S 8, exp. 6. Sala IX 42-6-3. AGN. Grifo nosso.

<sup>34</sup> Solicitud hecha por Dn. José Ignacio Rato para que se ponga en libertad un esclavo suyo preso por el Sargento Elías Bayalá por andar de baile. Solicitudes de presos. Sala IX 12-9-13. AGN.



Nota:

Este mapa foi elaborado em 1794 para acompanhar o recenseamento da população levantado no mesmo ano com o objetivo de escolher os alcaides de bairro. O impresso trata-se de uma versão do mesmo.

Do bairro 13 mencionamos neste texto os resultados globais de população. O mesmo aparece indicado em color roxo no mapa.

Outras duas intervenções em azul marcam os dois pontos em questão para a realização dos bailes: Retiro e La Residencia. O baile era ocasião para pedir esmola e reconhecer os “reis”, âmbitos de disputa de influencias e poder. Em verde estão indicadas as praças Monserrat, Conceição e Nueva, espaços vivenciados pelos negros de forma intensa.

Também estão indicados no mapa dois dos huecos (buracos/baldios) o de Zamudio e o da Engracia e o local onde as lavadeiras negras levavam os fardos de roupas para lavar e onde estava proibido tomar banho ou pagar água. Vários inquéritos policiais nos informam desta proibição e das contravenções.

## Fontes e Referências Bibliográficas

ACSELRAD, Henri; COLI, Luis Régis. Disputas territoriais e disputas cartográficas. In: ACSELRAD, Henri (Org.). *Cartografias sociais e território*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRRJ, 2008.

ACSELRAD, Henri (Org.), Introdução. In: \_\_\_\_\_. *Cartografias sociais e território*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRRJ, 2008.

ALBA, Martha de; EXBOLIN, Arnaud; RODRIGUEZ, Georgina. El ambulante en imágenes: una historia de a venta callejera en la ciudad de México. Siglos XVIII-XX. <http://cybergeogeo.revues.org/5591?lang=en>

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; SANTOS, Glademir Sales dos (Orgs.). *Estigmatização e território*: mapeamento situacional dos indígenas em Manaus. Manaus: PGSCA-UFAM, 2008.

\_\_\_\_\_. *Terras de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto*: terras tradicionalmente ocupadas. Manaus: PGSCA-UFAM, 2008.

\_\_\_\_\_. Mapas com vida própria. <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/mapas-com-vida-propria>.

ANDREWS, George Reid. *Los afroargentinos de Buenos Aires*. Buenos Aires: Ediciones de la Flor, 1989.

BORUKI, Alex; CHAGAS, Karla; STALLA, Natalia. *Esclavitud y trabajo*: Estudio sobre los afrodescendientes en la frontera uruguaya, 1835-1855, s/e. Montevideo, 2009.

BORUKI, Alex. *El tráfico de esclavos en el Virreinato del Río de la Plata, 1777-1812*. Redes trans-imperiales y guerra atlántica. Mimeo, 2009.

CHALHOUB, Sidney. A enxada e o guarda-chuva: a luta pela libertação dos escravos e a formação da classe trabalhadora no Brasil. Trabalho escrito para ser apresentado no XXI Simpósio da ANPUH. Niterói, Julho 2001. Mimeo.

CRAMPTON Jeremy W.; KRYGIER, John. Uma introdução à cartografia crítica. In: ACSELRAD, Henri (Org.). *Cartografias sociais e território*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRRJ, 2008.

ELTIS, D; LEWIS, F. D.; SOKOLOFF, K. L. *Slavery in the Development of the Americas*. Cambridge University Press, 2004.

FRAGINALS, Manuel R. Moreno. La abolición de la esclavitud. In: VAZQUEZ, J.; GRIJALVA, M.M. *História General de América Latina*, vol. VI. La construcción de las naciones latinoamericanas 1820-1870. Madrid: Unesco/Trotta, 2007.

FRIGERIO, Alejandro. De la “desaparición” de los negros a la “reaparición” de los afrodescendientes: comprendiendo la política de las identidades negras, las clasificaciones raciales y de su estudio en la Argentina. In: LECHINI, Gladys (Comp.). *Los estudios afroamericanos y africanos en América Latina*: herencia, presencia y visiones del otro. Buenos Aires: CLACSO, 2008.



- GINZBURG, Carlo. O nome e o como. Troca desigual e mercado historiográfico. In: \_\_\_\_\_. *Micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Difel, 1989.
- GOLBERG, Marta. La población negra y mulata en la ciudad de Buenos Aires. In: *Desarrollo Económico*, n° 61, Vol. 16, abril-junio de 1976.
- GONZÁLEZ UNDURRAGA, Carolina. Los usos del honor por esclavos y esclavas: del cuerpo injuriado al cuerpo liberado (Chile, 1750-1823). *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Número 6 - 2006, <http://nuevomundo.revues.org/document2869.html>.
- GRENDI, Edoardo. Microanalisi e storia sociale. *Quaderni Storici*, n.7, 1972.
- GUZMAN, Florencia. Buenos Aires y el Tucumán: los contrastes regionales del legado africano colonial. In: *Temas de Patrimonio Cultural* 16, Buenos Aires, 2006.
- GUZMAN, Tomás. El plano de una ciudad desigual. La distribución especial de la riqueza en la ciudad de Buenos Aires en 1839. *Quinto Sol*, vol. 16, No 1, enero-junio de 2012, p. 1-27.
- HARLEY, Brian. *La naturaliza de los mapas. Ensayos sobre historia de la cartografía*. México: FCE, 2005.
- HARVEY, David. *Espacios de esperanza*. Madrid: Akal, 2003.
- JOHNSON, Lyman L.; SOCOLOW, Susan Migden; SEIBERT, Sibila. Población y espacio en el Buenos Aires del siglo XVIII. *Desarrollo Económico*, Vol. 20, No. 79 (Oct. - Dec., 1980), p. 329-349.
- JOHNSON, Lyman L.; FRANK Zephyr. Cities and Wealth in the South Atlantic: Buenos Aires and Rio de Janeiro before 1860. *Comparative Studies in Society and History*, Vol. 48, No. 3 (Jul., 2006), p. 634-668;
- JOHNSON, Lyman, L. La manumisión de esclavos en Buenos Aires durante el vicerreinato. *Desarrollo Económico. Revista de Ciencias Sociales*. N. 63. Vol. 16 Oct-Dic. 1976.
- \_\_\_\_\_. La manumisión en Buenos Aires colonial: un analisis ampliado. *Desarrollo Económico. Revista de Ciencias Sociales* N. 68. Vol. 17 Ene-Mar. 1978.
- LECHINI, Gladys (Comp.). *Los estudios afroamericanos y africanos en América Latina: herencia, presencia y visiones del otro*. Buenos Aires: CLACSO, 2008.
- LÉVY, Jacques. Uma virada cartográfica? In: Henri Acselrad e Luis Régis Coli. Disputas territoriais e disputas cartográficas. In: ACSELRAD, Henri (Org.). *Cartografias sociais e território*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRRJ, 2008.
- LITTLE, Paul. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. *Serie Antropologia* 322, Brasilia 2002.
- MALLO, Silvia. Experiencias de vida, formas de trabajo y la búsqueda de la libertad. *Memorias del Simposio: La ruta del esclavo en el Río de la Plata: su historia y sus consecuencias*. Montevideo, 2005.
- \_\_\_\_\_. La libertad en el discurso del Estado, de amos y de esclavos (1780-1810). *Revista de Historia de América*, n. 112, Jul-Dic. 1991.

MARQUESE, Rafael de Bivar. *Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas (1660-1860)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

MARTINS, Cynthia Carvalho. Prefácio. In: *Quilombos de Alcântara: território e conflito o intrusamento do território das comunidades quilombolas de Alcântara pela Empresa Binacional Alcântara Cyclone Space*. Manaus: Editora da Universidade Federal de Amazônia.

MONCADA MAYA, José Omar. La Cartografía Española en América durante el siglo XVIII: La actuación de los Ingenieros Militares. *Anais do I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica*. Paraty, 10 a 13 de maio de 2011.

NORA, Pierre. *Les lieux de mémoire*. Montevideo: Trilce, 2008.

PEREIRA JÚNIOR, Davi. *Quilombos de Alcântara: território e conflito o intrusamento do território das comunidades quilombolas de Alcântara pela Empresa Binacional Alcântara Cyclone Space*. Manaus: Editora da Universidade Federal de Amazônia.

PRATT, Mary Louise. *Ojos imperiales. Literatura de viaje y transculturación*. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 1997.

QUINTERO, Silvina. El legado de las geografías críticas: la cartografía como objeto. In: HIERNAUX, Daniel; LINDÓN, Alicia. *Anthropos*. Universidad Autónoma Metropolitana, México, 2006.

REBAGLIATI, Lucas. Caridad y control social en el Buenos Aires virreinal: El caso de los Defensores de pobres (1776-1809). *Segundas Jornadas Nacionales de Historia Social*, Actas de las Jornadas (CD). La Falda-Córdoba, Mayo de 2009.

\_\_\_\_\_. La administración de justicia en Buenos Aires: del período virreinal a la sanción de la constitución nacional (1776-1853). In: BAUCHÉ, Eduardo Germán; PRADA, Mariela I. *Teoría general del Derecho Procesal*, Tomo 2. Buenos Aires: Ediciones Jurídicas, 2011.

ROSAL, Miguel Ángel. Negros y pardos propietarios de bienes raíces y de esclavos en el Buenos Aires de fines del período hispánico. *Anuario de Estudios Americanos*, Vol 58, No 2.

ROSAL, Miguel Angel. *Africanos e afrodescendientes en el Río de la Plata*. Siglos XVIII-XIX. Buenos Aires: Editorial Dunken, 2009.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Escravos e libertos no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SAGUIER, Eduardo E. La fuga esclava como resistência rutinaria y cotidiana en el Buenos Aires del siglo XVIII. *Revista de Humanidades y Ciencias Sociales*. Segunda Época. Vol. 1 Número 2. Dezembro 1995.

SECRETO, María Verónica. Sediciosa Buenos Aires. O complot de franceses e escravos no Rio da Prata 1795, *Revista de História Unisinos*, 2013 (no prelo).

\_\_\_\_\_. Secreto, María Verónica 2012 \_\_\_\_\_. Os escravos de Buenos Aires. Do terceiro pátio à rua: a busca do tolerável (1776-1814). *Tempo* (Niterói. Online), v. 16, p. 23-50, 2012.

\_\_\_\_. Justicia na desigualdade: ações de liberdade, papéis de venda e preço justo. Rio da Prata, 1776-1815. *Afro-Ásia* (UFBA. Impresso), v. 42, p. 27-62, 2010.

\_\_\_\_. Soltando-se das mãos: liberdades dos escravos na América espanhola. In: AZEVEDO, Cecília; RAMINELLI, Ronald (Org.). *História das Américas: Novas perspectivas*. 1ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, v. 1, p. 135-160.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária Inglesa: a árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VENANCIO, G.; VIANNA, L.; SECRETO, M. V. *Sujeitos na História: Perspectivas e Abordagens*. Niterói: Eduff, 2014. (no prelo).





Contestado 15, Hassis, acervo  
Fundação Hassis

### PARTE III

## Terra e Poder: abordagens sobre a região Oeste e Norte do Paraná

1. **IGREJA E REFORMA AGRÁRIA NO PERÍODO DA DITADURA CIVIL-MILITAR (1964-1985):** a Comissão Pastoral da Terra e sua atuação junto aos Movimentos dos Trabalhadores Rurais  
*Maria José Castelano*
2. **POEIRA:** a expressão dos atingidos de Itaipu  
*Milena Costa Mascarenhas*
3. **TERRA E PODER NO OESTE DO PARANÁ**  
*Irene Spies Adamy*
4. **ASSOCIAÇÃO RURAL DE LONDRINA:** embates e conflitos no Norte do Paraná  
*Juliana Valentini*
5. **A (RE)OCUPAÇÃO RECENTE DO MUNICÍPIO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON:** uma análise do processo de especulação da terra  
*Cristiane Bade Favreto*



# IGREJA E REFORMA AGRÁRIA NO PERÍODO DA DITADURA CIVIL-MILITAR (1964-1985): A COMISSÃO PASTORAL DA TERRA E SUA ATUAÇÃO JUNTO AOS MOVIMENTOS DOS TRABALHADORES RURAIS

Maria José Castelano<sup>1</sup>

## Introdução

Este capítulo é resultado do estudo e da sistematização de bibliografia sobre a temática Igreja e a questão agrária no período bonapartista<sup>2</sup>, entre as décadas de 1970-1980, e da análise de entrevistas de lideranças da Comissão Pastoral da Terra (CPT)<sup>3</sup>, além da consulta ao Boletim Poeira (elaborado no Paraná nas décadas 1970-80) e de um boletim da CPT nacional: O Mausoléu do Faraó, que abordou a problemática da Itaipu.

O objetivo é focar a atuação da CPT na região Sul, mais especificamente no Oeste do Paraná, apontando algumas de suas características específicas, identificadas em nossa pesquisa de doutorado até o momento. Ademais, faz-se a reflexão sobre o contexto em que se inicia a organização da CPT e a crítica realizada pelos seus integrantes (bispos, leigos, freiras, padres e intelectuais) aos problemas agrários agravados pelo “Milagre Econômico” imposto pela ditadura civil-militar.

A CPT formulou críticas contundentes aos governos militares e aos governos eleitos após a redemocratização, pela forma como lidaram com os conflitos originados no campo. Uma das abstrações razoáveis<sup>4</sup> da qual

---

<sup>1</sup> Professora do curso de História da UNIOESTE, campus de Marechal Cândido Rondon e doutoranda em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. E-mail: majo\_catelano@hotmail.com.

<sup>2</sup> “Esta forma de dominação autocrático-burguesa constitui-se num domínio exercido de *modo indireto* pelo conjunto da burguesias, pelas armas, subjugando, castrando ou atrelando os poderes legislativo e judiciário.” RAGO FILHO, Antônio. *A ideologia 64: os gestores do capital atrofico*. São Paulo:1998. Tese (doutorado) PUC-SP, p.15.

<sup>3</sup> A Comissão Pastoral da Terra está organizada em todo o território nacional em 21 regionais. Cada regional tem uma coordenação, eleita em Assembleia, de acordo com o regimento interno e um Conselho Regional. Há, ainda, algumas CPTs que possuem uma coordenação ampliada, mas todas se articulam com o Regional da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), do qual fazem parte. Elas unem-se, ainda, com as diversas organizações de trabalhadores do campo. Cada CPT regional é composta por equipes de base, ou locais, que fazem o acompanhamento direto junto aos camponeses e suas organizações. Disponível em <<http://www.cptnacional.org.br/index.php/quem-somos/organizacao/regionais#sthash.QLIkIb5.dpuf>> Acesso em: 02 nov. 2014.

<sup>4</sup> Sobre as abstrações razoáveis, consultar CHASIN, José. *Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica*. São Paulo, Boitempo; RAGO FILHO, Antônio. *J. CHASIN: redescobrimo Marx - a teoria das abstrações*. Disponível em <<http://www.afoiceemartelo.com.br/posfsa/Autores/Rago%20Filho,%20Antonio/a%20teoria%20das%20abstracoes.doc>> Acesso em: 04 out. 2014. FORTES, Ronaldo. *Procedimento investigativo e forma expositiva em Marx - duas leituras*: Lukács/Chasin. Disponível em <<http://www.verinotio.org/conteudo/0.16253103610364.pdf>>. Acesso em: 01 out. 2014.

principiamos a nossa reflexão pauta-se no reconhecimento de que o direcionamento ideológico cristão promovido pelos integrantes da CPT, influenciados pela Teologia da Libertação no Brasil, pode ter contribuído no processo de educação popular e de conscientização social dos integrantes dos movimentos ocorridos no Oeste do Paraná como Justiça e Terra e o Mastro, quando passam a lutar por uma maior participação nas decisões políticas, em oposição ao regime ditatorial, vigente no país.

No Paraná, entre as ações da CPT destaca-se a sua atuação na mobilização da população a ser atingida pela construção da barragem da Usina Hidroelétrica de Itaipu. Esta atuação pode ser acompanhada pela elaboração e divulgação de materiais educativos e informativos que denunciam o evidente **poder desigual** no processo de negociação entre trabalhadores e Estado, no caso deste, tendo como braço institucional a Itaipu.

O objetivo central deste estudo encontra-se na compreensão de como o Cristianismo, por meio da Pastoral Rural e, posteriormente, da CPT, torna-se uma ideologia de engajamento das lutas cotidianas dos movimentos sociais e dos mediadores cristãos, que atuaram como intelectuais orgânicos.

Na esteira da concepção de intelectual orgânico de Gramsci, Alegro (1994) afirma que:

A característica do intelectual orgânico é a clareza acerca do seu papel de dirigente e educador. Neste sentido pode-se afirmar que a CPT atuando junto aos movimentos sociais configura-se como um grupo de intelectuais organizados no interior das Igrejas cristãs, que contribuem para a elaboração de uma consciência histórica dos trabalhadores rurais, dentro dos limites da sua condição/situação.<sup>5</sup>

Considerando o contexto político e econômico vigente durante os governos militares (1964-1985), destaca-se que a implantação da Doutrina de Segurança Nacional não impediu a emergência de organizações de resistência diante de conflitos envolvendo a questão agrária, motivadas pela expropriação de pequenos proprietários, posseiros e trabalhadores rurais. Neste sentido, a CPT foi criada, em meados da década de 1970, por bispos, padres, pastores e leigos progressistas envolvidos nestes conflitos, em pleno Estado de exceção. Em várias regiões do país, como no Nordeste e no Norte, a CPT atuou e se posicionou a favor da defesa dos interesses dos trabalhadores do campo, ou seja, dos “oprimidos”, pela modernização engendrada e pelo avanço do capitalismo no campo.

---

<sup>5</sup> ALEGRO, Regina Célia. *Buscar o Reino de Deus e a sua Justiça - A mediação pedagógica da Comissão Pastoral da Terra*. Maringá, 1994. Dissertação (Mestrado em Fundamentos da Educação) - Pós-graduação em Educação, UEM, p. 56.



## Posicionamento da Igreja com relação ao desenvolvimento do capitalismo no campo e a questão agrária nas décadas 1950-1960

Para entender os embates travados entre o Estado e a Igreja Católica sobre a reforma agrária, recuaremos à década de 1950, período em que a discussão sobre a necessidade da revisão da estrutura fundiária brasileira ganhava corpo no interior do debate nacionalista, tanto nos grupos representativos dos setores da esquerda (progressistas) quanto da direita (conservadores).

No Brasil, o capitalismo desenvolveu-se hiper-tardamente (o processo de industrialização dinamizou-se apenas na década de 1950), não realizou uma revolução burguesa e, desde os seus primórdios, dependeu dos capitais externos para os investimentos internos. A maioria da população sempre permaneceu excluída, sem acesso à instrução elementar, à saúde, às liberdades políticas e à reforma agrária.

*A via colonial* da objetivação do capitalismo, em uma de suas determinações mais gerais, significa o estabelecimento da existência societária do capital sem interveniência de processo revolucionário constituinte. Por si só esta característica da história brasileira é responsável por traços fundamentais *do modo de ser e de se mover* da formação nacional.<sup>6</sup>

Portanto, o Brasil conhece o verdadeiro capitalismo somente na segunda metade do século XX, no período pós Segunda Guerra Mundial, em um momento avançado das guerras imperialistas e sem nunca ter rompido com a sua condição de país subordinado aos centros hegemônicos do capital. Foi somente no segundo governo Vargas (1951-1955) que surgiram os primeiros ensaios sistemáticos em favor da industrialização no país, voltados para a ampliação e expansão do padrão de acumulação de bens de capital e para o setor de bens de produção não duráveis.

No governo Juscelino Kubitschek, doravante Jk, (1956-1960), o padrão de acumulação de bens de produção mudou de forma, adquirindo consistência através do Plano de Metas, sob o slogan “50 anos em 5”. Este plano marcou o impulso da industrialização acelerada e subordinada aos capitais externos. Configurou-se um período de intenso crescimento econômico, com profundas consequências sociais e políticas para o país.

No início da década de 1960, a economia sofreu com uma prolongada recessão. Neste contexto, as “Reformas de Base”, iniciadas nos anos 1960 por setores progressistas, objetivavam ampliar o acesso das massas ao processo de modernização capitalista em curso. Além disso, alguns projetos possuíam uma perspectiva nacional popular, que visava uma industrialização

---

<sup>6</sup> CHASIN, J. *A miséria brasileira: 1964-1994: do golpe militar à crise social*. São Paulo: Ad Hominem, 2000, p. 221.

autônoma do país, procurando mudar a sua inserção na divisão internacional do trabalho, com uma postura crítica ao imperialismo estadunidense. Outros indicavam uma direção oposta e pretendiam estreitar o vínculo ao capitalismo norteamericano, aprofundando os laços com o capital externo, selando a participação subalterna do país no mercado mundial.

As reformas foram colocadas na agenda da discussão, à época, por pressão de setores sociais formados por trabalhadores rurais, operários e estudantes engajados na luta por estas mudanças. No entanto, o projeto de industrialização/modernização do Brasil, consolidado a partir do último quartel do século passado, passa a ser capitaneado por um grupo de militares com o apoio da burguesia agrária e industrial (aliados ao capital-imperialista) e setores da classe média. Este projeto, que se mostrou amplamente excludente, almejava frear as reformas sociais postas em curso pelo Estado, na fase anterior ao golpe de 1964, inclusive, para o setor agrário.

Em meados do século XX, vários conflitos surgiram no campo brasileiro como Trombas e Formoso, em Goiás, (décadas de 1940-1950), a Guerrilha de Porecatu e a Revolta dos Posseiros, no Paraná, (década de 1950), apenas para mencionar alguns. Não é possível discutir aqui tais conflitos, que podem ser consultados em ampla bibliografia disponível. Mas, queremos assinalar a participação nestes conflitos de integrantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Esta atuação direta também é encontrada na formação das Ligas Camponesas, em 1955, no Nordeste, que contou com a participação do PCB, diante de ferrenha oposição da Igreja Católica.

Em 1954, os comunistas organizaram a Segunda Conferência Nacional de Lavradores e Camponeses, reunida em São Paulo. Dela surgiu pela primeira vez no Brasil uma organização nacional de homens do campo, a União dos Lavradores e Camponeses do Brasil (ULTAB). Portanto, a discussão que se estabeleceu no início dos anos 1960 entre intelectuais de esquerda, era sobre como a reforma agrária relacionava-se com o projeto de industrialização e com a questão da necessidade de melhorar o padrão de vida rural, explicitados por meio das lutas eclodidas no campo.

Entre meados da Segunda Guerra Mundial e o final da década de 1950, a linha política do PCB, assim como a de todo movimento comunista internacional, conheceu três orientações distintas: a “união nacional”, a “linha chinesa” e o “caminho pacífico” para a revolução.<sup>7</sup> Assinalamos que a Declaração de março de 1958 marcou uma profunda reviravolta na tática do PCB, refletindo o impacto que as denúncias sobre o stalinismo e o culto à personalidade, revelados pelo Relatório Kruschev, provocaram na militância comunista, assim como o reconhecimento, ainda no XX Congresso do PCUS (Partido Comunista da União Soviética), de que não haveria somente um caminho, mas trajetórias diversas em direção ao socialismo.

---

<sup>7</sup> CASTELANO, Maria José. A proposta de reforma agrária do Partido Comunista Brasileiro (PCB) desenvolvida nas décadas de 1950 e 1960. In: *SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA*, 23, 2005, Londrina. Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – História: guerra e paz. Londrina: ANPUH, 2005. CD-ROM.

Como consequência deste contexto internacional, a tática adotada pelo PCB foi a via pacífica, coerente com a estratégia global de transformação, ou seja, para a revolução brasileira, seria necessária a aliança com os setores considerados progressistas da burguesia. Assim, o PCB propunha fazer a reforma agrária pela via parlamentar, pela implantação de reformas de base que asseguravam mudanças gradativas, através do emprego tático de acumulação de forças. Esta nova posição vai conflitar com algumas lideranças das Ligas (os julianistas) na década de 1960, que queriam a luta armada.

Ressalta-se que a Igreja Católica mudou suas táticas e sofreu inflexão de orientação em sua Doutrina Social pós Segunda Guerra Mundial, sobretudo com o Concílio Vaticano II e a Conferência de Medellín. No Brasil, neste período, a Igreja, na sua prática política se opôs às oligarquias dos estados e municípios comprometidas com formas econômicas “atrasadas” e com relações de trabalho consideradas antiquadas e opressivas. Neste sentido, a Declaração dos Bispos do Nordeste, em 1956, permitiu um salto na teoria e na prática da pastoral social. Para Martins, “O novo conceito que centraliza o pensamento episcopal é o de desenvolvimento.” No entanto, esta nova orientação não levou a uma pastoral social oposta ao latifúndio e a propriedade da terra, naquele momento.<sup>8</sup> As esperanças que a Igreja depositou na ação do Estado e no desenvolvimento econômico (durante parte do governo J.K.) para a superação das condições de miséria no campo foram corroídas rapidamente. Na interpretação de Martins, “Setores lúcidos da Igreja acreditavam que o regime militar concretizaria reformas sociais impossíveis em um regime político aberto.” Além disso:

O golpe de estado e a ditadura são recebidos como meio de quebrar esse círculo vicioso de poder, que restaurava sempre as oligarquias e seu domínio, seu compromisso com o atraso e com a pobreza. Era meio também de afastar os comunistas e outros progressistas, inclusive católicos de esquerda [...].<sup>9</sup>

Em 1956, na IV Conferência Rural Brasileira, realizada em Fortaleza (CE), que reuniu federações e associações rurais de vários estados, recomendou-se a instituição de uma lei agrária para criar um fundo para desapropriações por interesse social, constituído por meio da taxação de terras improdutivas. Entre as propostas preconizava-se a colonização das áreas qualificadas de “vazios demográficos” e, também, a recolonização de áreas já ocupadas. Sugeriu-se, também, a criação do Estatuto do Trabalhador Rural, que deveria regulamentar a jornada de oito horas, a estabilidade e o contrato de trabalho. As oligarquias rurais combateram

---

<sup>8</sup> MARTINS, José de Souza. *Caminhada no chão da noite*. Emancipação política e libertação nos movimentos sociais do campo. São Paulo, Hucitec, 1989, p. 41-42.

<sup>9</sup> *Ibid.*, p. 47 e 46.

duramente as propostas mais radicais surgidas neste debate, como a reforma agrária baseada no interesse social e sem indenização aos latifundiários desapropriados. Alguns deputados trabalhistas eram contrários a “prévia” e “justa” indenização em dinheiro às desapropriações de terras. Mas o Estatuto só foi efetivamente aprovado em 1963, em plena crise do governo João Goulart.

Os anos 1960 marcam, ainda, a disputa pela hegemonia na condução das organizações camponesas entre a Igreja, o PCB e o trabalhismo.<sup>10</sup> Á medida que o PCB foi perdendo influência sobre os trabalhadores do campo, aumentou a presença da Igreja nesses movimentos. Este fato se deve pela mudança de táticas políticas do próprio PCB, explícitas na Declaração de 1958, e mencionadas anteriormente.

Em novembro de 1961 realizou-se, em Belo Horizonte, o I Congresso Nacional dos Trabalhadores Agrícolas. A reunião foi planejada por Francisco Julião, membros da Liga e pelos dirigentes comunistas de São Paulo e do Paraná. Mas, com a repressão aos comunistas e a vitória da autocracia burguesa, impõe-se rígida censura às forças políticas de oposição. Neste sentido, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) resultou da aliança entre comunistas e católicos.<sup>11</sup> Além disso, segundo Martins, “A questão agrária, antes dessa época, tinha sua base social nos arrendatários parceiros e foreiros, tanto no Nordeste quanto no Sudeste, ameaçados de expulsão da terra, reduzidos a uma relação precária e extorsiva de arrendamento”.<sup>12</sup> Mas, a política de incentivos fiscais para o desenvolvimento da Amazônia e outras regiões do País acentuou o interesse das empresas capitalistas pela terra, intensificando os conflitos, como mostra Martins (1981, 1989), Neidi Esterci (1987) e Otávio Ianni (1979). Estes conflitos resultam da forma como o capital altera as relações sociais no campo, amparados nos ideais de desenvolvimento e progresso que, na prática, resultam na expulsão de posseiros cuja presença era vista como causa do “atraso” ao desenvolvimento econômico.

A posição de Caio Prado<sup>13</sup>, neste debate, indicava que a causa do atraso deveria ser buscada na presença do latifúndio e não no baixo padrão técnico da produção dos trabalhadores rurais. Para este autor, a elevação do nível tecnológico e da produtividade vinha frequentemente acompanhada de piora das relações de exploração do trabalho. A elevação das condições de vida das massas somente viria por meio da luta dos trabalhadores, sejam quais forem suas relações de trabalho e natureza da remuneração que recebem.

<sup>10</sup> Consultar Leonilde S. Medeiros. *Movimentos Sociais no Campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989; José de Souza Martins. *Os camponeses e a política*. Petrópolis, Vozes, 1981; PCB. *Vinte anos de Política (1958-1979)*, São Paulo: Liv. Ciências Humanas, 1980.

<sup>11</sup> MARTINS, José de Souza. *Os Camponeses e a política*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981, p. 10.

<sup>12</sup> *Ibid.*, p. 11.

<sup>13</sup> PRADO JR., *A Questão Agrária no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1978.

Com relação ao posicionamento da Igreja Católica brasileira é notório que sempre esteve aliada às oligarquias rurais e às frações da burguesia e apoiou, inclusive, o golpe civil-militar de 1964, visando afugentar o “perigo comunista” que rondava as manifestações sociais no campo e na cidade. Suas alianças conservadoras são reveladas em ações como a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”. Por outro lado, essa instituição também é transpassada por contradições. O acompanhamento e a vivência junto aos trabalhadores do campo levam alguns sacerdotes, freiras e bispos a se engajarem na luta em defesa da reforma agrária e a fazerem críticas à ditadura civil-militar.

Ademais, temos o surgimento junto a setores progressistas da Igreja de um movimento que ficou conhecido como Teologia da Libertação, com destaque na América Latina. A experiência do Movimento Educação de Base (MEB), a alfabetização de jovens e adultos agricultores, conduzidas sob a orientação do educador católico Paulo Freire e a organização das Comunidades Eclesiais de Base são exemplos da atuação desta fração da Igreja que marcou a década de 1960.

## **A constituição da CPT: o posicionamento da Igreja frente ao superaviltamento do Trabalho**

Movimentos como o Movimento dos Sem-Terra (MST) tiveram sua origem e trajetória associadas às lutas e às organizações regionais de trabalhadores rurais que não se adequaram às novas exigências de modernização e desenvolvimento tecnológico da agroindústria, além de posseiros desapropriados para a construção de barragens, etc.

Castelano apresenta muitas evidências de que o MST é constituído sobre os ideais da Teologia da Libertação, percebe-se a sua presença tanto na forma de organização teórica e prática do Movimento, quanto no papel atribuído à mística. Inclusive, na própria concepção pedagógica, política e de reforma agrária há a presença de ideais cristãos.<sup>14</sup> As lutas que levaram a formação do MST concentraram-se, inicialmente, nas regiões Sul e Sudeste do País, durante o governo militar, entre os anos 1970 e 1980.

Em uma entrevista publicada na *Revista Brasil de Fato*, Frei Beto<sup>15</sup> reafirma a sua convicção de que a Igreja Católica “[...] teve papel preponderante nas lutas sociais na América Latina. Por meio das Comunidades Eclesiais de Base e do advento da Teologia da Libertação, decorrentes da ‘opção pelos pobres’, muitos militantes foram formados pela Igreja segundo o método Paulo Freire.” Ademais, o teólogo chama a

<sup>14</sup> CASTELANO, Maria José. *Um estudo da proposta de educação do MST*. Maringá, 2000. Dissertação (Mestrado em Educação), UEM.

<sup>15</sup> MONCAU, Joana. Religião: Chave para dialogar com o povo. (Entrevista com Frei Beto). *Revista online Brasil de Fato*, 15/09/2010. Disponível em <<http://www.brasildefato.com.br/node/274>>. Acesso em: 03 nov. 2012.

atenção para o fato de que em países que passaram por ditaduras, como o Brasil e a Nicarágua, essa formação resultou em uma opção revolucionária e na atuação política das pastorais católicas que influenciaram, de certo modo, as eleições de Lula no Brasil, de Correa no Equador, de Evo na Bolívia, de Funes em El Salvador, entre outros.<sup>16</sup>

A não realização de uma reforma agrária no Brasil pode ser explicada pela ausência de uma revolução democrática burguesa, cuja formação social foi subsumida, primeiro, pelo desenvolvimento do capital em sua forma mercantil e, posteriormente, pelo imperialismo dos países desenvolvidos. Em nossa formação social as mudanças sempre foram operadas pelo “alto”, impondo-se uma solução no plano político imediato que excluíram as revoluções nas quais as classes subordinadas poderiam influir. No quadro de miséria no qual estão inseridos os “sem-terra”, cuja exclusão social se deu desde os primórdios do Brasil e permaneceu mesmo após a constituição da nação, a grande propriedade rural é presença decisiva. Para autores como Chasin, em nosso país não se efetivou um regime político democrático-liberal porque:

No Brasil, bem como na generalidade dos países coloniais ou dependentes, a evolução do capitalismo não foi antecedida por uma época de ilusões humanistas e de tentativas - mesmo utópicas - de realizar na prática o “cidadão” e a comunidade democrática. Os movimentos neste sentido, ocorridos no século passado e no início deste século, foram sempre agitações superficiais, sem nenhum caráter verdadeiramente nacional e popular. Aqui, a burguesia se ligou às classes dominantes, operou no interior da economia retrógrada e fragmentada.<sup>17</sup>

Neste gradiente de formação social autocrático e subalterno desdobra-se a conflagração e extrema contradição que permeia o campo brasileiro e motiva conflitos recorrentes que eclodem em todo o Brasil, até mesmo neste começo do século XXI.

Martins, ao analisar os conflitos no seio da CPT e as soluções apontadas por esta entidade para resolver o problema da produção camponesa, avalia que a constituição do MST, na década de 1980, foi resultado da notória indisposição da maioria dos bispos católicos para abrigar a luta pela terra como luta política da Igreja. Ademais, o autor referido faz uma crítica ao direcionamento político sobre a questão agrária de algumas lideranças vinculadas à CPT. Para Martins:

[...] a ideologia da propriedade fundiária alcançou as populações desvalidas do campo e conformou sua mentalidade, inevitavelmente pondo no centro de sua vida o que não é central no processo histórico.

<sup>16</sup> Id. Ib., 2010.

<sup>17</sup> CHASIN, José. *O Integralismo de Plínio Salgado*. Forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio. São Paulo: Ciências Humanas, 1978, p. 639.

Nessa perspectiva, a ideologia agroreformista nem é superadora de contradições, nem emancipadora, nem, propriamente, libertadora.<sup>18</sup>

A partir do final dos anos 1960, o setor agrícola absorveu quantidades crescentes de crédito agrícola, incorporou os chamados “insumos modernos” ao seu processo produtivo, introduzindo o uso de novas tecnologias e mecanizando a produção, integrando-se aos modernos circuitos de comercialização. A elevação da produtividade permitiu o aumento da produção de matérias-primas e alimentos para a exportação e para o mercado interno. No entanto, tal desenvolvimento elevou ainda mais o nível de pobreza e miséria de grande contingente de trabalhadores rurais.

Martins, em seu livro *A política do Brasil: lúmpen e místico*, afirma que o campesinato é uma classe que se contrapõe ao economicismo desenvolvimentista. Nesse sentido, a luta que se trava nas décadas de 1970-80 é um confronto entre classes sociais, entre exploradores e explorados, é um problema político, por essa razão, precisava de uma resposta política.

Para o autor “A questão da reforma agrária, antes dessa época, tinha sua base social nos arrendatários, parceiros e foreiros tanto no Nordeste quanto no Sudeste, ameaçados de expulsão da terra, reduzidos rapidamente a uma relação precária e extorsiva de arrendamento.”<sup>19</sup> Nos anos 1970-1980 essa base se ampliou, incluindo os posseiros e pequenos proprietários que não se adequaram a nova política econômica. Assim, “A política de incentivos fiscais para o desenvolvimento da Amazônia e a política de florestamento e reflorestamento nas várias regiões do país acentuaram o interesse das empresas capitalistas pela terra.”<sup>20</sup> Neste processo histórico a Igreja Católica apoia e incentiva os camponeses a lutarem pela terra, mas tal ação não estaria vinculada a um projeto político, mas ocorreria por se tratar de uma questão de justiça social.

Na década de 1960, teólogos vinculados à Teologia da Libertação se aproximaram de cientistas e intelectuais, leigos, inclusive de ateus, e se apropriaram dos referenciais teóricos metodológicos da Sociologia, da Economia e da História para encontrar os motivos da pobreza no Brasil e na América Latina.

Uma das conclusões encontradas foi a de que o grande culpado pela exploração foi, inicialmente a empresa colonial e, depois, pelo capitalismo que exporta a pobreza dos países centrais para a periferia. Com isso, a Teologia da Libertação começa a se aproximar das teorias marxistas. Na leitura marxista surgida nos anos 1960, a luta de classes, o motor da história, não se restringia à esfera estrutural, em categorias estáticas de proletariado e burguesia, como entendia o marxismo ortodoxo. A luta de classes, para esse novo grupo, permeava todas as relações humanas

<sup>18</sup> Martins, José de S. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1981, p. 12

<sup>19</sup> Martins, José de S. *A política do Brasil: lúmpen e místico*. São Paulo: Contexto, 2011, p. 10.

<sup>20</sup> Id. *Ib.*, p. 11

socialmente construídas: as relações de gênero, as relações étnicas e a religião com suas instituições.<sup>21</sup>

A Teologia da Libertação surgiu com a prerrogativa de buscar aproximar a Igreja latino-americana às realidades das populações trabalhadoras dos países dessa parte do continente americano.

[...] a Teologia da Libertação tinha seu surgimento a partir da realização do Concílio Vaticano II (1962-1965) se firmando após a Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano (1968), realizado na Colômbia, neste concílio a Teologia da Libertação foi caracterizada como a ideologia cristã apropriada para a realidade latino-americana da época fazendo que parte dos sacerdotes e bispos se aproximasse dos trabalhadores urbanos e rurais em um programa de assistência e de conscientização, assim, foram criadas as bases que possibilitaram aos teólogos da época a afastarem-se de uma teologia eurocêntrica e passassem a realizar uma teologia a partir da realidade em que estavam inseridos. Em 1971, Gustavo Gutiérrez publicou o livro “A Teologia da Libertação”, ao mesmo tempo batizava a nova teologia e criava as bases práticas desta.<sup>22</sup>

A importância da Teologia da Libertação enquanto matriz teórica presente na CPT e na formação ideológica de alguns movimentos populares emergidos no Brasil e em outros países da América Latina, nas décadas de 1970 e 1980, é reconhecida por diversos autores. Entre aqueles consultados neste estudo, temos Germani (2003), Stédile (1999), Fernandes (1996), Bonin (1991), Brenneisen (1994), Alegro (1994), Grzybowski (1991), Iokoi (1996), Martins (1981, 2011), Paiva (1986), Castelano (2000), Poletto (1986) e Lowy (1991).

Em seu livro sobre a *Igreja e os camponeses no Brasil*, Iokoi afirma que “A problemática das lutas camponesas não fez com que intelectuais da Igreja produzissem análises mais profundas, [sobre a estrutura fundiária no país] quer do ponto de vista da extensão, quer da importância empírica dos dados sistematizados por seus numerosos grupos de pesquisa.”<sup>23</sup> Além disso, a Igreja não se propôs a esta tarefa.

Quando os posseiros, assalariados rurais e expropriados são assentados, ressurgem os problemas que afligem os pequenos produtores, sejam assalariados ou proprietários, frente ao modelo econômico em vigência na década de 1980. Ademais, os assentados se deparam com a baixa qualidade do solo, condições precárias de ocupação, entre outras precariedades, já que os assentamentos, por parte do governo, visavam atenuar os conflitos sem apresentar uma política agrícola alternativa para estas áreas de reforma agrária.

<sup>21</sup> FABER, Marcos Emílio Ekman; et al. *Teologia da libertação: resistência intelectual nos anos de chumbo*. Disponível em <<http://www.historialivre.com/brasil/teoliberta1.htm>>. Acesso em: 02 out. 2012.

<sup>22</sup> Id. *Ibid.*

<sup>23</sup> IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. *Igreja e os camponeses no Brasil: Teologia da Libertação e movimentos sociais no campo-Brasil e Peru, 1964-1986*. São Paulo: Hucitec, 1996.



A adversidade em que se encontrava a maior parte dos trabalhadores rurais e a dura repressão que sofreram pode ser exemplificada em situações de conflito que ocorriam pelo país. Kotscho (1982) expõe as mazelas sociais resultantes da ação direta do Estado, por meio do Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins e a violência contra os posseiros e trabalhadores rurais daquela região, o que motiva atritos entre o Estado e setores da Igreja Católica. O renascimento de movimentos de resistência por parte de parcelas de população em várias regiões do país como no Norte (especificamente a Amazônia), no Sul e no Sudeste, nas décadas de 1970 e 1980, foi protagonizado por pequenos proprietários arrendatários, assalariados, posseiros e colonos desapropriados para construção de barragens.

Nas palavras de Martins:

Essa expropriação tem várias faces. Para os posseiros do Norte e do Centro-Oeste é a expulsão deles e de suas famílias, lançados fora da terra por meios geralmente violentos. Para o pequeno agricultor do Sul e do Sudeste, o processo é mais suave, é quase disfarçado. A expulsão não é direta. Ela se dá pela não-criação de condições para que o filho do agricultor se torne agricultor autônomo como o pai. A sua tendência é a de tornar-se um assalariado na cidade.<sup>24</sup>

Várias dissertações consultadas como Moraes Jr. (2011) e Schmidt (2008) mostram, por meio da análise de depoimentos de agricultores sem terra, que os movimentos Justiça e Terra e o Mastro no Paraná se constituíram por pequenos proprietários e mini-fundistas oriundos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, além de paranaenses expulsos do campo.

Com a crise social que eclodiu após o naufrágio do “Milagre Econômico”, em 1973, vários grupos que haviam apoiado o golpe passaram a criticá-lo, inclusive a Igreja Católica. Novos matizes ideológicos emergiram e tentaram conduzir as manifestações espontâneas dos trabalhadores da indústria, no meio urbano, assim como dos trabalhadores do meio rural. Dom Pedro Casaldáliga, bispo de São Félix do Araguaia, posicionou-se ao lado dos trabalhadores rurais, assim como Dom José Maria Pires (Dom Pelé) e Dom Antonio Fragoso. D. Waldyr Calheiros Novaes, reconheceu, inclusive, a legitimidade da luta armada contra a ditadura. É a partir da iniciativa destes religiosos mais sensibilizados com as questões sociais e críticos em relação ao governo militar que surge a CPT no Brasil.

Em 1975, em Goiânia, foi realizado um encontro de bispos e prelados da Amazônia no qual aprovam um documento de apoio à criação de uma “Comissão de Terras”. Setores progressistas da Igreja passam a denunciar as mazelas sociais resultantes do modelo político-econômico em vigência no campo, naquele período. Paralelamente, surgiram ou se expandiram,

<sup>24</sup> LENZ, Matias Martinho, S.J. (Coord.) *A Igreja e a propriedade no Brasil*. (Comentários ao documento da CNBB: Igreja e problemas da Terra, Itaici, 1980). São Paulo: Loyola, 1980, p. 12.

adquirindo nova feição e importância, diversas formas ou agentes de organização correspondentes a essa nova consciência, tais como as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), as associações de bairro e as pastorais.

## A CPT no Paraná e a sua mediação educativa junto aos trabalhadores rurais

No Paraná, a CPT existe oficialmente a partir de 1978, organizada na região Sudoeste do Estado, vinculada à Regional Sul II da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil). Conforme depoimento de Gernote Kirinus, ex-secretário da CPT, ex-pastor e deputado estadual pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), sua organização se deu pelo incentivo de Dom Agostinho Sartori (bispo de Palmas), então secretário da CPT na Região Sul. Kirinus era pastor da Igreja Luterana e foi liberado da paróquia de Entre Rios para se dedicar inteiramente ao trabalho da CPT. Em entrevista concedida ao jornal *Voz do Paraná*, Kirinus afirmou que “[...] a CPT é ecumênica porque trata do problema da terra, que não tem religião. Este problema é comum a todas as igrejas, porque é fundamentado nos direitos do homem.”<sup>25</sup>

Em 1978, foi divulgada uma publicação elaborada pela CPT Nacional com o sugestivo título *O Mausoléu do Faraó: A Usina de Itaipu contra os lavradores do Paraná*. Esta publicação de 50 páginas, faz denúncias da situação dramática enfrentada pela população a ser atingida pela construção da Itaipu, sobretudo, ao explicitar concretamente o poder desigual no processo de negociação entre os trabalhadores e os representantes da Itaipu. A publicação tinha o objetivo de revelar:

- 1) A tensão e o medo dos colonos em falar sobre a Itaipu;
- 2) A desorganização inicial dos proprietários rurais e a dificuldade de circulação das informações entre os moradores;
- 3) As táticas perversas de abordagem aos agricultores realizadas pelos representantes da Itaipu;
- 4) O drama social, econômico e cultural das famílias que seriam e foram expropriadas pela Itaipu.

Os colonos, como são chamados os pequenos proprietários rurais nesta região, foram abandonados à própria sorte, sem preocupação de promover uma política pública de reassentamento que procurasse amenizar alguns dos problemas, como a manutenção dos grupos e famílias próximos, sem isolá-las; a garantia de manutenção da posse da terra em iguais condições; a destinação de terras férteis, etc. Além disso, as medidas tomadas por parte do Estado foram marcadas pela falta de transparência

<sup>25</sup> KIRINUS, Gernote. *Entre a Cruz e a Política*. Curitiba: Beija Flor, 1979, p. 137.

no processo de cálculo das indenizações.

Cumprido destacar que um empreendimento da dimensão da Hidroelétrica de Itaipu, em uma região densamente povoada, em qualquer momento histórico significaria um grande impacto com mudanças que repercutiriam nas dimensões ambiental, social e econômica. Mas, nas décadas de 1970 e 1980, imperava uma conjuntura política adversa à qualquer possibilidade de debate aberto ou manifestações populares. É preciso alertar para a necessidade do real entendimento quanto à gravidade da ação violenta exercida pelo aparelho de Estado contra qualquer manifestação de contestação política durante o governo militar e isto imprimia maior pressão sobre as pessoas que tinham o seu cotidiano (e suas vidas) diretamente atingido.

Em 1973, o presidente brasileiro Emílio Garrastazu Médici e o presidente paraguaio Alfredo Stroessner assinaram o “Tratado de Criação de Itaipu”, com o objetivo de explorar o aproveitamento hidroelétrico do rio Paraná, por meio da criação da Itaipu Binacional. Localizada na zona de fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai, a Usina de Itaipu, com o represamento do rio Paraná, em 1982, resultou na submersão dos saltos de Sete Quedas, alagando, também, ampla parcela de terras agricultáveis no extremo Oeste do Paraná.

Em 1975, o projeto Itaipu foi levado ao público com a promessa de que os desapropriados seriam indenizados com o “preço justo” ou assentados em outros locais. Mas isto aconteceu apenas para alguns poucos selecionados. A construção da Itaipu, com a consequente criação da barragem e do lago (formado no ano de 1982), alterou o arranjo espacial de extensa área dos lados paraguaio e brasileiro. No Brasil foram afetados os municípios paranaenses de Foz do Iguaçu, Guaíra, Santa Helena, Terra Roxa, Marechal Cândido Rondon e São Miguel do Iguaçu.

Além das consequências socioeconômicas e culturais, não pode deixar de ser relatada, também, a dimensão ambiental. O desaparecimento das *Sete Quedas*, conjunto de quedas d’água localizadas no rio Paraná, que faz a divisa entre o município de Guaíra e o Paraguai, representa uma perda irreparável sob qualquer dimensão financeira. No entanto, mesmo sob esse aspecto, ela não foi mensurada no momento de calcular a compensação financeira que a Itaipu fez aos municípios lindeiros ao lago, pois, no cálculo correspondente à distribuição dos *royalties*, considerou-se apenas a área alagada, o que resulta, até o presente, em flagrante desequilíbrio em prejuízo para o município de Guaíra. Isso foi possível, entre outros fatores, em razão da maneira como os prefeitos eram escolhidos em áreas de Segurança Nacional, ou seja, eram indicados pelo poder central, logo, representavam a extensão do governo militar na escala local.

Para o entendimento deste fato deve-se buscar evidências na política de Segurança Nacional, pois o extremo Oeste paranaense foi marcado por diversas intervenções dos militares nas décadas de 1960 a 1980, como a indicação, pelo governo militar, dos prefeitos de municípios localizados

na faixa de fronteira correspondente a 150 km a partir da fronteira com países vizinhos. Na dissertação *Fronteira e Segurança Nacional no Extremo Oeste Paranaense*, Zago fez um estudo sobre o Município de Marechal Cândido Rondon no contexto da preocupação militar com a Segurança Nacional. Segundo a pesquisadora, o município foi declarado:

Área de Interesse da Segurança Nacional, durante o período de 1968 a 1985, em plena vigência da Ditadura Militar. Leis, decretos e atos institucionais entraram em vigor nesse período com o objetivo de regular e controlar todas as questões de ordem política, econômica e social. Assim, a fronteira também esteve inserida no contexto da Segurança Nacional, pois se fechava o país ao comunismo internacional.<sup>26</sup>

Além disso, os municípios localizados na fronteira e estâncias hidrominerais foram considerados locais estratégicos para manutenção do poder. Para a autora, o que pode ter motivado a inserção do município na Área de Interesse da Segurança Nacional foram os seguintes fatores: “[...] estar localizado na fronteira com o Paraguai, a intenção de construir uma usina hidroelétrica no Rio Paraná, diminuir o poder de atuação do PTB e pelo fato do município ser considerado um reduto de nazistas.”<sup>27</sup> Em razão da delimitação do nosso tema, não é objetivo nosso discutir tal questão, mas cabe mencionar que a região Oeste foi ocupada em meados do século passado por catarinenses e sul-rio-grandenses descendentes de alemães e italianos. Há relatos e histórias contadas de que Marechal Cândido Rondon e outras cidades da região foram refúgios de nazistas no pós-guerra. Parte dos municípios ainda fala dialeto alemão e há todo um *marketing* para preservar esta “germanidade” da cidade, verificada pela manutenção de fachadas echamel e festas típicas, como a Oktoberfest.

Os militares e a sua representação partidária - a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) usaram a constituição da Área de Interesse da Segurança Nacional para impor suas políticas aos municípios, através da nomeação de prefeitos e controle do envio de verbas. Consideramos relevante ressaltar esse contexto político da região para demonstrar o predomínio das forças políticas pró-Estado no momento em que emerge o descontentamento por parte dos agricultores atingidos pela barragem, à medida que percebem as consequências sobre suas vidas cotidianas.

Para além do contexto na escala local, cumpre apresentar a conjuntura nacional na qual se inseriram essas mudanças em curso no Oeste paranaense. A crise econômica brasileira da década de 1970 levou, a partir de 1981, à recessão, que atingiu a agricultura. O estado do Paraná destacou-se, durante esse período, pela intensidade e pela velocidade do processo de transformação agrária, cujo reflexo mais expressivo foi o êxodo rural,

<sup>26</sup> ZAGO, Luciana G. *Fronteira e Segurança Nacional no Extremo Oeste Paranaense*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2007, p. 04.

<sup>27</sup> Id., *Ib.*, p. 04.

decorrente da decomposição de antigas formas de produzir, na esteira da introdução de novas culturas e novas técnicas de produção, e da decomposição da estrutura agrária através da acelerada concentração fundiária. Além disso, em razão da crise econômica oriunda das contradições e limites do projeto econômico da ditadura civil-militar, 1980 é considerada como “década perdida” e a política econômica da ditadura militar deixava um pesado legado para o nosso presente histórico. De fato, para o economista Quadros,

[...] é no período compreendido entre 1981 e 1983 que a economia brasileira sofre o mais grave retrocesso de que se tem registro. Nesse período, o Produto Interno Bruto apresentou taxas negativas de crescimento em dois anos, com uma queda acumulada superior a 6%. O forte declínio da renda média por habitante fez com que em 1983 seu nível regredisse ao de 1976. O setor industrial foi especialmente afetado, verificando-se entre 1981 e 1983 uma redução de 20% em sua atividade, sendo que a indústria de bens de capital foi a primeira e a mais duramente penalizada pela recessão. Este péssimo desempenho acumulou capacidade ociosa em níveis indesejados, e provocou forte aumento no desemprego, que não se limitou à indústria.<sup>28</sup>

Nessa conjuntura de maior precariedade das condições de vida da classe trabalhadora, aumentaram as mobilizações por parte de produtores rurais de vários segmentos de produção que haviam sido, de certo modo, incorporados ao processo de modernização agrícola. Como entre esses “selecionados” poucos se capitalizaram, as contradições pelas quais passam, no final da década de 1970, e as condições políticas desse período permitiram que se organizassem em cada setor específico de produção.

Na primeira metade da década de 1980 nós temos a somatória de uma **conjuntura nacional** desfavorável, marcada pela crise econômica (perda de renda, concentração fundiária) que atingiu diretamente os pequenos proprietários rurais, com a **conjuntura local**, com a desapropriação de milhares de famílias no Oeste paranaense para a construção de Itaipu. Nesse sentido, os agricultores da área atingida pela formação do lago de Itaipu – na qual predominavam as pequenas propriedades – enfrentaram, no mesmo momento, adversidades constituídas nas escalas nacional e local.

Destaca-se o modo como o Estado, por meio dos seus braços institucionais, como a Itaipu e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), conduziu as negociações das desapropriações em razão da construção da barragem para a hidroelétrica de Itaipu. Estas negociações foram marcadas por táticas perversas de isolamento e violência bonapartista, pela exclusão dos proprietários na discussão do processo, pela falta de planejamento e organização por parte do Incra, no sentido de reassentar

<sup>28</sup> QUADROS, Waldir de. 1985, p. 121, apud RAGO FILHO, Antonio. Op. cit., p. 382.

as famílias no Paraná ou em outras regiões brasileiras. Mas, para além da especificidade desse conflito na sua dimensão local, constatamos que a organização da CPT no Paraná teve relação direta neste processo conflituoso, enquanto mediadora e apoiadora na organização da resistência dos agricultores atingidos.

Em *O Mausoléu do Faraó* afirma-se: “Há muitos anos eles (colonos) vieram e desbravaram o Oeste do Paraná: derrubaram as matas e mecanizaram os campos para a produção de soja e trigo. Depois veio o medo: Itaipu. O pesadelo de ter que deixar a terra e começar tudo de novo.”<sup>29</sup> Ainda, conforme este documento:

Outra descoberta que pode ser feita em Alvorada é sobre a “justiça” do “preço justo”. A capela católica do povoado e um galpão de reuniões – ambos bastante velhos – estão situados num terreno urbano de 7 mil metros quadrados. Esta área é igual aquela de propriedade da Igreja Evangélica, cujo templo, verdade seja dita, é bem mais modesto. Mas a diferença no preço fixado pela Itaipu, para uma e outra Igreja, foi muito grande. O próprio bispo de Toledo, diocese onde se encontra Alvorada, considerou “muito bom, acima das expectativas”, o pagamento de cr\$700,00 mil oferecido pela Itaipu. Enquanto isso, os evangélicos receberam apenas cr\$142,00 mil (ou 162 mil, o informante não sabia com exatidão). A “justiça” desses preços foi certamente calculado pelo grau de influência da Igreja Católica, que tem maioria de fiéis. Além disso, pode-se pensar que a Itaipu pretendeu “comprar a aliança” de uma instituição de influências como a Igreja Católica: o apoio ao processo de desapropriação, ou pelo menos, o silêncio. Dom Armando Círio, ex-bispo de Toledo, mostrou-se bem consciente desse problema.<sup>30</sup>

Muitas famílias foram expropriadas para viabilizar a materialização da Hidroelétrica de Itaipu. Conforme dados retirados de Germani,<sup>31</sup> nesse processo 42.444 pessoas foram desapropriadas, 38.445 do meio rural e 3.999 do meio urbano. Mas, para além dos números, as cicatrizes sociais deixadas por este evento ainda são perceptíveis nos relatos das pessoas desapropriadas para a construção da obra, como o do Sr. Henrique Szlapak, cuja “[...] situação de pobreza [...], sem-terra, sem outros bens senão sua mulher e nove filhos [...]” são mencionados no documento da CPT, porque ele, inclusive, manifesta-se publicamente por meio de cartas ao Presidente da República, ao INCRA, mas, como resposta foi intimidado a calar-se.<sup>32</sup>

Em pronunciamento feito à Assembleia Legislativa Paranaense, Gernote Kirinus denunciou as táticas de abordagem adotadas pela Itaipu, para com os agricultores, na primeira fase de desapropriação. Nas suas palavras

<sup>29</sup>CPT. *O Mausoléu do Faraó: a usina de Itaipu contra os lavradores do Paraná*. 1978, p. 3.

<sup>30</sup> Id. ib., p. 24.

<sup>31</sup> GERMANI, Guiomar Inez. *Expropriados terra e água: o conflito de Itaipu*. Salvador, BA: Universidade Federal da Bahia (EDUFBA) - Universidade Luterana Brasileira (ULBRA), 2003.

<sup>32</sup> CPT, op. cit., p. 25.

Em Sede Alvorada do Iguaçu nós encontramos um processo [...] em primeiro lugar desapropriaram na Sede do Distrito as casas comerciais, os postos de gasolina, as farmácias e, uma vez acabada essa infra-estrutura, o coitado do agricultor que ficou por último, teve que fazer 70 ou 80 quilômetros para comprar seu litro de gasolina, seu galão de gasolina ou então os produtos de que ele precisava e com isso se desvalorizou a própria propriedade. E, depois então, eram feitos os acordos com os colonos que, também são feitos de uma forma desrespeitando a comunidade e a organização social, porque é feito um aqui e outro acolá. Parece que, inclusive, com o intuito de decepar as lideranças, em primeiro lugar, para depois colher o resto já mansinho, já dócil e já dobrado aos interesses da desapropriação da Itaipu Bi-Nacional.<sup>33</sup>

Foi esse cenário de mudança radical da paisagem no extremo Oeste paranaense, com desdobramentos diretos nas condições de vida dessas pessoas, que motivou ou talvez se possa dizer “forçou” a mobilização dos agricultores, dando início ao movimento denominado Justiça e Terra. Este reivindicava o pagamento das indenizações em terras no próprio Estado do Paraná e melhores preços por suas benfeitorias e áreas inundadas e, em julho de 1981, como resultado do movimento anterior foi organizado o Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Oeste do Paraná (MASTRO).

Essa situação específica remete à análise mais abrangente feita por Thompson, quando este afirma que a classe deve ser compreendida como uma categoria “[...] uma formação histórica autodefinidora, que homens e mulheres elaboram a partir de sua própria experiência de luta [...]”.<sup>34</sup>

Na busca da indenização de suas terras alagadas, homens e mulheres aprenderam a dar voz aos seus pensamentos, descobriram que não estavam sozinhos e que a luta deve ser travada com o apoio do outro, a luta dava-se em comunidade. Sob a forma comunitária, na constituição da sua própria experiência de luta, almejava-se a redefinição de suas práticas e pensamentos constituindo um modo de vida e valores contrários às práticas e valores das classes dominantes. Conforme Kirinus (1979), “O trabalho de base nasce no seio da própria igreja, isto é nas comunidades – especialmente as do interior – que aglutinam pessoas homogêneas em termos de classe social. E por isso mesmo tem interesses comuns [...]”.<sup>35</sup>

A organização da CPT no Paraná, em 1976, teve relação direta com esse processo conflituoso que emergia no Oeste do Estado, em razão da necessidade de instituir organizações de resistência e com papel definido de mediar conflitos envolvendo o processo de expropriação dos pequenos proprietários, posseiros e trabalhadores rurais.

Os grupos de agricultores estavam mais organizados nas Comunidades Eclesiais de Base e na Pastoral Rural nas cidades de Medianeira, Santa Helena, Marechal Cândido Rondon, São Miguel do Iguaçu, Matelândia,

<sup>33</sup> KIRINUS, Gernote. *Entre a Cruz e a Política*. Curitiba: Beija Flor, 1979, p. 37.

<sup>34</sup> THOMPSON, E. *A miséria da Teoria: ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, p.57.

<sup>35</sup> KIRINUS, op. cit., p. 137.

Capanema, entre outras. Para a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), a CPT representava a oportunidade de organizar o movimento dos trabalhadores rurais por meio de instituição ecumênica.

O Pastor Kirinus, da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil – IECLB, relata que, convidado pelo Pe. Angelo Perin, da ASSESSOAR – Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural -, foi participar de um encontro na recém-criada CPT de Goiânia. Daí surgiu a idéia de organizá-la no Paraná, conforme já estava em outros Estados. O que foi formalizado numa Assembléia da Pastoral Rural, realizada em Ponta Grossa, na casa de líderes em agosto de 1977.<sup>36</sup>

Pode-se perceber a existência de alguns princípios da Teologia da Libertação na atuação dos movimentos populares no Oeste do Paraná, tanto sob o aspecto teórico, quanto prático, até mesmo de intelectuais orgânicos vinculados à Igreja Luterana.

Considerando o contexto anteriormente mencionado, compreende-se a relevância da Teologia da Libertação enquanto **ideologia** mobilizadora junto aos trabalhadores rurais e pequenos proprietários em situação de conflito no campo, nas organizações de resistência ao modelo político-econômico da ditadura militar.

O termo ideologia utilizado aqui é compreendido sob uma perspectiva marxiana, ou seja, tem sentido onto-nominativo, ideologia é compreendida como um conjunto das formações superestruturais e as formas de consciência.

Ao sistematizar sua concepção materialista da História, Marx e Engels afirmam que:

A produção das idéias, representações da consciência está de início imediatamente entrelaçada na atividade material e no intercâmbio material dos homens, linguagem da vida efetiva. O representar, pensar, o intercâmbio intelectual dos homens aparecem aqui ainda como afluência direta do seu comportamento material. O mesmo vale para a produção intelectual tal como se apresenta na linguagem da política, das leis, da moral, da religião, da metafísica, de um povo.<sup>37</sup>

Tendo como pressuposta a passagem anterior, concebe-se ideologia como uma forma de consciência dos sujeitos sociais oriunda dos conflitos e das lutas em uma sociedade, cindida em diferentes classes sociais. Portanto, a ideologia não é entendida por nós como falsa consciência. Ao contrário, concordamos com a concepção ontológica de que “[...] um pensamento qualquer, certo ou errado, não importa, só se torna ideologia quando vem a desempenhar uma precisa função social.”<sup>38</sup> Ser ideologia,

<sup>36</sup> ALEGRO, Regina Célia. Id ib., p. 41.

<sup>37</sup> FERNANDES, Florestan (Org.) *Marx & Engels*. História. São Paulo, Ática, 1984, p. 192.

<sup>38</sup> VAISMAN, Ester. A ideologia e a sua determinação ontológica. In: *Ensaio*, 17/18, 1989, p. 420



exatamente, “[...] não é uma qualidade social fixa deste ou daquele procedimento espiritual, mas, ao invés, por sua natureza ontológica é uma função social, não uma espécie de ser.”<sup>39</sup>

Essa reflexão remete ao contexto das mobilizações dos Sem-Terra em várias regiões brasileiras, mediadas pela CPT e sindicatos rurais no qual emerge o MST, em 1984, em Cascavel. Em nossas investigações constatamos que a CPT, em Marechal Cândido Rondon, surge da iniciativa de agentes pastorais, entre eles o ex-pastor Kirinus, da Igreja Luterana, que é o redator do boletim regional da CPT- PR, denominado Poeira. Este informativo tinha como objetivo expresse informar o agricultor sobre as mazelas sociais no campo e socializar experiências de lutas locais no sentido de superação e resistência aos problemas enfrentados, em razão do processo de modernização da agricultura na região.<sup>40</sup>

Por meio da análise da poesia escrita por um agricultor, em 1981, durante um acampamento organizado pelos agricultores do Movimento Justiça e Terra, em Foz do Iguaçu, fica evidente o apoio de alguns agricultores ao governo militar, apesar dos conflitos. Mesmo apoiando o governo ditatorial, os agricultores desapropriados se mobilizam para obter o direito à indenização justa pelas suas terras e posses, mas no processo de luta percebem a diferença de poder entre eles e os negociadores da Itaipu.<sup>41</sup>

Quinze dias de luta  
E quinze dias de sofrimento  
Que nós temos aqui reunido  
Porque a terra subiu demais  
E a Itaipu poucos por cento  
Já fomos levado 4 anos  
E ainda não chegou este momento (grifos nossos)

Eu sempre votei a favor do governo  
Até mesmo nesta última eleição  
E o dia que nós chegemos aqui  
Com toda a nossa razão  
Nós fomos chamado de político  
Isto que me dói no coração  
Os colonos têm seus direitos  
Porque são a raiz desta nação (grifos nossos)<sup>42</sup>

A poesia evidencia o sofrimento do agricultor quando percebe que o discurso dos representantes da Itaipu e das autoridades locais são diferentes

<sup>39</sup> LUKACS, G. Il Problema dell'Ideologia, p. 544 apud VAISMAN, Ester. A ideologia e a sua determinação ontológica. In: *Ensaio*, 17/18, 1989, p. 420

<sup>40</sup> CPT, 1978, p.1.

<sup>41</sup> CPT, 1981.

<sup>42</sup> KUHN, Senio. *Quinze dias de Luta*. Mimeo, 1/4/1981. Arquivo CPT- PR.

da prática. O movimento dos agricultores é acusado de fazer oposição política ao regime: “E o dia que nós chegemos aqui/ Com toda a nossa razão/Nó fomo chamado de político.” Ele que sempre apoiou o regime “Eu sempre votei a favor do governo/ Até mesmo nesta última eleição” agora é reprimido pelos representantes locais do governo, por fazer supostamente oposição ao mesmo. Uma nova consciência emergiria neste processo conflituoso de luta?

Em outra situação, como nas reuniões de negociações com o Incra e com a Itaipu os agricultores não podiam enviar representantes como assessores, advogados, pastores ou o sindicato. Nesse momento, eles perceberam que a luta era desigual, pois do outro lado teriam de negociar com assessores, advogados, engenheiros.

O documentário, “Desapropriado”, produzido por Frederico Füllgraf, cineasta paranaense, mostra uma assembleia do Mastro, movimento que abarcou os trabalhadores que não foram indenizados, ocorrida em 1983. Durante esta assembleia, é possível perceber que a fala do agricultor vai mudar. É interessante como o agricultor que conduz a assembleia denuncia o racismo por traz do discurso de modernidade da ditadura militar, que pretende a qualquer custo (e ele foi alto) modernizar o país. Apresentamos a seguir a fala de um dos líderes do Mastro perante a representante do Incra, durante a assembleia dos agricultores:

O Mastro reafirma mais uma vez o seu objetivo principal: Queremos terra no Paraná. O Incra oferece para os agricultores sem terra, o Mastro, os projetos de colonização no Pará, no Sul da Amazônia, no território de Roraima, no Estado do Acre dizendo que o Brasil precisa levar os agricultores do Sul para o Norte. Não só por que estão sem terra, mas por que são melhores trabalhadores rurais que aqueles do Norte. O Mastro acha que o homem da terra do norte é tão bom trabalhador quanto do Sul e que não adianta levar o sulista para o Norte e trazer nordestino para ser mão de obra barata na cidade.<sup>43</sup>

A partir das evidências apresentadas pode-se perceber que há indícios de que as lideranças da CPT contribuíram para a formação da consciência de classe dos seus integrantes, a partir das experiências de militância emergidas no enfrentamento das contradições sociais e isto pode ser constatado pelas ações concretas de mediação no conflito emergido no Oeste paranaense. Outro fato relevante é como, ao longo do processo de resistência, os agricultores exteriorizam a atividade intelectual (por meio das poesias, músicas, da produção de panfletos, de documentários e da auto-organização) conforme compreensão de Gramsci.

---

<sup>43</sup> FÜLLGRAF, Frederico. *Desapropriado*. Documentário, 1983.

Não há atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual, não se pode separar o *homo faber* do *homo sapiens*. Todo homem fora de sua profissão, desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um filósofo, um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção de mundo [...] contribui assim para manter ou modificar uma concepção do mundo, isto é, para suscitar novas maneiras de pensar.<sup>44</sup>

## À guisa de conclusão

A Teologia da Libertação surgiu como resposta à necessidade de uma renovação teológica dentro da Igreja Católica e, sobretudo, na América Latina nos anos de 1950-1960. No Brasil, vimos que a renovação das pastorais sociais, entre elas a CPT, constituiu-se na reação da Igreja Católica em razão da necessidade de se posicionar frente aos conflitos sociais gerados pelo modelo econômico desenvolvimentista e subalterno ao capitalismo internacional que, desde a década de 1950, ampliou as mazelas sociais, sobretudo no campo brasileiro, em decorrência da Segunda Revolução Industrial intensificada pelo regime militar (1964-1985).

O “projeto agrário” apoiado pela CPT coloca-se na direção de contribuir para a realização de um modelo político de luta popular pela terra e que faça parte dos projetos de transformação de toda a sociedade brasileira. Cabe ainda investigar em que medida os princípios da Teologia da Libertação influenciaram na atuação dos movimentos populares no Oeste do Paraná, tanto sob o aspecto teórico, quanto prático, sobretudo os intelectuais orgânicos vinculados à Igreja Luterana.

Ademais, em meados da década de 1980, segmentos vinculados à Teologia da Libertação sofreram intensa crítica por parte da hierarquia da Igreja, num processo em que foram silenciados e isolados. A ação da Igreja Católica passa a ser marcada pelo conservadorismo na sua cúpula e pelo arrefecimento na luta pela reforma agrária nas suas pastorais. Percebe-se o retrocesso e a pressão interna sobre os setores progressistas da Igreja, sejam dos mediadores ou dos movimentos sociais, inclusive, na luta pela realização da reforma agrária radical.

O legado do processo investigado mostra que historicamente, no Brasil, a grande massa da população só conseguiu obter alguns avanços sociais por meio de mobilizações, apesar da maioria delas terem sofrido, paulatinamente, derrotas na perspectiva do trabalho ao longo do século passado.

---

<sup>44</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 02. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 53.

## Fontes e Referências Bibliográficas

ALEGRO, Regina Célia. *Buscar o Reino de Deus e a sua Justiça - A mediação pedagógica da Comissão Pastoral da Terra*. Maringá, 1994. Dissertação (Mestrado em Fundamentos da Educação) - Pós-graduação em Educação, UEM.

ALMEIDA, Antino Alves. *As lutas pelas terras do senhor: A Comissão Pastoral da Terra no Estado de São Paulo (1990-2000)*. (Dissertação de mestrado Ciências Sociais).

BOFF, Leonardo. *Igreja, Carisma e Poder*. São Paulo: Ática, 1994. Disponível em <<http://www.4shared.com/web/preview/doc/6HMBuUOu>>. Acesso em: 15 ago. 2014.

\_\_\_\_; BOFF, Clodovis. *Como Fazer Teologia da Libertação*. 8.ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

BONIN, Anamaria Aimoré et al. A Luta pela Terra no Paraná Recente. In: PAZ, Francisco. *Cenários de Economia e Política - Paraná*. Curitiba: Prefhacio, 1991.

BORDIN, Luigi. *O Marxismo e a Teologia da Libertação*. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1987.

BRENNEISEN, Eliane Cardoso. *Lutas Pela Terra no Oeste Paranaense*. São Paulo, Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), PUC-SP, 1994.

CASTELANO, Maria José. *Um estudo da proposta de Educação do MST*. Maringá, Dissertação (Mestrado em Educação), UEM, 2000.

\_\_\_\_. A proposta de reforma agrária do Partido Comunista Brasileiro (PCB) desenvolvida nas décadas de 1950 e 1960. In: *SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA*, 23., 2005, Londrina. Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – História: guerra e paz. Londrina: ANPUH, 2005. CD-ROM.

CHASIN, José. Posfácio. MARX – Estatuto ontológico e resolução metodológica. In: TEIXEIRA, Francisco José Soares. *Pensando com Marx*. São Paulo: Ensaio, 1995.

\_\_\_\_. *O Integralismo de Plínio Salgado*. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

SCHMITT, JUDITE VERANISA. *Os Atingidos por Itaipu: História e memória. Oeste do Paraná, décadas de 1970 a 2000*. Dissertação (Mestrado em História), Unioeste, 2008.

CPT. *Boletim POEIRA*, 1978, 1979, 1980, 1981, 1982, 1983 e 1984.

CPT. *Documento da Terra*. 1º Congresso da CPT sobre a Terra, 1999. Disponível em <<http://www.cptnac.com.br/?system=news&action=read&id=1173&eid=3>>. Acesso em: 01 set. 2014.

CPT. Igreja e Problemas da Terra. 18ª Assembléia da CNBB, 14 de fev. de 1980. Disponível em: [www.cnbb.org.br/component/docman/.../79-17-igreja-e-problemas-da-terra](http://www.cnbb.org.br/component/docman/.../79-17-igreja-e-problemas-da-terra). Acesso em: 01 set. 2014.

CPT. *O Mausoléu do Faraó: a usina de Itaipu contra os lavradores do Paraná*. 1978.

- DAL CORSO, Zeno Marco. Igreja da denúncia e silêncio dos fiéis: história da igreja do Acre vista pelos lavadores (1970-1990). *RCT*, n. 12, jul/set.1995, p. 119-131.
- ESTERCI, Neidi. *Conflito no Araguaia*. Peões e posseiros contra a grande empresa. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.
- FABER, Marcos Emílio Ekman; et al. *Teologia da libertação: resistência intelectual nos anos de chumbo*. Disponível em: <<http://www.historialivre.com/brasil/teoliberta1.htm>> Acesso em: 02 out. 2012.
- FERNANDES, Bernardo M. *MST - Movimento dos trabalhadores rurais sem-terra: formação e territorialização*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- FERNANDES, Florestan (Org.). *Marx & Engels*. História. São Paulo, Ática, 1984.
- FREITAS, Cezar Ricardo. Trabalho e Educação: da dimensão humanizante à relação alienante. IN: OLIVEIRA, Agamenon R. E. et al (Orgs). *História & Luta de Classe*, Ano 08, n. 13 maio, 2012, p.31-35.
- GERMANI, Guiomar Inez. *Expropriados terra e água: o conflito de Itaipu*. Salvador, BA: Universidade Federal da Bahia (EDUFBA) - Universidade Luterana Brasileira (ULBRA), 2003.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 02. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 53.
- GRZYBOWSKI, Cândido. *Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo*. 3.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1991.
- IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. *Igreja e os camponeses no Brasil: Teologia da Libertação e movimentos sociais no campo- Brasil e Peru, 1964-1986*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- KIRINUS, Gernote. *Entre a Cruz e a Política*. Curitiba: Beija Flor, 1979.
- KOTSCHO, Ricardo. *O Massacre dos posseiros*. Conflito de terras no Araguaia-Tocantins. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- LENZ, Matias Martinho, S.J. (Coord.) *A Igreja e a propriedade no Brasil*. (Comentários ao documento da CNBB: Igreja e problemas da Terra, Itaiçi, 1980). São Paulo: Loyola, 1980.
- LIBARDI, Diócles et al. Organização e reivindicações camponesas. IN: PAZ, Francisco (Org). *Cenários de Economia e Política - Paraná*. Curitiba: Prefhacio, 1991.
- LÖWY, Michael. *A Guerra dos Deuses: Religião e Política na América Latina*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Marxismo e Teologia da Libertação*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991.
- LUKACS, G. Il Problema dell'Ideologia, p. 544 apud VAISMAN, Ester. A ideologia e a sua determinação ontológica. In: *Ensaio*, 17/18, 1989, p. 420
- MARTINS, José de Souza. *Os Camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

- \_\_\_\_\_. *A política do Brasil: Lúmpen e místico*. São Paulo: Contexto, 2011.
- MASCARENHAS, Milena Costa. *Poeira x Unicon: Confrontos e contrapontos entre expropriados e Itaipu*. Marechal Cândido Rondon, 2011. Dissertação (Mestrado em História), UNIOESTE, 2011.
- MATIELLO, Catiane. *Narrativas tecnológicas, desenraizamento e cultura de resistência: História oral de vida de famílias desapropriadas pela construção da usina Hidrelétrica de Itaipu*. Dissertação (Mestrado). Curitiba, 2011.
- MAZZAROLLO, Juvêncio. *A taipa da Injustiça*. Esbanjamento econômico, drama social e holocausto ecológico em Itaipu. São Paulo: Loyola, 2003.
- MEDEIROS, Leonilde S. *Movimentos Sociais no Campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989.
- MEZZOMO, Frank Antonio. *Memórias dos Movimentos Sociais no Oeste do Paraná: Gernote Kirinus, Adriano van de Vem, Werner Fuchs*. Campo Mourão: Ed. da FECILCAM, 2009.
- MITIDIEIRO JR. Marco Antonio. *A ação territorial de uma igreja Radical: Teologia da Libertação Luta pela Terra*. (Tese doutorado Geografia). USP, 2008.
- MONCAU, Joana. *Religião: Chave para dialogar com o povo*. (entrevista com Frei Beto). *Revista online Brasil de Fato*, 15/09/2010. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/274>> Acesso em: 03 nov. 2012.
- MORAES JUNIOR, Leozil Ribeiro de. *MASTRO: A formação do Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná (1970-1990)*. Dissertação (Mestrado em História), UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon, 2011.
- OIKAWA, Marcelo *Porecatu: a guerrilha que os comunistas esqueceram*. Expressão Popular: 2011.
- IANNI, Octávio. *Ditadura e agricultura. O desenvolvimento do capitalismo na Amazônia: 1964-1978*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- PAZ, Francisco (org). *Cenários de Economia e Política- Paraná*. Curitiba: Prefhacio, 1991.
- PCB. *Vinte anos de Política (1958-1979)*, São Paulo: Liv. Ciências Humanas, 1980.
- PINHEIRO, M. F. B.; *Problemas sociais e institucionais na implantação de Hidrelétricas: seleção de casos recentes no Brasil e casos relevantes em outros países*. Dissertação (Mestrado em Planejamento de Sistemas Energéticos); Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.
- POLETTI, Ivo. *As contradições sociais e a pastoral da terra*. IN: PAIVA, Vanilda (Orgs.). *Igreja Questão Agrária*. Loyola: São Paulo, 1985.
- PRADO, JR. Caio Prado. *A questão Agrária no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1978.
- RATZINGER, Joseph Card. *Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé*. Vaticano/Roma, 06/08/1984. Disponível em: <[http://www.vatican.va/roman\\_curia/congregations/cfaith/documents/rc\\_con\\_cfaith\\_doc\\_19840806\\_theology-liberation\\_po.html](http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_19840806_theology-liberation_po.html)> Acesso em 02 de jun. 2013.

RAGO FILHO, Antônio. *J. CHASIN: redescoberto Marx - a teoria das abstrações*. Disponível em: <<http://www.afoiceeomartelo.com.br/posfsa/Autores/Rago%20Filho,%20Antonio/a%20teoria%20das%20abstracoes.doc>> Acesso em: 04 out. 2014.

RIBEIRO, M. F. B.; *Itaipu, a dança das águas: histórias e memórias de 1966 a 1984*; Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

\_\_\_\_\_. *Memórias do Concreto: Vozes na Construção de Itaipu*. Cascavel: Edunioeste, 2002.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: Experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

SCHÜHLY, P. Günther SJ; Et. al. (Org.) *Consciência Social. A história de um processo através da Doutrina Social da Igreja*. São Leopoldo, RS: Unisinos, 1994.

SCHMITT, JUDITE VERANISA. *Os Atingidos por Itaipu: História e memória. Oeste do Paraná, décadas de 1970 a 2000*. Dissertação (Mestrado em História), Unioeste, 2008.

SILVA, Émerson, Neves da. *O Encontro entre Igreja Católica, Teologia da Libertação e Marxismo: a contribuição da Igreja Católica Latino Americana para o estabelecimento de movimentos do campo no México e Brasil*. *VIVÊNCIA*, 2011, n. 38, p. 65-78. Disponível em <[www.cchla.ufrn.br/.../04%20\\_Émerson%20Neves%20](http://www.cchla.ufrn.br/.../04%20_Émerson%20Neves%20)> Acesso em: 15 ago. 2014.

SOARES, Claudete Gomes. *Teologia da libertação no Brasil: Aspectos de uma crítica política-teleológica à sociedade capitalista*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Campinas, UNICAP, 2000.

STÉDILE, J. P. (Org.) *A Questão agrária no Brasil. A classe dominante agrária: natureza e comportamento – 1964-1990*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

\_\_\_\_\_; FERNANDES, B. M. *Brava Gente*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

THAUMATURGO, Leila Regina Youssef et al. *A construção da usina hidrelétrica de Itaipu e seu impacto sobre a urbanização de Foz do Iguaçu*. IN: *Anais XVI Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto - SBSR*, Foz do Iguaçu, PR, Brasil, 13 a 18 de abril de 2013, INPE, p. 983. Disponível em <<http://www.dsr.inpe.br/sbsr2013/files/p1519.pdf>> Acesso em: 10 out. 2013.

THOMPSON, E. P. *A formação da Classe Operária Inglesa*. Vol. I, II e III. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

\_\_\_\_\_. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

\_\_\_\_\_. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

VAISMAN, Ester. *A ideologia e a sua determinação ontológica*. In: *Ensaio*, 17/18, 1989, p. 399-444.

VEJA. *A fé do brasileiro: Um retrato completo da Igreja no maior país católico do*

mundo. VEJA on line Disponível em <[http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/catolicismo/contexto\\_brasil.html](http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/catolicismo/contexto_brasil.html)> Acesso em 01 jul. 2013.

ZAGO, Luciana G. *Fronteira e Segurança Nacional no Extremo Oeste Paranaense*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo.



# POEIRA:

## A EXPRESSÃO DOS ATINGIDOS DE ITAIPU

Milena Costa Mascarenhas<sup>1</sup>

Durante o período da ditadura civil-militar foi construída a Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional, no leito do Rio Paraná entre a região do município de Foz do Iguaçu, no Brasil, e o município de Puerto Stroessner, hoje Ciudad de Leste, no Paraguai, entre os anos de 1975 e 1984. Este projeto sequear foi discutido com a população atingida, pois foi um projeto gestado em gabinetes dos governos nacionais, em especial dos dois países envolvidos – Brasil e Paraguai. Somente no lado da fronteira brasileira, atingiu cerca de 40 mil habitantes entre eles proprietários de terra, posseiros, arrendatários, indígenas, comerciantes, entre tantos outros. Foram obrigados, de diferentes formas, a deixar suas terras. Essas terras acabaram sendo, de fato, desabitadas, mas não sem luta, não sem antes os atingidos terem organizado um movimento reivindicatório, de denúncia das injustiças praticadas pela Itaipu nas desapropriações (forma e valor das indenizações), que divulgou esta face do processo para o país e o mundo, ao mesmo tempo em que mobilizava e pressionava os “faraós e seus arquitetos”.

Este capítulo tem o objetivo de analisar o Boletim *Poeira* (BP),<sup>2</sup> criado em 1978, publicado pela Comissão Pastoral da Terra do Paraná (CPT/PR), através das matérias e charges apresentadas. O Boletim contestava e denunciava as ações da Itaipu, sendo o principal instrumento de comunicação que os expropriados tinham para compartilhar suas experiências, publicar concepções, denunciar as pressões sofridas pela Itaipu e a partir da sua pedagogia apresentar um projeto de ação para o movimento dos atingidos.

### Poeira: no lugar das águas

Para fortalecer a articulação e a formação política da base social da CPT/PR no Oeste e Sudoeste do Paraná, em 1978, a Comissão passou a produzir um boletim informativo bimensal, o *Poeira*, produzido inicialmente em Marechal Cândido Rondon, com o objetivo de informar, também as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), sobre as ações da CPT/PR e os problemas enfrentados pelos agricultores dessas regiões.

O primeiro número do *Boletim Poeira* foi publicado em março de

---

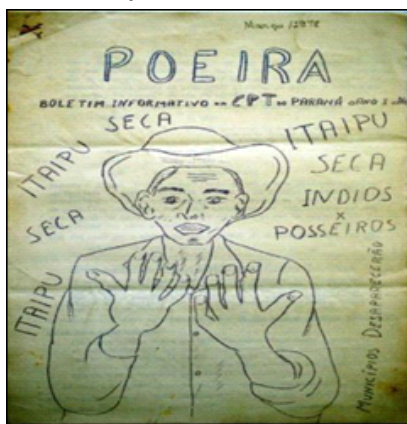
<sup>1</sup> Mestre em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE.

<sup>2</sup> BOLETIM POEIRA (BP). Março de 1978 a janeiro de 1986.

1978 e iniciou com uma tiragem de 120 unidades. A capa do informativo era produzida manualmente desde o nome do Boletim até os desenhos ou charges. A parte interna era escrita com máquina de escrever na matriz e depois de pronto era reproduzido num mimeógrafo à tinta e distribuído gratuitamente. O boletim era impresso em papel sulfite tamanho ofício, por vezes frente e outras, frente e verso. A periodicidade, em geral, ocorria bimensalmente, porém há alguns números sequenciais que ficaram quase sete meses sem ter publicação, a exemplo do número 9 que foi publicado em maio de 1979 e o número 10 somente em dezembro do mesmo ano, período que coincidiu com a transferência da sede da CPT de Rondon para Curitiba.

As charges permeiam o conteúdo do Boletim *Poeira* e aparecem sempre com o sentido de fazer uma crítica humorística de um fato ou acontecimento específico e em geral estão relacionadas com a natureza política da atuação dos sujeitos representados. Portanto, as charges faziam parte da crítica, ou seja, da linguagem do texto. Os cartuns elaborados pelos colaboradores do Boletim são bastante significativos e eram usados para fazer alguma denúncia ou crítica ao momento que estavam passando e aos fatos vivenciados. As charges dizem muitas coisas pela riqueza desta linguagem, a exemplo do primeiro número do *Poeira*, que tinha na capa a imagem de um agricultor caracterizado pelo chapéu e olhando para as mãos vazias e abertas, demonstrando que não tinha ferramenta para trabalhar nem terra para plantar ou criar animais. Em torno do colono foram indicados os principais problemas que enfrentava:

FIGURA 1: Capa do *Boletim Poeira* n.º. 1



Fonte: BP, Ano I, n.º. 1, março/1978, p. 1.

O primeiro número do Boletim *Poeira*, conforme observamos na capa acima tratou de um dos maiores problemas neste período para os agricultores que viviam às margens do Rio Paraná, que era a construção da

Itaipu, sendo que neste ano de 1978 iniciaram a construção da barragem principal e teve início o programa de desapropriação aumentando a pressão da Empresa para os que ainda não tinham negociado suas terras. A CPT, através do *Poeira*, problematizava esse cenário social.

Até o número 9, Ano II – maio de 1979, o *Boletim Poeira* era elaborado em Marechal Cândido Rondon, passando, depois disso, a ser publicado em Curitiba, capital do Paraná, tendo em vista a mudança da sede da CPT/PR para esta cidade, instalada no prédio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Nestes conflitos de terra, a CPT vai “[...] apoiar os camponeses em suas lutas, estimulando sua organização para que pudessem ser os sujeitos da conquista de seus direitos, alcançando o que seria sua condição básica: a terra, por meio da reforma agrária”.<sup>3</sup> A CPT tinha o conhecimento que lutas isoladas eram lutas enfraquecidas, sendo necessário facilitar a articulação dos trabalhadores rurais sem dependências ou tutelas, incentivando e contribuindo para que os próprios camponeses e trabalhadores rurais construam suas próprias organizações.<sup>4</sup>

O *Boletim*, sendo produzido pela CPT, além de politizar, obviamente tinha o caráter de problematizar a questão da terra sob o paradigma religioso, haja vista um amplo espaço dedicado para discutir a história da terra através da Bíblia. A proposta da CPT é conciliar a atuação pastoral e a leitura bíblica, ou seja, atuar nas diferentes formas de organização, desenvolvidas pelos explorados, no sentido de viabilizar a sobrevivência, resistência e transformações necessárias. A nova leitura de textos bíblicos, ou a leitura popular da Bíblia, objetivava trabalhar principalmente com as injustiças no processo de distribuição da terra.

O *Boletim Poeira* apresentava-se como uma boa arma de luta dos expropriados de Itaipu, constituindo-se em um projeto contra-hegemônico dos expropriados e de contra-discurso produzido pela CPT e atingidos para se contrapor ao discurso do bloco da Itaipu. Se, por um lado, a Itaipu estava produzindo uma verdadeira campanha publicitária para conquistar a opinião pública, usando, dentre outros instrumentos, o *Informativo Unicon*,<sup>5</sup> os expropriados precisavam deslegitimar o discurso da Itaipu, demonstrando os *confrontos* e *contrapontos*, daqueles que estavam sofrendo na pele as injustiças cometidas pelo grupo Itaipu.

Enquanto instrumento de comunicação o *Poeira* era um meio pedagógico de formação que os expropriados tinham para compartilhar suas experiências, elaborar concepções, denunciar as pressões realizadas pela Itaipu e, a partir dessas elaborações, propor uma pauta de ação para o movimento.

<sup>3</sup> COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *CPT: Pastoral e Compromisso*. Petrópolis: Vozes, 1985.

<sup>4</sup> *Idem.*

<sup>5</sup> INFORMATIVO UNICON, N° 1. Cascavel: 4 de fevereiro de 1978 a n° 117. Cascavel: dezembro de 1985.

Desta forma, o *Poeira* objetivava ampliar a criticidade dos sujeitos, de maneira a não aceitarem as “verdades” impostas pela Itaipu que tentavam ludibriar os atingidos oferecendo um valor pela terra bem abaixo do mercado, mas com um discurso de “Preço Justo” e ainda tentava convencê-los que o sacrifício era para o bem do país. Com isso, o boletim contribuiu para ampliar a conscientização política dos atingidos pela Itaipu e também oferecer o espaço para exporem os seus pontos de vista. O objetivo era que o *Poeira* fosse um subsídio de formação e organização.

### A luta dos expropriados no *Boletim Poeira*

As charges, uma das formas de comunicação visual escolhida pelos editores do *Poeira*, eram utilizadas para problematizar as questões presentes e tinham como finalidade denunciar e criticar a forma como a Itaipu estava agindo ou se comportando com os agricultores.

FIGURA 2: Reunião dos agricultores com os representantes da Itaipu



Fonte: BP, Ano I, nº 2, Maio de 1978, p. 2

A charge acima demonstra o início do processo de convencimento que os representantes da Itaipu faziam com os agricultores para persuadi-los a aceitarem a proposta de indenização que a empresa considerava “preço justo”. Nesse período, segundo o *Boletim Poeira*, a Itaipu estava promovendo uma série de reuniões entre os meses de abril e maio de 1978.<sup>6</sup>

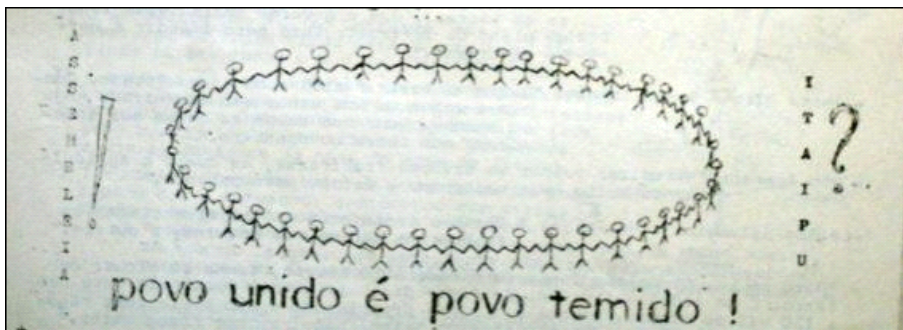
O início do processo de desapropriação iniciou em 1974, e eram feitas negociações individuais realizadas mediante Escritura Pública de Compra e Venda, o que tinha como consequência a desconsideração do direito a qualquer reivindicação ou questionamento por parte do vendedor na Justiça em busca de indenização moral ou demais perdas.

Isso ocorria devido ao atraso, convenientemente aproveitado pela Itaipu, de um Decreto Federal de desapropriação da área do reservatório, e

<sup>6</sup> BP, Ano I, nº 2, Maio de 1978, p. 2.

teve como consequências uma série de desavisados que venderam suas terras para Itaipu sem uma negociação que exigisse melhores condições.<sup>7</sup> Segundo as promessas da Itaipu, todas as terras estariam indenizadas até fins de 1978, o que de fato não ocorreu, além de permanecerem dúvidas de como se daria este processo.

FIGURA 3: Povo unido é povo temido!



Fonte: BP Ano I, nº. 5, Novembro de 1978, p. 5

Na charge acima está explícita a importância que a CPT dava para a união e adesão dos desapropriados para reivindicar seus interesses diante a Itaipu. De um lado encontra-se a afirmação do movimento realizado através das assembleias, ilustrado pelo ponto de exclamação. Em contraposição, no outro lado da charge, encontra-se a Itaipu, que do ponto de vista dos expropriados era um ponto de interrogação, uma incerteza, algo não conhecido, dúvidas quanto às questões reivindicadas. No centro do desenho está o povo unido, de mãos dadas, em círculo, transformando-se em algo uno. A frase demonstra bem esse caráter: “povo unido é povo temido!”, pois a união demonstra a sinergia do movimento, ou seja, mostra a coesão dos membros do grupo em prol de um objetivo comum e isso causaria temor para a Itaipu.<sup>8</sup>

Comparada com a outra charge, da figura 2, percebe-se que se trata de outro momento na organização e mobilização dos expropriados. Não há mais microfones, nem representantes maquiados, nem mesa que hierarquiza; não há ouvintes sem rostos e inferiorizados. Na figura 3, permanecem dois lados, o confronto e o contraponto, qualificado pelo círculo do movimento dos atingidos. Trata-se, portanto, de uma imagem para os atingidos e a importância da união na luta contra as injustiças. Em 1978 estava evidente que somente os pequenos unidos poderiam enfrentar a Itaipu.

<sup>7</sup>GERMANI, Guiomar Inez. *Expropriados terra e água: o conflito de Itaipu*. Salvador: Edufba: ULBRA, 2003, p. 71.

<sup>8</sup>A imagem central dessa charge pode ser encontrada em outros materiais de formação de movimentos populares. O fato de não ser original não prejudicou seu sentido na edição do *Poeira*.

FIGURA 4. Dilúvio acabando com o agricultor

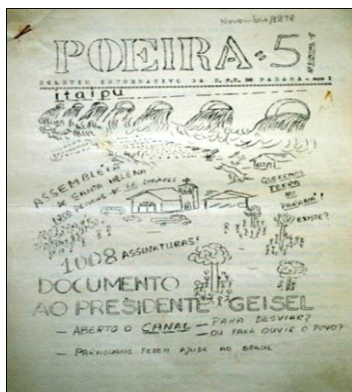


Fonte: BP, Ano II, nº 7, Fevereiro 1979 p. 10

A charge acima demonstra essa narrativa trágica do dilúvio e da “salvação que a Arca de Noé” representava. O dilúvio é a Itaipu, com a força das águas do Rio Paraná represado que inundaria as terras. Na imagem acima o agricultor aparece sendo expulso de sua terra e de seu trabalho pelas águas do Rio Paraná que a Itaipu iria colocar em movimento. As ondas engolindo o trabalhador, como se isso fosse mais forte que ele mesmo, seria uma grande tragédia. Vejam que a luta dos desapropriados não é travada contra as águas, mas contra as injustiças cometidas pela Itaipu.

Em alguns números do Boletim *Poeira*, havia solicitações por parte da CPT, para que a população participasse das reuniões de pequenos grupos e ajudassem na identificação de problemas e soluções, pois entendiam que só através da união se conseguiriam avanços importantes. Nas assembleias realizadas pelos atingidos anteriormente, já tinham sido discutidos e debatidos os problemas por eles enfrentados.

O *Poeira* nº. 5, novembro de 1978, foi dedicado aos problemas que os desapropriados enfrentavam naquele período, ficando claras, pelas charges incluídas na capa do boletim, as principais questões que o dilúvio-Itaipu produziria naquelas circunstâncias.

FIGURA 5: Capa do Boletim *Poeira* nº. 5

Fonte: BP, Ano I, no. 5, novembro de 1978, p. 1.

O desenho da capa mostra as comportas sendo abertas, cidades sendo alagadas, representação das pessoas participando da assembleia em Santa Helena e a referência as 1.008 assinaturas feitas no documento aprovado naquele ato e que seria entregue ao presidente Geisel, com as reivindicações de terras no Paraná e a interrogação sobre a existência de áreas no estado para essa finalidade e o apelo dos paraguaios aos brasileiros. Destaca-se, também, a importância da igreja na comunidade e para o próprio movimento, pois era o principal local/instituição para as discussões e mobilizações realizadas naquele período.

Ao mesmo tempo, pedagogicamente e a contrapelo, problematizaram os sentidos do canal da Usina (abertura) e da interlocução (fechamento). Numa perspectiva popular, os passos da Itaipu marcavam “pompas à oficialidade” e injustiças aos atingidos.

O principal evento relatado nesse *Poeira* foi a realização da primeira assembleia dos atingidos pela Itaipu, ocorrida no dia 16 de outubro de 1978, considerada um marco da mobilização popular no Paraná. O objetivo da assembleia era reunir os atingidos para discutirem sua situação e pensarem em soluções ou alternativas para proporem encaminhamentos.

Compareceram à assembleia cerca de 1.500 agricultores que participaram de um ato litúrgico e depois foram divididos em grupos, de acordo com as suas regiões e comunidades (linhas no meio rural) de origem para elencarem suas queixas e reivindicações e proporem.

O Boletim também registrou e divulgou que o movimento teve que enfrentar a repressão praticada pela Ditadura, pois membros da equipe da Pastoral da Terra sofreram pressões e tiveram que enfrentar dificuldades que os militares criaram com o objetivo de enfraquecer a assembleia.

O documento não foi somente entregue aos representantes do governo/Itaipu, como também à Comissão da Pastoral da Terra que teve oportunidade de discutir os problemas diretamente com o Ministro de Minas e Energia Shigeaki Ueki. Segundo matéria do *Poeira*, ele teria ficado muito “preocupado” com a situação e prometeu que seriam tomadas algumas medidas e soluções.

No número de fevereiro de 1979, a CPT discutia para onde iam as 7.000 famílias que seriam expulsas pela hidrelétrica até 1982. As alternativas oferecidas pelo governo e pela própria Itaipu eram colonizar o Norte do país (Mato Grosso, Acre, Amazonas, etc.). A CPT questionava se essa era de fato a única alternativa de reassentamento, pois no Sul do país também haveria terras disponíveis.

O *Poeira* tornou-se uma ferramenta importante de luta dos expropriados e também para reforçar posicionamentos políticos, a exemplo da luta pela reforma agrária, ao sugerir nos boletins a redistribuição das terras de latifúndios pouco ou mal aproveitadas existentes na região Sul do Brasil. Além disso, proporcionava espaço importante para os expropriados adquirirem informações mais amplas e também expressarem suas opiniões



sobre os problemas então em pauta, tais como a questão do Estatuto da Terra:

De acordo com o Estatuto da Terra, a Reforma Agrária tem como objetivo acabar com o minifúndio – uma propriedade pequena demais para o sustento de uma família e principalmente, acabar com o latifúndio – que é definido como uma grande extensão de terra na mão de uma só pessoa ou um pequeno grupo e, em geral, com grande parte sem nenhum aproveitamento.<sup>9</sup>

A CPT não acreditava que esse tipo de colonização seria a melhor opção para os agricultores, mas, sim, uma reforma agrária ou a redistribuição de terras dos latifúndios improdutivos existentes no Sul do país.

Na segunda Assembleia, realizada no dia 7 de abril, em Santa Helena, participaram mais de 2.500 agricultores, segundo o *Poeira*, reunidos num campo de futebol, no Estádio dos Incas. Entre eles estavam os dirigentes sindicais, a Diretoria da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná (FETAEP), representantes da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) de Brasília e da CPT Nacional de Goiânia e a CPT do Mato Grosso, além de simpatizantes e jornalistas. Não estava presente, apesar de ter sido convidado, o Presidente da Itaipu Binacional, o General Costa Cavalcanti.

Durante a assembleia foi produzido e aprovado, pelos presentes, um documento intitulado “Terras no Paraná e Indenização Justa”. Neste, constaram uma série de reivindicações, formando também uma “Comissão de Coordenação e Representação”, responsável por coordenar o trabalho de base, bem como reencaminhar as reivindicações e tentar realizar o contato com o presidente Costa Cavalcanti.

A comissão se reuniu no dia 3 de maio de 1979 em Marechal Cândido Rondon para escrever a primeira carta aberta explicando quais seriam os próximos passos da caminhada. O primeiro seria solicitar uma audiência com o Gen. Costa Cavalcanti, para discutir as reivindicações do documento “Terra no Paraná e indenização justa”. Além de denunciarem uma série de irregularidades cometidas pela Itaipu e por companhias de colonização.

A CPT, através do *Poeira*, informou que no dia 19 de abril de 1980 esteve reunida junto com membros da Comissão Justiça e Paz no Paraná, alguns agricultores e o bispo de Foz do Iguaçu D. Olívio Fazza, em uma audiência com o Departamento Jurídico da Itaipu para discutir, mais uma vez, os problemas relacionados com a desapropriação.

O informativo denunciou práticas não cumpridas pela Itaipu, por exemplo, o não cumprimento nos critérios estabelecidos pela Itaipu de que posseiros receberiam no mínimo 50% da terra nua mais benfeitorias; o valor que a Itaipu pagava estava abaixo do firmado anteriormente; a

<sup>9</sup> BP. Ano II, nº 7, Fevereiro 1979, p. 10.



recorrência nos problemas com a medição da terra.<sup>10</sup> Segundo a CPT as explicações fornecidas pelo diretor jurídico da Itaipu não eram convincentes.

No número 12 do *Poeira*, a CPT noticiou a realização de um abaixo-assinado pelos agricultores atingidos pela Itaipu e ainda não indenizados, com 1.120 assinaturas, entregue à Itaipu Binacional, ao INCRA, ao Ministro de Minas e Energia, César Cals, e ao Ministro da Agricultura, Amauri Stabile, em junho de 1980. A iniciativa surgiu com a aproximação do prazo para desocupação das terras e exigiam:

1. Mais rapidez na titulação das terras pelo INCRA e na efetuação das propostas e dos respectivos pagamentos pela Itaipu;
2. Preço mínimo de CR\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil cruzeiros) por alqueire de terra nua e aumento proporcional nas áreas urbanas;
3. Esclarecimentos mais completos e corretos sobre a retitulação, a desapropriação e o reassentamento<sup>11</sup>

O prazo final para sair das terras atingidas estava se aproximando da data prevista e as indenizações não estavam ocorrendo no ritmo que se necessitava. Das seis mil propriedades rurais e mil propriedades urbanas, a Itaipu havia desapropriado cerca de 60%, sendo que destas 1.300 aguardavam documentação do INCRA e o instituto aguardava os laudos topográficos da Itaipu,<sup>12</sup> enquanto isso, os agricultores aguardavam ansiosos por uma definição e além do sentimento de incerteza também permeava um sentimento de injustiça sobre o que estava acontecendo.

Diante desse quadro de angústias e incertezas, as lideranças do movimento decidiram, durante a reunião realizada no dia 11 de julho de 1980, que iriam cercar o escritório da Itaipu em Santa Helena até que suas reivindicações fossem atendidas. Desta forma suas insatisfações não ficariam no âmbito dos atingidos. Uma ação mais incisiva, organizada de maneira pacífica, porém com muito mais força de pressão e exposição pública teria que ser adotada para garantir uma posição e condição melhor para minimizar as injustiças e fazer com que o “faraó” descesse do trono.

O *Poeira*<sup>13</sup> divulgou o resultado deste primeiro acampamento realizado pelos desapropriados, iniciado no dia 14 de julho, em frente ao escritório da Itaipu Binacional, na cidade de Santa Helena. Durante esse ato de mobilização e organização foi consolidado o “Movimento Justiça e Terra” (MJT). Na matéria que tratou desse ato, intitulada, *Terra e Justiça: exigem os agricultores*, foram apresentados os motivos que levaram as entidades de apoio e os expropriados a tomar essa decisão.

As reivindicações solicitadas pelo movimento, conforme o *Poeira*, nº. 12, eram: – aumento de 100% sobre o valor pago por alqueire de terra

<sup>10</sup> BP. Ano III, nº. 11, Maio e Junho de 1980, p. 13.

<sup>11</sup> BP. Ano III, nº. 12, Julho/Agosto de 1980, p. 5.

<sup>12</sup> Guiomar Inez Germani. *Idem, op. cit.*, p. 113.

<sup>13</sup> BP. Ano III, n 12, julho/agosto de 1980.

nua; – reajuste nos preços a cada 90 dias; – emissão de cheques indenizatórios até 15 dias após o acerto; – reassentamento no Paraná; – indenização de áreas atingidas pela rede condutora de energia elétrica e possibilidade de utilização da terra até maio de 1982.

O acampamento, no primeiro dia, começou com a participação de aproximadamente 150 agricultores e no final da tarde do dia 14 já havia em torno de 800 agricultores concentrados, com aparelhagem de som, batizada de “Rádio Justiça”, barracas, faixas e cartazes. O escritório da Itaipu tinha sido tomado e a decisão era permanecer ali até obterem conquistas substanciais. No mesmo dia, à tarde, os responsáveis pelo Departamento Jurídico da Itaipu reuniram-se com uma comissão de representantes do movimento para discutir suas reivindicações, porém, após 7 horas de negociação, nada palpável foi conseguido, pois, segundo os representantes jurídicos da Itaipu, eles não tinham poderes para assumirem um compromisso sem antes consultar os superiores de Itaipu.

No Boletim subsequente ao ato, o MJT informou que das cinco reivindicações, quatro tinham sido atendidas integralmente, porém faltava o item considerado mais importante, que era o aumento de 100% sobre o valor pago por alqueire de terra nua. No entanto, o representante da Itaipu solicitou um prazo até o dia 26 do mesmo mês para analisar a proposta e dar uma resposta. Sem o atendimento desta reivindicação, o movimento decidiu permanecer acampado até a resposta da Itaipu. O número de acampados que aderiram ao movimento só crescia: “calcula-se que em média, diariamente, 1.800 a 2.000 permaneciam lá, acampados com as famílias, em barraca, às quais davam nomes, como por ex.: Hotel Esperança, Itaipu Inflação, Itaipu Indenização etc.<sup>14</sup>

Na medida em que o tempo passava, mais pessoas agregavam-se ao movimento, com o apoio de várias entidades do país. Além de contarem com a participação do Pe. Valentim, Pastor Werner Fuchs e de vários líderes e autoridades locais, o MJT recebeu apoio do presidente da FETAEP, Agostinho Bukowski, do presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), José Guilherme Cavagnari, do Secretário de Estado da Agricultura, Eugênio Stefanello, do Senador José Richa, do presidente da CONTAG, Francisco Urbano de Araújo, e advogados da Comissão Justiça e Paz da Região Oeste do Paraná.

No dia 25 de julho, durante a comemoração do dia do lavrador, houve uma grande celebração que marcou esse ato, que teve a participação de mais de 10 mil pessoas, novamente realizado em Santa Helena.<sup>15</sup> Neste mesmo dia, a Diretoria da Itaipu estaria reunida em Foz do Iguaçu para discutir as reivindicações dos expropriados. Mas, o que se constatou foi o não reconhecimento, por parte da Itaipu, do Movimento Justiça e Terra, ao propor um aumento apenas parcial do solicitado.

<sup>14</sup> BP. Ano III, n.º. 12, Julho/Agosto de 1980, p. 5.

<sup>15</sup> BP. Ano III, n.º. 12, Julho/Agosto de 1980, p. 9.

Na edição do *Poeira*, nº. 12, a CPT informou que os agricultores reunidos no dia 26 de julho não aceitaram a proposta da Itaipu, solicitando uma reunião com a Diretoria de Itaipu e a comissão dos Agricultores, em Foz do Iguaçu. Desta forma foram escolhidos cinco agricultores representantes juntamente com Olívio Fazza, Bispo da Diocese de Foz de Iguaçu. No dia 27 foi realizada a reunião onde foi assinada a ata estabelecendo um acordo prévio e no dia 28 aconteceu, finalmente, o acerto entre as partes: “o acordo foi possível porque a Itaipu prometeu por escrito que 80% das terras a serem indenizadas seriam classificadas como de primeira classe”.<sup>16</sup> Assim, os agricultores desmobilizam o acampamento de Santa Helena e suspenderam a marcha para Foz do Iguaçu.

Finalizando, podemos dizer que o “MOVIMENTO: JUSTIÇA E TERRA” conseguiu inúmeras vitórias. O aumento geral sobre o valor da terra nua por alqueire superou 85%. Além dessa vitória significativa conseguida através da união, da coragem e da pressão dos agricultores, outros acordos foram realizados que vieram dar maior tranquilidade aos expropriados.<sup>17</sup>

Porém, nos meses seguintes, os indenizados começaram a perceber ou a se sentir novamente mais fracos em relação à Itaipu. O Boletim *Poeira* publicou no final do ano de 1980, uma série de reflexões sobre as atuações injustas da Itaipu, com o seguinte questionamento: *Se correr o bicho Pega, se ficar o bicho come?* Na sequência do texto a análise propunha outro contraponto: *Se enfrentar o bicho corre, se não corre a gente engole...*”, ou seja, apesar das exigências do Movimento Justiça e Terra terem sido em parte atendidas, ainda havia pontos a serem revistos.

O MJT havia conseguido a implantação da correção monetária nos preços das indenizações, mas esta foi fixada nas correções das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTNs). No boletim também esclareceram que em quatro meses os indenizados tinham recebido apenas um aumento de 13%, o qual nem se comparava com a inflação real. Outra promessa feita pela Itaipu e não cumprida foi a da titulação de terras pelo INCRA, no qual a Itaipu precisava fazer a planta dessa área, mas até o final do ano não tinham sido realizadas. Assim, novamente a CPT pediu uma reunião dos atingidos com a direção da Itaipu:

Diante de tantas dificuldades, diante da procura de terras num país tão grande como o nosso, o que você faria? Certamente nada se consegue sozinho. Mas o pessoal da região de Itaipu continua pensando assim: se juntar muita gente junta, unida e organizada, a história muda.<sup>18</sup>

<sup>16</sup> BP. Ano III, nº. 12, Julho/Agosto de 1980, p. 10.

<sup>17</sup> BP. Ano III, nº. 12, Julho/Agosto de 1980, p. 11.

<sup>18</sup> BP. Ano III, nº. 14, Novembro/Dezembro, 1980, p. 31.

Nota-se o caráter pedagógico que a CPT/MJT utilizou, no sentido de reforçar a importância da participação popular e do engajamento dos apoiadores, estimulando sua organização para que se transformassem em sujeitos da conquista de seus direitos. A última frase, *se juntar muita gente junta, unida e organizada, a história muda*, reforçava a ideia de que o movimento era um agente de transformação.

Diante das crescentes angústias e insatisfações, a comissão dos representantes se reuniu para tomar uma decisão, para isso foi convocada uma assembleia dos expropriados no dia 16 de março de 1981, realizada em Itaipu. Nessa assembleia compareceram cerca de 2.000 pessoas e eles sabiam que a Itaipu só aceitaria as reivindicações apresentadas se os expropriados tivessem mais força. A proposta era pressionar e isso certamente se concretizaria com uma marcha até Foz do Iguaçu e acampamento na frente à sede da binacional até o atendimento das reivindicações.

A marcha foi brutalmente barrada ao chegar ao trevo na BR 277 que se bifurca em direção à cidade de Foz do Iguaçu e em direção à Itaipu, centenas de homens da polícia Militar armados e seguranças da Empresa impediram a caminhada.

FIGURA 6: Repressão ao Movimento Justiça e Terra



Fonte: BP. Ano IV, nº. 15, Jan a Abr, 1981, p. 07.

Impedidos de seguir adiante com a marcha, os agricultores decidiram organizar o acampamento ali mesmo. Para Juvêncio Mazzarollo a decisão adotada após o impedimento e o bloqueio da rodovia, com uso de policiamento, o acampamento no trevo foi marcante, pois possibilitou uma boa visibilidade aos confrontos:

[...] era um lugar de maior circulação de pessoas e assim o movimento garantiria publicidade mais ampla. Se tivessem ido até o Centro Executivo ou ao terreno oferecido por um simpatizante do movimento, a manifestação teria menor impacto. Por lá, onde o acampamento foi instalado, passavam os veículos que se dirigiam à cidade de Foz do Iguaçu, ao Paraguai e à própria Itaipu.<sup>19</sup>

Foi um grande constrangimento para a Itaipu ter a poucos quilômetros da sua “magnífica obra” um movimento social organizado e pacífico com mais de 1.000 pessoas acampadas no principal trevo da cidade, passagem obrigatória de muitos turistas que liam os cartazes “Itaipu, atração do mundo, crucificação dos brasileiros”.

O local do acampamento passou a ser designado como “trevo da vergonha”. E se não bastasse o descaso da Itaipu com as condições dos agricultores também provocou um boicote contra o acampamento ao dificultar o acesso ao abastecimento de água aos manifestantes. A prefeitura de Foz do Iguaçu, representada pelo Coronel Clóvis Cunha Vianna, também negou qualquer auxílio aos agricultores acampados em relação ao fornecimento de água. Simpatizantes do movimento e apoiadores da própria comunidade local, sensibilizada com a causa dos colonos e indignada, resolveu ajudá-los levando água para o acampamento. O bispo D. Olívio Fazza intermediou junto ao prefeito de Foz do Iguaçu a questão do abastecimento. Com isso, a prefeitura sentindo-se pressionada resolveu ajudar, providenciando instalações sanitárias e água permanente.

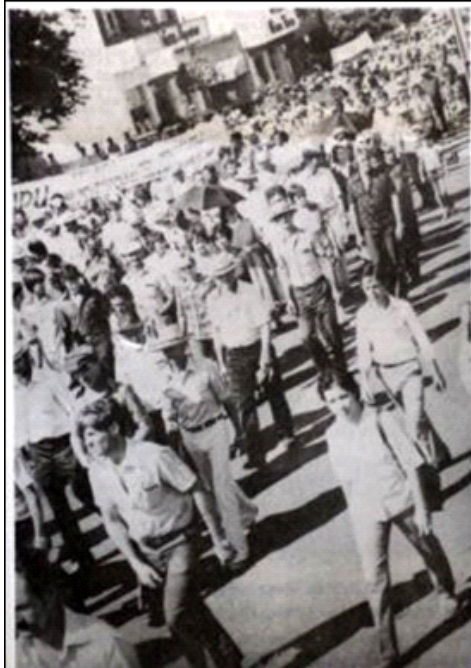
No dia 20 de março, data da reunião com a Itaipu, os cinco representantes do MJT, foram levar as reivindicações, porém voltaram decepcionados. A Itaipu se recusou a negociar com os agricultores e entregou-lhes um documento contendo as respostas às reivindicações, ou seja, não houve qualquer possibilidade de diálogo com os integrantes do Movimento Justiça e Terra. O documento continha uma reafirmação, por parte da Itaipu, que sempre procedeu com justiça e que a prova disso era de que ninguém tinha recorrido à Justiça, ignorando, desta forma, toda a mobilização dos agricultores, e também diziam estar sensíveis à situação dos agricultores e concediam um aumento de 80% no valor das terras. A reivindicação atendida foi a de aumentar o prazo para retirar as benfeitorias.

O documento foi lido e analisado pelo Movimento e, ao final, resolveram não aceitar as propostas da Itaipu e devolveram um documento contendo a “resposta ao comunicado de Itaipu Binacional”, refutando a nota distribuída à empresa e condenando o comportamento da mesma em não dialogar. O movimento decidiu ficar acampado até serem atendidos em suas reivindicações.

<sup>19</sup> MAZZAROLLO, Juvêncio. *A Taípa da injustiça: esbanjamento econômico, drama social e holocausto ecológico em Itaipu*. São Paulo: Loyola, 2003, p. 103.

No número 16 do *Poeira*, a CPT relatou as ações que o Movimento Justiça e Terra realizou, no sentido de pressionar o poder público e a Itaipu a atenderem as suas reivindicações, a exemplo da passeata, que ocorreu no dia 7 de abril de 1981 pelas ruas de Foz do Iguaçu, juntamente com uma série de simpatizantes que se uniram em solidariedade ao movimento. Foram mais de 5 mil pessoas concentradas na Igreja Matriz de São João Batista e só foi encerrada com a caminhada até o “trevo da vergonha”.

FIGURA 6: Passeata em Foz do Iguaçu



Fonte: BP. Ano IV, nº. 16, Maio/Junho, 1981, p. 07.

Por esses dias os agricultores realizaram também uma passeata pela cidade de Foz do Iguaçu, tendo à frente Dom Olívio Fazza, padres, pastores, irmãs e lideranças eclesiais e leigas. Para aquela manifestação vieram caravanas de agricultores de outras áreas para se solidarizarem com os desapropriados. Foi um fato histórico. A população de Foz saiu às ruas para assistir e aplaudir a passeata.<sup>20</sup>

O movimento aguardava a conclusão do Instituto de Terras e Cartografia (ITC), que faria um levantamento dos preços das terras no sudoeste do Estado. Este laudo tiraria a conclusão se a Itaipu estava pagando

<sup>20</sup> BP. Ano IV, nº. 16, Maio/Junho, 1981, p. 07.

o “preço justo” ou não. No dia 11 de abril os colonos receberam o documento do ITC com o levantamento do preço das terras no mercado.

O ITC provou que os agricultores tinham razão. Itaipu estava pagando cerca de 350 mil cruzeiros por alqueires, e a pesquisa do ITC mostrou que o preço médio para as terras de 1ª classe eram de 491 mil cruzeiros por alqueire de terra, sem benfeitorias, sendo que 80 por cento das terras desapropriadas estavam incluídas na Primeira classe, conforme Itaipu havia admitido anteriormente.<sup>21</sup>

Desta forma, o ITC dava ao Movimento Justiça e Terra um maior reconhecimento da sua luta, porém a Itaipu não aceitou os valores. No dia 8 de maio de 1981 a Itaipu entregou uma proposta de aumento de percentual de 31% sobre o valor das terras e benfeitorias e as terras de primeira receberiam 471 mil cruzeiros por alqueire.

No dia 9 de maio, ao completar 54 dias de acampamento, o movimento em assembleia decidiu aceitar as condições propostas pela Itaipu e desarmar o acampamento: “Itaipu havia aceitado praticamente 80% de suas reivindicações, e se não havia atendido todas, pelo menos tinha certeza: valeu a pena lutar, pois a situação agora era significativamente melhor à do início do acampamento”.<sup>22</sup> O acampamento terminaria, mas não a luta por uma indenização justa.

Mesmo com o levantamento do acampamento a mobilização era mantida, pois faltava o cumprimento das promessas por parte da Itaipu. Enquanto isso, a CPT continuava denunciando as consequências do processo de expropriação. Como a falta de infraestrutura nas novas terras adquiridas pelos atingidos de Itaipu em Mato Grosso do Sul, e também algumas famílias que não conseguiram novas terras, permanecendo no Paraná sem destino, assim como alguns posseiros, arrendatários e boias-frias que resistiram ao processo de expropriação. As injustiças não foram superadas mesmo após as sucessivas pressões do MJT.

No dia 2 de março de 1982 ocorreu nova assembleia sob a coordenação do MJT, na qual estavam presentes 180 dos 600 expropriados pela Itaipu que ainda não tinham sido indenizados, faltando dois meses para a desapropriação. Após terem discutido os problemas que enfrentavam, resolveram divulgar uma Carta Aberta denunciando o tratamento dado pela Itaipu. Entre eles, destacam-se: pagamento atrasado em mais de 90 dias, atrasando a compra de novas terras; algumas propriedades não tinham sido procuradas para uma proposta de preço; alguns casos de litígio continuavam sem solução; propriedades que tinham rede elétrica ainda não tinham sido indenizadas com inclusão do valor desses investimentos; pagamentos realizados abaixo do prometido; famílias estavam sem

<sup>21</sup> BP. Ano IV, nº. 16, Maio a Junho, 1981, p. 09.

<sup>22</sup> Guiomar Inez Germani. *Idem, op. cit.*, p. 167.

infraestrutura, além disso, no Paraguai havia os mesmos problemas.<sup>23</sup>

Conforme decisão tomada na assembleia, os expropriados reunidos em uma comissão foram a Foz do Iguaçu e apresentaram as reivindicações à Itaipu, porém a empresa não atendeu a nenhuma das demandas. Sendo assim, a Comissão decidiu por uma nova assembleia marcada para o dia 5 de março para discutir os próximos passos. A decisão dos presentes nessa assembleia foi de realizar uma marcha para Foz do Iguaçu até o Trevo da Vergonha e também de permanecer nas propriedades plantando até o dia 30 de abril, prazo dado pela Itaipu para deixarem suas terras. Porém, no dia 8 de março, um dia antes de acontecer a marcha para Foz do Iguaçu, a Itaipu chamou os representantes dos expropriados para discutir as reivindicações expostas. Conforme o boletim *Poeira*, quase a totalidade das reivindicações foi aceita.

Mais uma vez o povo unido e organizado, por mais simples e humilde que seja, consegue vencer. Esta vitória começou com as primeiras reuniões, Assembleias, marchas de protestos, acampamentos que os expropriados de Itaipu realizaram e que só será vitória definitiva quando o último agricultor da barragem será indenizado justamente.<sup>24</sup>

Nota-se ao longo das edições do Boletim *Poeira* uma qualificação e ampliação do MJT, pois eram resultados e resultados das lutas e da obtenção de conquistas (redução das injustiças). A organização política do MJT fortalecia as lutas de outros agricultores atingidos por barragens e também envolvia a organização e o fortalecimento de outros movimentos sociais, a exemplo do Movimento dos Agricultores Sem Terra no Oeste do Paraná (MASTRO).

O MASTRO foi organizado a partir das lutas e experiências do MJT, sendo o resultado da conscientização política dos agricultores e também das sucessivas injustiças provocadas não só pela construção da barragem da Itaipu, mas pela concentração da propriedade da terra, pelo processo de mecanização da agricultura, crédito rural restrito e desigual, pelo novo padrão produtivo no campo, entre outros problemas agrários e da política agrária. O engenheiro agrônomo Claus M. Germer descreve no *Poeira* os resultados obtidos em pouco tempo pelo movimento:

No fim de setembro o MASTRO fez a sua segunda reunião geral. Nesta data ele só existia a dois meses. No entanto, o seu progresso foi grande. Já havia 22 grupos organizados, reunindo-se regularmente, e nele já tinham se inscrito 1.022 (mil e vinte dois) agricultores que não têm terra ou têm terra insuficiente para viver. Além destes, há mais cerca de 800 agricultores que vão se inscrever. Estes agricultores são somente de três municípios do Oeste do Paraná: São Miguel do Iguaçu, Medianeira e Santa Helena.

<sup>23</sup> BP. Ano V, nº. 20, Janeiro/Fevereiro, 1982

<sup>24</sup> BP. Ano V, nº. 20, Janeiro/fevereiro, 1982, p. 09.



Isto dá uma ideia do grande número de agricultores pobres que existem em todo o Paraná.<sup>25</sup>

Essas conquistas do MASTRO, enquanto movimento, além de mostrarem a grande quantidade de agricultores sem terra, indicava que havia terras suficientes para os agricultores, além de provarem que não estavam agindo sozinhos, mas, sim, de estarem organizados.

No dia 13 de outubro de 1982 iniciou a formação de um dos maiores lagos artificiais do mundo e enquanto milhares de famílias lamentavam as terras que jamais veriam a partir de então, a Itaipu/Governo comemorava a vitória. Enquanto uns davam adeus às Sete Quedas, outros exaltavam o enchimento do lago evidenciando os conflitos de interesse, conforme os dois textos abaixo:

Adeus, Sete Quedas	Homenagem ao enchimento do lago
<p>Sete Quedas por mim passaram e todas sete se esvaíram. Cessa o estrondo das cachoeiras, e com ele a memória dos índios, pulverizada, já não desperta arrepio. Aos mortos espanhóis, aos mortos bandeirantes, aos apagados fogos de Ciudad Real de Guaíra vão juntar-se os sete fantasmas das águas assassinadas por mão do homem, dono do Planeta. Aqui outrora retumbam vozes da natureza imaginosa, fértil em teatrais encenações de sonhos aos homens ofertados sem contrato. Uma beleza-em-si, fantástico desenho corporizado em cachões e bulções de aéreo contorno mostrava-se, despia-se, doava-se em livre culto à humana vista extasiada. [...]</p> <p style="text-align: right;">Carlos Drummond de Andrade</p> <p><b>Fonte:</b> MAZZAROLLO, 2003, p. 178.</p>	<p>I taipu, no rio Paraná profundo. T em a grande hidrelétrica do mundo, A s Turbinas, quilowatt em potência. I mensa barragem, concreto e ciência, P rópria do forte, que o temor não verga, U fana justa, mas da Pátria serva.</p> <p>B andeirante de agora e do futuro, I ndo bastar um evoluir seguro, N as terras brasílica e guarani A emoção sentida, aqui e ali, C om o clangor sonoro da vitória. I rmão paraguaio reparte a glória, O uro da água, é mina de riqueza N o esplendor maior desta natureza, A humana mão consegue, todavia, L íquida selva, tornada energia.</p> <p style="text-align: right;">Gastão Azevedo de Almeida</p> <p><b>Fonte:</b> UNICON. Ano V, n.º. 95, Novembro, 1982, p. 03.</p>

Nesses dois poemas acima, escritos no mesmo ano, em 1982, destacam-se as diferenças/conflitos de interesses. O primeiro foi escrito por Carlos Drummond de Andrade publicado no *Jornal do Brasil* no mesmo ano. Nele expressa a sua inconformidade e a de milhares de pessoas com a destruição do Salto de Sete Quedas. O cartão postal de Guaíra composta de dezenove cachoeiras e considerada a maior cachoeira do mundo em volume de água, desapareceu para sempre, significando uma perda

<sup>25</sup> BP. Ano IV, n.º. 18, Setembro/Outubro, 1981, p. 22.

insubstituível e irreparável para a população. Do outro lado, o acróstico escrito por Gastão Azevedo de Almeida, da Diretoria Jurídica de Itaipu, demonstra um forte ufanismo a “grande construção”, a tecnologia, a ciência “envaidecida” de tamanha obra construída pela mão do homem que transformou a selva em riqueza energética, repartindo a “glória” com o Paraguai.

Após o enchimento do lago, outros problemas ocorreram, sendo noticiados pelo *Poeira*, em *As Sete Pragas de Itaipu* denunciaram que o excesso de chuva após o fechamento da barragem e a formação do lago de Itaipu aumentou a erosão em muitas propriedades; previam uma queda de 30% na safra; animais domésticos abandonados pelos colonos que deixaram a área; procriação de insetos decorrentes de água parada; cheiro insuportável em razão de animais mortos; estradas interrompidas e colonos transferidos para outras regiões passando necessidades.<sup>26</sup> Isso significava que, mesmo após a formação do lago, os problemas e injustiças realizadas pela Itaipu não finalizaram, assim como a luta dos expropriados.

## Conclusão

Neste capítulo foi analisado o Boletim *Poeira* com o objetivo de expor as contradições na construção da Itaipu Binacional. O Boletim apresentou-se como um instrumento de organização pensado não só para noticiar o que acontecia, mas também educar e organizar seus leitores diante da construção da hidrelétrica.

Houve muita resistência por parte dos expropriados, conforme analisado no trabalho. Muitos deles tiveram que sair de suas terras sem uma indenização justa. Diante da constatação do embuste do “preço justo”, os expropriados criaram, principalmente através da atuação da Comissão Pastoral da Terra e das Comunidades Eclesiais de Base, um movimento social de resistência e reivindicação que incluiu a produção de materiais de formação e comunicação, a exemplo do *O Mausoléu do Faraó*<sup>27</sup>, o *Boletim Poeira* e *A Taipa da Injustiça*<sup>28</sup>, nos quais socializavam as ações, propuseram formas de organização e de discussões e denunciavam as injustiças que sabiam que a direção da Itaipu realizava.

Entendendo ser a pesquisa uma prática que requer avanços constantes, já que visa o acréscimo ou superação da produção historiográfica existente, esperamos que novas pesquisas surjam para compreendermos melhor esse movimento importante de organização e resistência construída pelos atingidos de Itaipu. As fontes utilizadas nesta pesquisa, em especial o

<sup>26</sup> BP. Ano V, nº. 25, Novembro/Dezembro, 1982, p. 6 e 7

<sup>27</sup> CPT. *O Mausoléu do Faraó*: Usina de Itaipu contra os lavradores do Paraná. CPT, 1978. (mimeo).

<sup>28</sup> CPT. *A Taipa da Injustiça*. CPT, 1980.

*Poeira* não foram esgotadas e, certamente, possibilitarão novas pesquisas que tratarão de questões não contempladas neste trabalho.

## Fontes e Referências Bibliográficas

A USINA HIDRELÉTRICA DE ITAIPU. Itaipu Binacional, 1990.

BETTO, Frei. *O que é Comunidade Eclesial de Base*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Berttrand Brasil, 2007.

CATTA, Luiz Eduardo Pena. *O Cotidiano de uma fronteira: a perversidade da modernidade*. Cascavel: Edunioeste, 2002.

CHAUI, Marilena. *Simulacro do Poder: uma análise da mídia*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *CPT: Pastoral e Compromisso*. Petrópolis: Vozes, 1983.

CONSTRUÇÃO DA PESADA. *Itaipu: a conquista dos maiores índices de desenvolvimento tecnológico já alcançados pelo homem*. Ano 9, n. 98, p. 15-174, março, 1979. Novo Grupo editora técnica Ltda. CAVALHEIRO, Maria Thereza. (Editora).

CPT *BOLETIM POEIRA*. Março de 1978 a janeiro de 1986.

\_\_\_\_\_. *A Taipa da Injustiça*. CPT, 1980.

\_\_\_\_\_. *O Mausoléu do Faraó: Usina de Itaipu contra os lavradores do Paraná*. CPT, 1978. (mimeo).

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

GERMANI, Guiomar Inez. *Expropriados terra e água: o conflito de Itaipu*. Salvador: Edufba: ULBRA, 2003.

KIRINUS, Gernote. *Entre a cruz e a política*. Beija-flor. 1979.

LIMA, Ivone Teresinha Carletto de. *Itaipu: as faces de um mega projeto de desenvolvimento*. Niterói: Germânica, 2006.

MARINS, José; e equipe. *Comunidade Eclesial de Base: Prioridade Pastoral*. São Paulo: Paulinas, 1976.

MASCARENHAS, Milena Costa. *A construção de Itaipu e os reflexos na educação de Foz do Iguaçu*. Cascavel – PR. Unioeste, 2008. (Especialização em História da Educação Brasileira), Centro de Comunicação, Ciências e Artes, Cascavel, 2008.

MAZZAROLLO, Juvêncio. *A Taipa da injustiça: esbanjamento econômico, drama social e holocausto ecológico em Itaipu*. São Paulo: Loyola, 2003.

MENDONÇA, Sônia Regina de. *Estado e educação rural no Brasil: alguns escritos*.

Rio de Janeiro: Vício de leitura / faperj, 2007.

\_\_\_\_; FONTES, Virginia Maria. *História do Brasil recente: 1964-1980*. São Paulo: Ática, 1991.

MEZZOMO, Frank Antonio. *Memória dos movimentos sociais no Oeste do Paraná: Gernote Kirinus, Adriano Van de Vem, Werner Fuchs*. Campo Mourão: FECILCAM, 2009.

PALMAR, Aluizio. COTA 220. In: STERLING, German. *Abordagens historiográficas na fronteira*. Foz do Iguaçu: Uniamérica, 2006. p. 137-152.

PETRINI, Carlos João. *CEBs: Um novo sujeito popular*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

RABAÇA, Carlos Alberto; BARBOSA, Gustavo. *Dicionário de comunicação*. Rio de Janeiro: Codecri, 1978.

RIBEIRO, Maria de Fátima Bento. *Itaipu, a dança das águas: histórias e memórias de 1966 a 1984*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas: Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2006. (Tese do Doutorado)

\_\_\_\_. *Memórias do concreto: vozes na construção de Itaipu*. Cascavel: Edunioeste, 2002.

SCHILLING, Paulo R., CANESE, Ricardo. *Itaipu – geopolítica e corrupção*. São Paulo: CEDI, 1991.

SCHMITT, Judith Veranisa. *Os atingidos por Itaipu: História e memória. Oeste do Paraná, décadas de 1970 a 2000*. Marechal Cândido Rondon: Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em História, 2008. (Dissertação de Mestrado).

SCHREINER, David Felix. *Entre a Cruz e a Utopia: Um estudo sobre os processos de organização da vida cotidiana nos assentamentos rurais*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de História USP, 2002. (Tese de Doutorado),

UNICON. Ano V, nº. 95, Novembro, 1982.

ZAAR, Miriam Hermi. *A Produção do espaço agrário: da colonização à modernização agrícola e formação do lago de Itaipu*. Cascavel: Edunioeste, 1999.

# TERRA E PODER NO OESTE DO PARANÁ

Irene Spies Adamy<sup>1</sup>

O estudo da classe dominante regional e sua organização na sociedade civil, não tem merecido atenção na historiografia do Oeste do Paraná. Nem sequer considera-se a existência de classes sociais ou frações de classe. Quando trata de temas próximos a estes sujeitos, considera-os empreendedores e “grandes homens” da história local. Este trabalho caminha no sentido de abrir esta página nos estudos sobre a história do Oeste do Paraná, a partir do estudo da entidade associativa e corporativa dos seus agropecuaristas: a Sociedade Rural do Oeste, entendida enquanto espaço e forma de sua organização e direção.

As classes dominantes no campo brasileiro têm sua história marcada pela constante e intransigente defesa da propriedade da terra como um privilégio patrimonialista para poucos, questionando e dificultando a efetivação da reforma agrária e defendendo modelos agrícolas que tendem a inviabilizar a agricultura familiar e camponesa.

Neste sentido, os grandes proprietários rurais da região Oeste do Paraná têm buscado, historicamente, diferentes formas de organização e representação política, na defesa de seus interesses e para manter sua condição e posição de classe.

Para compreender como se desenvolveu este processo, é fundamental conhecer as bases materiais sob as quais esta fração de classe se constituiu e se consolidou, bem como os embates que travou a fim de manter sua condição hegemônica. Esta abordagem é possível e o caminho da pesquisa pode iniciar a partir da identificação de suas entidades de classe, de seus instrumentos e ações de luta e pela análise dos discursos proferidos por seus representantes, voltados para promover o consenso em torno do seu projeto social, econômico, político e cultural.

A identificação dos intelectuais orgânicos desta fração de classe e seus aparelhos privados de hegemonia são fundamentais para compreender como eles têm buscado a legitimação de sua condição, ocupando cargos-chaves nos espaços institucionais de poder e como tem se posicionado frente à propriedade privada, ao Estado restrito e aos embates que travam contra seus “inimigos” na esfera da sociedade civil e no campo de lutas sociais relacionadas ao domínio da terra. Como situou Regina Bruno: “Se não procurarmos conhecer quais as estratégias do patronato rural, dificilmente conseguiremos visualizar a ordem do poder e da dominação na sua totalidade”<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História, Poder e Práticas Sociais da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. E-mail: ireneadamy@hotmail.com.

<sup>2</sup> BRUNO, Angela Regina. *Senhores da terra, senhores da guerra: a nova face política das elites agroindustriais no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

A formação da fração agrário-pecuarista da classe dominante na região Oeste do Paraná, mais especificamente no município de Cascavel, encontra suas origens em momentos distintos: no processo de privatização legal e ilegal das terras devolutas e na grilagem de terras de posseiros, desencadeado com a nova colonização ocorrida a partir do início da segunda metade do século XX, cujo modelo contribuiu para a formação de uma estrutura fundiária marcada por grandes propriedades rurais, e no modelo de modernização conservadora da agricultura, desencadeado a partir do final da década de 1960, que dispensou meeiros, arrendatários e assalariados, acelerou o processo de expropriação de pequenos agricultores, contribuindo para o aumento na concentração da terra na região. Da mesma maneira, durante a década de 1980, a crise na agricultura e a expansão da pecuária bovina contribuíram para o aumento na concentração de propriedades.

O povoamento efetivo de Cascavel e que marcou sua formação atual, teve início através da “ocupação espontânea”, ocorrida durante a década de 1930, quando chegaram à região alguns colonos descendentes de poloneses oriundos de Santa Catarina, bem como de “caboclos” oriundos de Guarapuava. Instalando-se em pequenas chácaras, abriram posse e derrubaram a mata, faziam suas roças e fundaram vilarejos como as Colônias Esperança e São João. À época, este processo de ocupação facilitava o acesso à terras devolutas,

pois, além de não exigir nenhuma formalidade, bastava ao posseiro entrar na mata, construir uma casa (ou rancho), limpar uma pequena área de mata, plantar uma roça e demarcar a área da posse. Em seguida, deveria ser feita a solicitação de título de posse, que mais tarde seria confirmado como título definitivo.<sup>3</sup>

A partir da década de 1940, a ocupação passou a ser realizada pelas colonizadoras, principalmente as madeireiras, e pelo Estado que tinha o intuito de viabilizar o povoamento, a venda ou doação de terras, com ou sem titulação. Para tanto, foi criado inicialmente, o Departamento Administrativo do Oeste e, em 1946, a Fundação Paranaense de Colonização e Imigração (FPCI) e o Departamento de Geografia Terras e Colonização (DGTC).

Ainda a partir da década de 1950, a ocupação do território do então município de Cascavel era facilitada pelo fato de as terras serem devolutas e o Estado reconhecer o direito de propriedade, mediante a comprovação de posse feita pelo interessado junto aos seus órgãos. Esta situação por vezes gerava conflito entre posseiros e os que apresentavam a titulação de propriedade da terra e os impasses nem sempre eram resolvidos no âmbito da legalidade.

<sup>3</sup> MYSKIW, Antonio Marcos. *Titulação de terras no Oeste Paranaense: Uma análise documental. Marechal Cândido Rondon*. TCC em História – UNIOESTE. Marechal Cândido Rondon, 2000.

Alberto Pompeu<sup>4</sup>, um dos primeiros moradores de Cascavel, atuou com seu pai no setor madeireiro e de serrarias, extraíndo pinheiros e abrindo estradas. Segundo ele, durante o Governo Lupion havia um esquema para titular terras para terceiros envolvendo representantes de órgãos do governo do Estado, cartórios, polícia e autoridades locais. Pompeu relatou que, à época, o pretendente à área de terra “ia lá no cartório, fazia a escritura, registrava e tudo bem. Aí você tinha o proprietário. Daí, você tinha o problema do posseiro que estava lá. Aí vocês têm que juntar os jagunços pra tirar os posseiros de lá”.<sup>5</sup>

Sobre a quem cabia a responsabilidade de tirar o posseiro da terra, Pompeu explica que havia uma negociação entre quem tinha a procuração para vender a terra e o interessado em comprá-la. “O negócio era feito: Te faço baratinho [o preço da terra], mas você assume o posseiro. Então, às vezes tinha que tirar o posseiro antes de vender, aí valorizava a terra. Enfim, tinha essa negociação”.<sup>6</sup>

A colonização das terras que compreendem a região Oeste foi efetivada, basicamente, por empresas privadas. Porém, o Governo do Estado do Paraná teve participação direta no processo atuando principalmente na concessão de terras e títulos a estas empresas, aos novos posseiros, ou aos posseiros que ali já se encontravam desde as primeiras décadas do século XX. Este foi um processo conflituoso, marcado pelo favorecimento político e por disputas em torno do direito de posse e de propriedade da terra, a exemplo dos processos em disputa entre a União, o Estado e a empresa Braviaco<sup>7</sup>.

O governador Moysés Lupion, no seu primeiro mandato, entre os anos de 1947 e 1951, conforme dados do Instituto de Terras Cartografia e Geociências do Paraná, (ITCG) emitiu 9.564 títulos de propriedade no estado. Em seu segundo mandato, de 1956 a 1961 o número foi ainda maior, com um total de 26.084 titulações. Este processo teve continuidade nos governos de Ney Braga que, entre 1961 e 1965, titulou 8.880 propriedades. Entre 1979 e 1982, quando do seu segundo mandato como governador, foram expedidos 3.366 títulos<sup>8</sup>.

---

<sup>4</sup> Alberto Rodrigues Pompeu, nasceu em Foz do Iguaçu no dia 15/11/1937 e passou sua juventude entre Laranjeiras do Sul, Guaraniaçu e Cascavel. Seu pai era agrimensor e, juntamente com seu filho, demarcaram uma boa parte das terras na região de Cascavel. Por ser um dos primeiros contadores, Alberto Pompeu atuou junto a várias empresas (madeireiras, colonizadoras, cartórios e instituições do poder público). Também foi professor na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cascavel (FECIVEL) e na UNIOESTE, quando se aposentou compulsoriamente.

<sup>5</sup> POMPEU, Alberto Rodrigues. Entrevista concedida ao projeto Intervenções na relação Universidade/Educação Básica: Tempo Passado, Desafio do Presente (Unioeste/MCR), Cascavel, 28/02/2009.

<sup>6</sup> *Idem*.

<sup>7</sup> Antonio Marcos Myskiw abordou estas disputas envolvendo a empresa Braviaco em sua dissertação “Colonos, posseiros e grileiros: conflitos de terra no Oeste paranaense (1961-1966), assim como Cecília Maria Westphalen; Brasil Pinheiro Machado e Altiva Pilatti Balhana em “Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno”. In: Boletim da Universidade Federal do Paraná. Departamento de História, n.º 7, 1968.

<sup>8</sup> Cf. <http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/File/RelacaoGovernantesDITER2.pdf>

Dentre os primeiros grandes proprietários rurais está a família Formighieri (os irmãos Euclides, Orestes e Francisco) que chegou à região do município de Cascavel no final da década de 1950, com o objetivo de adquirir terras e instalar uma serraria. A fim de ampliar os negócios madeireiros que a família desenvolvia no Rio Grande do Sul e sabedor da “imensidão das florestas de pinheirais”, adquiriu de “terceiros”, amplas áreas de terra para explorar a madeira. Euclides José Formighieri<sup>9</sup> foi um dos grandes agropecuaristas de Cascavel, destacando-se pela alta tecnologia aplicada à produção confinada de gado bovino.

Segundo Euclides Formighieri<sup>10</sup>, Lupion teria sido o melhor governador para o Oeste do Paraná, por ter acabado com as posses e os posseiros e a chamada “indústria da posse”.<sup>11</sup>

Quando Moysés recebeu o governo, na segunda época, ele tratou de titular, bem ou mal. “É posseiro, não tem nada”, titulava pro João dos Anzol, para Fulano, para Beltrano, e esse Fulano ou Beltrano, vendia pra terceiro e esse terceiro acertava com os posseiros. Por bem ou por mal, acertava com os posseiros.<sup>12</sup>

A concessão de terras foi intensificada a partir da emancipação política de Cascavel, quando o Governo do Paraná efetivou a titulação de novas áreas e também de áreas ocupadas por posseiros de longa data, numa tentativa de resolver impasses e disputas envolvendo as posses, em especial dos posseiros de pequenas áreas.

As grandes áreas de posse foram “legalizadas” com apoio do Governo do Estado, seguindo critérios muito particulares, a exemplo do que explica Formighieri:

Como aconteceu comigo, por exemplo, em Ibiracema. Nós tínhamos uma área de terra lá, que tinha 27 posseiros em cima de uma área de 1000 e poucos alqueires. E nós fizemos uma proposta para acabar com estes posseiros. Demos cinco alqueires de terra, dada, medida, escriturada, aliás, escriturada não, dada não. Vendida a dois mil o alqueire, ou seja: 10.000,00 cruzeiros. E 20 alqueires pro posseiro mais forte. A esse dava 10 alqueires também a 2.000,00 o alqueire. Demos pra eles um prazo de dois meses pra vir regularizar. Era a proposta. Eles vieram, fizeram o acerto, daí tinha que pagar. Se não pagassem, eu dava 10.000,00 cruzeiros e eles iam embora. Levavam rancho, levavam tudo e iam embora<sup>13</sup>.

<sup>9</sup> Euclides José Formighieri nasceu no dia 26/06/1933 e faleceu no dia 30/01/2010. Entretanto, tivemos a oportunidade de entrevistá-lo para esta pesquisa.

<sup>10</sup> FORMIGHIERI, Euclides. Entrevista concedida a Irene Spies Adamy. Cascavel, 2009. Em DVD e texto impresso em arquivo próprio.

<sup>11</sup> Durante os anos de 1960 e mesmo na legislação do Estatuto da Terra, a “indústria da posse” era utilizada para criticar e desqualificar os posseiros, pois, segundo os partidários da grilagem e da modernização jurídica da posse e propriedade da terra, os posseiros não tinham vínculo à terra, pois estariam interessados em abrir posse para depois vendê-la (o direito de posse) e abrir novamente outra posse para também vendê-la.

<sup>12</sup> Euclides Formighieri. *Idem, op. cit.*

<sup>13</sup> *Idem.*



Alberto Pompeu, em entrevista explicou como era organizado o esquema de titulação das terras que muitas vezes não beneficiavam o legítimo possessor. Ele esclareceu que pelo fato de haver possesores em terras devolutas na região de Cascavel, isso facilitava a atuação irregular inclusive de representantes do Governo do Estado e de donos de cartórios.

Então, o que aconteceu: o possessor fazia como nós fizemos no Piquiri. Fazia a sua posse, requeria a escritura dele na Inspeção de terras. Mas quando saiu o título, no fim do governo do Lupion, não tinha o título em nome dessa pessoa. Nós tínhamos uma posse lá na região do Santana e eu trabalhava lá antes de comprar a posse. E havia um comércio de posse interessante. A pessoa fazia uma posse, e nós compramos a terra. Mas nós se interessávamos no pinheiro que tinha aquela posse. ... E a terra, nós acabamos (vendendo). O título saiu no nome de uma pessoa estranha, que o Estado tinha dado esses golpes. Olha, era impressionante a forma que eles titulavam as terras. Eles titulavam as terras num nome de uma pessoa inexistente<sup>14</sup>.

As empresas madeireiras, na sua grande maioria, eram também colonizadoras, ou seja, as terras eram adquiridas, a madeira era extraída e depois as glebas ou colônias eram loteadas e vendidas aos interessados. Por vezes, os proprietários das colonizadoras mantinham a propriedade de grandes áreas nas quais passaram a desenvolver a agricultura e a pecuária.

Na década de 1960, uma das dificuldades enfrentadas na abertura de áreas para as atividades de agricultura e pecuária era a escassez de mão de obra. Euclides Formighieri, em entrevista, explicou que os trabalhadores das serrarias eram trazidos de Santa Catarina e para o preparo da terra, foram trazidos trabalhadores de outras regiões do Brasil. Em suas propriedades deu-se preferência aos “peões trazidos de Minas Gerais”. Suas empresas enviavam madeira, principalmente para São Paulo, Minas Gerais e a partir da década de 1970, para Brasília. Os caminhões que levavam madeira retornavam trazendo dezenas de famílias de “peões” para preparar a terra.

Eu trouxe 54 famílias de Itajubá, Minas Gerais, tudo de cor, tudo preto. Eu tava começando (a retirada dos pinheiros) Catanduvas e Ibiracema, e nós vendemos pro pessoal de Minas. E uns cara trabalhador, barbaridade, uns cara que vieram pra trabalhar. Pra plantar milho e isso e aquilo. E eu com uma dificuldade tremenda de peão pra trabalhar. Aí eu falei com um deles e ele veio aqui no escritório. Eu disse: Você não arruma uns peão lá [MG] pra mim? Aí ele disse: arrumo. Eu mando dois caminhões lá, daí

<sup>14</sup> POMPEU, Alberto Rodrigues Pompeu. Entrevista realizada no dia 28 de fevereiro de 2009, em sua casa no município de Cascavel/PR. Atividade vinculada ao projeto *Intervenções na relação Universidade/Educação Básica: Tempo Passado, Desafio do Presente*, financiado pela SETI/PR através do “Programa Universidade sem Fronteira - Subprograma de Apoio à Licenciatura”. O projeto foi coordenado pela ProF. Drª. Geni Rosa Duarte, do Colegiado do Curso de História, da UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon, e realizado durante o período de 15/10/2007 a 15/10/2009.

você manda as mudanças. Daí eu pensei: mando dois caminhão lá pra Minas, vem cinco mudança, porque eles são menos favorecido e tal, aí eu marquei com ele. Eu mandava madeira pra São Paulo, onde eu tinha depósito. Aí passado uns dias ele manda um telegrama. Mande caminhões, pessoal arrumado. Menina do céu, quando veio o primeiro caminhão que era pequeno, veio 22 mudança, veio 22 famílias. Não tinham nada, nada, nada.<sup>15</sup>

Os “peões de Minas Gerais” eram responsáveis pela preparação das áreas de agricultura e pastagem e o trabalho era realizado em troca de pagamento diário: “Na época eu fazia muita pecuária. Pagava pra eles derrubarem. Lá em Minas eles ganhavam dois reais e aqui eu pagava 12”<sup>16</sup>.

Além da diária, o proprietário autorizava o cultivo de pequenas roças, para produzir os gêneros básicos de sustento: “Aí ele [o capataz] entrou com aquela negada e fez tudo. Aí quando chegou no mês de agosto ou setembro, eu dei arroz em casca pra eles plantarem, feijão. Se bem que eles trouxeram aquele feijão deles lá, que tira a vagenzinha, abóbora, moranga”<sup>17</sup>.

Outro vínculo estabelecido entre o proprietário da terra e os trabalhadores era o armazém, onde eram comercializados gêneros complementares: “Eu dei pro cara lá, fazer um armazém. E ele matava porco. Todo fim de semana eles se abasteciam lá”<sup>18</sup>.

Uma das grandes empresas de exploração de madeira na região foi a Industrial Madeireira do Paraná – IMAPAR. Inicialmente de propriedade de Moysés Lupion, era proprietária de extensas áreas na região Oeste, envolvendo os atuais municípios de Cascavel, Santa Tereza, Catanduvas e Corbélia. Segundo Formighieri, a Industrial Madeireira tinha aproximadamente 25.000 alqueires (60.000 hectares) de terra na região. Em 1946, as serrarias Central e São Domingos, que deram origem à Industrial Madeireira do Paraná, possuíam dois escritórios. Em Foz do Iguaçu era o escritório da Imapar, dirigida por Renato Festugato, seu fundador e que lá permaneceu até 1966 quando se deslocou para Cascavel, onde o então diretor da empresa era Florêncio Galafassi.

Se tomarmos como referência os critérios atuais estabelecidos pelo INCRA, consideramos como *grande propriedade rural*, aquela com área igual ou superior a 270 hectares. Então podemos concluir que em 1960, 111, das 4.030 propriedades cadastradas podiam ser assim classificadas, o que representava 2,83% do total dos estabelecimentos e que estas ocupavam uma área de 60.491 ha, ou seja, 34,25% da área rural do município. Isto é demonstrativo do nível de concentração da terra naquele momento da história de Cascavel, como apresentado na tabela abaixo.

<sup>15</sup> Euclides Formighieri. *Idem, op. cit.*

<sup>16</sup> *Idem.*

<sup>17</sup> *Idem.*

<sup>18</sup> *Idem.*

**TABELA 1: ESTRUTURA FUNDIÁRIA DE CASCAVEL EM 1960 - POR FAIXA DOS ESTABELECIMENTOS (Unidade/hectar = 10.000 m<sup>2</sup>)**

Tamanho (ha.)	Nº. de Estabelecimentos	% dos Estabelecimentos	Área Total (ha)	% Área Total
<b>1 a menos de 10</b>	485	10,4	2.777	1,3
<b>10 a menos de 50</b>	3.240	70,1	86.309	38,7
<b>50 a menos de 100</b>	591	12,8	46.197	20,7
<b>100 a menos de 200</b>	194	4,2	27.042	12,1
<b>200 a menos de 500</b>	86	1,9	25.275	11,3
<b>500 a menos de 1000</b>	17	0,4	12.090	5,5
<b>Mais de 1000</b>	08	0,2	23.126	10,4
<b>Total</b>	<b>4.621</b>	<b>100,00</b>	<b>222.816</b>	<b>100,0</b>

**Fonte:** IBGE, vol. II, Tomo XII, 1ª Parte; 1960. (Tabela organizada pela autora)

Outro referencial disponível para análise e compreensão do processo de formação da estrutura fundiária e seus reflexos socioeconômicos, são os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pela sua maior disponibilidade e especificidade, serão utilizados para algumas reflexões neste trabalho.

Há de se considerar, por outro lado, que este referencial também é limitado, uma vez que não possibilita identificar o uso efetivo da terra, bem como as relações de produção nela efetivadas. Se observarmos de modo mais detalhado as transformações produzidas na estrutura fundiária de Cascavel, podemos perceber que de 1960 a 1970 houve um aumento significativo no total de estabelecimentos cadastrados pelo IBGE, sem que houvesse esse aumento proporcional no total da área ocupada. Isso pode ser explicado em parte pelo processo de titulação de terras e o consequente estabelecimento da propriedade. Por outro lado, os dados apresentam situação bem diferente quando analisamos o período 1975-1995, quando o processo da modernização conservadora se consolidou.

**TABELA 02: TRANSFORMAÇÕES NA ESTRUTURA FUNDIÁRIA EM CASCAVEL ENTRE AS DÉCADAS DE 1975 E 1995**

Período	1975				1995			
	Estab	% Estab	Área/há	% área	Estab	% Estab	Área/ha	% área
<b>1 a menos de 10</b>	3.418	48,79	19.563	9,03	731	28,21	3.965	2,30
<b>10 a menos de 50</b>	2.897	41,35	62.836	29,02	1.221	47,12	29.431	17,09
<b>50 a menos de 100</b>	337	4,81	23.552	10,88	271	10,46	19.093	11,09
<b>100 a menos de 200</b>	189	2,70	26.224	12,11	172	6,64	23.996	13,94
<b>200 a menos de 500</b>	124	1,77	37.786	17,45	142	5,48	44.374	25,77
<b>500 a menos de 1000</b>	25	0,36	17.123	7,91	45	1,74	31.988	18,58
<b>Mais de 1000</b>	16	0,23	29.457	13,60	9	0,35	19.338	11,23
<b>Total</b>	<b>7.006</b>	<b>100,00</b>	<b>216.541</b>	<b>100,00</b>	<b>2.591</b>	<b>100,00</b>	<b>172.185</b>	<b>100,00</b>

**Fonte:** IBGE. Censos agropecuários realizados no período.  
(Tabela organizada pela autora).

O processo de extinção de pequenas propriedades se acentuou na medida em que as relações capitalistas se consolidaram no campo, a exemplo do que podemos perceber quando analisamos o período de 1975 e 1995, período em que o agronegócio se apresentava como o novo processo de modernização da agricultura. Se em 1975 a área ocupada com propriedades de até 50 hectares, em Cascavel, era de 82.399 ha, representando 38,05% do total da área, em 1995 as propriedades assim dimensionadas ocupavam apenas 33.396 ha, ou 19% do total da área.

Podemos ainda perceber, pelo quadro acima, que ao mesmo tempo em que o número de estabelecimentos com área entre 100 a 200 hectares manteve-se praticamente estável, o mesmo não ocorre com as propriedades com área acima de 200 hectares. Se em 1975, elas ocupavam uma área total de 84.366 hectares, em 1995, ocupavam 95.700 hectares, representando 55% do total da área do município.

Segundo o Departamento de Economia Rural da Secretaria de Estado da Agricultura, mais de sete mil propriedades foram vendidas nas regiões de Cascavel e Toledo, apenas em 1984. Esta expropriação de pequenos produtores, o êxodo rural e principalmente a concentração das propriedades marcou o novo cenário da estrutura fundiária do município, bem como as relações de poder que passaram a fortalecer a fração agrária das classes dominantes na região.

A década de 1980 foi um período de reorganização das relações políticas, da intensificação dos conflitos agrários e do fortalecimento dos movimentos organizados pelos trabalhadores rurais na luta pela democratização do acesso à terra. Entre eles destacou-se o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Sobre as contradições presentes naquele momento na economia e na sociedade brasileira, Regina Bruno destaca que:

A luta pela terra no Brasil desvenda os impasses e as contradições do processo de modernização agrícola e a incoerência de uma política agrícola que priorizou o crédito, o mercado e a grande empresa capitalista e secundarizou a democratização da estrutura de posse e uso da terra.<sup>19</sup>

A condição de classe dominante de uma fração agrária na região Oeste do Paraná encontra vínculos estreitos com a posse e a propriedade da terra, base de sua sustentação econômica desde o início do processo de privatização das terras públicas, e a partir da modernização conservadora da agricultura brasileira, iniciada durante as décadas de 1960 e 1970 e da expansão da pecuária a partir da década de 1980. Mas se consolida e se efetiva, a partir de sua organização e atuação política.

O setor pecuarista da região Oeste do Paraná tem na Sociedade Rural do Oeste (SRO) sua entidade organizativa e de representação política. A SRO foi fundada em 9 (nove) de agosto de 1980 como uma entidade de caráter jurídico de associação, de natureza civil e sem fins lucrativos. Sua sede atual está localizada no Parque de Exposições Celso Garcia Cid.

Conforme o Estatuto Social da SRO, seus objetivos seriam:

Congregar os profissionais militantes ou de qualquer forma ligados ao meio rural, à agricultura, à pecuária e demais atividades congêneres auxiliando-os e orientando-os em seus interesses e aspirações comuns, bem como promover e patrocinar o estudo dos problemas e dificuldades inerentes às suas atividades, contribuindo para suas soluções.<sup>20</sup>

De acordo com o técnico da EMATER, José Geraldo Alves, a comissão que coordenou a criação da SRO tinha o objetivo de “contribuir para o desenvolvimento, fortalecimento e profissionalização da atividade pecuária na região, a exemplo do que acontecia nas demais regiões do Estado”<sup>21</sup>.

A comissão defendia que era de fundamental importância “a criação de espaços de representação política dos pecuaristas, no contexto sócio político do Estado”, através da criação de um “fórum permanente de debates de temas voltados à defesa, ao crescimento e ao desenvolvimento da atividade, nos aspectos econômicos, sociais, legais e tecnológicos”<sup>22</sup>.

<sup>19</sup> Regina Bruno. *Idem, op. cit.*

<sup>20</sup> ESTATUTO SOCIAL DA SRO 1980, folha 01.

<sup>2471</sup> ALVES, José Geraldo. Entrevista concedida a Irene Spies Adamy por meio eletrônico. Texto impresso em arquivo próprio. Cascavel: 2009.

<sup>22</sup> *Idem.*

Eduardo Sciarra, hoje Deputado Federal fez parte da comissão de fundação da SRO e é filho do primeiro presidente da entidade. Sobre os objetivos que se pretendia alcançar, ele destaca:

Os objetivos que a comissão tinha ao fundar a SRO eram justamente a organização da classe, para a melhoria da raça, para melhor desempenho no fator ganho de peso dos animais, na definição de uma política para o setor, assistência técnica na parte das pastagens e gramíneas que seriam utilizadas na região, a representatividade institucional e política da entidade, enfim a organização conjunta para a realização de leilões, o esforço coletivo para a redução de custos para cada produtor, em função da forma coletiva como as decisões eram tomadas, a busca de recursos privados e públicos para a implementação das benfeitorias.<sup>23</sup>

A assistência técnica da entidade orientaria os produtores sobre a possibilidade e necessidade de melhoria genética do rebanho, inseminação artificial, formulação de rações, melhoria das pastagens e introdução de novas gramíneas adaptadas ao clima da região, bem como o estímulo à utilização de culturas de inverno para complementar a alimentação animal, com destaque para o milho e a aveia. O acompanhamento técnico contou com apoio das cooperativas, de profissionais da área, de empresas de planejamento rural, da Emater e da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Paraná (SEAB).

De 1980 a 1988, a direção da SRO foi dividida entre dois presidentes, ou seja: o presidente do Conselho de Administração e o presidente executivo. Em maio de 1988, fez-se a alteração do Estatuto e uma nova organização administrativa foi implantada, composta pelos seguintes órgãos: Assembleia Geral, Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva. A partir de então, apenas um diretor preside a SRO, como pode ser observado no quadro abaixo. Vale destacar que a atividade econômica é aqui apresentada a partir de informações dos próprios sujeitos ou das fontes consultadas.

---

<sup>23</sup> SCIARRA, Eduardo. Entrevista concedida a Irene Spies Adamy. Cascavel: 2009. Em CR-Rom e impresso em arquivo pessoal.

**QUADRO 01: RELAÇÃO DOS PRESIDENTES DA SRO (1980 – 2010)**

<b>PERÍODO</b>	<b>PRESIDENTES</b>	<b>ATIVIDADE ECONÔMICA (*)</b>
<b>1980-1982</b>	- Francisco Antonio Sciarra - Roberto Wypych	- Pecuarista - Pecuarista
<b>1982-1984</b>	- João Batista de Almeida - Nelson Emilio Menegatti	- Pecuarista - Pecuarista
<b>1984-1986</b>	- Sady Lazari - Nelson Emilio Menegatti	- Pecuarista - Pecuarista
<b>1986-1988</b>	- Sady Lazari - Matias Vilhena de Andrade	- Pecuarista - Pecuarista
<b>1988-1990</b>	- Edgar Bueno	- Agropecuarista e empresário
<b>1990-1992</b>	- João Luiz Felix	- Agropecuarista e empresário da construção civil
<b>1992-1994</b>	- Euclides Formighieri	- Agropecuarista
<b>1994-1996</b>	- Euclides Formighieri	- Agropecuarista
<b>1996-1998</b>	- Lindonêz José Rizzotto	- Agropecuarista
<b>1998-2000</b>	- Lindonêz José Rizzotto	- Agropecuarista
<b>2000-2002</b>	- Lindonêz José Rizzotto	- Agropecuarista
<b>2002-2004</b>	- Valdir Florian Lazzarini	- Pecuarista
<b>2004-2006</b>	- Levy Cezar Czeck Dittrich	- Pecuarista
<b>2006-2008</b>	- Alessandro Meneghel	- Agropecuarista e empresário
<b>2008-2010</b>	- Alessandro Meneghel	- Agropecuarista e empresário
<b>2010-</b>	- Erwin Soliva	- Agropecuarista

**Fonte:** www.expovel.com.br e imprensa regional  
(Quadro organizado pela autora). (\*) Indicação feita pelos próprios presidentes.

A Sociedade Rural do Oeste do Paraná foi constituída com base nos princípios que norteavam a Sociedade Rural do Paraná, com sede em Londrina. Entre os seus fundadores estava Francisco Sciarra que havia presidido a SRO daquele município. Para Euclides Formighieri, os principais articuladores para a criação da SRO foram Francisco Sciarra e Roberto Wypych, grandes agropecuaristas da região.

Roberto Wypych, em seu discurso, na Assembleia de fundação destacou a importância da nova entidade, como instrumento de organização

e unidade entre os agropecuaristas. Segundo ele a SRO:

Fará com que nós nos aproximemos mais, nós estamos muito distantes uns dos outros, cada um por si e Deus por todos, e numa comunidade como a nossa não pode ser assim. Somente através do convívio é que nós poderemos estudar os nossos problemas, discuti-los e procurar suas soluções.<sup>24</sup>

Sciarra, por sua vez, procurou ainda estimular os proprietários presentes na Assembleia, no sentido de ampliarem seu rebanho e suas áreas de pastagem, através da substituição das culturas de inverno, sugerindo que:

A grande alternativa é intensificar a pecuária na região, mantendo as lotações dos pastos mais elevadas durante o verão e durante o inverno fazer pastagens de inverno para que possamos abrigar nossos rebanhos. Pelo valor econômico do gado, hoje constitui uma atividade realmente lucrativa. Em vez de tirarmos duvidosas toneladas de trigo, vamos tirar arrobas de carne de nossas propriedades.<sup>25</sup>

Na prática, as ações empreendidas pela SRO sempre estiveram voltadas às demandas do setor pecuarista latifundiário da região, mais especificamente da produção de gado bovino de corte. O ex-presidente da SRO e presidente do Sindicato Rural Patronal até o início de 2010, Nelson Menegatti, em entrevista, ao fazer referência sobre o campo de atuação da Sociedade afirmou que, **“lá é pecuária**. Os pecuaristas, a maioria não estão com nós aqui. Estão lá. Inicialmente tinha também suínos, mas naquele espaço hoje está a Sede do CTG Estância Colorada”<sup>26</sup>.

Os jornais de circulação regional também foram instrumentos pelos quais se buscou construir e difundir sua representatividade. O espaço dedicado ao anúncio da sua fundação e do papel que esta passaria a desempenhar é indicativo de que se pretendia conquistar a aceitação e o respeito em torno da nova entidade. Em sucessivas publicações, a SRO foi apresentada como uma grande conquista para o desenvolvimento da agropecuária regional.

Através do jornal “O Paraná” chamava-se a atenção para a “necessidade da criação de uma sociedade rural do Oeste” a fim de enfrentar e solucionar problemas comuns aos agropecuaristas, através do seu aperfeiçoamento. Isto se deu na fase de formação da comissão que conduziria a criação da SRO, bem como nas etapas seguintes de sua fundação e consolidação.

Nos momentos em que, de alguma maneira, seus interesses são

<sup>24</sup> Wypych em discurso na Assembleia de fundação da SRO, conforme ata da mesma, 1980.

<sup>25</sup> SIARRA, Francisco em discurso na Assembleia de fundação da SRO, conforme ata da mesma, 1980.

<sup>26</sup> MENEGATTI, Nelson. Entrevista concedida a Irene Spies Adamy. Cascavel: 2009. Em DVD e texto impresso em arquivo pessoal.



negligenciados, o principal argumento do *agrobusiness* é de que este setor é essencial para a produção de alimentos e amenizar a fome no mundo. Porém, este setor da economia, no município de Cascavel tem importância econômica questionável. Segundo dados publicados pelo IBGE, quanto ao Produto Interno Bruto (PIB), a participação da indústria e do setor de serviços é significativamente maior, em comparação com a agropecuária.

**TABELA 3: RELAÇÃO ENTRE AS ATIVIDADES ECONÔMICAS EM CASCABEL E O SEU PIB EM 2007**

ATIVIDADE	PIB-2007 (R\$)
Agropecuária	137.748.000,00
Indústria	640.426.000,00
Serviços	2.803.505.000,00

**Fonte:** IBGE – Censo 2006/ cidades – Cascavel  
Disponível em: [www.ibge.gov.br/cidadessat/topwindow.htm?1](http://www.ibge.gov.br/cidadessat/topwindow.htm?1)

A partir destes dados pode-se questionar a importância econômica dos agropecuaristas da região e da própria Sociedade Rural do Oeste. Mas é fundamental lembrar que grande parte do produto interno bruto produzido na agropecuária de Cascavel está concentrado nas mãos de algumas famílias que também atuam em outros segmentos da economia e, principalmente, ocupam cargos estratégicos em entidades representativas e no Estado restrito, a fim de garantir a realização dos seus projetos. Diante disso, pode-se afirmar que a força política dos agropecuaristas da região está, sim, sustentada na concentração da riqueza (condição de classe) e na sua capacidade de organização e mobilização política (posição de classe), inclusive na construção e legitimação do discurso de sobrevalorização da agropecuária.

É evidente, desde a sua fundação, o vínculo estreito entre a SRO e o Poder Público local e estadual. Além de ser um espaço de fortalecimento, organização e aprimoramento técnico para os agropecuaristas da região, a SRO já era considerada pelos seus fundadores, como um espaço viável para a projeção de lideranças políticas que representassem os seus interesses regionais, nas diferentes instâncias do poder político e nos meios institucionais. Estavam conscientes que, para organizar e dirigir a classe agropecuarista, para promoverem seus interesses e disseminarem seus projetos e sua visão de mundo, era fundamental inserir nos espaços do Estado restrito, seus *intelectuais orgânicos*<sup>27</sup> e seus projetos sociais.

Este objetivo vem sendo buscado ao longo de toda a história da SRO

<sup>27</sup> Segundo Gramsci, todo aquele que exerce função organizativa, seja no mundo da produção econômica, seja no Estado, é um intelectual. Porém, os intelectuais não são um grupo autônomo e independente, uma vez que “*todo grupo*

que tem inserido, com regularidade, nos espaços do poder político, seus representantes, como pode ser constatado no quadro ao final deste artigo.

Se o setor pecuarista tinha como preocupações a melhoria genética do rebanho e a adequação da produção aos padrões de sanidade e rentabilidade, além de viabilizar a infraestrutura necessária para facilitar a comercialização do gado, os dados presentes no referido quadro evidenciam a consciência política dos membros da SRO, bem como a sua compreensão sobre a importância da organização de classe e da sua participação e articulação política. Isto também pode ser compreendido a partir da análise de seu evento maior realizado, anualmente, no Parque de Exposições Celso Garcia Cid, em Cascavel: a EXPOVEL.

Para Olimpio Giovanelli, um dos fundadores da SRO e instrutor do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), é grande a importância do Parque de Exposições e da própria Expovel para os agropecuaristas.

Trata-se de uma vitrine do agropecuarista. Lá ele pode mostrar o que o Oeste produz em termos de pecuária, e também pode realizar grandes negócios, além de promover o intercâmbio e a troca de genética, visando melhorar sempre o seu rebanho, além do aperfeiçoamento técnico na área de criações. Em última instância, também se traduz na sua representação política.<sup>28</sup>

Segundo Hylo Bresolin, um dos dirigentes da entidade, a Expovel tem o caráter pedagógico de ensinar às novas gerações, conhecimentos técnicos relativos à pecuária na medida em que possibilita a sua reunião, promovendo a sua organização e a difusão de seus valores. Serve também como espaço de continuidade da pecuária, pois os mais jovens são incentivados para isso. Os campeonatos de hipismo, os rodeios e as apresentações artísticas, além de criarem e fortalecerem a identidade dos associados, de promoverem os vínculos de convivência, também motivam as novas gerações de pecuaristas. São instrumentos de difusão de cultura. A consciência de e da organização da fração de classe não poderia ser expressa de forma mais clara do que no relato que Bresolin fez ao se referir à “escola” da Expovel:

O que me chama a atenção na Expovel são os pais acompanhados pelos filhos, pelas crianças. Isto é pedagógico. É Pedagógico você pegar teu filho e levar ele lá na Exposição e mostrar pra ele. Ele vê com os olhos, ouve do pai ou numa palestra a importância da atividade, as qualidades

---

*social cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político*” (GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere. 3 ed. trad. Carlos Nelson Coutinho, Marcos Aurélio Nogueira e Luiz Sérgio Henrique. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, v. 2, p. 15).

<sup>28</sup> GIOVANELLI, Olimpio. Entrevista concedida a Irene Spies Adamy. Cascavel: 2009. Em meio eletrônico e impresso em arquivo pessoal.

e o potencial daquela raça... para que a *família que trabalha na atividade encontre no filho o sucessor vocacionado*. (Grifos meus).<sup>29</sup>

Ao mesmo tempo tem sido, enquanto corporação da sociedade civil, um espaço de protesto, reivindicação e articulação junto à sociedade política e ao conjunto da sociedade. É a *tribuna* onde apoiam ou criticam planos econômicos e projetos agrícolas, além de promoverem, segundo eles, a agropecuária bovina de corte como atividade econômica fundamental para a região e para o país. A presença de representantes políticos da região e do Estado ocorre com regularidade durante as edições da Exposição.

Eduardo Sciarra, ao falar sobre a Expovel, destacou:

A organização da Expovel, sem dúvida, que é o carro chefe e o momento máximo. É o melhor momento do ano para a SRO porque serve não só para expor os animais, como também através dos leilões e da mostra, cumprir com os objetivos da SRO.<sup>30</sup>

Portanto, a Expovel é mais do que um balcão de negócios ou uma vitrine da pecuária e do agronegócio regional. É também o espaço de articulação dos agropecuaristas com outras frações de classe organizadas na sociedade civil regional e estadual. A festa é o espaço e o momento de difusão do seu conjunto de valores e de sua visão de mundo<sup>31</sup> para aqueles que visitam o parque durante as exposições ou acompanham por outros meios, constituindo-se em um importante e poderoso *aparelho privado de hegemonia* da fração agrária da classe dominante no Oeste do Paraná.

A SRO fortalecendo a luta contra a reforma agrária

A luta pela democratização do acesso à terra e do direito de nela produzir e reproduzir a vida, tem marcado a história do Brasil e da região Oeste do Paraná, durante as duas últimas décadas do século XX e neste início do século XXI. O acirramento das contradições promovidas pelo processo de ocupação da terra e pela “modernização” da agricultura durante as décadas de 1960, 1970 e 1980 contribuíram para a ampliação do contingente de trabalhadores despossuídos. Enquanto as propriedades diminuía em número, aumentavam em extensão. Segundo Regina Bruno:

<sup>29</sup> BRESOLIN, Hylo. Entrevista concedida a Irene Spies Adamy. Cascavel: 2009. Em DVD e texto impresso em arquivo próprio.

<sup>30</sup> Eduardo Sciarra. *Idem, op. cit.*

<sup>31</sup> No texto *O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte*, Marx já situava que a condição e a posição de classe dizia respeito a base material das classes e seus modos de viver, valores e projetos sociais e da nação que envolviam as lutas sociais e o interesse de estabelecer uma forma ao Estado Nacional. O caso do partido da ordem e das suas duas principais frações político-sociais (orleanistas e legitimistas) no governo de Louis Bonaparte é o exemplo mais concreto da abordagem. Cf.: MARX, Karl. *O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte*. São Paulo: Editora Moraes, 1987 e MARX, K. e ENGELS F. *História*. São Paulo: Ática, 1984.

A luta pela terra no Brasil desvenda os impasses e as contradições do processo de modernização agrícola e a incoerência de uma política agrícola que priorizou o crédito, o mercado e a grande empresa capitalista e secundarizou a democratização da estrutura de posse e uso da terra<sup>32</sup>.

A fração agropecuarista da classe dominante do Oeste do Paraná, organizada em sua entidade de classe, a Sociedade Rural do Oeste do Paraná (SRO), tem organizado, ao longo de sua história, movimentos em defesa dos seus interesses específicos, buscando a manutenção de sua condição hegemônica. Como entidade representativa dos grandes proprietários rurais, articulou-se com outras entidades congêneres, para somar forças na luta por objetivos comuns, a exemplo da sua aliança com o Sindicato Rural Patronal de Cascavel e a União Democrática Ruralista (UDR), no período da instalação da Assembleia Nacional Constituinte, onde esteve em discussão e votação do I Plano Nacional de Reforma Agrária (IPNRA) divulgado pelo governo Sarney em 1985, a regulamentação da terra e o perfil do que vinha a ser reforma agrária.

Na região Oeste do Paraná, fez parte do discurso proferido pelas lideranças políticas e representantes dos agropecuaristas, o argumento de que aqui não há terra para reforma agrária. Que as questões pendentes do ponto de vista jurídico, da titulação, da adequação à legislação ambiental ou dos índices de produtividade, não são pertinentes para as terras nesta região. Por essa razão, os movimentos sociais de luta pela reforma agrária, como o MST, não teriam legalidade e legitimidade em suas ações. Caberia, portanto ao Estado, agir no sentido de punir esses movimentos e preservar a propriedade.

O ano de 2006 marcou o início do fortalecimento da SRO, que passou a enfrentar aberta e diretamente o MST na região Oeste do Paraná. Neste ano Alessandro Meneghel, pela chapa UNIRURAL, foi eleito como presidente da Sociedade, assumindo a Sociedade em 29 de maio daquele ano. Seu discurso de posse foi marcado pela crítica ao MST e a defesa dos interesses da sua classe, bem como pela vontade de promover a união dos agropecuaristas.

Logo após assumir a presidência da SRO, ficou evidente que não era apenas discurso. Em diferentes situações convocou os agropecuaristas a se posicionarem, a agirem em defesa de suas propriedades, contra as ações do MST. Para tanto liderou a criação do Movimento dos Produtores Rurais, a fim de viabilizar recursos e contratar empresas privadas de seguranças para protegê-las. “Defendo tolerância zero com baderneiros”. Assim Meneghel se declarava em reportagem publicada pelo jornal *O Paraná*.<sup>33</sup>

Pela retórica produzida pelas lideranças dos grandes proprietários rurais da região percebe-se que buscavam legitimar o uso da violência sistematizada contra os trabalhadores sem terra.

<sup>32</sup> BRUNO, Angela Regina Bruno. *Idem, op. cit.*, p. XIV.

<sup>33</sup> JORNAL O PARANÁ, Ano 32, N° 9.616, 18/04/2008, p. 12

As “ações organizadas” por produtores rurais eram justificadas como necessárias para defender a propriedade privada, por sua vez entendida, como algo natural e inquestionável, uma vez que seria resultado do seu trabalho. Também afirmavam que estas ações tinham legitimidade, tendo em vista a ausência do Estado no seu papel de garantir a ordem e o respeito à propriedade privada. Regina Bruno, analisando as classes dominantes no campo brasileiro, afirmou que seu perfil pode ser marcado por dois traços principais: “a defesa da propriedade como direito absoluto incontestável, algo naturalmente herdado ou adquirido pelo trabalho e a violência como prática de classe”.<sup>34</sup>

Aos grandes proprietários rurais, parece ser conveniente, em diferentes momentos da história regional, fazer uso do discurso de que se o Estado não faz, cabe a sociedade (eles) fazê-lo. Isto ocorre sempre que sua condição se mostra ameaçada ou confrontada. Justificam, desta maneira, por um lado, o uso da força e por outro, explicitam sua concepção acerca do papel do Estado: O defensor da propriedade e o aplacador dos conflitos sociais.

Outra ação organizada pela SRO em 2007, na defesa da propriedade privada da terra foi a edificação do “Monumento da Resistência dos Produtores”, a exemplo do que já ocorreu em outros momentos da história local, quando se percebe a intenção, via de regra, do poder público municipal, de estabelecer um marco do que deveria ser registrado e lembrado.

#### FOTO 01: MONUMENTO DA SRO PELA RESISTÊNCIA DOS PRODUTORES EM DEFESA DO DIREITO À PROPRIEDADE



Fonte: ADAMY, Irene Spies. 19/06/2010. (Arquivo da autora). As fotografias são o registro do monumento edificado pela SRO para homenagear “àqueles que resistem e lutam contra o MST”.

<sup>34</sup> BRUNO, Angela Regina. “Nova República; a violência patronal rural como prática de classe” In: *Sociologias*, Porto Alegre, ano 5, nº10, jul/dez 2003, p. 284-310.

A Sociedade Rural do Oeste do Paraná, constituída a partir dos estreitos vínculos existentes entre os seus membros com a sociedade política local, regional e estadual, tem sido a partir de sua criação, a entidade que organiza e dá direção às ações da fração agropecuarista da classe dominante na região Oeste do Paraná, constituindo-se no que Gramsci definiu como *Partido*, ou seja, aquele que organiza a vontade da classe ou fração de classe através de seus intelectuais orgânicos. Organiza ações para construir um projeto de classe para si e para as demais classes.

A grande propriedade rural, o domínio da terra, a atuação em diversos setores da economia, a organização e as ações políticas foram e continuam sendo as condições fundamentais para que a classe dominante agropecuarista consolidasse e mantivesse sua condição hegemônica na região Oeste e mais especificamente no município de Cascavel.

A edificação do monumento contra as invasões, os canais regionais de televisão, as publicações em jornais, livros e revistas, bem como o evento da Exposição Feira Agropecuária, Comercial e Industrial de Cascavel (Expovel) constituem-se, para a classe proprietária rural, como aparelhos privados de hegemonia que, no âmbito da sociedade civil, atuam para a formação de consenso para si e para os outros.

O discurso e as ações que buscam posicionar, nas mesmas condições, todos os proprietários rurais, estão entre as estratégias usadas pelos grandes proprietários rurais do Oeste do Paraná, através de suas entidades representativas e pelos meios de imprensa, no sentido de garantir apoio e respaldo à manutenção da sua condição hegemônica, diante do efetivo questionamento imposto pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, cuja reorganização e fortalecimento, a partir da década de 1990, engendraram na realidade regional, uma nova configuração das relações de poder. O forte embate travado entre estes grupos com projetos sociais antagônicos, tem provocado o questionamento da hegemonia dos grandes proprietários rurais e o modelo de uso do solo e de agricultura por eles defendidos, ou seja, o agronegócio e ao mesmo tempo, tem exigido novas posturas de enfrentamento e acomodação.

## QUADRO 2: DIRIGENTES E MEMBROS DA SOCIEDADE RURAL DO OESTE DO PARANÁ E SUAS TRAJETÓRIAS

MEMBROS	VÍNCULO COM A SRO	TRAJETÓRIA
<b>Roberto Wypych</b>	Presidente da SRO entre 1980 e 1982. Doou recursos para constituição da entidade. Os leilões eram realizados em sua "Fazenda Mocotó", antes da construção do Parque de Exposições Celso Garcia Cid.	Agropecuária e contador Deputado Estadual (1967-70) pela ARENA. Em 1975 presidiu a Cooperativa Cotriguaçu, de Cascavel. Em 1976 e 1977 foi presidente da COOPAVEL Presidente do Rotary Club de Cascavel Autor da lei que autorizou a criação das faculdades de Educação, Agronomia e Filosofia, Ciências e Letras em Cascavel - FECEVEL (atual Unioeste - Campus de Cascavel) Disputou a eleição para Prefeito de Cascavel em 1982, porém foi derrotado por Fidelelino Tolentino do PMDB. Foi Senador da República pelo PMDB, em 1985 e 1986 defendendo a criação de escolas técnicas agrícolas para o Oeste do Paraná e atuou em favor de políticas de juros agrícolas favoráveis e pelo protelamento da dívida deste setor junto aos bancos.
<b>Euclides Formigheri</b>	Presidente da SRO por dois mandatos de 1992 a 1996.	Agropecuária, Fez parte do Conselho Fiscal do SINDICARNE do Paraná, na gestão 1977- 1980)
<b>Edgar Bueno</b>	Presidente da SRO entre 1988 e 1990. Conselheiro Fiscal entre 1990 e 1992.	Agropecuária Empresário do setor artístico/musical 1º Presidente da CDL (1º Mandato 1978 a 1980) e 2º Mandato (1982 a 1983), Presidente da ACIC em 1985 e 1986 Deputado Estadual eleito em 1994 pelo PSDB e em 1998 pelo PDT Prefeito eleito de Cascavel de 2001 a 2004 e novamente em 2009. Deputado Estadual em 2007 e 2008 Em 2007 foi presidente da Comissão de Indústria, Comércio e do Turismo na Assembléia Legislativa do Paraná onde fez parte também da Comissão de Educação, Cultura, Esportes, Gência e Tecnologia.
<b>Lindonéz José Rizzotto</b>	Presidente da SRO entre 1996 e 2002	Foi diretor da FUNDETEC de Cascavel em 2003.
<b>José Geraldo Alves</b>	Comitê pró-criação da entidade	Agrônomo chefe regional da Emater/Acarpa em 1980. Diretor Técnico da Emater em 2001.
<b>Olimpio Giovanelli</b>	Comitê pró-criação da entidade	Médico veterinário. Chefe do Núcleo Regional da Secretaria da Agricultura em 1980.
<b>Edgar Pimentel</b>	Comitê pró-criação da entidade.	Secretário Municipal da Agricultura e Meio Ambiente em 1980. Deputado Estadual eleito em 1982 foi autor do projeto de atualização da Unioeste.
MEMBROS	VÍNCULO COM A SRO	TRAJETÓRIA
<b>Eduardo Francisco Sciarra</b>	Comitê pró criação da entidade. Doou recursos para constituição da entidade.	Engenheiro Civil e Empresário, filho de Francisco Antonio Sciarra, (pecuarista e sócio fundador da SRO, participando do Conselho Administrativo). Presidente da Associação de Engenheiros e Arquitetos de Cascavel - PR, 1979-1980. Presidente da ACIC - Cascavel-PR e da CACIOPAR, na gestão 1982-1983. Deputado Federal entre 2003 e 2006 pelo PFL e reeleito como Deputado Federal para o período 2007-2010. Integrou as Comissões Permanentes de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural como Titular entre 3/2006-1/2007 e como Suplente, 3/2005-3/2006, 14/2/2007-15/2/2007. Secretário de Estado da indústria, Comércio e Turismo do Paraná entre 1998 e 2002.
<b>Pedro Muffato</b>	Membro efetivo do Conselho Fiscal da SRO quando da sua criação.	Agropecuária, empresário do setor hoteleiro e supermercadista Sócio proprietário da TV Tarobá desde 1982. Vereador e prefeito de Cascavel (1972- 1976). Na sua gestão, a Prefeitura organizou a 1ª Expovel.
<b>Jacy Miguel Scanagatta</b>	Membro do Conselho Consultivo da SRO	Agropecuária, empresário do setor hoteleiro e de equipamentos agrícolas Proprietário fundador do jornal O Paraná , proprietário das emissoras de rádio Capital e CBN Prefeito eleito de Cascavel pela ARENA em 1976 Deputado Constituinte eleito em 1986

Salazar Barreiros	Conselho Deliberativo da SRO entre 1990-1992	Agropecuária, Presidente da COOPAVEL Prefeito eleito de Cascavel (1989- 1992), Prefeito eleito de Cascavel (1997-2000)
Joni Varisco	Conselho Deliberativo da SRO entre 1990-1992	Deputado Federal, foi proprietário do jornal A Cidade, de Cascavel.
José Eduardo Vieira	Doação, através do Bamerindus, do espaço para os leilões da EXPOVEL	Pecuarista, Último presidente do Bamerindus, antes da sua incorporação pelo HSBC. <u>Senador pelo Paraná, Ministro da Indústria, do Comércio e do Turismo (1992-1993).</u> Ministro da Agricultura em 1993, 1995 e 1996.
Nelson Menegatti	Membro do Conselho Administrativo da SRO quando da sua fundação.	Agropecuária, Presidente da Associação Comercial e Industrial de Cascavel (1965-1967) Presidente do Sindicato Rural Patronal desde 1988.

Fonte: Imprensa regional e entrevistas. (Quadro organizado pela autora).

## Fontes e Referências Bibliográficas

ALVES, José Geraldo. Entrevista concedida a Irene Spies Adamy por meio eletrônico. Texto impresso em arquivo próprio. Cascavel: 2009.

ATA DA ASSEMBLEIA DE FUNDAÇÃO DA SRO, 1980.

BRESOLIN, Hylo. Entrevista concedida a Irene Spies Adamy. Cascavel: 2009. Em DVD e texto impresso em arquivo próprio.

BRUNO, Angela Regina. *Senhores da terra, senhores da guerra: a nova face política das elites agroindustriais no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997, p. XIV.

\_\_\_\_\_. "Agronegócio e novos modos de conflituosidade. In: FERNANDES, B. M. (org.). *Campesinato e Agronegócio na América Latina: a questão agrária atual*. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008, v. 1.

\_\_\_\_\_. "Nova República; a violência patronal rural como prática de classe" In: *Sociologias*, Porto Alegre, ano 5, nº10, jul/dez 2003, p.284 – 310.

EXPOVEL. [www.expoavel.com.br](http://www.expoavel.com.br), acessado em 12/11/2009.

ESTADO DO PARANÁ. *Títulos de terras emitidos pelos governantes do Estado do Paraná*. <http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/File/RelacaoGovernantesDITER2.pdf>. Acessado em outubro de 2009.

ESTATUTO SOCIAL DA SRO 1980, folha 01

FORMIGHIERI, Euclides. Entrevista concedida a Irene Spies Adamy. Cascavel, 2009. Em DVD e texto impresso em arquivo próprio.

GIOVANELLI, Olimpio. Entrevista concedida a Irene Spies Adamy. Cascavel: 2009. Em meio eletrônico e impresso em arquivo pessoal.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.



\_\_\_\_. *Cadernos do cárcere*. 3 ed. trad. Carlos Nelson Coutinho, Marcos Aurélio Nogueira e Luiz Sergio Henrique. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, v. 2, p. 15.

\_\_\_\_. *Cadernos do Cárcere*. Volume 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

\_\_\_\_. *Cadernos do cárcere: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo*. V.2. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA/ censos agropecuários a partir de 1960.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, 1973.

JORNAL O PARANÁ. Ano 32, Nº 9.616, 18/04/2008.

\_\_\_\_. nº 1262, 09/08/1980.

\_\_\_\_. nº 153, 10/08/1980.

MARX, Karl. *O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte*. São Paulo: Editora Moraes, 1987.

\_\_\_\_; ENGELS F.: *História*. São Paulo: Ática, 1984.

MENEGATTI, Nelson. Entrevista concedida a Irene Spies Adamy. Cascavel: 2009. Em DVD e texto impresso em arquivo pessoal.

MYSKIW, Antonio Marcos. *Titulação de terras no Oeste Paranaense: Uma análise documental. Marechal Cândido Rondon*. TCC em História – UNIOESTE. Marechal Cândido Rondon, 2000.

POMPEU, Alberto Rodrigues. Entrevista concedida ao projeto Intervenções na relação Universidade/Educação Básica: Tempo Passado, Desafio do Presente (UNIOESTE/MCR), Cascavel, 28/02/2009

SCIARRA, Eduardo. Entrevista concedida a Irene Spies Adamy. Cascavel: 2009. Em CR-Rom e impresso em arquivo pessoal.



# ASSOCIAÇÃO RURAL DE LONDRINA: EMBATES E CONFLITOS NO NORTE DO PARANÁ

*Juliana Valentini<sup>1</sup>*

Para um estudo da história de uma entidade da sociedade civil é preciso articular as práticas que os agentes e a agência construíram ao longo do período que constitui a demarcação temporal da pesquisa, o que implica aproximar-se da própria ontologia da sociedade e da práxis social dos sujeitos/atores que agem em sua dimensão integral, enquanto indivíduos e em formas coletivas (classes organizações de classes) de fazer a si e aos demais, enquanto inter-relação, na história.

Em busca de compreender a organização da fração agrária da classe dominante no norte do estado do Paraná, sua capacidade mobilizadora na defesa dos seus projetos de classe, suas estratégias para preservar/afirmar sua hegemonia no campo, debruçamo-nos sobre o estudo de uma entidade de classe e sua imbricação com o Estado (sociedade política) e com outras entidades da sociedade civil.

Nesse texto apresentaremos uma abordagem sobre a história da região norte do Paraná referente ao período de 1945 a 1960, a partir do estudo da atuação dos membros da Associação Rural de Londrina (ARL),<sup>2</sup> entidade patronal rural fundada em 1946 na cidade de Londrina, norte do Paraná. Formada inicialmente por cafeicultores a ARL teve participação com a criminalização e repressão do conflito de Porecatu e dos sindicatos de trabalhadores rurais na região.

O conflito de Porecatu ocorrido nas décadas de 1940 e 1950 no Norte do Estado do Paraná, envolvendo camponeses posseiros e grileiros, com a participação de militantes e dirigentes do Partido Comunista Brasileiro que mobilizaram apoio aos posseiros e colaboraram na organização e resistência armada. A revolta foi violentamente reprimida em 1951, pelas forças policiais do estado do Paraná e de São Paulo.

Há um conjunto significativo de trabalhos que enfocam a “ocupação” do norte do Paraná, a partir da atuação da Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), e a colonização do município de Londrina, especialmente a partir dos discursos que enaltecem o “crescimento da cidade menina”<sup>3</sup>

---

<sup>1</sup> Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE.  
E-mail: [julianavalentini@yahoo.com.br](mailto:julianavalentini@yahoo.com.br)

<sup>2</sup> No decorrer de mais de meio século de atuação, a Associação Rural de Londrina (renomeada posteriormente “Sociedade Rural do Norte do Paraná” e, por fim, como permanece até os dias de hoje, “Sociedade Rural do Paraná”) desempenhou um papel importante como arrematadora de projetos da fração de classe patronal rural. Ademais, teve e ainda tem grande influência política na região e no estado do Paraná e manteve diálogos com organizações da sociedade civil em todo o território nacional, ainda que com menor capacidade de mobilização, se comparada a outras agremiações patronais de abrangência nacional.

<sup>3</sup> Expressão muito utilizada nos meios de comunicação de circulação regional entre os anos 1940, como, por exemplo, a Revista A PIONEIRA, financiada pela Companhia de Terras Norte do Paraná.

que, como num conto infantil, transforma-se dentro de um período de poucos anos em uma “metrópole”, marcada pelo “progresso” e pela “passividade” dos moradores.

Boa parte do que foi produzido entre os anos 1950, 1960 e 1970 sobre a questão, seja por historiadores, geógrafos, sociólogos e antropólogos, que faz parte da “historiografia consagrada” da “história tradicional” sobre a região, não raro, trata de uma (re)ocupação pacífica, onde, de forma natural e sem conflito, homens e máquinas foram preenchendo espaços vazios que aguardavam por eles.

A organização da propriedade da terra e da estrutura fundiária foi marcada pela presença de fazendeiros, grileiros, posseiros, sitiante, trabalhadores sem terra, empresas colonizadoras estrangeiras e o governo do Estado. Essa diversidade de sujeitos compõe um cenário dispar em relação ao apresentado pela grande parte dos autores, onde de um lado está “a civilização e o progresso”, representados pelos investimentos de capital realizados pela empresa Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP),<sup>4</sup> e de outro, a barbárie e/ou o atraso, manifestados pelos modos de produzir e de viver que não estivessem dentro da lógica de produção e consumo do mercado capitalista.<sup>5</sup>

No presente, o passado é frequentemente reinterpretado e reconstituído sob a ótica dominante. Não apenas no espaço acadêmico, da publicação de livros de empresas/instituições privadas, museus que alimentam e/ou constroem uma versão do processo de (re)ocupação, que legitima um lugar de classe, mas também nos meios de comunicação e no próprio sistema educacional local há a predominância desta visão.

De acordo com Sonia Adum, nas páginas dos jornais das décadas de 1940 e 1950 “parecia uma missão quase diária” publicações de matérias como “Eis que surge uma organização inglesa, aceitando o desafio, disposta a desbravar o sertão inóspito, e criar o Norte do Paraná, fator preponderante da riqueza do Estado e do País”.<sup>6</sup> E, ainda, nas produções oficiais do “Jubileu de Prata”, comemorado em 1959:

O Norte dormiu o sono do silêncio e do abandono durante 3 séculos e só foi despertado em 1929 com a colonização inglesa de Lord Lovat. Isolada a terra, como que permaneceu reservada para a maior experiência colonizadora do sul do Continente.<sup>7</sup>

<sup>4</sup> A empresa Brazil Plantations Syndicate Ltda fundada em Londres conseguiu adquirir no ano de 1925, 350.000 alqueires de terra junto ao governo do Estado do Paraná. Além desta gleba, no ano seguinte, [adquire outros terrenos]. Ao todo adquiriu 515.017 alqueires. Assim a constituição da Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP) foi realizada para desenvolver um projeto imobiliário. Ver TOMAZI . Nelson Dacio. Norte do Paraná. História e Fantasmagorias. Curitiba: Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal do Paraná, 1997, p.210. (Tese de Doutorado).

<sup>5</sup> “O processo de exclusão ocorrerá gradativamente, iniciando-se com a exclusão do indígena, exclusão esta, que já vinha se processando há muito tempo, mas que a partir do século XIX se dá de uma forma sistemática. A “barbárie” e a “selvageria” deveriam ser eliminadas por ações violentas e bárbaras”. Nelson Tomazi. Idem, p.20.

<sup>6</sup> JORNAL PARANÁ-NORTE, 20/09/1949.

<sup>7</sup> BLANCO, G.; MIONI, F. Londrina no seu Jubileu de Prata. Documentário Histórico. Londrina: Realizações Brasileiras, 1959, p. 21.

Nessa argumentação, prepondera a existência de um vazio populacional, de um território que precisava ser “explorado” para gerar riqueza, que se efetivava com a “colonização moderna” através da produção do café. Para Sonia Adum, houve por parte da CTNP um esforço significativo na constituição de uma visão positiva sobre sua atuação no Paraná, com a publicação de artigos, panfletos, livros, revistas comemorativas, propagandas relacionadas às terras e às facilidades de aquisição, etc.

Nesse material, apresentavam-se as vantagens de viver no Norte do Paraná, as possibilidades para quem trabalhava de tornar-se proprietário, e a certeza de lucro fácil da produção e do comércio. Enfatiza-se a fertilidade de solo e os benefícios, a diversão e a possibilidade de trabalhos oferecidos nas cidades.<sup>8</sup>

Essa produção tende, de modo geral, a supervalorizar o processo de comercialização das terras proposto pela CTNP, supostamente baseado na pequena propriedade,<sup>9</sup> como se fosse algo novo, até então não praticado. E, por vezes, relaciona-se inclusive a um processo de reforma agrária.<sup>10</sup> Nelson Tomazi demonstrou, por meio de análise de Censos Agrícolas e de fontes orais do período, que até os anos de 1920, cerca de 2/3 do total de estabelecimentos do chamado “Norte Velho” eram pequenas propriedades. Outras empresas já haviam utilizado essa política de parcelamento fundiário do solo rural, ou seja, esse discurso de “novidade” relacionado à venda de pequenas propriedades, por parte da CTNP, teve como objetivo valorizar a atuação dessa empresa na região, mas era uma prática antiga.

Nelson Tomazi indica como essa argumentação apresentada pela empresa foi em grande medida incorporada pelos meios de comunicação e por parte significativa das produções historiográficas contemporâneas, atribuindo a prosperidade da região a um princípio “racional e democrático” da venda de terras e definindo esse comércio como a “reforma agrária”, necessária para a prosperidade do estado.

Trata-se de uma narrativa que enaltece a participação da iniciativa privada e, em contrapartida, a “ausência” (total ou parcial) de apoio de políticas do Estado. Enfoca o trabalho “benevolente” da empresa que priorizou uma forma específica de (re)ocupação e não como uma empresa que tinha um produto à venda e visava ao lucro com a sua comercialização.

<sup>8</sup> ADUM, Sonia. *Imagens do progresso: Civilização e Barbárie em Londrina 1930-1960*. Assis SP: Universidade Estadual Paulista - Unesp/Assis, 1991, p. 94.

<sup>9</sup> “A Cia de Terras, com suas inúmeras e atraentes propagandas ia ao encontro dos anseios destas gentes, mesmo porque, segundo alguns autores, no final dos anos vinte, as companhias privadas de colonização tinham consciência de que sua clientela potencial, era constituída, em sua maioria, por pessoas de poucas posses. Por esse motivo, ofereciam condições relativamente fáceis de compra de terras. Ofereciam, portanto, a possibilidade de concretização do sonho, e, por seu lado, a realização comercial de grandes negócios imobiliários e de transportes.” *Ibid.*

<sup>10</sup> É necessário distinguir as diferentes formas e intenções nas reivindicações de Reforma Agrária, que podem ser distributivistas ou coletivistas. Nem sempre se tratam de bandeiras populares que alteram o regime de propriedade para impedir futuras concentrações, que compreendem que a terra é um bem coletivo, de uso comunitário, como as reivindicações de posseiros e indígenas. Do ponto de vista distributivista, é necessário fragmentar a terra para multiplicar o número de proprietários, sem alterar regime da propriedade que é responsável pela concentração. Ver MARTINS, José de Souza. *Expropriação e violência: a questão política no campo*. São Paulo: 3º Ed. Hucitec, 1991.

Entretanto, o estudo de Ana Yara Lopes nos mostra que a participação do Estado nesse processo foi ativa, não se opondo aos interesses das empresas, mas indo ao seu encontro e mesmo participando ativamente, possibilitando a (re)ocupação através de políticas de concessão e apoio.

A remoção/expulsão de pessoas da região não estava restrita ao período de atuação da CTNP. Ao contrário, se acompanharmos os censos do período de 1940 a 1980, embora com um crescimento populacional grande, vemos com facilidade o deslocamento de significativa parte da população que vivia no campo indo para as cidades.

No decorrer dos anos de 1940, o número de pessoas residentes na cidade de Londrina era de 30.278 e o equivalente a 63% vivia no campo. Duas décadas depois, o número de pessoas vivendo na zona rural foi reduzido para 42% e na década de 1980 representava 11%, ao mesmo tempo em que, durante essas quatro décadas, a população total multiplicou-se em aproximadamente 9,9 vezes.<sup>11</sup>

Vemos que em âmbito municipal, entre as décadas de 1960 e 1980, a população que vivia no campo diminuiu em grandes proporções. Ao mesmo tempo em que reduzia-se a população residente no meio rural, a população total da cidade cresceu 44,6%. Também foi nesse momento que houve a mudança na legislação que regulamentou o trabalho no campo, houve a intensificação do uso de técnicas e maquinários agrícolas, a diversificação das atividades produtivas, etc., que influenciaram significativamente nesse processo do êxodo rural.

Vemos também que se tratou de um momento de acirramento dos conflitos sociais, em meio aos quais proprietários rurais decidiram organizar-se. A ocorrência de conflitos armados na luta pela propriedade/posse de terra na região norte do estado, especificamente em Jaguapitã e Porecatu, teve início na década de 1940 e só foram desmobilizados com forte repressão policial em novembro de 1951.

De acordo com o estudo de Angelo Piori, a partir de meados do século XIX, especialmente após o ano de 1891 quando os Estados, passaram a ter a responsabilidade sobre as políticas públicas e de legislação sobre a questão fundiária e que as negociatas de terras, grilagens ilegais e a violência contra posseiros e colonos foi ampliada. No ano de 1892, o governo do Paraná publicou a lei nº 68, de 20 de dezembro, que legislava sobre os serviços de registro, validação, legitimação, venda, aforamento e discriminação de terras, bem como definia os princípios básicos de colonização de novas áreas, por empresas nacionais ou estrangeiras, que passaram a ser regulados.

---

<sup>11</sup> IBGE - Censos Demográficos 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000. **Organização dos dados:** PML/ SEPLAN - Gerência de Pesquisas e Informações. Disponível em: <[http://www1.londrina.pr.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=163&Itemid=66](http://www1.londrina.pr.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=163&Itemid=66)>. Acesso em Abril de 2013.

Garantia, também, que as terras consideradas “devolutas”, situadas dentro do limite das fronteiras do estado, só poderiam ser adquiridas mediante transmissão de seu domínio útil pela forma de aforramento ou pela compra. Sobre as terras provenientes de sesmarias, o governo exigiu a sua regularização por meio do Decreto n° 1-A, de 8 de Abril de 1893.<sup>12</sup> Por meio da Lei e do Decreto, o Estado do Paraná atribuía à Secretaria de Estado de Negócio Obras Públicas e Colonização a responsabilidade de regulamentar as questões da posse da terra. Deveria, portanto, “tratar da conservação, medição, divisão, demarcação, descrição, distribuição, registro, venda, cobrança de aforamento e reserva das terras devolutas, legitimação de posses, revalidação de sesmarias e outros tipos de concessão”.<sup>13</sup> Por meio dessa legislação ficou proibido qualquer tipo de “invasão de domínio alheio”, principalmente do apossamento de terras devolutas do Estado, sujeitando posseiros a despejos e pagamento de multas e sanções do Código Penal.

De acordo com o relatório apresentado por Manoel Ribas ao presidente Getúlio Vargas, após a década de 1930 as fraudes e irregularidades relacionadas às concessões de terras a empresas particulares representavam juntas 5.915.852,40 de hectares que estavam em litígio. A partir dessa documentação citada por Angelo Priori, pode-se verificar a existência de 20 grandes grilos que totalizavam 2.444.567 alqueires paulistas (24.200m<sup>2</sup>).<sup>14</sup> Para tentar conter a situação irregular das terras no estado, algumas concessões foram canceladas.

A concessão de terras feita pelo Estado do Paraná para particulares, a partir do Decreto Estadual N°. 800, de 1931, passou a ser o principal agente fiscalizador da colonização e dos negócios de terras, e se tornou mais intensa a partir de 1939. Esse novo direcionamento teve por finalidade organizar uma nova fase de colonização de terras, com o Estado chamando para si a responsabilidade de organizar diversos núcleos e colônias oficiais. A partir desse direcionamento da política fundiária, o Departamento de Terras se transformou no principal órgão do estado.

Angela Damaceno Ferreira destacou que onde ocorreu o conflito de Porecatu foi justamente o local onde a maior parte dos posseiros se estabeleceram entre 1940 e 1943. Foram atraídos posseiros, pequenos proprietários, trabalhadores e colonos, vindos de São Paulo, Minas Gerais e outras regiões do país.

Durante o governo de Moisés Lupion (1946-1950), os conflitos entre posseiros e jagunços contratados por grileiros e fazendeiros ficaram mais intensos. Nos estudos realizados sobre os conflitos na região norte do estado, especificamente o de Porecatu, algumas pessoas são citadas com

<sup>12</sup> PRIORI, Ângelo. *O levante dos posseiros*. Maringá: Eduem, 2011, p. 20.

<sup>13</sup> Idem, p.21.

<sup>14</sup> TABELA DE MEDIDAS AGRÁRIAS NÃO DECIMAIS. Disponível em: <[http://sistemas.mda.gov.br/arquivos/TABELA\\_MEDIDA\\_AGRARIA\\_NAO\\_DECIMAL.pdf](http://sistemas.mda.gov.br/arquivos/TABELA_MEDIDA_AGRARIA_NAO_DECIMAL.pdf)>. Acesso 03/01/2014.

frequência, a exemplo dos irmãos João e Urbano Lunardelli e o pai Ricardo Lunardelli (irmão de Geremias Lunardelli, definido por suas biografias como o “rei do café”), acusados pelos posseiros de assassinatos e massacres de posseiros.<sup>15</sup>

Jerônimo Inácio da Costa, grileiro que a partir de acordos com Ricardo Lunardelli participou na expulsão de posseiros.<sup>16</sup> Clemente Vilela Arruda, grileiro responsável pela contratação de pistoleiros para garantir a sua posse da propriedade conhecida como Lote 13. De acordo com as fontes levantadas por Angelo Priori, os jagunços de Clemente Vilela entraram em conflito com o grupo de posseiros comandados por Arildo Gajardoni, em 1951<sup>17</sup>. Outro caso de conflito foi na fazenda Palmeira, do grileiro Antonio Ângelo, neste caso houve o embargo da derrubada de mata pelos posseiros.<sup>18</sup> Dentre outros fazendeiros estavam envolvidos nos conflitos Necker Accorsi, Otávio Furlanetto, Pedro Fagotti e outros.

A essas pessoas foram atribuídas as práticas de expulsões, grilagens, processos, conflitos, violência, intervenção por meio de agências do Estado. “A violência e a intimidação são mecanismos utilizados tanto por grileiros quanto pela polícia e até pela própria justiça, cujo objetivo é desmobilizar os posseiros e expulsá-lo de suas terras”.<sup>19</sup>

Despertou-nos a atenção que durante os anos de acirramento dos conflitos na região, os fazendeiros e grileiros que estiveram diretamente ligados à expulsão dos posseiros em Porecatu também estavam organizados em torno de uma entidade patronal rural, cuja sede estava na cidade de Londrina e abrangia todo o território no qual se desenvolveu a resistência armada de Porecatu.

Na data da fundação da ARL, em junho de 1946, a divisão municipal do estado do Paraná era incipiente e toda a região destacada em verde no Mapa abaixo pertencia a cinco municípios. Foi com a emancipação, em 1947, que foram criados vários outros municípios a partir do desmembramento de algumas áreas.<sup>20</sup>

<sup>15</sup> POSSEANTES RESISTENTES DE PORECATU. Doze Mandamentos dos Posseiros. Porecatu, 23 abr. 1951. Arquivo Público do Paraná. Fundo DOPS. Apud. OIKAWA. Marcelo. Porecatu: a guerrilha que os comunistas esqueceram. 1º Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011, p. 356.

<sup>16</sup> PRIORI, A Op. Cit. 2011, p. 85.

<sup>17</sup> Idem, p. 145.

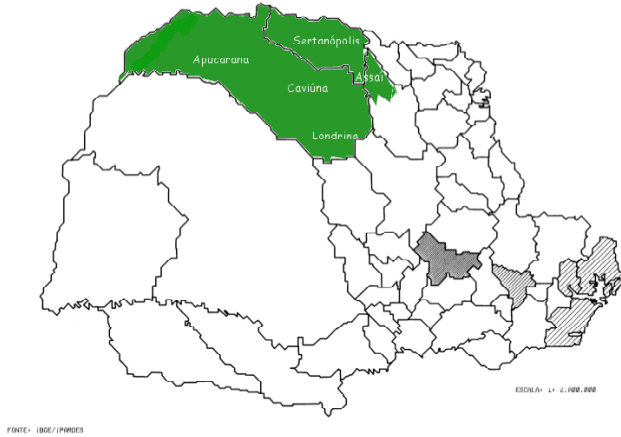
<sup>18</sup> Idem, p. 167.

<sup>19</sup> Idem, p. 82.

<sup>20</sup> Ver, Genealogia dos Municípios do Paraná. Disponível em: <http://www.itcg.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=56>. Acesso realizado em 25/10/2013.



## MAPA 1: Área de atuação da ARL na data de Fundação



FONTE: **IPARDES**. *Série retrospectiva do Paraná: Atlas Histórico da Indústria (1940/1980)*. Curitiba: IPARDES, 1993. p.8. Área destacada pela autora.

No momento da fundação da Associação Rural de Londrina, a entidade reuniu sócios de vários municípios, como Londrina, Caviúna, Apucarana, Sertãozinho e Assaí, o que foi alterado cinco anos depois, em assembleia ocorrida em novembro de 1951, pois passou a atuar apenas no município de Londrina. É interessante observar que o estatuto da entidade só foi alterado após os conflitos em Porecatu terem sido reprimidos e os posseiros expulsos, por meio da ação da força policial do Estado do Paraná com apoio do Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo.<sup>21</sup>

Desse modo, embora com escassos documentos sobre o período, foi possível identificar no primeiro livro de associados, que a ARL foi um espaço que congregou diversos sujeitos interessados e envolvidos na expulsão dos posseiros, tais como os membros da família Lunardelli, Clemente Vilela Arruda, Antonio Angelo, Necker Accorsi, Otávio Furlanetto, Pedro Fagotti.<sup>22</sup>

Da entidade também saíram representantes para “negociar” com os posseiros, como os fazendeiros Renato Cunha (vereador em Londrina pelo PSD/UDN, membro da ARL e irmão do deputado e diretor da ARL Ruy Cunha) e o grileiro Clemente Vilela Arruda. Com isto, a própria ARL constituiu-se em um espaço de pressões e organização contra os posseiros e na defesa dos grilos de terra.

<sup>21</sup>Ángelo Priori. *Idem*, op. cit, p. 192.

<sup>22</sup>ASSOCIAÇÃO RURAL DE LONDRINA. Livro dos Sócios fundadores e primeiros Contribuintes. Londrina 17/06/1946.

A formação de uma Comissão Especial para “negociar” com os posseiros foi descrita por Angela Damaceno Ferreira com as seguintes palavras:

O novo governador, Bento Munhoz da Rocha Netto, que assume em 31 de janeiro de 1951, constituiu de imediato uma Comissão Especial para a questão de terras em Porecatu. Essa Comissão tinha por objetivo conceder títulos definitivos aos posseiros localizados em terras devolutas e transferir para outras áreas do Estado os que estivessem localizados em propriedades privadas. Desde o início dos trabalhos da Comissão, os posseiros colocaram-na sob suspeição, porque dela participavam fazendeiros da região com terras ‘intrusadas’.<sup>23</sup>

Oswaldo Heller da Silva, em uma nota em seu livro “A Foice e a Cruz: Comunistas e Católicos na História do Sindicalismo dos Trabalhadores Rurais do Paraná”, apresentou os membros da comissão nomeada para realizar as negociações:

Renato Cunha, advogado e fazendeiro; Oscar Santos, advogado, fazendeiro (integralista); Clemente Vilela Arruda, fazendeiro; Edgar Távora, advogado e político integralista; Pedro Nolasco, Farmaceutico; Herculanoo Alves de Barros, Ex-posseiro, e Francisco Oliveira.<sup>24</sup>

Essa comissão reconheceu os grileiros como legítimos proprietários das terras e organizou a remoção forçada dos posseiros para outras regiões do estado por estarem em terrenos de propriedade particular. A expulsão deveria ser precedida pela indenização das benfeitorias feitas pelos posseiros, o que não foi aceito pelos fazendeiros por não concordarem com o pagamento e, em outros casos, não foi aceito pelos posseiros devido ao valor oferecido ser irrisório e não corresponder ao valor da despesa e do trabalho realizado na terra.<sup>25</sup>

As duas principais reivindicações feitas pela Comissão, no decorrer do seu trabalho, foram o aumento da força policial e a composição de uma força com “elementos de confiança de coragem, mateiros, que conheçam os hábitos e costumes sertanejos”.<sup>26</sup> Em outras palavras, de “pistoleiros e jagunços” que trabalhassem em “perfeito entendimento com a comissão”.<sup>27</sup> E a segunda exigência foi para que a ação de deslocamento dos posseiros

<sup>23</sup>FERREIRA, A. D. Agricultura Capitalista e Campesinato no norte do Paraná– região de Porecatu – 1940-52. Curitiba: Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná, 1984, p. 74. (Dissertação de Mestrado)

<sup>24</sup>GAZETA DO POVO. 24/06/1951; O CRUZEIRO 14/06/1951. Apud: SILVA, Oswaldo Heller da. *A foice e a cruz: Comunistas e Católicos na História do Sindicalismo dos Trabalhadores Rurais do Paraná*. Curitiba: Rosa de Bassi, 2006, p.90

<sup>25</sup>Ángelo Priori. *Idem*, op. cit., p. 103-110.

<sup>26</sup>Ibidem.

<sup>27</sup>Ibidem.

para outras regiões do estado fosse rápida, com “transporte em quantidade”.<sup>28</sup> A forma como isso seria feito, se com a conviência ou não dos posseiros, não foi indicada. Ou seja, a ação de “diálogo” com os posseiros deveria ser rápida e violenta, como indicam as exigências transcritas abaixo:

1. Uma força policial de 30 a 40 homens, sediada em Londrina.
2. Reforço dos destacamentos de Porecatu, Centenário, Jaguapitã e Guaraci.
3. Nomeação de um delegado especial que atue e dirija todas as medidas de segurança, de ordem, e repressivas em perfeito entendimento com a comissão.
4. A formação de uma força especial compostos de elementos de confiança de coragem, mateiros, que conheçam os hábitos e costumes sertanejos, nos moldes das antigas “capturas” para a repressão e prisões de elementos responsáveis pelas desordens e crimes praticados nas zonas onde se exerce a ação subversiva comunista.
5. Máxima rapidez no loteamento dos terrenos onde serão legalizados os posseiros
6. Meios de transporte de quantidade suficiente para levá-los até onde devem ser localizados.<sup>29</sup>

Como visto, as quatro primeiras reivindicações da comissão estavam relacionadas ao uso da violência e, as duas últimas, à rapidez com que as ações deveriam ser feitas. As “negociações” da comissão com os posseiros foi um fracasso: não desmobilizou a resistência, as irrisórias propostas de pagamento apresentadas aos posseiros pelas benfeitorias não foram aceitas, os posseiros negavam-se a ir para regiões onde a qualidade do solo era inferior e a abrir mão das suas posses por valores irrisórios.

A permanência da mobilização em Porecatu levou a ação da polícia para a desmobilização dos posseiros armados por meio da prisão dos militantes do PCB que davam suporte aos posseiros. A ação violenta na região do conflito culminou com a posterior expulsão das famílias, tendo estas aceitado ou não as condições propostas. Os casos de negociações que beneficiaram e garantiram aos posseiros indenizações coerentes foram exceções.

Vale a pena destacar que os conflitos na região não se resumiam à posse da terra, os trabalhadores das fazendas efetuaram inúmeras greves no período<sup>30</sup> evidenciando outros espaços e bandeiras de luta. Coincidente

<sup>28</sup>Ibidem.

<sup>29</sup> Idem, p.107.

<sup>30</sup> A partir de um amplo levantamento nos jornais: *Imprensa Popular*, *Voz Operária* e *Terra Livre*, Leonilde Sérvo de Medeiros compõe um quadro demonstrativo dos movimentos sociais do campo. Fornece um conjunto de dados sobre as resistências dos trabalhadores no estado do Paraná no período de 1950 e 60, destacando especificamente as greves que ocorreram: Londrina em 1954 e 1957. Pulinópolis em 1962, Bonsucesso, Maringá e Nova Esperança em 1963, na sua maioria por motivos salariais e por quebra de contratos. MEDEIROS, *Leonilde Sérvo de. A reforma Agrária no Brasil: História e atualidade da luta pela terra*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

com os conflitos de terra na região de Porecatu, entre fins da década de 1940 e início de 1950, houve a ascensão do sindicalismo rural que se expandiu no norte do Paraná. A reação da classe dominante foi um conjunto de campanhas de criminalização de tais organizações.

No âmbito das organizações patronais, mobilizações vinham sendo promovidas com o intuito de afastar os trabalhadores de organizações sindicais e associações. Essas estratégias passaram a ser amplamente noticiadas pela imprensa. No ano de 1954, foi debatido no Parlamento do Estado do Paraná o Projeto de Lei proposto pelo deputado e promotor Ruy Cunha — membro da diretoria da ARL — denominado “Patronato Agrícola”. Tratou-se de uma proposta que já vinha sendo discutida, com menor ênfase, desde o início da década 1950 para criação de um órgão para atender aos “operários agrícolas”, conforme se apresentou na revista *A Pioneira*:

O Dr. Rui Cunha passou a descrever sua luta para criar, no Paraná, um Patronato Agrícola, a exemplo de outros estados. Narrou que desde seu ingresso na Assembleia vem se debatendo para assistência ao trabalhador rural. Primeiramente apresentou um projeto atribuindo aos promotores públicos o dever de prestar essa assistência. E na elaboração da lei de Organização Judiciária do Estado, Dr. Rui solicitou ao Desembargador José Munhoz de Mello, redator da lei, inclusive em seu anteprojeto, aquela norma, tendo sido atendido. Mas, na assembleia uma emenda supriu a disposição. Na sessão seguinte, Dr. Rui apresentou um amplo projeto, criando o Patronato Agrícola, com maior amplitude de maneira a tornar mais eficiente a assistência aos trabalhadores da lavoura.<sup>31</sup>

Em 1954, este assunto novamente voltou a ser noticiado na imprensa da região, como vemos na “Folha de Londrina”:

Como medida de emergência, pleiteia o deputado Ruy Cunha, agora, da sua tribuna na Assembleia Legislativa, que na luta pelos seus direitos, pelos [pelo] menos, não recue o lavrador ante a barreira do custo elevado de uma ação judicial. Que a justiça esteja ao seu alcance absolutamente de graça. E outro não é o objetivo do projeto de lei. É do seguinte teor esse projeto: “Patronato agrícola da Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural”. Art. 1º. Fica criado dentro da Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural, o PATRONATO AGRÍCOLA, como órgão de assistência legal e judiciária aos trabalhadores rurais e de fiscalização conciliação e disciplina e proteção ao trabalho agrícola no Estado do Paraná.<sup>32</sup>

<sup>31</sup> A PIONEIRA. Criação de novos distritos no Paraná e a instituição de um patronato Agrícola. Julho/agosto de 1950, Ano III nº7.

<sup>32</sup> FOLHA DE LONDRINA. Justiça gratuita aos lavradores do Paraná através dos Patronatos Agrícolas do Estado. 03/07/1954.

O sentido dado a esse órgão, denominado patronato,<sup>33</sup> está relacionado à tutela que o estado exerceria sobre o trabalhador, sendo oferecido a este um espaço onde teoricamente seus direitos seriam assegurados. Nesse projeto, o Patronato Agrícola deveria ser integrado à Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural (FATR) e ter seus representantes nomeados pelo governo do estado, que atuaria sob o assentimento da FATR para nomear e contratar os advogados e auxiliares.

Fariam parte do Patronato Agrícola os trabalhadores rurais, compreendidos como todos aqueles que, “mediante paga troca de vantagens, parte dos lucros ou produtos, pagamento de forro ou renda, exerçam diretamente a atividade agrícola, pastoril ou extrativa em terreno alheio”, bem como o pequeno proprietário sem assalariados.<sup>34</sup>

Esse projeto voltou à baila em meio a um contexto em que trabalhadores rurais organizavam-se e lutavam pelo direito à posse da terra, melhores salários, contratos agrícolas e condições de trabalho. Como se noticiava em panfletos que circularam por municípios do norte do estado, os trabalhadores estavam organizados nas chamadas “Comissões de Reivindicações dos Trabalhadores Rurais”, dos municípios de Mandaguari, Rolândia, Londrina, Sertanópolis, Jataizinho e Porecatu, sob influência do Partido Comunista Brasileiro (PCB).<sup>35</sup>

Nesses panfletos são encontradas orientações aos trabalhadores rurais, arrendatários, empreiteiros e pequenos proprietários sobre várias questões ligadas ao trabalho e à relação com os proprietários/patrões, como, por exemplo, desde o valor que deveria constar nos contratos de trabalho para a lavoura de café até o cultivo de alimentos de subsistência dentro da propriedade. Aos arrendatários havia recomendações quanto à porcentagem a ser paga aos proprietários da terra, aos contratos enganosos, ao tempo de empreita e, de modo mais enfático, à necessidade de organização dos pequenos proprietários para manterem-se no campo.<sup>36</sup>

Nesse sentido, a proposta apresentada por Ruy Cunha pode ser compreendida como uma medida para conter demandas sociais existentes, que poderiam levar os trabalhadores a buscar nas Comissões apoio e

<sup>33</sup> “Proteção, amparo, auxílio; patronagem, patronato”. Essa é uma das definições dadas à palavra “patronato”, acreditamos que o sentido dado pelo Projeto de Lei esteja próximo a este. O uso desse termo buscava indicar um suposto “cuidado”, camuflando a tentativa de controle dirigida pelos proprietários aos trabalhadores rurais, buscando afastá-los da sindicalização.

<sup>34</sup> FOLHA DE LONDRINA. Justiça gratuita aos lavradores do Paraná através dos Patronatos Agrícolas do Estado. 03/07/1954.

<sup>35</sup> O Partido Comunista Brasileiro (PCB) desempenhou um papel importante na organização de sindicatos procurando atuar em conflitos rurais na região, como no caso do conflito armado de Porecatu. A ação do partido entre os trabalhadores rurais se deu em dois sentidos: no encaminhamento de questões imediatas (como salários, contratos de arrendamento e parceria, abolição dos “vales”) e no estímulo à luta pela reforma agrária. Ver. Leonilde Medeiros. *Idem*, op. cit., p.16.

<sup>36</sup> LIGAS CAMPONESAS. Apelo aos camponeses do Paraná. 1949. Disponível no Departamento de Arquivo Público do Paraná – DEAP. Dossiês Temáticos: Ligas Camponesas. p.22.

orientações sobre como e para que se organizar. Além disso, o Patronato Agrícola, de acordo com o projeto de lei, seria um órgão aparelhado ao Estado. O diretor do órgão e os demais profissionais seriam de livre provisão, o primeiro nomeado pelo governador e os demais nomeados pelo diretor e Conselho Diretor da Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural (FATR).

Desse modo, presume-se que as atividades promovidas pelo órgão não divergiam dos anseios do governo estadual, do mesmo modo que tal órgão não teria autonomia que possibilitasse ser transformado em um real representante dos interesses dos trabalhadores. A função essencial do Patronato Agrícola seria de assumir um papel pedagógico junto aos trabalhadores rurais, buscando soluções conciliatórias e os afastando dos sindicatos.

No período, havia reivindicações de vários direitos relacionados ao trabalho e aos trabalhadores, assim como à permanência dos posseiros na terra, como uma necessidade dos trabalhadores rurais empregados nas mais variadas modalidades de contrato. A proposta do Deputado Ruy Cunha foi a criação de um órgão estadual para mediar, por meio da “conciliação”, os conflitos entre trabalhadores e patrões, evitando, dessa forma, que essas demandas viessem a enraizar-se no seio da vida social, como foi o caso do conflito armado em Porecatu ou na ampliação dos processos dos trabalhadores rurais contra seus patrões.

A efetividade desse órgão e os prováveis mecanismos de favorecimento não serão considerados aqui devido a escassez de fontes, apenas em seu contexto socioeconômico, que exigia uma nova postura dos patrões diante da organização dos trabalhadores, mas também em relação às novas formas de organização patronal e da ação do Estado na relação capital-trabalho. No mesmo ano de 1954, houve a criação na ARL dos departamentos internos de “Assistência ao Trabalhador” e “Jurídico”, para prestar serviço e orientação aos proprietários associados à entidade, evidenciando assim o seu caráter organizativo e de ação da classe patronal rural.

Um conjunto de matérias, publicadas na imprensa nos anos 1950, fornece indicações sobre o clima de tensão de classe que havia entre patrões e trabalhadores e da sindicalização dos trabalhadores, parceiros, meeiros, sob a influência do PCB, que convém citar: “Denunciados dois advogados de Londrina como responsáveis pela agitação comunista na zona rural”; “A Agitação e as condições entre colonos e patrões tem como causa a política

do ministério da Fazenda”; “Desorganização, Indisciplina e Desrespeito nos estabelecimentos agrícolas no Paraná”; “Legislar sem subverter”; “Entrou em Regime de urgência na Câmara dos Deputados o projeto de lei que manda estender aos trabalhadores rurais os benefícios da legislação trabalhista”. Estas “chamadas” denotam a práxis patronal em relação às lutas sociais e à necessidade de construir um consenso social por meio de convencimento sob a ótica dos ruralistas.

Além das campanhas contra a sindicalização do trabalhador rural, foi publicado no jornal Folha de Londrina um conjunto de advertência aos trabalhadores e lavradores “explicando” o que poderia acontecer caso procurassem a Justiça. Entre os “avisos” estavam: perda de dias de trabalho e da remuneração destes, possível desemprego, pagamento das custas do processo caso fossem derrotados, a perda da casa em que moravam ou da terra em que plantavam, da “amizade do patrão” e das “facilidades” que este “oferecia”, como o adiantamento da remuneração em casos de doença ou extrema necessidade. O trecho abaixo é ilustrativo desta ação educativa patronal:

Antes de perderes dias de trabalho para fazer reclamações a respeito de salário mínimo e férias **procure conselhos com alguém que esteja mais a par que tu: Procure o Patrão.** De preferência, **procure antes teu patrão, que é teu melhor amigo.** Não te esqueças que é de teu patrão, o fazendeiro, que vais recorrer nos dias em que teu dinheiro acaba e precisas de alimento ou médico para ti, teus filhos e mulher.<sup>37</sup> (Grifos meus)

Essa e outras matérias apresentavam como exemplo casos em que os trabalhadores da região entraram na Justiça em busca de direitos trabalhistas (férias, salários, descanso semanal) e não foram atendidos, tentando, dessa forma, desencorajar os trabalhadores da busca de qualquer reivindicação. Em outros casos, abriam espaço para a fala de “especialistas” para orientar sobre os “perigos da sindicalização”, como o delegado regional do trabalho, juízes e promotores.

Na fala proferida por Álvaro Godoy – membro da ARL<sup>38</sup> e vice-presidente da Associação dos Lavradores do Norte do Paraná (ALNP)<sup>39</sup> – em 1956, no microfone da rádio de Londrina e transcrita pelo jornal “Folha de Londrina”, os proprietários eram convidados a participar de reunião para discutir os termos nos quais deveriam ser elaborados os contratos entre colonos e proprietários para a colheita de café. Essa fala também responsabilizou a política do governo pelo baixo preço pago aos colonos e

<sup>37</sup> FOLHA DE LONDRINA. Trecho de um panfleto de campanha publicado continuamente pelo jornal. 15/07/1956.

<sup>38</sup> Álvaro Godoy fez parte da ARL desde a primeira diretoria, em cargos de Comissão Fiscal e suplente, atuava simultaneamente como diretoria da ALNP, entidade que agregava produtores de vários municípios da região.

<sup>39</sup> ASSOCIAÇÃO RURAL DE LONDRINA. Ata da Assembleia Geral na qual foi aprovada a fusão da Associação dos Lavradores do Norte do Paraná com a ARL, 16/07/1962. Disponível no Museu da Sociedade Rural do Paraná – SRP.

dizia que os culpados das “discórdias” entre trabalhadores e patrões, eram os “agitadores comunistas”.

Em última análise **as agitações entre colonos e patrões têm como causa direta a política econômica do ministro da fazenda** que ainda recentemente disse a um repórter: “para o café, nem mais um centavo”. Faremos tudo o que for possível e estiver ao nosso alcance para solucionar diretamente com os colonos as diferenças e as questões que por acaso surja. **Mas nada queremos com agitadores comunistas, aos quais negamos o direito e as credenciais de servirem de mediadores entre colonos e patrões.** Com agitadores não há acordo possível: eles desejam indisciplina e o caos. Seu objetivo é levar a nossa terra para revolução social, com o fito de nos escravizar com seus amos russos.<sup>40</sup> (Grifos meus)

As fortes e permanentes campanhas anticomunistas promovidas na região norte do Paraná tiveram repercussão e apoio de entidades de outros estados, como é possível identificar na fala proferida por um dos porta-vozes da ARL, o deputado Hugo Cabral,<sup>41</sup> que pedia apoio e providências para conter a sindicalização.

Em meio ao discurso pronunciado em 1956 contra a atuação do “Sindicato dos Colonos e Assalariados Agrícolas do Norte do Paraná”, no município de Londrina, argumentou sobre a situação de irregularidade dos sindicatos dos trabalhadores diante do não reconhecimento pelo Ministério do Trabalho. Leu telegramas enviados pelas associações (ARL e ALNP) do norte do Paraná. Nestes, advertia-se sobre “o risco de grande prejuízo da classe rural”, devido à resistência dos trabalhadores em voltar ao trabalho antes de terem negociado suas reivindicações. “Pedimos urgentes providências contra esses agitadores, pois não cabe culpa aos colonos, que estão sendo enganados”.<sup>42</sup>

Na década de 1950, as lutas no meio rural brasileiro foram intensificadas com o objetivo de estender ao campo os direitos trabalhistas dos trabalhadores urbanos, regulados pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de 1943. No mesmo ano da fundação do sindicato dos trabalhadores de Londrina, a Associação Rural de Londrina passou a fundar núcleos em vários distritos da cidade com o objetivo de reforçar suas bases locais, como ocorreu nos distritos de Tamarana, de Caramuru, de Irerê e de São Luiz. Na cidade de Londrina foram constantes as ações trabalhistas especialmente as que reivindicavam salário mínimo e férias, ainda que estes direitos não tivessem garantidos aos trabalhadores rurais no plano da

<sup>40</sup> FOLHA DE LONDRINA. A Agitação e as condições entre colonos e patrões tem como causa a política do ministério da Fazenda 03/07/56.

<sup>41</sup> Prefeito, deputado, um dos fundadores da Associação Rural de Londrina, primeiro presidente desta entidade.

<sup>42</sup> FOLHA DE LONDRINA. Desorganização, Indisciplina e Desrespeito nos estabelecimentos agrícolas no Paraná. 21/07/56



lei. No ano de 1956, o sindicato atuou na unificação dos trabalhadores rurais naquela luta, na busca por conquistar esses direitos apresentando ações reivindicatórias, salário mínimo e férias, por exemplo, à Justiça do Trabalho.<sup>43</sup>

Frente à intensificação dos movimentos dos trabalhadores (greves, sindicato e associações) sob forte influência do PCB, frações da classe dominante passaram a criar estratégias para fazer frente às mobilizações. Nas fontes pesquisadas, percebemos que estava sempre presente o argumento de que os colonos eram enganados, ludibriados, por “elementos comunistas”, isso se observava seja na fala dos membros da entidade ou por meio dos seus representantes em agências da sociedade política, por meio de jornais, rádio e discursos públicos de autoridades.

Na tentativa de distanciar os colonos dos sindicatos, de convencer sobre a má índole dos trabalhadores sindicalizados ou de ideologia comunista, distintas entidades representativas da classe dominante articularam inúmeras formas de pressão junto às agências da sociedade política responsáveis pela “manutenção da ordem”, formulação e aplicação da legislação, bem como a formulação de várias campanhas de criminalização dos sindicatos e de orientação aos trabalhadores rurais.

Em reuniões na cidade de Londrina, as entidades patronais (identificamos ARL e ALNP) encaminharam, por intermédio de seus representantes em agências do Estado, sugestões de procedimentos que deveriam ser tomados pelo governo.

Como se sabe o Sr. Souza Naves veio a Londrina especialmente para informar sobre essa situação [agitações comunistas], a serviço do Banco do Brasil. Durante a reunião o Deputado Hugo Cabral fez uso da palavra, expondo o que se passa por aqui, e ressaltando as consequências que já estão se fazendo sentir, em virtude daquele movimento. **Pediu-se, ainda, ao Sr. Souza Naves, sua interferência junto às autoridades federais, no sentido da vinda de elementos do Ministério do Trabalho para efetuarem a sindicalização dos trabalhadores rurais,** tendo a senhoria afirmado que solicitara do representante daquela Pasta, em Curitiba, a execução dos primeiros passos daquela iniciativa. Acrescentou que **considerava sumamente grave tudo o que lhe foi dado observar a respeito da situação, depois do contato que teve com os colonos, fazendeiros, juízes etc. ressaltando que levará relatório a respeito inclusive ao presidente da república.**<sup>44</sup> (Grifos meus)

Nos pronunciamentos da diretoria da ARL eram criticadas as atividades sindicais dos trabalhadores rurais, especialmente sob a influência comunista. Alegava-se que a presença de comunistas nos sindicatos estava ameaçando a estabilidade da relação entre trabalhadores e patrões e a produtividade

<sup>43</sup> NETO, José Miguel Arias. Pioneirismo: Discurso Política e Identidade Regional. Revista História e Ensino. Londrina: 69-82, 1995.

<sup>44</sup> FOLHA DE LONDRINA. Ronda Pela Cidade. 22/07/1956.

da economia na região. Para conter o avanço dos conflitos no campo, a sugestão apresentada naquela reunião pelas entidades foi a atuação do Ministério do Trabalho, por meio de sindicatos atrelados ao Estado, que tutelariam os trabalhadores na tentativa de afastá-los de possíveis influências comunistas.

As tentativas de impedir a sindicalização combativa e de elaborar espaços de conciliação entre patrões e trabalhadores fizeram parte da pauta das classes dominantes em toda a década de 1950. As justificativas para legitimar esse controle foram distintas, mas o objetivo foi de conter a organização e luta dos trabalhadores.

Em âmbito municipal, a Câmara dos Vereadores de Londrina recorreu junto ao Secretário de Justiça do Estado e ao governador Moyses Lupion para

tomar providências enérgicas e imediatas contra elementos comunistas confessos que vêm subvertendo a ordem nos meios rurais, insuflando trabalhadores [à] revolta e ao abandono [do] trabalho com destruição de lavouras, criando clima perigoso ao desenvolvimento da região.<sup>45</sup>

Pode-se dizer que o conjunto de experiências vividas na região, desde o conflito de Porecatu, a busca na Justiça Comum de rever contratos ou remunerações injustas e a fundação de associações e sindicatos dos trabalhadores rurais, ocasionou mudanças nas relações de vida nas fazendas de café – seja por meio da reivindicação na Justiça, nas resistências no ambiente de trabalho, de desobediência às ordens dos patrões, entre outras. Essas mudanças levaram os trabalhadores rurais a constituir diferentes formas de organização e luta.

O desrespeito das condições “justas” de trabalho e sobrevivência passou a informar a prática dos trabalhadores rurais da região norte do Paraná. Desse modo, a insatisfação dos proprietários rurais não foi apenas com a organização dos trabalhadores rurais em sindicatos, mas com as constantes ações trabalhistas levadas a cabo e que se tornaram mais frequentes a partir de 1950.

Um desses processos, que ocorreu em meados do ano de 1956, requerido por 28 trabalhadores contra o proprietário de terra Arnoldo Bulle, pelo qual os trabalhadores reivindicavam o pagamento de salário mínimo vigente na região (CR\$ 1350,00 mensais) e férias<sup>46</sup>, foi lembrado por Álvaro Godoy como exemplo a não ser seguido. Diante dessa ação trabalhista, o posicionamento dos diretores da ARL foi de vitimizar os proprietários que

<sup>45</sup> CAMARA DE VEREADORES DE LONDRINA. Telegrama Câmara Municipal de Londrina n° 15637, Disponível no Departamento de Arquivo Público do Paraná - DEAP. Dossiês Temáticos: Sindicato dos Trabalhadores da Lavoura de Londrina. p.51.

<sup>46</sup> Processo da Primeira Junta de Conciliação de Londrina de 1956. Reclamação Trabalhista: n° 71. Apud: PRIORI, Ângelo. O Protesto do Trabalho: história das lutas sociais dos trabalhadores rurais do Paraná (1954-1964). Maringá: Eduem, 1996, p. 90.

estavam sendo “arrastados aos tribunais” e desestimular outras futuras ações.

Como se explica que estejam sendo arrastados para os tribunais homens cujo único crime é produzir e manter a estabilidade econômica deste infeliz Brasil, que embora em estado de pauperamento (graças aos maus governos) ainda se mantém de pé, mercê do nosso trabalho. ... Foi o que aconteceu com o velho sertanista e lavrador Sr. Arnaldo Bulle, apesar de ser **um dos melhores patrões que conheço** e tudo fazer para servir e ajudar seus subordinados, não respeitaram eles os seus 70 anos de idade, arrastando-o, sem motivo, como um criminoso vulgar às barras dos tribunais. **Felizmente o exmo Sr. Juiz Hércules de Macedo Rocha julgou a ação improcedente, pelo que respiramos aliviados, uma vez que a justiça foi feita.**<sup>47</sup> (Grifos meus)

Nos processos que tratam de reivindicações trabalhistas os advogados dos patrões buscaram qualificar os trabalhadores rurais como meeiros, parceiros ou empreiteiros para tentar eximir o proprietário de quitar direitos trabalhistas. Nessa argumentação, poderiam ser qualificados de “trabalhadores rurais” apenas os tratoristas, camaradas, fiscais, ou seja, estes poderiam recorrer à justiça como trabalhadores, sendo que os demais não estavam contemplados por esses direitos por ter contratos distintos. Essa foi uma estratégia que levou parte dos patrões a ser beneficiada nos litígios trabalhistas.<sup>48</sup>

A delimitação de requisitos para definir quais trabalhadores poderiam ser qualificados como “trabalhadores rurais” visava a excluí-los e/ou distanciá-los da legislação trabalhista. As tentativas de descaracterizar as relações de trabalho para não pagar salário mínimo e férias foram recorrentes nos processos, como indica Angelo Priori. No entanto, os debates jurídicos sobre essa questão não foram pacíficos, brechas foram abertas e permitiram avanços para os trabalhadores rurais.

É possível verificar que durante toda a década de 1950 foram constantes os processos contra os proprietários. As intimidações oriundas de setores da classe patronal não foram suficientes para conter os litígios quando os colonos, parceiros e meeiros se consideravam moralmente amparados pela lei.

Com vistas a “contornar” localmente as lutas sociais que se manifestavam por meio dos constantes processos, os membros da ARL adotaram estratégias que visavam impedir que os colonos procurassem os tribunais. Criaram, então, em 1959, uma Junta de Particular Conciliação, como descrito em Ata da entidade:

<sup>47</sup>FOLHA DE LONDRINA. A agitação e as condições entre colonos e patrões tem como causa a política do ministério da Fazenda 03/07/56.

<sup>48</sup> Angelo Priori. O protesto do trabalho. Idem, op. cit., p. 99.

as finalidades da junta, que são de procurar entre proprietários e operários rurais solução por seus conflitos sem necessidade de recursos à justiça comum a fim de evitar nos tribunais polêmicas custosas e desnecessárias, que só trazem prejuízos e perda de tempo muitas vezes para ambas as partes”.<sup>49</sup>

Para organizar o funcionamento da Junta foram encarregados os proprietários rurais: Milton R. Menezes, Américo Ugollini, Antonio André e Omar Mazzei Guimarães, que deveriam buscar acordos entre as partes. Pode-se verificar que diante da sindicalização no meio rural a classe dominante passou a criminalizar as nascentes organizações de trabalhadores rurais e a tomar a frente desse processo, buscando mecanismos para afastar a influência do PCB, fosse por meio da intervenção estatal — Ministérios e Secretarias do Trabalho ou da criação de órgãos.

A ARL e a sua congênere ALNP tiveram uma participação ativa, souberam organizar-se em momentos cruciais, sobretudo frente às nascentes organizações de trabalhadores rurais, às ligas camponesas e aos movimentos de luta pela terra. Mantiveram intensa atuação ideológica, política e também na implementação de novas tecnologias, desenvolvimento de pesquisas e inovação genética na produção animal e vegetal.

Podemos concluir que a ARL mobilizou forças e interesses para fazer frente à luta de posseiros e para criminalizar as organizações dos trabalhadores rurais. Foi, também, um espaço de formação de “organizadores” ou “intelectuais”, ou seja, sujeitos enquanto persuasores permanentes atuando em diferentes espaços sociais, com a capacidade de organizar a ação política e de trabalhar na construção de uma vontade coletiva concretizada em práticas.

Entre 1946 e 1951, a atuação da entidade foi ativa no combate às associações de trabalhadores rurais e posseiros, que aos olhos dos proprietários representavam uma “ameaça” à ordem social. Membros da entidade atuaram diretamente na organização dos proprietários rurais para conter, por meio da expulsão dos posseiros, a revolta de Porecatu. E reivindicaram, por intermédio das comissões nomeadas para “cuidar” do caso, o uso da força privada e pública para garantir o reconhecimento por parte do Estado e dar legitimidade aos títulos de propriedade forjados em esquemas ilícitos, como as grilagens.

“Coincidentemente” após o aniquilamento da revolta de Porecatu, a ARL teve sua área de atuação reduzida ao município de Londrina, ainda que mantendo em seu quadro dirigente membros de toda a região norte do estado. Fomentou durante a década de 1950 a criação de núcleos locais para o fortalecimento de suas bases e passou a fazer oposição às recém-criadas associações e sindicatos dos trabalhadores.

<sup>49</sup> ASSOCIAÇÃO RURAL DE LONDRINA. Ata da reunião de constituição da Junta Particular de Conciliação e de posse de seus membros realizada na sede da Associação Rural de Londrina. 21/03/1959.

Ao defrontar-se com o avanço das associações de trabalhadores e sindicatos ARL passou a organizar sua ação por intermédio do jornal Folha de Londrina, por meio do qual os seus agentes articulavam práticas e discursos, divulgavam informes, reivindicações, projetos, atividades internas, mobilizações externas, orientavam juridicamente e buscavam apoio para suas bandeiras. Mobilizou, também, representantes do governo para que fossem oferecidas orientações e assistência jurídica aos trabalhadores, para que estes não buscassem apoio nos sindicatos. Para amparar os proprietários nas relações trabalhistas, a entidade fundou a Junta Particular de Conciliação, na tentativa de desestimular as ações trabalhistas, alterar a legislação do trabalhador rural e criminalizar a sindicalização.

### Fontes e referências bibliográficas

A PIONEIRA. Criação de novos distritos no Paraná e a instituição de um patronato Agrícola. Julho/agosto de 1950, Ano III n°7.

ADUM, Sonia. Imagens do progresso: Civilização e Barbárie em Londrina 1930-1960. Assis SP: Universidade Estadual Paulista - Unesp/Assis, 1991.

ASSOCIAÇÃO RURAL DE LONDRINA. Ata da Assembleia Geral na qual foi aprovada a fusão da Associação dos Lavradores do Norte do Paraná com a ARL, 16/07/1962. Disponível no Museu da Sociedade Rural do Paraná – SRP.

\_\_\_\_. Ata da reunião de constituição da Junta Particular de Conciliação e de posse de seus membros realizada na sede da Associação Rural de Londrina. 21/03/1959.

\_\_\_\_. Livro dos Sócios fundadores e primeiros Contribuintes. Londrina 17/06/1946. Disponível no Museu da Sociedade Rural do Paraná – SRP.

BLANCO, G.; MIONI, F. Londrina no seu Jubileu de Prata. Documentário Histórico. Londrina: Realizações Brasileiras, 1959.

CAMARA DE VEREADORES DE LONDRINA. Telegrama Câmara Municipal de Londrina n° 15637. Disponível no Departamento de Arquivo Público do Paraná - DEAP. Dossiês Temáticos: Sindicato dos Trabalhadores da Lavoura de Londrina. p.51

FERREIRA, A. D. Agricultura Capitalista e Campesinato no norte do Paraná– região de Porecatu – 1940-52. Curitiba: Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná, 1984. (Dissertação de Mestrado)

FOLHA DE LONDRINA. A Agitação e as condições entre colonos e patrões tem como causa a política do ministério da Fazenda 03/07/56.

\_\_\_\_. Desorganização, Indisciplina e Desrespeito nos estabelecimentos agrícolas no Paraná. 21/07/56

\_\_\_\_. Justiça gratuita aos lavradores do Paraná através dos Patronatos Agrícolas do

Estado. 03/07/1954.

\_\_\_\_. Panfleto de Campanha. 15/07/1956.

\_\_\_\_. Ronda Pela Cidade. 22/07/1956.

IBGE - Censos Demográficos 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000. Organização dos dados: PML/SEPLAN - Gerência de Pesquisas e Informações. Disponível em: <[http://www1.londrina.pr.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=163&Itemid=66](http://www1.londrina.pr.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=163&Itemid=66)> . Acesso em Abril de 2013.

JORNAL PARANÁ-NORTE, 20/09/1949.

LIGAS CAMPONESAS. Apelo aos camponeses do Paraná. 1949. Disponível no Departamento de Arquivo Público do Paraná – DEAP. Dossiês Temáticos: Ligas Camponesas. p.22.

MARTINS, José de Souza. Expropriação e violência: a questão política no campo. São Paulo: 3º Ed. Hucitec, 1991.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. A reforma Agrária no Brasil: História e atualidade da luta pela terra. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

NETO, José Miguel Arias. Pioneirismo: Discurso Política e Identidade Regional. Revista História e Ensino. Londrina: 69-82, 1995.

POSSEANTES RESISTENTES DE PORECATU. Doze Mandamentos dos Posseiros. Porecatu, 23 abr. 1951. Arquivo Público do Paraná. Fundo DOPS. Apud. OIKAWA, Marcelo. Porecatu: a guerrilha que os comunistas esqueceram. 1º Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011, p. 356.

PRIORI, Angelo. O levante dos posseiros. Maringá: Eduem, 2011.

SILVA, Osvaldo Heller da. A foice e a cruz: Comunistas e Católicos na História do Sindicalismo dos Trabalhadores Rurais do Paraná. Curitiba: Rosa de Bassi, 2006.

TOMAZI . Nelson Dacio. Norte do Paraná. História e Fantasmagorias. Curitiba: Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal do Paraná, 1997, p.210. (Tese de Doutorado).

# **A (RE)OCUPAÇÃO<sup>1</sup> RECENTE DO MUNICÍPIO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON: UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE ESPECULAÇÃO DA TERRA<sup>2</sup>**

*Cristiane Bade Favreto<sup>3</sup>*

Neste capítulo, apresentamos discussões referentes ao processo de (re)ocupação recente do município de Marechal Cândido Rondon, destacando a comercialização da terra e o envolvimento dos sujeitos sociais (colonizadora, colonos, trabalhadores, etc.) nesse processo. Para tanto, a pesquisa se ateve a investigar a formação do espaço urbano, tendo como enfoque a prática da especulação imobiliária, e o envolvimento de agentes imobiliários, de empresários e de governantes e suas inter-relações no período da colonização.

O texto começa tratando do processo da colonização de Marechal Cândido Rondon, contextualizando brevemente esse momento da história. Em seguida, apresentamos as ações da empresa colonizadora da cidade, que envolvem o processo de especulação da terra. Procuramos, além disso, destacar a construção de mitos em torno dos considerados “pioneiros” do município e de Willy Barth<sup>4</sup>. Essas análises foram realizadas com base na ênfase que os meios de comunicação propagam destes elementos, nomeando-os como percussores do progresso da região. Concluindo o capítulo, buscamos apresentar a formação do mercado imobiliário no município, apontando as relações e vínculos existentes entre os especuladores e a municipalidade na formação da sociedade e do desenho urbano da cidade.

---

<sup>1</sup> Optamos por tratar da fase da colonização de Marechal Cândido Rondon como um processo de (re)ocupação, pois essas terras já haviam sido ocupadas pelos indígenas, da nação Guarani, e por empresas estrangeiras antes de tal processo de colonização dirigida se iniciar. Desse modo, destacamos a abordagem realizada por Nelson Dacio Tomazi em *Norte do Paraná: histórias e fantasmagorias*, que nos orientou para o uso deste termo: “Inicialmente faço a distinção entre ocupação e o longo caminho percorrido por povos que ocuparam a região, hoje situada ao norte do estado do Paraná, desde há milhares de anos e que utilizavam todo esse território como espaço para o desenvolvimento de suas sociedades – e (RE) OCUPAÇÃO – como o processo que se desenvolveu a partir de meados do século XIX, com a preocupação de integrar estas terras, consideradas “vazias”, ao processo de valorização do capital ou ao processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil”.

<sup>2</sup> A produção desse texto decorre das análises realizadas na dissertação defendida em 2011 no Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em História, na Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

<sup>3</sup> Licenciada e mestre em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Professora Assistente no curso de Artes Visuais da Universidade Federal de Roraima - UFRR. E-mail: [cristiane\\_bade@yahoo.com.br](mailto:cristiane_bade@yahoo.com.br)

<sup>4</sup> Dirigente da Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S.A, mais conhecida pela sua sigla (MARIPÁ), empresa que colonizou o município de Marechal Cândido Rondon.

As fontes que buscamos para realizar a abordagem foram de campo e bibliográficas, que nos permitiram aprofundar o conhecimento da realidade do município referente à especulação da terra.

A produção deste capítulo, enfim, foi fundamental para entendermos como se formaram os primeiros grupos de especuladores do município e a sua ligação no âmbito político.

## O processo de colonização em Marechal Cândido Rondon

O município de Marechal Cândido Rondon localiza-se no Oeste do Paraná. A sua sede foi planejada pela Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S.A (MARIPÁ), sendo considerado o centro do espaço urbano a área formada por quadras com medidas regulares de 100 x 100 metros, as ruas com 20 metros de largura e avenidas com 30 metros de largura<sup>5</sup>.

Os primeiros colonos que chegaram à área da sede da Vila General Rondon na década de 1950 eram, na maioria, oriundos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Vinham em busca de novas terras nesta fronteira agrícola, devido à escassez dessas em seus lugares e estados de origem. Obviamente, este fenômeno migratório deve ser entendido em seu contexto e nas condições das famílias dos colonos nos seus estados de origem, bem como de acordo com a estrutura fundiária existente.

A emancipação do município ocorreu em 1960, com o Decreto do governador Moysés Lupion, que no período ampliou o desmembramento de novas unidades municipais em várias regiões do Paraná<sup>6</sup>.

O primeiro prefeito do município foi Ary Branco da Rosa, sendo este nomeado pelo governador Moysés Lupion. Ary ficou no cargo no período de 05 de agosto de 1960 a 25 de janeiro de 1961. Com as eleições de 1961, no ano seguinte houve a posse do novo governador do Paraná, Ney Braga, que anulou os atos dos prefeitos nomeados pelo governo anterior e foram realizadas, então, eleições para o executivo e o legislativo, tendo sido eleito prefeito o candidato Arlindo Alberto Lamb (PTB), apoiado pela Maripá.

A história da formação do município está ligada ao projeto da empresa Maripá<sup>7</sup>. Assim, cabe analisarmos a atuação dela, como uma companhia imobiliária<sup>8</sup>, para entendermos o processo de especulação da terra no período de (re)ocupação recente de Marechal Cândido Rondon.

<sup>5</sup> SAATKAMP, Venilda. *Desafios, lutas e conquistas: história de Marechal Cândido Rondon*. Cascavel. ASSOESTE, 1984.

<sup>6</sup> URNAU, Iraci Maria Wenzel. *Autoritarismo, Rádio e a Idéia de Nação*. Niterói: UFF, 2003. (Dissertação de Mestrado).

<sup>7</sup> Maripá, empresa responsável pelas vendas de terras e pela organização do espaço da cidade.

<sup>8</sup> O uso da palavra Companhia Imobiliária se refere às empresas colonizadoras e é orientado pelo estudo de João Bosco Feres. *Propriedade da Terra: opressão e miséria - o meio rural na história social do Brasil*. Amsterdã/Países Baixos/Holanda: CEDLA, 1990.



## Maripá e a comercialização de terras

No ano de 1946, a Industrial Madeireira Rio Paraná S. A. (MARIPÁ) comprou a área denominada “Fazenda Britânia”, pagando na época “dezoito milhões e quinhentos mil cruzeiros”<sup>9</sup> pela área, iniciando, assim, o processo de colonização na região, como tratou Marcos Nestor Stein:

Assim, a MARIPÁ, criada na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, em 1946, tendo como maiores acionistas Alfredo Paschoal Ruaro, Curt Bercht, Alberto Dalcanalle, Otto Reginaldo Renaux e Willy Barth, adquiriu a área denominada de Fazenda Britânia, por compra da Companhia Maderas del Alto Paraná, e iniciou o processo de colonização instalando um escritório em Toledo, Paraná.<sup>10</sup>

Os principais acionistas da Maripá<sup>11</sup> vislumbraram-se com a nova possibilidade de investimento em negócios madeireiros e com a comercialização dos lotes rurais e urbanos de terras, cujas vendas foram intensificadas nos primeiros anos da década de 1950. Ao adquirir a propriedade, a empresa colonizadora conseguiu algumas regalias, tais como comprar a área por um custo baixo, pagamento com período de longo prazo e, também, benefícios fiscais.<sup>12</sup>

Muitos colonos procuravam áreas na zona Oeste e Sul da propriedade da Maripá, situadas em locais que hoje pertencem aos municípios de Toledo, Marechal Cândido Rondon, Novo Sarandi, Quatro Pontes, Vila Nova e outros. Essa escolha levava em conta a propagação difundida pela colonizadora de que a área era adequada para o cultivo do café. Além do cultivo dos produtos agrícolas com os quais estas pessoas já tinham experiência no seu local de origem, os corretores de venda incentivavam a comercialização das terras para o cultivo do café. Muitos migrantes foram incentivados por esta possibilidade.<sup>13</sup>

No ano de 1953, ocorreu uma geada muito forte nessas localidades, que acabou com os cafezais e com o projeto e propaganda da Maripá. Mesmo com os estragos da geada, os preços das terras não baixaram e novos colonos continuavam a comprar “colônias” da colonizadora.

Para a derrubada da mata, a empresa Maripá contratava trabalhadores paraguaios e migrantes de origem nortista e de outros estados do Sudeste e Nordeste do país. Boa parte dos chamados “paraguaios” permanecia na

<sup>9</sup> GERKE, Arno Alexandre. *Copagril: uma análise do cooperativismo no Extremo-Oeste do Paraná*. Curitiba: UFPR, 1992. p.39.

<sup>10</sup> STEIN, Marcos Nestor. *A Construção do Discurso da Germanidade em Marechal Cândido Rondon – PR (1946-1996)*. Florianópolis: UFSC, 2000. p. 16.

<sup>11</sup> Cf. GREGORY, Valdir. *Os Eurobrasileiros e o Espaço Colonial: migrações no Oeste do Paraná (1940-70)*. Cascavel: Edunioeste, 2002.

<sup>12</sup> PIAIA, Vander. *A Ocupação do Oeste Paranaense e a formação de Cascavel: as singularidades de uma cidade comum*. Rio de Janeiro: UFF, 2004.

<sup>13</sup> MACCARI, Neiva Salete Kern. *Migração e Memórias: a colonização do Oeste do Paraná*. Curitiba: UFPR, 1999.

região em decorrência das *obrages*<sup>14</sup>. Por um lado, não eram considerados agricultores, colonos nem nacionais e, por outro, segundo suas tradições, não tinham a mesma cultura do trabalho que os novos proprietários e migrantes. Em relação aos assalariados “nacionais”, os trabalhadores nortistas, predominantemente, não tinham condições para comprar terra, eram assalariados e migrantes, e a colonizadora não orientava a vender para aquele “elemento humano”. Estes referenciais são expressivos para indicar a seletividade e o estigma social de quem “deveria” realizar o trabalho braçal mais extenuante.

Antes da especulação e da venda das terras, a companhia imobiliária Maripá explorou comercializando grande parte da madeira de lei, fosse no mercado local, paranaense, brasileiro ou argentino. Ou seja, primeiro aproveitava a área com a venda da madeira para posteriormente loteá-la e vender em pequenas parcelas:

A Maripá teve que planejar seu desenvolvimento, de tal forma que as despesas nunca poderiam ultrapassar a arrecadação proveniente da exportação da madeira. Como a Maripá era inicialmente uma empresa descapitalizada, neste equilíbrio é que residiu, em grande parte, a razão do sucesso do empreendimento.<sup>15</sup>

Ao explorar a madeira da região, a Maripá uniu-se a grandes firmas, como também observou Wachowicz: “interessante, é observar que a Maripá não entrou sozinha no negócio de serrar a madeira do pinheiro. Ela aliou-se a outras grandes firmas: a Industrial Madeireira do Prata, a Industrial Colonizadora Britânia e a Industrial Colonizadora Boy-Cae”.<sup>16</sup>

Com esse tipo de exploração, a empresa ampliou significativamente seus lucros. No início da colonização, a Maripá só vendia terras de mato branco, isto é, aquelas que não possuíam pinhais nem madeiras de lei. As terras que possuíam madeiras próprias para exportação não eram loteadas, sendo deixadas para mais tarde.<sup>17</sup>

A estrutura fundiária planejada pela imobiliária Maripá foi baseada

---

<sup>14</sup> O termo *obrage*, de origem espanhol-colonial, era utilizado como denominação de empresas estrangeiras que exploravam a madeira e a erva mate, como apontou Ruy Christovam Wachowicz, em *Obrageros, Mensus e Colonos: história do Oeste do Paraná*: “A chamada *obrage* foi uma propriedade e/ou exploração, típica das regiões cobertas de matas subtropicais, em território argentino ou paraguaio. O interesse fundamental de *obragero* não era a colonização em regime de pequena ou média propriedade, nem o povoamento de suas vastas terras. Seu objetivo precípua era a extração da erva mate, nativa da região, bem como da madeira em toros, abundante na mata nativa, subtropical. A *obrage*, portanto, estava ligada ao binômio extrativista: mate-madeira. Essa exploração, típica desde o início do século passado na Argentina e no Paraguai, penetrou de forma natural e espontânea, pelos vales navegáveis do Paraná e Paraguai. Como o controle geográfico da navegação do sistema do Prata pertencia à Argentina, foram os *obrageros* desta nação os principais responsáveis pela introdução desse sistema em território brasileiro, ou mais especificadamente: paranaense e matogrossense”. WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Obrageros, Mensus e Colonos: história do Oeste do Paraná*. 2.<sup>a</sup> edição. Curitiba: Ed. Vicentina, 1987, p. 44.

<sup>15</sup> *Idem*, p. 171.

<sup>16</sup> *Idem*, p. 172.

<sup>17</sup> *Idem*, p. 177.

na pequena propriedade, pois era uma forma de aumentar a lucratividade nos negócios que fazia com a terra. Contudo, a empresa justificava, em seus documentos, que a venda de propriedades menores era realizada devido ao fato de as famílias não possuírem recursos financeiros suficientes e, também, para atrair mais pessoas à região. Desse modo, muitos pesquisadores não perceberam que esta maneira de venda era, na verdade, uma forma para ampliar os lucros da especulação da terra, pois com a venda de áreas menores lucrava-se mais.

## Administração da Maripá

Na fase inicial da colonização, a Maripá teve como primeiro administrador responsável da empresa Alfredo Paschoal Ruaro. Antes de sua vinda à região, Ruaro era corretor de imóveis.

Em 1949, Alfredo Paschoal Ruaro deixa<sup>18</sup> a administração da Maripá e passa a gerenciar outra grande colonizadora, a Pinho e Terras.<sup>19</sup> A Maripá, por sua vez, passou a ter como principal dirigente o sócio e corretor Willy Barth.

Em 1949, Ruaro foi substituído por Willy Barth no gerenciamento da Maripá. A trajetória empreendedora anterior de Barth o credenciava a assumir e desempenhar com competência as tarefas de administrador da empresa. O caixeiro viajante e filho de industrial nascido em Santa Cruz do Sul tornou-se amigo de comerciantes de Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Garibaldi, Nova Prata, São Marcos, Antônio Prado, Flores da Cunha, Farroupilha, Bom Jesus e outras localidades do Rio Grande do Sul. Abandonou as atividades de vendedor de tecidos para, em sociedade, fundar a Barth & Annoni no Oeste de Santa Catarina, com a finalidade de tratar de negócios de terras, madeiras e colonização.<sup>20</sup>

Tanto Ruaro quanto Willy Barth e os acionistas da colonizadora Maripá trabalhavam com o setor do comércio em geral antes de virem morar na região, fato registrado por Wachowicz. Desta forma, os principais adquirentes da Fazenda Britânia, filhos ou netos de imigrantes residentes no Rio Grande do Sul, já eram capitalistas, negociantes e velhos conhecidos, inclusive no serviço de colonização.<sup>21</sup>

Ainda segundo Wachowicz, Barth marcou a ação da Maripá em outras dimensões: “Assumi a chefia da Maripá Willy Barth, experiente colonizador gaúcho, de origem germânica. Com essa mudança de diretoria, iniciava a Maripá a segunda fase de sua história. A Maripá madeireira, agora passaria

<sup>18</sup> Mesmo gerenciando outra colonizadora, Ruaro mantém-se como sócio-proprietário da Maripá.

<sup>19</sup> EMER, Ivo Oss. *Desenvolvimento histórico do Oeste do Paraná e a construção da escola*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991. p. 139.

<sup>20</sup> GREGORY. *Idem, op. cit.*, p. 134.

<sup>21</sup> WACHOWICZ. *Idem, op. cit.*, p. 167.

a ser predominantemente colonizadora”.<sup>22</sup> Willy teve grande participação na política da região e, ao contrário de Ruaro, foi e continua sendo muito lembrado no processo de colonização empregado pela colonizadora Maripá, como veremos mais adiante.

## Companhia Imobiliária Maripá e o processo de especulação da terra

A companhia imobiliária Maripá lucrou muito com a venda e especulação das terras que adquiriu da ex-Fazenda Britânia. Este elemento especulativo vem sendo ocultado ou secundarizado, em grande medida, pela própria propaganda da colonizadora como também em algumas obras da historiografia local, que tratam do processo de colonização administrada pela Maripá, preferindo focar a filantropia da empresa e dos diretores sócio-majoritários e o “pioneirismo dos desbravadores”. Contudo, Vander Piaia chamou a atenção para os lucros que esta empresa obteve através da valorização dos lotes:

Na medida em que incorporava trabalho e capital, o preço dos lotes subia acima do seu custo unitário, resultando em excedentes e traduzindo-se em frações maiores de lucro final para a colonizadora. Ademais, mesmo que a colonizadora limitasse, em determinado ponto, seu investimento, o fluxo crescente de interessados – baseado na experiência dos lotes já ocupados – pressionaria os preços dos lotes ainda não ocupados. Esta valorização atendia principalmente os anseios da colonizadora, já que esta detinha grandes nacos de terra para venda futura.<sup>23</sup>

Sobre o valor de venda do alqueire pela Maripá, Piaia<sup>24</sup> destacou que a empresa inicialmente vendia os alqueires entre 800 e 1.000 cruzeiros. Já por volta do ano de 1956, o preço do alqueire custava entre 7.000 e 9.000 cruzeiros. Segundo os dados, nota-se uma significativa elevação do preço de mercado da terra. Vander Piaia também afirmou que esses índices elevados da valorização não assustaram os colonos, ao contrário, os atraíram pela possível continuidade de valorização dessas áreas. A propaganda da colonizadora, e dos seus corretores, e o contato entre os colonos nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina aumentaram o movimento migratório para o Oeste paranaense.

Outra evidência desse aumento do preço das terras vendidas pela Maripá, que indica os “bons negócios” da especulação, é o relato<sup>25</sup> que Mario Silva<sup>26</sup> fez sobre o tema:

<sup>22</sup> *Idem*, p. 173.

<sup>23</sup> PIAIA. *Idem*, *op. cit.*, p. 230.

<sup>24</sup> *Idem*.

<sup>25</sup> Os nomes dos entrevistados mencionados ao longo do texto foram alterados, para preservação das suas identidades.

<sup>26</sup> Mario Silva nasceu no dia 21 de novembro de 1930, em São Luiz Gonzaga (RS). Mario Silva veio pela primeira vez até a área da Maripá e o Oeste do Paraná em 1949, juntamente com outros colonos, para conhecer a região. Ele foi

O preço da terra começou com 2 contos de réis uma colônia, depois foi para 3, depois foi para 4, foi para 5 e assim foi aumentando, como eu fui aumentando o frete das mudanças. A Maripá também aumentava o preço da terra, quando vinha mais gente eles cada vez tinham um aumento.<sup>27</sup>

Os corretores eram as pessoas que vendiam terras da Maripá e ganhavam muito dinheiro com as comissões que recebiam da empresa. A maioria deles tratava-se de comerciantes vindos dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina que tinham suas áreas de atuação em seus estados de origem e na Maripá, conforme podemos ver na análise feita por Arno Gerke: “estes corretores tinham a sua região de recrutamento, bem como a sua área de venda. Recebiam uma comissão de treze por cento em cada negócio realizado”.<sup>28</sup>

A colonização também atraiu muitos comerciantes à região, mas para eles era mais interessante serem vendedores dos lotes rurais, pois recebiam comissões. Participar da colonização abria possibilidades futuras de desenvolvimento de atividades comerciais nas novas colônias.<sup>29</sup>

Na venda das terras, a Maripá (seus administradores e corretores) também enganou alguns compradores. Muitos corretores, na ocasião da venda dos terrenos, mostravam aos colonos-compradores áreas em lugares bonitos e planos, mas quando estes se mudavam para as áreas adquiridas, os locais eram outros, como comentou Silva:

O Bruno Wenzel comprou cinco colônias, o Ronaldo Stogun e o velho TenCathen também. Quando eu trouxe a mudança do Canísio Beca, que era genro do Bruno Wenzel aí o que aconteceu? Chegamos lá aí nos falaram que não era essa a colônia dele, mas sim lá em baixo! Mas no mapa que o Canísio tinha era aqui em cima a terra comprada, onde hoje está localizada a Igreja e o salão da sociedade de Flor da Serra, atual distrito de Quatro Pontes.<sup>30</sup>

A respeito da situação citada acima, um dos primeiros moradores do município de Marechal Cândido Rondon mencionou esta prática realizada com alguns colonos que compravam terras na região. Segundo ele:

Não, não deu problema nenhum naquele tempo. O único problema que deu foi como a firma tinha, não sei quantos homens, que mostravam as

---

convidado para participar de uma viagem ao Oeste paranaense “patrocinada” pela própria Maripá que visava propagandar sua colonização. Posteriormente, atuou como transportador de mudanças dos primeiros colonos da região missionária gaúcha até a área da Maripá, tendo realizado 300 mudanças e, concomitantemente, fazia outros comércios (banha, farinha, madeira, etc.) entre as regiões. Mario passou a residir na região, mais especificadamente em Novo Sarandi, em 1961, e em 1972 mudou-se para Marechal Cândido Rondon. SILVA, Mario. Entrevista realizada por Paulo José Koling, Luciana Grespan Zago, Cristiano Glowatzky e Cristiane Bade, no dia 06 de março de 2010, em sua residência.

<sup>27</sup> SILVA. *Idem*, *op. cit.*

<sup>28</sup> GERKE. *Idem*, *op. cit.*, p. 43.

<sup>29</sup> GREGORY. *Idem*, *op. cit.*, p. 166-167.

<sup>30</sup> SILVA. *Idem*, *op. cit.*

terras para nós que viemos ver as terras. Então eles mostravam as terras que já estavam vendidas e depois a gente não tinha aquela terra que nós estamos vendo.<sup>31</sup>

Observamos, desse modo, que a Maripá enganou vários colonos com a venda de áreas planas e mais centrais ao projeto urbano inicial da empresa. Em alguns casos, as áreas adquiridas pelos colonos, no final das contas, foram registradas em locais distantes e até mesmo em morros, não escolhidos por eles. Assim, os corretores vendiam terras que dificilmente seriam comercializadas naquele período (devido à localização das áreas), aumentando consequentemente a sua lucratividade e da colonizadora.

A empresa tinha um Plano de Colonização, contendo o planejamento e a cartografia da área. Como não tivemos acesso ao documento original, utilizamos o relatório que Ondy Hélio Niederauer elaborou para participar de um concurso realizado em Londrina-PR, que escolhia os municípios que mais progrediram no ano de 1955.<sup>32</sup> Segundo o documento, a empresa, na venda das terras, elegeu pessoas que mais se adaptassem à região para atender seus interesses comerciais.

A partir da leitura do *Plano de Colonização*, notamos que havia a preocupação em fazer da ex-Fazenda Britânia uma área bem organizada, com as cidades planejadas, pensando na valorização da terra e na contribuição para o “progresso” do país.

No planejamento do parcelamento da Fazenda Britânia estavam previstas as sedes urbanas das vilas, sendo indicativo de futuros municípios. Pelo padrão adotado, havia a área quadrangular central da vila (lotes urbanos, áreas públicas, áreas comunitárias e arruamento), um círculo de chácaras de 2,5 hectares ao redor do núcleo central e as colônias rurais (10 alqueires ou 24 hectares). Esta cartografia fundiária orientava a própria comercialização das respectivas parcelas.<sup>33</sup>

Em relação às medidas físicas para o parcelamento dos lotes que eram vendidos pela empresa, Marcos Stein relaciona-as e destaca que a colônia era a unidade de venda: “ainda com relação aos procedimentos na divisão dos lotes, denominados de colônias, cada um media aproximadamente 10 alqueires, ou 242.000 m<sup>2</sup>”.<sup>34</sup>

No período dessa colonização, alguns colonos também se endividavam, pois, em alguns casos, adquiriam as terras da Maripá pelo pagamento parcelado das áreas. Já em outra situação, as dívidas eram

<sup>31</sup> SOUZA, João. Entrevista Concedida a Maide Keefel, em 12 de junho de 1982. Disponível no acervo do Núcleo de Pesquisa e Documentação sobre o Oeste do Paraná (Cepedal).

<sup>32</sup> Alguns estudos realizados sobre a Maripá consideram este documento como sendo o Plano de Colonização original da empresa, porém Marcos Nestor Stein (2000), em sua dissertação fez os devidos esclarecimentos sobre o contexto da produção desta fonte: “Segundo ficha catalográfica do museu histórico ‘Willy Barth’ de Toledo, o Plano de Colonização foi elaborado em 1955 pelo contador da MARIPÁ Ondy Hélio Niederauer, em função de um concurso realizado em Londrina - PR para escolher os municípios que mais ‘progrediram’ naquele ano”. STEIN. *Idem*, op. cit., p. 20.

<sup>33</sup> Cf. NIEDERAUER, Ondy Hélio. *Relatório de Atividades da Maripá*. Toledo: 1955, (mimeo).

<sup>34</sup> STEIN. *Idem*, op. cit., p. 22.

oriundas dos produtos adquiridos para o sustento da família nos armazéns da Maripá, fazendo-os se fixar no local. Dessa forma, essas situações, segundo Maccari<sup>35</sup>, contribuíram para o “sucesso” do projeto de colonização da companhia.

Assim, a companhia imobiliária Maripá explorou e especulou o espaço territorial de Marechal Cândido Rondon, com a venda de parcela de terras da antiga Fazenda Britânia, tendo um projeto seletivo para a formação social dessa região.

## Willy Barth e os “pioneiros”: a construção de um mito

Não só alguns autores da historiografia que trata da região como também grande parte da população, ao falar da colonização da Maripá, mais especificadamente das cidades de Toledo e Marechal Cândido Rondon, enaltecem a figura de Willy Barth, retratando principalmente as doações de madeiras e lotes que ele e a colonizadora fizeram para a construção de empreendimentos nessas cidades, tais como escolas, praças, casas e comércio em geral, igrejas, sedes comunitárias ou a particulares. Em momento algum apontam que essa madeira e os lotes doados eram insignificantes em termos de valores para uma empresa tão rica como a Maripá, até mesmo porque a madeira era extraída da região sem custos adicionais para a colonizadora, que beneficiava as toras em suas serrarias. Esta filantropia, porém, consolida uma visão benéfica da Maripá e, principalmente, do carisma de Willy Barth.

Muitos atribuem o desenvolvimento da região à figura de Willy Barth. Claro que ele praticou um assistencialismo/clientelismo<sup>36</sup>, não com a intenção de fazer a sua “boa ação samaritana”, mas agindo como um representante da colonizadora e pela influência política que teria. Através de suas ações, fez com que as terras dessa região, que antes não eram valorizadas financeiramente, posteriormente fossem.<sup>37</sup>

Essa ênfase dada tanto a Willy Barth como aos “pioneiros” tende a ocultar outros aspectos do processo de colonização, tais como o da especulação da terra e os conflitos agrários existentes na região.

Definimos Willy Barth enquanto um “intelectual orgânico”, no sentido Gramsciano, tendo em vista que ele teve destaque na organização dos negócios imobiliários da Maripá na região, em especial nos municípios de Marechal Cândido Rondon e Toledo, forjando condições a favor da expansão da classe burguesa<sup>38</sup>.

<sup>35</sup> MACCARI. *Idem, op. cit.*

<sup>36</sup> No caso do clientelismo indicado, remete às intenções políticas de Willy Barth, uma vez que este sempre atuava no meio político da região.

<sup>37</sup> Antes da colonização da Maripá o espaço era muito explorado pelas *Obrages*, mas essa valorização era voltada à madeira e aos ervais, e não à comercialização das terras.

<sup>38</sup> Para aprofundarmos a conceituação do “intelectual orgânico”, analisado por Gramsci, citamos uma passagem do texto “*Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais*”, de autoria de Antonio Gramsci, que

Um dos estudos que abordou a questão da colonização local é o de Udilma Weirich<sup>39</sup>. Em alguns momentos, a autora exaltou a colonizadora, em especial a figura de Willy Barth, relacionado com a preocupação que ele tinha com a formação da estrutura da cidade (escola, igreja, comércio, segurança, saúde, etc.).

Dessa forma, o “mito” construído a respeito de Willy Barth, considerado um “grande homem” precursor do progresso na região, tem fundamentação ideológica e inclui diversos sujeitos e/ou formadores de opinião, que engloba desde a Maripá, os governos locais, os meios de comunicação e mesmo a historiografia, seja a produzida na academia (independentemente da área de conhecimento) ou a de autodidatas.

Um dos aspectos relacionados à “figura” de Barth diz respeito a sua postura em relação à receptividade dos novos migrantes. Para a permanência de muitos colonos que se sentiam desmotivados pela falta de diversos recursos na região, Willy Barth, através de suas estratégias discursivas, assistencialistas e clientelistas, teve que convencer as pessoas a não voltarem para suas cidades de origem.

Como Willy já havia participado da colonização de outras localidades, soube convencer as pessoas a permanecerem na região para, assim, prosseguir com o projeto de colonização planejado/executado pela Maripá, como destacou Schmidt:

Assim, os momentos dramáticos vivenciados pelas pessoas desse meio estavam intimamente ligados a fatores econômicos e políticos regionais. Neste cenário, o líder deveria empreender medidas que garantissem o equilíbrio do grupo diante das dificuldades a se enfrentar. Portanto Barth, nos momentos de tensão, adquire expressão coletiva através de ações que atingiam o seu grupo e motivavam as pessoas através de exemplos de persistência, como forma de garantir os investimentos feitos no projeto de colonização.<sup>40</sup>

---

define bem esta categoria: “Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc. Deve-se observar o fato de que o empresário representa uma elaboração social superior, já caracterizada por uma certa capacidade dirigente e técnica (isto é, intelectual): ele deve possuir uma certa capacidade técnica, não somente na esfera restrita de sua atividade e de sua iniciativa, mas também em outras esferas, pelo menos nas mais próximas da produção econômica (deve ser um organizador de massa de homens, deve ser um organizador da ‘confiança’ dos que investem em sua empresa, dos compradores de sua mercadoria, etc.). Se não todos os empresários, pelo menos uma elite deles deve possuir a capacidade de organizar a sociedade em geral, em todo o seu complexo organismo de serviços, até o organismo estatal, tendo em vista a necessidade de criar as condições mais favoráveis à expansão da própria classe; ou, pelo menos, deve possuir a capacidade de escolher os ‘prepostos’ (empregados especializados) a quem confiar esta atividade organizativa das relações gerais exteriores à empresa”. GRAMSCI, Antonio. Caderno 12 (1932). *Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais*. In: Cadernos do Cárcere. Volume 2. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 15-16.

<sup>39</sup> WEIRICH, Udilma Lins. *História e atualidades: perfil de Marechal Cândido Rondon*. Marechal Cândido Rondon: Germânica, 2004.

<sup>40</sup> SCHMIDT, Róbi Jair. *Cenas da Constituição de um Mito Político*. Cascavel: Edunioeste, 2001. p. 58.



Willy Barth era visto pelos colonos como uma pessoa carismática. Ele procurava visitar os colonos, ouvir suas reclamações e confortá-los com suas palavras. Desse modo, através das abordagens realizadas no estudo de Maccari, sobre as memórias de colonos, compreendemos por que Willy era tão bem querido por estes:

Este conhecimento do processo de colonização vem colaborar na escolha das estratégias adotadas para incentivar as pessoas a permanecer e superar as adversidades, pois Willy Barth, além de possuir uma grande capacidade de liderança, já tinha conhecimento prévio das reclamações que poderiam vir a ser formuladas, o que trouxe certa facilidade quando da necessidade de persuasão das pessoas.<sup>41</sup>

Uma forma que contribuiu e ainda colabora para o consenso construído em torno do “mito” Willy Barth são os meios de comunicação, nos quais a figura de Barth é mostrada como sendo a pessoa que colaborou espontaneamente para o desenvolvimento da região, bem como dos vínculos pessoais que tinha com outras pessoas/famílias consideradas “pioneiras”, algumas ainda vivas e com grande influência local.

Para trabalharmos melhor essa ideia, optamos por analisar algumas fontes de imprensa<sup>42</sup>. No caso, as reportagens de um dos jornais impressos do município de Marechal Cândido Rondon, *O Presente*<sup>43</sup>, que nos permitiu, brevemente, refletir sobre a construção ideológica da figura do(s) “pioneiro(s)” e, principalmente, da pessoa Willy Barth. A pesquisa desta fonte envolveu as edições dos jornais publicados durante o período de 1991 a 2008.

A Rádio Difusora do Paraná é um meio de comunicação que constantemente produz matérias que criam um consenso legitimando a figura daqueles que considera “pioneiros” do município. Por isso, suas reportagens merecem uma análise mais atenta. Nesse local, pesquisamos a programação do noticiário *Frente Ampla de Notícias* (FAN)<sup>44</sup>, material este

<sup>41</sup> MACCARI. *Idem, op. cit.*, p. 68.

<sup>42</sup> Uma das fontes analisadas nessa pesquisa são os meios de comunicação, os meios de comunicação também são formadores de opinião. Nesse sentido, elas merecem considerações. O exercício do poder pode ser visto nos meios de comunicação de massa, mais especificadamente em dois aspectos, no campo econômico e ideológico, como alertou Marilena Chauí em seu livro *Simulacro e Poder*: “Do ponto de vista econômico, os meios de comunicação são empresas privadas, mesmo quando, como é o caso do Brasil, rádio e televisão são concessões estatais, pois estas são feitas a empresas privadas; ou seja, os meios de comunicação são uma indústria (a indústria cultural) regida pelos imperativos do capital” CHAUI, Marilena. *Simulacro e poder: uma análise da mídia*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006. p. 73. Ou seja, a partir do poder econômico os agentes atuam conforme seus interesses, em muitos casos manipulando informações para fins particulares.

<sup>43</sup> *O Presente* iniciou sua circulação em 4 de outubro de 1991, enquanto semanário. A partir de 06 de março de 2001, passou a ser editado diariamente, incluindo os feriados e finais de semana. Após alguns anos o jornal não pôde manter esta forma de edição e retirou as edições dos finais de semana e feriados. Atualmente, nos feriados, na segunda-feira e no domingo não há circulação do referido jornal.

<sup>44</sup> Nos arquivos do Frente Ampla de Notícias foram encontrados registros de notícias com texto escrito que eram lidos durante a programação do jornalismo da Emissora AM da Rádio Difusora do Paraná. Os anos analisados neste acervo foram de 1980 a 2007.

que estava transcrito e organizado por volumes conforme os anos. Nesta fonte, localizamos várias reportagens que apresentaram fatos relacionados à doação de áreas ao município, à ênfase dada a figura de Willy Barth e aos “pioneiros oficiais”.

A primeira reportagem destacada mostra claramente a ênfase dada pela imprensa aos sujeitos considerados “pioneiros”. Nesse caso, a matéria refere-se ao falecimento de Max Lindenau:

Depois de período de enfermidade faleceu ontem o Sr. Max Lindenau, aos 73 anos de idade. – Nascido no Oeste da Prússia, Max Lindenau, chegou ao Brasil em 1937 em companhia de Olga, sua primeira mulher, onde casou-se. Em março de 1951, Max Lindenau chegava à Marechal Cândido Rondon, estabelecendo-se com aquela que foi a primeira marcenaria e que dava assistência aos que necessitavam desde móveis, portas ou janelas. – Foi ele inclusive que fabricou e doou todas as janelas da antiga igreja evangélica cuja construção era ainda em madeira. – Como um dos fundadores do clube aliança, Max Lindenau formou o primeiro cântico [sic.] misto da sociedade e mais tarde incentivou sendo portanto um dos fundadores do cântico [sic.] da comunidade evangélica junto com outras pessoas. – Para a primeira escola que existiu em Marechal Cândido Rondon ele fabricou e doou os primeiros bancos para a acomodação dos alunos da época – Hoje, aos 73 anos Max falece, deixando por de traz [sic.] disso toda uma gama incomensurável de velhos e benquistos amigos que lamentam o seu desaparecimento.<sup>45</sup>

Pelo exposto, nota-se como a imprensa, no caso a Rádio Difusora do Paraná, deu ênfase aos considerados “pioneiros” da cidade e suas práticas assistencialistas em favor do município.

Já a matéria a seguir faz parte de uma série de reportagens apresentadas pelo jornal “O Presente” no mês de julho de 1995, época de aniversário do município. Em diversas edições, o jornal apontou fatos sobre o que considera ser a história de Marechal Cândido Rondon, em especial sobre os primeiros anos de existência da cidade. Neste sentido, a matéria a seguir demonstra a construção desse tipo de reportagens:

Em 1954, a Colonizadora Maripá destinava quatro quadras do perímetro urbano da vila General Rondon para ser construída uma praça. Logo que os moradores souberam da doação, fizeram um grande mutirão para derrubar as robustas árvores do local. Em homenagem ao colonizador e pioneiro Willy Barth, a praça recebeu seu nome e um busto em bronze, que está colocado em local estratégico. Nestes sábado e domingo, a Praça Willy Barth será reinaugurada, tornando-se o palco de grandes concentrações populares.<sup>46</sup>

<sup>45</sup> FRENTE AMPLA DE NOTÍCIAS. *Faleceu Pioneiro Rondonense*. 09/05/1980.

<sup>46</sup> O PRESENTE. *Fatos da História de Marechal Cândido Rondon*. In: O Presente, Marechal Cândido Rondon, ano III, n° 187 07/07/1995. p. 24.

Num dos momentos de marcação de calendário – muito usados para a “invenção de tradições” e para a reelaboração da memória social –, na passagem do aniversário do município em 1995, a reportagem destacou a primeira praça construída na cidade, localizada junto a Prefeitura, numa área central doada pela Maripá, que já estava prevista na planta urbana da Vila General Rondon. A homenagem ao “grande homem” foi reafirmada com a nomeação da própria Praça e a edificação de um monumento histórico, o Busto de Willy Barth, colocado no local. A matéria foi patrocinada por uma autarquia da Municipalidade, a empresa de Serviço de Abastecimento de Água e Esgoto (SAAE), sendo um dos boxes da matéria “Resgatando a história de Marechal Rondon”. Governo, jornal, praça e busto reafirmaram, em 1995, como Willy teria sido uma pessoa generosa ao doar a área e ter predileção pela Vila General Rondon. Como já mencionamos anteriormente, a doação de áreas para a construção de espaços públicos, por parte da empresa Maripá, representada por Willy Barth, era vista como uma das boas ações aos moradores.

A homenagem a Willy Barth, através de um busto, também fortaleceu o “mito” em torno desse homem. Assim, esse símbolo foi incorporado aos espaços oficiais de memória do município, como destacou Schmidt:

Portanto, o mito expressa-se através de símbolos, o que faz com que seja bastante sutil e indireto, moldando valores que são assumidos por um determinado grupo, valores estes que formam um conjunto de imagens e crenças, podendo ser incorporadas pelas pessoas sem necessitar de comprovações.<sup>47</sup>

Os monumentos em homenagem a Willy Barth podem ser vistos não só em Marechal Cândido Rondon como também em outros municípios que integravam a área que a empresa Maripá colonizou. Os “lugares de memória” representam diferentes simbologias. Nesse sentido, Schmidt analisou o que esses monumentos podem representar na memória local:

Sendo assim, configurado o olhar que irá analisar as narrativas que se referem aos monumentos que conservam imagens de Willy Barth, observa-se que os significados que possuem estas praças, bustos, ruas etc. na constituição desse mito político possuem uma linguagem que não é inocente, pois revelam sentidos que vão ao encontro de valores cultivados pelo grupo e por isso buscam garantir um espaço para essa memória.<sup>48</sup>

Já na reportagem a seguir o destaque foi dado à doação de madeiras pela empresa Maripá para a construção das casas. O autor, nessa reportagem, identificava e afirmava os gestos “solidários” que a empresa mantinha com os colonos que vinham morar na região.

<sup>47</sup> SCHMIDT. *Idem, op. cit.*, p. 42.

<sup>48</sup> *Idem*, p. 143.

As atividades agropecuárias no início da colonização para a subsistência. A Colonizadora Maripá, administrada por Willy Barth, comercializava as colônias de terra e os terrenos urbanos. A empresa também fornecia madeira para a construção das casas, que, segundo Alice Weirich, eram edificadas pelas próprias famílias colonizadoras.<sup>49</sup>

Assim como Willy, a empresa Maripá foi/é muito elogiada pela imprensa local e demais instituições da sociedade política e civil pelo fato de ter realizado a colonização em Marechal Cândido Rondon. A seguir, apresentamos um trecho que destaca claramente aspectos desses elogios publicados na imprensa:

A criação, o desenvolvimento e a vida histórica da comunidade rondonense estão ligadas à dinâmica atuação da Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S/A (Maripá), prestigiosa empresa comercial constituída por comerciantes gaúchos, em 1946, e que iniciou o projeto de colonização desta microrregião.<sup>50</sup>

A exaltação aos “pioneiros” também é voz constante no jornal. A participação desses na história do município é frequentemente reafirmada como ato de grandeza pelas reportagens produzidas pelo próprio jornal.

O pioneiro rondonense Guido Alfredo Rockenbach chegou a Marechal Cândido Rondon em 1954, com o sonho de construir seu futuro naquele “eldorado” chamado General Rondon. Ele mesmo, a exemplo de outros colonizadores, derrubou as árvores que renderam a madeira para construir a sua própria casa, que existe até hoje nas proximidades do salão Borgaman [sic.]. Em 1956, Guido buscou a esposa Irmy, que foi a primeira mulher com formação em técnico em Contabilidade a morar na comunidade. Seu Guido, aos 80 anos, tem bastante claro na memória fatos que o colocaram na história rondonense.<sup>51</sup>

Nos últimos parágrafos dessa reportagem, percebemos o modo equivocado como a história do município é compreendida por este meio de comunicação local. Para este, as pessoas precisam participar de determinados “fatos” para fazerem parte da história. Assim, nota-se como os consensos vão sendo criados por estes difusores de informação.

Como já apontamos, para a Maripá essas doações eram insignificantes em termos financeiros. Acreditamos que estas doações, para o município, foram uma forma que a empresa visou para o crescimento da localidade, pois, assim, conseqüentemente a venda de suas terras aumentariam.

<sup>49</sup> O PRESENTE. *Cinco Décadas de Progresso*. In: O Presente, Marechal Cândido Rondon, ano VIII, nº 398, 23/07/1999. p. 44.

<sup>50</sup> *Idem*. *Marechal Rondon: uma história de sucesso*. In: O Presente, Marechal Cândido Rondon, ano XI, nº 1063, 25/07/2003. p. 6.

<sup>51</sup> O PRESENTE. *Pioneiros Construíram Casas e História ao Mesmo Tempo*. In: O Presente, Marechal Cândido Rondon, ano XVI, nº 2386, 15/07/2008. p. 24.

Outros meios de comunicação também constantemente relembram o dia do falecimento de Willy, associando a perda trágica que o município teve com a sua morte, como reporta a matéria a seguir:

Falar ou escrever sobre Willy Barth é relembrar o passado triste, é relembrar o trágico 1º de abril de 1962, é sentir saudades do “velho guerreiro” (...). Willy Barth gostava de serviço bem feito, inspecionava tudo, cansou de arregaçar as mangas em prol do desenvolvimento da região.<sup>52</sup>

Na história do município de Marechal Cândido Rondon Willy Barth, a empresa Maripá e alguns considerados “pioneiros” foram apresentados, hegemonicamente, como os principais personagens da história, outros sujeitos e questões são deixados em segundo plano ou fora da história.

### “Pioneiros” ou especuladores?

Alguns dos corretores da Maripá se estabeleceram na região nos anos iniciais da colonização e, por meio da venda de terra, ampliaram seu capital. Estas famílias são apontadas pela imprensa local, por grande parte da historiografia e reconhecidas pelo senso comum como os “pioneiros” da cidade. Pretendemos, aqui, demonstrar que grande parte destes considerados como “pioneiros” adquiriram muitas propriedades com a especulação da terra.

Há ainda outra questão inquietante nos estudos que analisam a história da cidade de Marechal Cândido Rondon. Estes buscam legitimar que os primeiros colonos de descendência alemã e italiana são os “pioneiros”<sup>53</sup>, deixando de lado outros sujeitos que fizeram parte da história dessa localidade. Esse estigma nos inquieta, pois antes da vinda desses colonos à região, quem ocupava essas áreas eram indígenas, mensus e obrageros, então, por que esses recebem o nome de “pioneiros”?

Primeiramente, o processo sobre a origem do discurso que envolve o pioneirismo surgiu a partir das representações enfatizadas em algumas obras da historiografia, propagandas do poder público e os meios de comunicação locais, ou seja, aqui também foi criada a representação sobre o que foi o *pioneirismo*, assim como quem foram os *pioneiros* neste contexto da (re)ocupação.

<sup>52</sup> FRENTE AMPLA DE NOTÍCIAS. *Hoje – 20 Anos de Morte do Velho Guerreiro Willy Barth*. 01/04/1982.

<sup>53</sup> Ao tratar do pioneirismo dos primeiros colonos descendentes de italianos e alemães que vieram para a região, a participação de afrodescendentes raramente é lembrada nas historiografias que tratam do período da colonização. Uma das poucas pessoas que comentou sobre a presença dos afrodescendentes na época da colonização foi Udilma Lins Weirich, em entrevista produzida e publicada pelo *O Jornal*, que comentou: “Assim quando se fala de minorias que participaram da colonização de Rondon, temos os afrodescendentes, como principais representantes. Destes alguns poucos adquiriram terras, mas a maioria se instalou como trabalhador”. BOOTZ, Stanley. *Participação Afrodescendente é Pouco Lembrada na construção do Município*. In: *O Jornal*, Marechal Cândido Rondon, ano XIV, nº 649, 08/07/2010, p. 18.

Uma das figuras mais citadas e “idealizada” como pioneiro, líder e grande homem local, foi Arlindo Alberto Lamb,<sup>54</sup> um dos corretores da Maripá no município de Marechal Cândido Rondon e em localidades próximas. Em 26 de maio de 1955, Arlindo se estabeleceu no município. Na ocasião, ele havia adquirido 20 colônias de terra pelo valor de 8 contos de réis a colônia,<sup>55</sup> portanto, o “ícone” das parcelas de 1 colônia (10 alqueires ou 24 hectares) não era regra geral!

Desde muito jovem, aos 15 anos, Arlindo trabalhou como administrador da fábrica de cervejas e refrigerantes da família, no Rio Grande do Sul, adquirindo experiência em atividades comerciais. Em entrevistas a Jadir Zimmermann, Arlindo Lamb relatou parte desta vivência:

Quando houve a mudança para Três Passos, o pai comprou uma pequena fábrica de cervejas e refrigerantes. A administração desta fábrica passou a ser uma responsabilidade do filho Arlindo, na época com apenas 15 anos de idade, pois o pai preferia trabalhar na lavoura.<sup>56</sup>

Anos depois, o pai de Arlindo comprou outro empreendimento comercial. Nessa época, a fábrica de cerveja já havia sido vendida. Na nova empresa, Arlindo também cuidava da parte administrativa, como destacou Zimmermann: “O pai de Arlindo, Pedro Alberto, decidiu comprar um estabelecimento comercial, depois que o filho voltou do exército. Havia em Três Passos uma casa de secos e molhados, que estava com dificuldades financeiras e desacreditada. O estabelecimento foi adquirido”.<sup>57</sup>

Ao se estabelecer na região em 1955, Arlindo continuou ampliando seu capital, adquirindo uma empresa de transporte coletivo de Waldi Winter, outro corretor da Maripá na região:

Arlindo Lamb que o pioneiro Waldi Winter tinha uma pequena empresa de ônibus que fazia a linha de General Rondon a Cascavel. Logo, Arlindo comprou esta linha de ônibus. Depois que equipou três caminhões com carroceria de ônibus, numa fábrica do Rio Grande do Sul, Arlindo Lamb estreou no transporte coletivo. Nascia, assim, a Empresa Rio Paraná Ltda.<sup>58</sup>

A respeito disso, nota-se que Arlindo rapidamente ampliou seus negócios no município, que não se limitavam às áreas rurais e a uma vida

<sup>54</sup> Nasceu em 16 de julho de 1921 no município de Lajeado (RS), era filho de Pedro Alberto Lamb e Amália Luiza Lamb, uma família bem estabelecida no Rio Grande do Sul e que resolveu ampliar seus negócios no Paraná. Cf. ZIMMERMANN, Jadir. *Arlindo Alberto Lamb: uma história que merece ser contada*. Marechal Cândido Rondon: Editora Germânica, 2006.

<sup>55</sup> MARTINS, Adriano. Entrevista Realizada nos meses de agosto e setembro de 2002, como parte do Programa de História Oral do Projeto Centro de Memória da Câmara Municipal de Vereadores de Marechal Cândido Rondon, desenvolvido através do convênio entre o Colegiado de História da UNIOESTE/Campus de Marechal Cândido Rondon, durante o período de 2001-2002.

<sup>56</sup> Cf. URNAU *Idem, op. cit.*, p. 26.

<sup>57</sup> *Idem*, p. 32.

<sup>58</sup> *Idem*, p. 38.

de colono, adquirindo, por volta de 1961, a empresa de transportes “Empresa Oeste Paraná Ltda”.<sup>59</sup>

Antes mesmo da empresa de transporte, em 1956, Arlindo Lamb também tinha adquirido uma fábrica de tijolos no município de Pato Bragado, de propriedade da empresa Maripá, que foi vendida por Willy Barth, como destacou Jadir Zimmermann, o que evidencia sua proximidade com a colonizadora e Willy Barth.<sup>60</sup>

Nota-se, pelas informações citadas anteriormente, que a família Lamb, antes de vir para o Oeste e posteriormente a essa migração, possuía um considerável capital financeiro e patrimonial, que se ampliou ainda mais com a sua vinda para o município.

Não só Arlindo adquiriu diversos empreendimentos na cidade e localidades próximas como também sua esposa gerenciava outros negócios da família. E, assim, a família Lamb se firmava como uma das famílias mais ricas de Marechal Cândido Rondon.

Pedro Lamb, o pai, também investiu na Vila General Rondon, construindo a primeira rodoviária entre os anos de 1958 e 1960. O prédio foi dado de presente aos seus filhos e recebeu o nome de Edifício Irmãos Lamb.<sup>61</sup>

A Rádio Difusora Rondon<sup>62</sup> também foi um empreendimento comercial de Arlindo Lamb, sendo ele o principal sócio-proprietário da emissora e gestionou a concessão junto ao Ministério das Comunicações, no Rio de Janeiro/RJ, durante o período de 1966 a 1998.<sup>63</sup>

No ano de 1981, Lamb doou a emissora para seus filhos que, por meio de um acordo, transferiram a administração da Rádio a Elio Winter, casado com uma das filhas de Arlindo Lamb.<sup>64</sup>

Arlindo também possuía diversas áreas rurais na região. Possuía 315 alqueires de terra em Pato Bragado, 374 alqueires em Entre Rios do Oeste e mais 83 alqueires na localidade de Bela Vista.<sup>65</sup> Suas colônias somavam 772 alqueires ou 1.852,8 hectares, bem mais do que uma simples “colônia”.

As áreas que Arlindo Lamb tinha em Pato Bragado e Entre Rios do Oeste foram atingidas com a construção da usina e a formação do lago da Itaipu Binacional. Na ocasião, Arlindo Lamb contratou um dos melhores Escritórios de Advocacia do país para tratar do litígio que tinha com a Itaipu acerca dos valores da indenização, como apontou Juvêncio Mazzarollo:

Um ex-prefeito de Marechal Cândido Rondon, Arlindo Lamb, não estava aceitando os termos do acordo proposto pela Itaipu para indenizar uma

<sup>59</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>60</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>61</sup> *Idem*, p. 46.

<sup>62</sup> Desde 1981 o meio de comunicação passou a ser denominado *Rádio Difusora do Paraná Ltda.*

<sup>63</sup> URNAU. *Idem, op. cit.*

<sup>64</sup> ZIMMERMANN. *Idem, op. cit.*

<sup>65</sup> *Idem*, p. 105.

vasta área de terra em seu poder e havia contratado advogado dos mais renomados do país para defender seus interesses.<sup>66</sup>

Arlindo obteve ganho de causa no processo contra a Itaipu. Com o dinheiro dessa indenização, adquiriu uma fazenda perto de Campo Grande/Mato Grosso com 2.500 hectares.<sup>67</sup>

Além de possuir diversos empreendimentos no município, também teve participação política. Em 1956, foi eleito vereador de Toledo, pelo Distrito de General Rondon, com apoio de Willy Barth/Maripá. Foi o segundo prefeito (o primeiro eleito) de Marechal Cândido Rondon, no período de 1961 a 1965.<sup>68</sup>

Mesmo aposentado, Arlindo não deixou dos seus negócios e do patrimônio, ampliando ainda mais seu capital. Nota-se que ele, além de possuir diversos empreendimentos comerciais, é dono de lotes urbanos.

Quando atingiu os 80 anos, entendeu que seria hora de parar. Foi então que decidiu definitivamente se aposentar. Mesmo assim, continuou mantendo pequenas atividades, especialmente voltadas à lida com a terra. Prosseguiu cultivando alguns lotes urbanos que possuiu, até mesmo para manter alguma ocupação. Assim prossegue a vida.<sup>69</sup>

Como vimos, Arlindo Lamb e sua família conseguiram muitos estabelecimentos na região. Ele também foi corretor de terras da Maripá no período da colonização, faturando muitas áreas na região. Portanto, esta é a base social e econômica para ser “pioneiro”!

Outra personalidade influente no município que lucrou muito na região com a comercialização da terra foi Waldi Winter. Ele foi o primeiro representante da localidade da Vila General Rondon na municipalidade de Toledo, como destacou Iraci Urнау:

[...] a localidade de General Rondon passou à categoria de distrito administrativo de Toledo, pela lei municipal nº. 17, de julho de 1953. A população da localidade elegeu Waldi Winter que integrava o Partido Libertador (PL), como seu primeiro representante junto ao legislativo municipal. Ele, como quase todos os moradores, era natural do Rio Grande do Sul, veio para a região na qualidade de corretor de imóveis, fazendo a intermediação entre a MARIPÁ, representando a pessoa de Willy Barth, e os colonos.<sup>70</sup>

Como apontou Urнау, Waldi Winter veio para o Oeste paranaense como corretor de imóveis. Com a venda de terras para a Maripá, ele próprio adquiriu muitos lotes rurais no município, como os demais corretores que

<sup>66</sup> MAZZAROLLO, Juvêncio. *A Taípa da Injustiça*. 2 ed. São Paulo: Loyola, 2003. p. 66.

<sup>67</sup> MARTINS. *Idem, op. cit.*

<sup>68</sup> ZIMMERMANN. *Idem, op. cit.*

<sup>69</sup> *Idem*, p. 127.

<sup>70</sup> URNAU. *Idem, op.cit.*, p. 53.



vinham para a localidade. A comercialização de terra era um bom negócio aos novos corretores.

Waldi, enquanto corretor da Maripá procurava ganhar muito nas suas vendas, também trabalhava como motorista, trazendo mudanças dos primeiros colonos. Desse modo, Mario Silva, quando questionado sobre quem era Waldi Winter, comentou:

O Waldi Winter era o primeiro vereador aqui, ele era vereador em Toledo e era corretor da Maripá, era lá de Santa Rosa (RS). Agora o bicho era mais liso, como aquele muçum do banhado que você pega e ele escapa, que para segurar esse Winter, o Arthur e o Waldi Winter, essa raça eram lisos, eram tudo de Santa Rosa. Olha, eu trazia as caravanas de Santa Rosa, mas se o Waldi pudesse cobrar três vezes a mais, ele cobrava três vezes a mais. O Waldi Winter esse bicho era ensaboado.<sup>71</sup>

Iraci Urnau também apontou que Waldi Winter só teve participação direta, enquanto político, em 1956, mas que atuou discretamente nos “bastidores”. Como todo bom especulador, para conseguir “regalias” e ter influências no governo municipal, não se afastou da política.

Outro caso de influência na sociedade e governo local é a família Seyboth. Friedrich Ruprecht Seyboth e sua esposa Ingrun, com apoio da Maripá e de Willy Barth, instalaram o Hospital e Maternidade Filadélfia, em 1953<sup>72</sup>, no mesmo ano em que chegaram ao município de Marechal Cândido Rondon, pois já tinham realizado contato com a colonizadora. Na fase inicial da colonização da Maripá e no período posterior, a família Seyboth também ampliou seus negócios na cidade. Friedrich também teve participação política, sendo vereador do município nos anos de 1966 a 1970<sup>73</sup>.

Outra figura referenciada é Alfredo Wanderer, também considerado “pioneiro”<sup>74</sup> da localidade. Chegou ao município no ano de 1959, atuou no comércio e no cenário político como primeiro vice-prefeito. Alfredo trouxe muitos colonizadores do Rio Grande do Sul e Santa Catarina para conhecerem as terras do Oeste paranaense, também trabalhou como corretor para a empresa Maripá, ganhou muito com a venda de terras nos períodos

<sup>71</sup> SILVA. *Idem, op. cit.*

<sup>72</sup> Friedrich Ruprecht Seyboth e sua esposa haviam chegado recentemente da Alemanha, tendo uma breve passagem por Santa Catarina. NOSSO TEMPO. *Novo prefeito de Rondon nasceu na Alemanha*. In: Nosso Tempo, Foz do Iguaçu, de 31/5 a 6/6/1985, nº 171.

<sup>73</sup> Friedrich faleceu no ano de 1982.

<sup>74</sup> Alfredo Wanderer foi um dos homenageados como Cidadão Honorário de Marechal Cândido Rondon, conforme matéria publicada no jornal O Presente: *Câmara Entrega Título de Cidadão Honorário ao Pioneiro Alfredo Wanderer*. O PRESENTE. *Câmara Entrega Título de Cidadão Honorário ao Pioneiro Alfredo Wanderer*. In: O Presente, Marechal Cândido Rondon, ano X, nº 581, Dia 13/07/2001. p. 7. Obviamente que tanto este ritual de honrarias quanto o de registro de quem é instituído como *pioneiro* tem caráter seletivo, pois não se trata apenas de saber ou lembrar quem foram os primeiros, mas, sim, de quem tinha influência política e econômico-social. Neste sentido, o chamado *pioneirismo* é construído seletivamente e no âmbito dos espaços oficiais há uma inter-relação entre quem produz a imagem dos “grandes homens locais” e a condição e posição de classe de ambos (na sociedade restrita e na civil).

iniciais da colonização, como relatou Mario Silva: “[...] ele tinha uma imobiliária, ele loteou bastante aqui, principalmente a região de Porto Mendes”.<sup>75</sup>

Alfredo Nied<sup>76</sup> também foi um dos primeiros comerciantes na localidade da antiga Vila Rondon, instalando-se entre os anos de 1950 a 1951. Segundo Mario Silva, Nied tinha um armazém que vendia diversos produtos.<sup>77</sup>

A empresa de propriedade da família Nied mudou o nome duas vezes. A primeira delas ocorreu no ano de 1954, como destacou Saatkamp: “após o ano de 1954, a Firma Alfredo Nied passou a denominar-se Casa Comercial Alfredo Nied, comercializando com secos e molhados, armarinhos, tecidos, compra e venda de suínos”.<sup>78</sup>

Alfredo Nied criou as empresas “Rodovel Rondon Veículos” e “Rima Rondon, Implementos e Máquinas Agrícolas” e foi sócio-proprietário do “Frigorífico Rondon”, fundado em 1963, além de fazer o comércio de suíno.<sup>79</sup> Ele também atuou nos bastidores na política rondonense, como destacou Silva: “Quem teve o comando sempre aqui dentro de Rondon foi o velho Nied, [...] Ele já era o que mandava aqui, mas escondido”.<sup>80</sup>

Grande parte dos “primeiros moradores empresários” do município adquiriram vários empreendimentos e áreas na localidade. Neste sentido, o caráter empresarial deles é o ponto central na construção de suas imagens. Muitos desses já possuíam diversas propriedades no Rio Grande do Sul ou Santa Catarina e já comercializavam terras ou tinham estabelecimentos comerciais nas cidades de origem.

Através da análise exposta, percebemos que os primeiros corretores, considerados por alguns historiadores e pela população local como “pioneiros”, ganharam muito dinheiro com a especulação da terra. Outra situação comum entre estes é a ligação direta ou indireta com o governo local, pois estas ligações, obviamente, contribuíram para a venda de terra e a posição social que ocuparam.

\*\*\*

---

<sup>75</sup> SILVA. *Idem, op.cit.*

<sup>76</sup> Alfredo Nied nasceu em 1917 no município de Lajeado (RS), e faleceu em 30 de outubro de 1993 aos 76 anos de idade. FRENTE AMPLA DE NOTÍCIAS. *Falece Alfredo Nied. Marechal Cândido Rondon perde homem desenvolvimentista.* 30/10/1993. É oportuno mencionar que Nied também era um dos principais compradores de porco dos colonos da região, revendendo para Ponta Grossa, Curitiba e São Paulo, de onde trazia outras mercadorias para revender em suas lojas. Cf SEIBERT, Carlos Alberto. *Os Moradores do Loteamento Ceval na História de Marechal Cândido Rondon (1991–2007): um estudo de caso sobre a formação do setor urbano-industrial frigorífico e a luta por moradia.* Marechal Cândido Rondon: UNIOESTE, 2008. p. 38.

<sup>77</sup> SILVA. *Idem, op. cit.*

<sup>78</sup> SAATKAMP. *Idem, op. cit.*, p. 165.

<sup>79</sup> FRENTE AMPLA DE NOTÍCIAS. *Falece Alfredo Nied. Marechal Cândido Rondon perde homem desenvolvimentista.* 30/10/1993.

<sup>80</sup> SILVA. *Idem, op. cit.*

Analisar a problemática da especulação do solo urbano em Marechal Cândido Rondon no período da colonização dirigida nos fez compreender várias particularidades que vão muito além do mercado imobiliário representado pelos corretores e proprietários de imobiliárias. A especulação do solo urbano aumenta cada vez mais o capital de uma parcela do empresariado rondonense, principalmente dos donos de imobiliárias e políticos profissionais.

A partir do momento em que analisamos a historiografia da colonização dirigida pela empresa Maripá e as entrevistas realizadas e/ou obtidas de outros estudos, com alguns sujeitos que vivenciaram esse período, concluímos que boa parcela daquelas famílias que são consideradas pela sociedade rondonense como pioneiras, na verdade, foram os primeiros especuladores no município. Nessa busca, também identificamos que estes participavam diretamente ou indiretamente nos espaços institucionais dos poderes públicos do município, principalmente no executivo e no legislativo.

Apuramos que no processo de (re)ocupação da região o mercado imobiliário tomou outros moldes, com a vinda dos investidores particulares em áreas, que lucraram muito com a venda de terras.

As análises nos dois principais veículos de comunicação da cidade (jornal *O Presente* e *Rádio Difusora do Paraná*) foram de grande valia para percebermos como esses fortalecem e, em alguns casos, criam o consenso sobre determinadas questões que legitimam as práticas e relações de poder de grupos dominantes no município.

Por fim, entendemos que as ações da empresa Maripá não compreenderam apenas a colonização do município como também questões mais amplas que envolveram desde a exploração da madeira, a especulação da terra e a hegemonia política e social nesta região.

## Fontes e Referências Bibliográficas

BOOTZ, Stanley. *Participação Afrodescendente é Pouco Lembrada na construção do Município*. In: *O Jornal*, Marechal Cândido Rondon, ano XIV, nº 649, 08/07/2010, p. 18.

CHAUÍ, Marilena. *Simulacro e poder: uma análise da mídia*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

EMER, Ivo Oss. *Desenvolvimento histórico do Oeste do Paraná e a construção da escola*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991. p. 1 a 193. Dissertação.

FERES, João Bosco. *Propriedade da Terra: opressão e miséria - o meio rural na história social do Brasil*. Amsterdã/Países Baixos/Holanda: CEDLA, 1990.

FRENTE AMPLA DE NOTÍCIAS. *Faleceu Pioneiro Rondonense*. 09/05/1980.

\_\_\_\_\_. *Hoje – 20 Anos de Morte do Velho Guerreiro Willy Barth*. 01/04/1982.

- \_\_\_\_\_. *Falece Alfredo Nied. Marechal Cândido Rondon Perde Homem Desenvolvimentista*. 30/10/1993.
- GERKE, Arno Alexandre. *Copagril: uma análise do cooperativismo no Extremo-Oeste do Paraná*. Curitiba: UFPR, 1992. Dissertação.
- GRAMSCI, Antonio. Caderno 12 (1932). *Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais*. In: Cadernos do Cárcere. Volume 2. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GREGORY, Valdir. *Os Eurobrasileiros e o Espaço Colonial: migrações no Oeste do Paraná (1940-70)*. Cascavel: Edunioeste, 2002.
- MACCARI, Neiva Salette Kern. *Migração e Memórias: a colonização do Oeste do Paraná*. Curitiba: UFPR, 1999. Dissertação.
- MARTINS, Adriano. Entrevista Realizada nos meses de agosto e setembro de 2002, como parte do Programa de História Oral do Projeto Centro de Memória da Câmara Municipal de Vereadores de Marechal Cândido Rondon, desenvolvido através do convênio entre o Colegiado de História da UNIOESTE/Campus de Marechal Cândido Rondon, durante o período de 2001-2002.
- MAZZAROLLO, Juvêncio. *A Taipa da Injustiça*. 2 ed. São Paulo: Loyola, 2003.
- NIEDERAUER, Ondy Hélio. *Relatório de Atividades da Maripá*. Toledo: 1955, (mimeo).
- NOSSO TEMPO. *Novo prefeito de Rondon nasceu na Alemanha*. In: Nosso Tempo, Foz do Iguaçu, de 31/5 a 6/6/1985, nº 171.
- O PRESENTE. *Fatos da História de Marechal Cândido Rondon*. In: O Presente. Marechal Cândido Rondon, ano III, nº 187 07/07/1995. p. 24.
- \_\_\_\_\_. *Cinco Décadas de Progresso*. In: O Presente, Marechal Cândido Rondon, ano VIII, nº 398, 23/07/1999. p. 44.
- \_\_\_\_\_. *Câmara Entrega Título de Cidadão Honorário ao Pioneiro Alfredo Wanderer*. In: O Presente, Marechal Cândido Rondon, ano X, nº 581, Dia 13/07/2001. p. 7.
- \_\_\_\_\_. *Marechal Rondon: uma história de sucesso*. In: O Presente, Marechal Cândido Rondon, ano XI, nº 1063, 25/07/2003. p. 6.
- \_\_\_\_\_. *Pioneiros Construíram Casas e História ao Mesmo Tempo*. In: O Presente, Marechal Cândido Rondon, ano XVI, nº 2386, 15/07/2008. p. 24.
- PIAIA, Vander. *A Ocupação do Oeste Paranaense e a formação de Cascavel: as singularidades de uma cidade comum*. Rio de Janeiro: UFF, 2004. Tese.
- SAATKAMP, Venilda. *Desafios, lutas e conquistas: história de Marechal Cândido Rondon*. Cascavel. ASSOESTE, 1984.
- SCHMIDT, Róbi Jair. *Cenas da Constituição de um Mito Político*. Cascavel: Edunioeste, 2001.
- SEIBERT, Carlos Alberto. *Os Moradores do Loteamento Ceval na História de Marechal Cândido Rondon (1991–2007): um estudo de caso sobre a formação do setor urbano-industrial frigorífico e a luta por moradia*. Marechal Cândido Rondon: UNIOESTE,

2008. Dissertação.

SILVA, Mario. Entrevista realizada por Paulo José Koling, Luciana Grespan Zago, Cristiano Glowatzky e Cristiane Bade, no dia 06 de março de 2010, em sua residência.

SOUZA, João. Entrevista Concedida a Maide Keefel, em 12 de junho de 1982. Disponível no acervo do Núcleo de Pesquisa e Documentação sobre o Oeste do Paraná (Cepedal).

STEIN, Marcos Nestor. *A Construção do Discurso da Germanidade em Marechal Cândido Rondon – PR (1946-1996)*. Florianópolis: UFSC, 2000. Dissertação.

TOMAZI, Nelson Dacio. *Norte do Paraná: histórias e fantasmagorias*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2000.

URNAU, Iraci Maria Wenzel. *Autoritarismo, Rádio e a Idéia de Nação*. Niterói: UFF, 2003. Dissertação.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Obrageros, Mensus e Colonos: história do Oeste do Paraná*. 2.<sup>a</sup> edição. Curitiba: Ed. Vicentina, 1987.

WEIRICH, Udilma Lins. *História e atualidades: perfil de Marechal Cândido Rondon*. Marechal Cândido Rondon: Germânica, 2004.

ZIMMERMANN, Jadir. *Arlindo Alberto Lamb: uma história que merece ser contada*. Marechal Cândido Rondon: Editora Germânica, 2006.



Colecção Tempos Históricos  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
EM HISTÓRIA DA UNIOESTE

Os processos sociais que são objeto das análises dos capítulos que compõem este livro, embora carregados de particularidades próprias, uma vez que tratam de diferentes contextos sócio espaciais e temporais, são atravessados por algumas similitudes e pontos em comum. Nestes termos, o livro busca ser uma contribuição na perspectiva da constituição de saberes e reflexões sobre o universo rural em suas diferentes facetas. Contudo, não descarta o fato de que as particularidades próprias das situações específicas analisadas são expressões de processos altamente complexos e, assim, só é possível compreendê-los e explicá-los fazendo-os dialogarem entre si. Em outros termos, não há um universo micro isolado e muito menos um macro que a tudo e a todos domina. Pelo contrário, a relação entre estes âmbitos é dialética em sua concretude real e não é autoexplicativa, portanto, precisa ser explicada.



**unioeste**  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná